

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**JOSÉ EDICARLOS DE AQUINO**

**O QUE HÁ DE MATERNO NA LÍNGUA?  
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SENTIDOS DE LÍNGUA  
MATERNA NO PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA  
NOS SÉCULOS XIX E XX**

**Dissertação de Mestrado Apresentada ao  
Instituto de Estudos da Linguagem da  
UNICAMP para Obtenção do Título de  
Mestre em Linguística.**

**Orientadora: Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo**

**CAMPINAS**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Aq56o

Aquino, José Edicarlos de, 1985-

O que há de materno na língua? : considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX / José Edicarlos de Aquino. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador : Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua Materna. 2. Ideias linguísticas - História. 3. Gramática comparada e geral - Gramatização. 4. Análise do discurso. I. Rodríguez Zuccolillo, Carolina Maria, 1964-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em inglês:** What is so motherly-like in the language? : regards about the sense of mother tongue in the Brazilian grammatisation process in the XIX and XX centuries.

**Palavras-chave em inglês:**

Mother language

Linguistic ideas - History

Grammar, Comparative and general - Grammatisation

Discourse analysis

**Área de concentração:** Linguística.

**Titulação:** Mestre em Linguística.

**Banca examinadora:**

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo [Orientador]

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Maria Onice Payer

**Data da defesa:** 14-02-2012.

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Maria Onice Payer



Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

José Horta Nunes

IEL/UNICAMP  
2012



Ao

*Eduardo Lopes,*

mil-vezes-mente.



## AGRADECIMENTOS

À Carolina María Rodríguez Zuccolillo, minha caríssima orientadora, pelo exemplo de erudição e honestidade intelectual e por tornar possível a aventura de refletir sobre a história dos sentidos da “melhor das línguas”, a língua materna. Por acreditar que eu podia escrever um projeto em uma madrugada ou responder a 110 comentários em poucos dias. Pela paciência, dedicação e bom humor e também pelos jantares bem feitos. Por me ensinar tudo aquilo que eu ainda vou aprender, minha eterna gratidão.

À FAPESP, pelo auxílio concedido, fundamental à realização do presente trabalho.

Aos professores Eduardo Guimarães e Maria Onice Payer, por me concederem a honra de tê-los como membros da banca e também pelo provimento teórico para enfrentar muitas das questões que surgiram ao longo da pesquisa, animando tantas outras.

Ao professor Jean-Marie Fournier, pela participação valiosa na banca de qualificação e pelos comentários que me permitiram amadurecer a compreensão disso que inventaram de chamar gramatização. Por essa mesma razão, mais uma vez devo agradecer ao professor Eduardo Guimarães.

À professora Maria Fausta Pereira de Castro, pela inspiração do tema, por me ensinar que é necessário desnaturalizar sentidos, por estar sempre aberta ao diálogo e pelas aulas sempre empolgantes. Também por ter me aceito no Programa de Estágio Docente (PED-C).

Aos professores Sylvain Auroux, Bruno Rochette, Émilie Aussant, Jean-Marie Prieur, Carmen Codoñer, Andrée Tabouret-Keller, Sonia Branca-Rosoff e Eni Orlandi, por cederem aos insistentes pedidos e gentilmente fornecerem seus textos.

Ao professor Noam Chomsky, pela gentileza de responder minhas perguntas abusadas.

Ao Luciano Migliaccio, pela contribuição inestimável na tradução de boa parte do material em latim empregado nesta pesquisa.

À professora Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, por participar deste trabalho de incontáveis maneiras, mas, principalmente, pelo afeto. Obrigado também por aceitar compor a banca na qualidade de suplente. Pela mesma razão, meus agradecimentos ao professor José Horta Nunes.

Ao professor Marcos Bagno, por estar no início de minha história de namoro com (quase) tudo aquilo que se refere à investigação sobre a linguagem. Por também colocarem minhocas linguísticas na minha cabeça, agradeço às professoras da UnB Vilma Reche Correa e Maria Luiza Coroa.

À Luiza Katia Castello Branco, minha eternamente Lulu, pelo presente da amizade, por me ensinar que, sim, é fácil e necessário se emocionar com vida e que é possível, quem diria, juntar pão, mel e ovo mexido e ainda chamar essa mistura de café da manhã. Dizem que o nome disso é amor! Eu não duvido!

Ao Gabriel Leopoldino dos Santos, por aquela madrugada regada a chocolate, Coca-Cola, formulários e projeto da FAPESP, pelas doses diárias de drama que balançam a vida e pelos papos da meia-noite que embalam o sono. Pelo lindíssimo *abstract* e por um novo recomeço.

Aos amicíssimos Amanda Bastos Amorim de Amorim e Kisney Emiliano de Almeida. A ela, pelo carinho, pela amizade fofa e pelas técnicas de chantagem emocional. A ele, pelas conversas sérias regadas sempre a muitos risos, pelo desprezo compartilhado pelos “projetistas” e por aí vai... A ambos, pelas bananas, o sofá e os cremes hidratantes, mas não pelas lambidas daquela cachorrinha irritante com aqueles lacinhos ridículos.

À Gracinda Ferreira, a paulistana mais gente fina com quem já topei, por estudar essas coisas do outro mundo e assim me fazer sentir bem mais seguro em relação ao meu próprio trabalho. Não sei se devo agradecer por aquele chá de alho, limão e gengibre, mas com certeza devo dizer obrigado pelas sessões compartilhadas de drama acadêmico barato, pela casa sempre aberta e por realizar e revisar as traduções em francês quando eu já não aguentava mais.

À Noêmia Maria Ferreira Silva, por me mostrar aquele LP do Chico Buarque e ler para mim aquele livro do Diógenes Laércio. Foi ali que tudo começou!

Aos amigos Shirley da Silva Xavier, Cícero Melo, Zich Moysés Junior e Ana Gabriela Vaz, os melhores que um sujeito como eu pode conseguir e também os melhores que a mais fantástica das criaturas conseguiria.

À dona Francisca Maria de Aquino Freire, minha mãe, por ser mãe e por ser minha, pelo incentivo que esconde o pesar da distância, por sempre demonstrar orgulho e pelo amor incondicional, apesar de todas as minhas trapalhadas, inclusive aquelas que estão por vir. Por motivos semelhantes, meus agradecimentos ao meu amado pai, João, às minhas irmãs, Cleia e Isabela, aos meus irmãos, Rodrigo e Antônio, e àquela peste do meu sobrinho, Gabriel, origem de inesperada alegria. Por colocar essa criatura no mundo, toda gratidão à minha cunhada, Flaviana.

Ao Douglas Adams, por me mostrar, com sua série Mochileiro das Galáxias, lida intensamente nos momentos de tensão, hesitação e cansaço, que se um idiota como Arthur Dent pode fazer coisas como guardar a pergunta da Questão Fundamental da Vida, o Universo e Tudo o Mais, enfrentar o exército de robôs xenofóbicos de Krikkit ou tornar-se Fazedor de Sanduíches de carne de Besta Perfeitamente Normal, outro idiota pode perfeitamente concluir uma dissertação que foi muito bem orientada.

Aos idiotas sem talento, por motivos que se podem adivinhar.

Ao Eduardo Lopes, pelas coisas bonitas da vida, como as sessões de Jazz, as tardes com Bergman, Liz Taylor, Norma Desmond e companhia, os passeios por aí, os sorvetes mais ou menos da 309 Norte, os jantares que espero retribuir um dia... Enfim, por tantas coisas difíceis de serem lembradas e por todos os afetos impossíveis de serem esquecidos.



J'écris en langue maternelle,  
Et tâche à la mettre en valeur,  
Afin de la rendre éternelle  
Comme les vieux ont fait la leur,  
Et soutiens que c'est grand malheur  
Que son propre bien mépriser  
Pour l'autrui tant favoriser.  
Si les Grecs sont si fort fameux,  
Si les Latins sont aussi tels,  
Pourquoi ne faisons-nous comme eux,  
Pour être comme eux immortels ?  
Toi qui si fort exercé t'es  
Et qui en latin écris tant,  
Qu'es-tu sinon qu'un imitant ?  
Crois-tu que ton poème approche  
De ce que Virgile écrivait ?

Jacques Peletier du Mans, *A un poète qui n'écrivait qu'en latin*, 1547.



## RESUMO

Os sentidos da expressão língua materna no período inicial do processo de gramatização brasileira constituem o objeto de investigação deste trabalho, que assume uma concepção histórica e discursiva do sentido e se assenta em um campo teórico-metodológico que considera constitutiva a relação entre história do saber metalinguístico e história da língua, a História das Ideias Linguísticas. Para situar historicamente a questão, realiza-se primeiramente um estudo da emergência da expressão língua materna no Ocidente. Partindo-se da análise geral dos primeiros registros conhecidos da expressão no Ocidente, analisa-se especificadamente o funcionamento da expressão nas gramáticas de Júlio Ribeiro e de Alfredo Gomes no Brasil da virada do século XIX para o XX, de forma a compreender como ressoam nas obras dos autores brasileiros os sentidos de língua materna construídos ao longo de séculos na Europa. A hipótese apresentada é a de que língua materna é uma construção histórica cujos sentidos acompanham fortemente o processo de gramatização e constituição das línguas nacionais e do Estado nacional. Diante da ausência de registros anteriores ao século XII, a expressão língua materna é considerada uma invenção medieval, empregada inicialmente em latim nos textos da Igreja, como forma de contrapor essa língua aos vernáculos emergentes. Na passagem da Idade Média ao Renascimento, momento da gramatização massiva das línguas do mundo a partir da tradição greco-latina, realiza-se a superposição entre os sentidos de língua materna e língua nacional, em um passo que leva à construção da evidência de língua materna como primeira língua, língua do território, língua que se contrapõe à língua estrangeira, sentidos mobilizados na Antiguidade Clássica pelas expressões *patrius sermo* e *patria lingua*, o que depõe contra o próprio mérito da evidência sofrido pela expressão língua materna. No Brasil, onde gramatização também está em correspondência com a formação da nação e com a questão da língua nacional, os sentidos da expressão língua materna apontam questões como o reconhecimento de uma identidade linguística brasileira e a legitimação de um saber sobre a língua portuguesa no país.

**Palavras-chave:** Língua Materna, História das Ideias Linguísticas, Gramatização Brasileira, Discurso.



## RÉSUMÉ

Les sens de l'expression langue maternelle dans la période initiale de la grammatisation brésilienne constituent l'objet d'étude de ce travail, qui prend une conception historique et discursive du sens et est basé sur un cadre théorique et méthodologique qui pense la relation constitutive entre l'histoire du savoir métalinguistique et l'histoire de la langue, c'est-à-dire l'Histoire des idées linguistiques. Pour situer historiquement la question, on réalise auparavant un étude sur l'émergence de l'expression langue maternelle en Occident. En partant de l'analyse générale des premiers enregistrements connus de l'expression au Moyen Âge, on analyse spécifiquement le fonctionnement d'expression dans les grammaires de Júlio Ribeiro et de Alfredo Gomes au tournant du XIXe au XXe siècle, afin de comprendre comment les sens de l'expression langue maternelle construits pendant des siècles en Europe résonnent dans les œuvres d'auteurs brésiliens. L'hypothèse présentée est que la langue maternelle est une construction historique dont les sens accompagnent fortement le processus de grammatisation et de formation des langues nationales et d'État national. Compte tenu de l'absence des enregistrements antérieurs au XIIe siècle, l'expression langue maternelle est considérée une invention médiévale, initialement employée dans les textes d'Église, comme moyen d'opposer cette langue aux vernaculaires. Dans le passage du Moyen Âge à la Renaissance, moment de la grammatisation massive des langues du monde à partir de la tradition gréco-latine, se produit la superposition entre les sens de langue maternelle et langue nationale, ce qui mène à la construction de l'évidence de la langue maternelle comme la première langue acquise, la langue du territoire, la langue qui est opposé à une langue étrangère. Ce sont ces sens qui sont mobilisées par des expressions *patrius sermo* et *patria lingua* dans l'Antiquité classique, ce qui dépose contre le propre mérite de l'évidence des sens de l'expression langue maternelle. Au Brésil, où la grammatisation est également en correspondance avec la formation de la nation et la question de la langue nationale, les sens de l'expression langue maternelle soulèvent des questions comme la reconnaissance d'une identité linguistique brésilienne et la légitimation d'un savoir sur la langue portugaise dans le pays.

**Mots-clés :** Langue maternelle, Histoire des idées linguistiques, Grammatization brésilienne, Discours.



## ABSTRACT

The senses of the expression "mother language" in the initial period of the Brazilian process of grammatization are the subject of research in this work, which takes a historical and discursive conception of the sense and is based on the History of Linguistic Ideas, a theoretical and methodological field that considers as constitutive the relation between the history of metalinguistic knowledge and the history of the language. In order to situate the issue historically, it has been carried out, firstly, a study of the emergence of the expression "mother language" in the West. Based on the general analysis of the first known records of such expression in the West, the functioning of this expression in the grammars of Julio Ribeiro and Alfredo Gomes at the turn of the nineteenth to the twentieth century in Brazil has been specifically analyzed, aiming to understand how the senses of "mother language" built throughout the centuries in Europe resonated in the works of the Brazilian authors. The hypothesis presented here is that mother language is a historical construction whose senses follow strongly the grammatization process and the constitution of the national languages and of the National State. Given the absence of records before the twelfth century, the expression "mother language" is considered a medieval invention, initially used in Latin in the texts of the Church, as a way to counter this language to the emerging vernaculars. In the passage from the Middle Age to the Renaissance, a time of massive grammatization of the languages of the world from the Greco-Latin tradition, it is possible to state that there was an overlap between the senses of "mother language" and "national language", in a step that leads to building up the evidence of mother language as a first language, a language of the territory, a language that is opposed to the foreign language, senses deployed in Classical Antiquity by the expressions "patrius sermo" and "patria lingua", which argues against the merit of the evidence occurred with the expression "mother language". In Brazil, where grammatization is also in correspondence with the formation of the Nation and with the issue of the national language, the senses of the expression "mother language" raise issues as the recognition of a Brazilian linguistic identity and the validation of a certain knowledge about the Portuguese language in the country.

**Keywords:** Mother language, History of linguistic ideas, Brazilian grammatization, Discourse.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - UM TRABALHO DE HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS.....	19
1.1 Sobre nomeação e sentido .....	24
1.2 O conceito de gramatização .....	28
CAPÍTULO II – TENTATIVAS DE HISTORICIZAÇÃO.....	35
2.1 Andrée Tabouret-Keller .....	37
2.2 Jean-Didier Urbain.....	49
CAPÍTULO III – A INVENÇÃO DA LÍNGUA MATERNA NO OCIDENTE.....	69
3.1 No início, a língua da Pátria: a ausência da expressão língua materna na Antiguidade....	69
3.1.1 Latim: língua e discurso sobre a língua .....	78
3.2 Os primeiros registros da expressão língua materna na Idade Média .....	86
3.3 O caminho de naturalização, territorialização e nacionalização da língua materna.....	112
3.3.1 Dante Alighieri.....	112
3.3.2 Nicolau de Oresme.....	119
3.3.3 François Rabelais .....	124
3.3.4 Ordenanças de Francisco I.....	126
3.3.5 Dicionários de língua francesa.....	128
3.3.6 <i>Vocabulário Portuguez e Latino</i> , de Rafael Bluteau .....	135
CAPÍTULO IV – LÍNGUA MATERNA NA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA .....	143
4.1 Sentidos de língua materna na <i>Grammatica Portugueza</i> , de Júlio Ribeiro.....	146
4.2 Sentidos de língua materna na <i>Grammatica Portugueza</i> , de Alfredo Gomes.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	195



## APRESENTAÇÃO

---

*Por isso não sei se minha história vai ser – ser o quê? Não sei de nada, ainda não me animei a escrevê-la. Terá acontecimentos? Terá. Mas quais? Também não sei. Não estou tentando criar em vós uma expectativa aflita e voraz: é que realmente não sei o que me espera, tenho um personagem buliçoso nas mãos e que me escapa a cada instante querendo que eu o recupere.*

Clarice Lispector, *A Hora da Estrela*

O objeto deste trabalho são os sentidos da expressão língua materna no período inicial da gramatização da língua nacional do Brasil. Por exigência do título com que o batizamos, trataremos aqui de *sentido, língua materna e gramatização*. Também por exigência do título, por falarmos em “considerações”, não somos guiados pelo propósito de fornecer uma resposta definitiva a esses temas. Por outro lado, não colocamos como uma de nossas obrigações a elaboração de um conceito de língua materna, pois isso já seria matéria para outro trabalho. Feitos esses esclarecimentos, apontamos como nosso objetivo a tarefa de descrever e analisar o modo como se produzem os sentidos de língua materna em gramáticas brasileiras publicadas na virada do século XIX para o século XX. Para tanto, realizamos primeiramente um estudo da emergência da noção de língua materna no Ocidente. Para melhor delimitar a questão tratada no nosso trabalho, voltemos nossa atenção para esse lugar-comum nas indagações sobre a linguagem que é a língua materna.

Quando aborda o tema da formação das nações e do nacionalismo, Walter Bagehot, segundo o relato de Eric Hobsbawm ([1990] 2008, p. 11), teria observado que a nação é algo que “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”. Podemos admitir, sem muito esforço, que com a língua materna se passa exatamente o contrário, isto é, qualquer um pode defini-la rapidamente: língua materna é a língua que se *aprende* com a *mãe*, a *primeira* que se fala, a

que se fala na *terra* onde se *nasce*. No domínio dos estudos da linguagem, como nos lembra Giulio Lepschy (2001), a língua materna é frequentemente associada a um *falante nativo* nos moldes de uma definição simétrica e convergente: o falante nativo é aquele que fala uma língua materna, sendo essa, por sua vez, a língua de um falante nativo. Nada disso faz dela, no entanto, um tema menos controverso do que a chamada questão nacional, estando, inclusive, enredada nessa última. Como demonstraremos ao longo da nossa pesquisa, nessa longa elaboração histórica que é a ideia de língua materna, a nação é um elemento recorrente, um elemento que se interpõe na relação de pertencimento entre o falante e a língua materna. Antes de nos adiantarmos nessas questões, tratemos de um problema aparentemente pacífico no que diz respeito à língua materna, qual seja, o nome da língua. Em outras palavras, a língua é dita materna por ser a língua da mãe? Esse problema é aparentemente pacífico porque a afirmação de que a língua materna é a língua da mãe pressupõe a existência de uma língua específica da mãe, de uma língua própria da mulher. E essa já não é uma questão assim tão pacífica. Pelo contrário, a crença em uma língua da mulher é um problema teórico carregado de contradições.

Muitos trabalhos, como a crítica que a sociolinguista Marina Yaguello (1992) faz aos estudos de Antropologia no que diz respeito à crença em uma prática languageira especificamente feminina, se apoiam na crença de uma língua da mulher – e na crença maior ainda na língua do homem –, mesmo quando acreditam negar a possibilidade de uma linguagem feminina, por assim dizer. Os estudos antropológicos resenhados pela autora localizam na língua um lugar de segregação sexual. Assim, ao evocar a relação entre língua e sexo nas chamadas “sociedades primitivas”, o sociólogo americano Paul Furfey (*Mens's and Women's Languages*, 1944) argumenta que a língua dos homens pode ser um instrumento de dominação sobre as mulheres. O tabu linguístico funcionaria como uma garantia da manutenção da ordem social nessas sociedades. Para sustentar essa tese, Malinowski (*La vie sexuelle des sauvages du Nord-Ouest de la Mélanésie*, 1929) afirma que entre os índios das Ilhas Trombiand, cuja prática da magia se apoiaria essencialmente sobre o verbo, a mulher não deve proferir nem conhecer as fórmulas de encantamento dos homens, sob o risco de torná-las inoperantes ou nefastas. Já Capell (*Studies in Socio-*

*linguistics*, 1966) observa que, no caso do povo Kamilaroi, na Austrália, a língua mística, o *yanan*, é falada exclusivamente pelos homens nas cerimônias de iniciação. Jespersen (*Language, its Nature, Origin and Development*, 1992), Kraus (*Die Frauensprache bei den primitiven Völkern*, 1924) e Reik (*Men and Women speak different Languages*, 1954), por seu turno, fazem referência a sociedades nas quais as mulheres são proibidas de pronunciar o nome do marido ou de membros do seu clã, como os Zulus, por exemplo, para quem os nomes dos membros machos da família do marido seriam tabus para uma mulher. Entre os pesquisadores que vislumbram uma prática languageira feminina na análise do léxico, da fonética, morfologia e sintaxe das línguas, Flannery (*Men's and Women's Languages*, 1946) aponta diferenças fonéticas entre a fala dos homens e a das mulheres entre os índios Gros-Ventre de Montana: o /k/, por exemplo, é palatalizado na pronúncia dos homens. Bogoras (*Chukchee*, 1911) assinala diferenças da mesma ordem em *chukchee*, língua de uma tribo mongol da Sibéria: as mulheres pronunciariam [ts] para [tʃ] e [tsts] para [tʃh]. De acordo com Furfey (*Men's and Women's Languages*, 1944), a língua *chiquito*, falada na Bolívia, comporta uma distinção de gênero: na fala masculina, todos os nomes que designam deuses, demônios e homens são do gênero masculino, já os que designam mulheres, animais inferiores e conceitos não sagrados são do gênero feminino.

Após discutir os trabalhos relatados e observar que a maior parte dos etnolinguistas falou de língua da mulher, entendendo-a como uma forma desviante daquela praticada pelos homens, Yaguello (1992) afirma ter havido, a partir da década de 1930, uma evolução da noção de língua de mulher como desviante da língua do homem para a noção de língua dos homens e das mulheres como variantes sociais e sentencia que a abordagem correta do problema é justamente aquela que toma a variação. Inserindo-se em uma perspectiva sociolinguística da linguagem, a autora (1992, p. 23) considera que “na medida em que se pode pôr em evidência, em uma dada sociedade, diferenças linguísticas claramente modificadas entre locutores homens e mulheres, seria legítimo pôr as variantes sobre o mesmo plano”, acrescentando que “essa é uma modificação sobre o plano científico

(a única abordagem correta) e sobre o plano ideológico ao mesmo tempo”<sup>1</sup>. No tratamento da variação linguística segundo os preceitos da Sociolinguística, Louis-Jean Calvet (2002, p. 114), teórico citado pela autora, põe lado a lado as variáveis linguísticas, “todas as que a análise permite descobrir”, e as variáveis sociais, “todas as que uma teoria sociológica permite isolar”, estabelecendo variações em três eixos para a língua: variações diacrônicas (correlatas às faixas etárias), variações diatópicas (correlatas aos lugares) e variações diastráticas (correlatas aos grupos sociais). A pertinência dessas variações estaria no fato de definirem grupos, ou seja, elas “não são apenas linguísticas, elas têm ao mesmo tempo uma pertinência social e participam de uma certa ‘cultura’”. Nas variações diastráticas, encontra-se o sexo. Ao defender a abordagem do problema por meio da variação, Yaguello (1992) acredita negar uma língua da mulher. No entanto, quando se coloca o sexo entre as variantes diastráticas, a operação que se realiza é justamente dividir as formas linguísticas segundo o sexo, tornando possível falar de uma variedade da mulher e de uma variedade do homem. Dessa maneira, passar a olhar a variação não desautoriza a defesa de uma língua de mulher e de homem. Nesse sentido, Yaguello (1992), para quem, dadas as bases científicas para uma nova abordagem do problema, continuar afirmando velhas doutrinas constitui um gesto de sexismo, acaba por confirmar os mesmos trabalhos antropológicos que procura desautorizar, trabalhos que parecem considerar o tabu linguístico como algo que emana natural e diretamente da língua, dando, assim, como resultado interpretações segundo as crenças das quais partiram, quer dizer, há uma língua do homem e há uma língua da mulher.

O tratamento da língua materna nas ciências da linguagem é outra questão plena de contradições. Um aspecto a ser observado é que a língua materna é frequentemente tomada pelos estudiosos da linguagem como algo que já se sabe por antecipação. Com efeito, diferentemente das divergências teóricas em torno da definição de vocábulos como “língua”, apenas para ficar nesse exemplo, a heterogeneidade em torno dos conceitos

---

<sup>1</sup> « Dans la mesure où l’on peut mettre en évidence, dans une société donnée, des différences linguistiques nettement codifiées entre locuteurs hommes et femmes, il serait légitime de mettre les variantes sur le même plan. [...] C’est une modification à la fois sur le plan scientifique (c’est la seule approche correcte) et sur le plan idéologique. » Salvo menção contrária, todas as traduções que aparecem nesta dissertação são de nossa autoria.

básicos que sustentam a Linguística não parece se aplicar à expressão língua materna, muitas vezes usada sem maiores explicações, como se seu sentido fosse evidente. Na verdade, embora a língua materna seja um termo canônico nas indagações sobre linguagem, os sentidos de língua materna flagrados nessas indagações não estão muito distantes do senso-comum. Basta folhear, por exemplo, a obra *Conversas com linguistas* (2003), que reúne entrevistas feitas com dezoito linguistas brasileiros, para encontrar a língua materna definida como a língua que se herda no berço materno, a primeira língua, a língua natural, a língua local, a língua nativa, a língua oral, a língua que se contrapõe à língua estrangeira. Não é o caso de considerar essas definições inválidas. O problema está em naturalizá-las, o que pode, inclusive, implicar sérios embaraços teóricos ao linguista.

Perguntado sobre o lugar da expressão língua materna na Gramática Gerativa, Noam Chomsky, por exemplo, afirma que “o conceito de ‘língua materna’ é uma versão informal do que se chama Língua-I na gramática gerativa, o tema principal de investigação”<sup>2</sup>. Tanto em uma de suas publicações mais recentes, *New Horizons in the Study of Language and Mind*, lançada em 2000, quanto em um dos seus mais célebres trabalhos, *Syntactic Structures*, publicado originalmente em 1957, a expressão língua materna não é usada uma única vez. O fato de trocar língua materna por Língua-I não livra a Gramática Gerativa dos problemas enredados pela naturalização dos sentidos de língua materna. Pereira de Castro (2007), observando as discussões realizadas pelos gerativistas sobre a aquisição da chamada L2, a língua estrangeira ou língua segunda, mostra como o reconhecimento da especificidade da chamada L1, a língua materna, definida no eixo de uma cronologia e reconhecida como primeira língua, abala os princípios da teoria gerativista pelo enfraquecimento da Gramática Universal (GU).

A discussão sobre a aquisição da língua estrangeira ou língua segunda enfrenta o problema de saber se o papel desempenhado pela GU na aquisição de L2 é o mesmo do desempenhado na aquisição de L1. Sendo a faculdade da linguagem biologicamente determinada, conforme a premissa básica do programa gerativista, o problema lógico da

---

<sup>2</sup> Mensagem enviada a nós pelo autor em nove de abril de 2011: “The concept ‘mother tongue’ is an informal version of what’s called I-language in generative grammar, the main topic of investigation”.

aquisição de linguagem deveria ser o mesmo em L1, L2, Ln. Como nos mostra Pereira de Castro (2007), para os autores que invocam a noção de período crítico, tal como formulada por Eric Lenneberg (1967), que determina um prazo específico para que uma criança possa aprender uma língua, a GU não estaria mais acessível para o aprendiz de L2. Schachter (1988), por exemplo, não acreditaria no acesso à GU para aquele que aprende outra língua já na puberdade, tratando-se, nesse caso, de um processo unicamente cognitivo de aprendizagem. Aliando a cronologia à noção de desenvolvimento, o conceito de período crítico, embora sirva de argumento para sustentar a peculiaridade de L1, a língua materna, fragiliza o valor da GU na teoria gerativista por limitar seu papel à aquisição de uma primeira língua, “abrindo brechas para a contradição teórica: pode-se adquirir/aprender uma segunda língua sem que se acionem as estruturas cognitivas exclusivas da linguagem”, como afirma Pereira de Castro (2007, p. 136).

Ainda que reconheçam a especificidade da aquisição de L2 por aqueles que já atingiram a puberdade, há autores que não abrem mão de uma hipótese que sustente o papel da GU na aprendizagem de uma língua estrangeira. Para reafirmar esse papel da GU, procura-se, então, diferenciar aquisição e aprendizagem, processos cognitivos específicos à linguagem e aqueles mais gerais, conhecimento explícito e conhecimento implícito. Feita essa diferença, afirma-se que o acesso à GU torna-se ativo quanto entra em jogo a sintaxe. Assim, os aprendizes de L2 seriam sensíveis a certos princípios que definem “os traços centrais” de L2. Na questão da ordem das palavras, por exemplo, estudos experimentais procuram mostrar que o fato de a L1 ter uma ou outra ordem não acarretaria a transferência dos seus traços centrais. Pereira de Castro (2007) argumenta que a discussão entre os gerativistas mostra que a L1 – caracterizada no debate principalmente pelo valor atribuído à GU – só é problematizada quando posta em oposição às línguas posteriormente adquiridas. Nesse sentido, quando se assume a hipótese de que a determinação biológica garante a acessibilidade da GU, se está certamente reafirmando as premissas da teoria, mas, ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de que as línguas adquiridas ao longo da vida possam ser postas em sequência L1, L2...Ln que as diferencia pela simples ordem da aquisição. Já quando se indaga sobre a diferença entre a língua que se adquire na infância e

aquelas adquiridas na puberdade – assumindo ou não a hipótese do período crítico – põe-se a diferença entre saber uma língua (materna) e conhecer uma língua (outra), a partir da língua que se sabe, explicando-se, assim, o recurso ao termo “aprendizagem”. Dessa forma, conclui Pereira de Castro (2007, p. 137), “o reconhecimento da especificidade da língua materna, a L1, não deixa de abalar os princípios da teoria pelo enfraquecimento da GU”. Mesmo relegada ao lugar de chamamento informal, a naturalização da noção de língua materna como a primeira adquirida mexe profundamente com os pressupostos da Gramática Gerativa. Em contraste com essa posição, é possível fazer referência a trabalhos que procuram enfrentar a complexidade da noção de língua materna com vistas a uma ressignificação do termo. Entre os mais recentes, destacam-se os de Pereira de Castro e os de Maria Onice Payer.

Pereira de Castro (1998, 2007, 2009) trabalha no sentido de provocar uma reflexão sobre a particularidade da língua materna na sua relação com a constituição do sujeito falante. Para tanto, a autora (1998, p. 248) reconhece, junto com o linguista Jean Claude Milner, a necessidade de deslocamento conceitual da noção de língua materna, “da configuração numerável, de simples equivalente à primeira língua, para o lado que a impede, justamente, de fazer número com as outras línguas, de lhes ser acrescentada, comparada”. Na verdade, partindo de uma perspectiva interacionista da aquisição de linguagem, que considera a singularidade da fala da criança e que toma o adulto como lugar de funcionamento da língua constituída, Pereira de Castro (2009, p. 1) alega que a língua materna, pela sua relação com o sujeito falante, é incompatível com a seriação: “A língua materna tem um traço incomensurável, que a faz diferente de todas as outras porque não tem outra; não se soma a nenhuma outra. Ela é qualquer língua, como todas de certo modo o são, mas para o sujeito ela é sua língua materna; fato que a torna incompatível com uma seriação”.

Retomando o conceito laciano de *Lalangue*, o registro que destina uma língua ao equívoco, Pereira de Castro (1998, p. 252-253) ressalta a importância de interpretar a língua materna dentro de uma reflexão sobre a(s) língua(s) e assume que, “no campo da relação entre *lalangue* e língua”, “o conceito de língua materna pode trazer

contribuição para a área de aquisição de linguagem, mostrando que o excesso, a heterogeneidade, a singularidade da fala da criança, são da natureza do *não-um*”, devendo “ser tratados como uma dimensão da própria língua e não como fora da sua ordem, como fatores extralinguísticos”. Nessa perspectiva, a autora (2009, p. 9) defende que a “língua materna põe o sujeito na posição de falante, isto é, passa a qualificá-lo a partir desse momento lógico de captura por um modo de funcionamento, sempre dividido entre *lalangue* e língua”. Por considerar que a língua materna significa a criança com o perfil de um ser falante, isto é, por fazer a passagem do lugar de *infans*, aquele que não fala, ao de ser da linguagem, e também por avaliar que não é possível ao sujeito retornar ao estado em que se encontra o *infans*, Pereira de Castro (1998, p. 256) afirma que “*a língua materna é única e inesquecível*. Nunca silenciada, mesmo se não a encontramos na superfície da fala, mesmo se falamos uma língua estrangeira”.

Maria Onice Payer (2006, 2007, 2009) busca na noção de língua materna um valor operatório que permita explorar os traços da língua a partir de uma abordagem que supere categorias como “dialeto regional”, “língua informal”, “língua familiar”, entre outras. Para a autora, é preciso pensar a língua materna não mais apenas como uma “língua empírica” específica, quer dizer, um sistema linguístico particular, mas como uma dimensão discursiva da linguagem, uma dimensão da memória da língua. Como uma dimensão discursiva da linguagem, a língua materna não seria autoevidente nem teria a mesma configuração em qualquer circunstância histórica. Essa é uma perspectiva condizente com a noção de língua trabalhada pela Análise do Discurso, que considera que, pela língua, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo. Nesse sentido, a noção de língua materna possibilitaria atingir “a instância em que se alcança a mútua constituição do sujeito e da língua”, conforme as palavras da autora (2006, p. 128).

Quando analisa a situação dos descendentes de imigrantes italianos no estado do Espírito Santo, Onice Payer (2006) constata que, no sentido de uma língua constituída, a função de língua materna não é exercida por uma única língua apenas, o que a leva a afirmar que mais de uma língua possa atuar conjuntamente na função de língua materna. Por outro lado, seria possível operar um desmembramento entre a função de estruturação

simbólica do sujeito falante e materialidade da língua materna. De acordo com a autora (2006, p. 134), considerando o percurso dos sentidos e a disputa das línguas ao longo da história, “a ‘matéria’ da língua materna pode não ser a mesma em dois tempos, X e Y, e mesmo assim a língua do primeiro momento X funciona na constituição do sujeito de linguagem no tempo Y, enquanto memória da língua”. Para Onice Payer (2009, p. 6), a língua materna é uma dimensão específica da ordem da memória, assumindo um lugar e funcionamento distinto para o sujeito da linguagem, envolvendo não apenas a função estruturante do sujeito desde a infância, mas também “a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/pelos cuidadores que estão mais próximos”.

A última questão que gostaríamos de abordar é a confusão entre língua materna e a língua nacional. Talvez seja esse o maior dos problemas em torno da língua materna, pois a sobreposição entre o que é materno e o que é nacional pode levar, no fim das contas, ao próprio apagamento da língua materna. É preciso estabelecer que língua materna e língua nacional representam duas dimensões da relação dos sujeitos com a linguagem e com o poder central representado pelo Estado nacional. Como explica Onice Payer (2009), língua materna e língua nacional são línguas materialmente diferentes em confrontos na história, são conceitos diferentes, pois circunscrevem fenômenos distintos em seu funcionamento na relação do sujeito com a língua. Com os olhos voltados para o sujeito imigrante no Brasil, a autora (2007, p. 339-340) esclarece que língua nacional e língua materna “não se recobrem, nem em termos empíricos, nem em termos de seu estatuto na prática de linguagem, de tal modo que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de língua materna ao de língua nacional sem ter de mudar de estrutura de língua”. Segundo o modo de distribuição das línguas para seus falantes, Eduardo Guimarães (2005a) separa as línguas em duas categorias: aquelas que tratam das relações cotidianas entre seus falantes, entre as quais se incluem a língua materna e a língua franca, e aquelas que tratam das suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais, entre as quais se incluem a língua nacional e a língua oficial. Nesse esquema, de acordo com o autor (2005a, p. 11), a língua materna é aquela “cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nascem a

praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como primeira para seus falantes”, ao passo que a língua nacional é “a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo”, geralmente sobreposta à língua oficial, “língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”.

Porque língua materna e língua nacional são diferentes é que pode haver uma tensão entre elas. Essa tensão ganha corpo no imaginário de unidade linguística da nação. Argumentando nesse sentido quando aborda a questão da imigração italiana no Brasil, Onice Payer (2007, p. 340-341) afirma que a tensão entre língua materna e língua nacional “se produz na história, sustentada pelo Estado, em um momento importante de sua consolidação como nação, e que, vindo dessa exterioridade, tal tensão atinge a constituição da linguagem e do sujeito, em seus processos de identificação em relação à língua”. Como explica a autora, a diversidade interna da nação, seja ela de ordem ideológica, política, social, linguística etc., é aplainada sob o ideário e o imaginário da unidade nacional. Dessa forma, embora a língua não seja um critério satisfatório para classificar uma nação, como argumenta Hobsbawm ([1990] 2008), ela, a nação, sempre se apresenta através de suas instituições como linguisticamente homogênea. Nesse jogo, realiza-se a sobreposição entre língua materna e língua nacional, pois como a nação elege apenas uma única língua como a língua nacional, essa língua acaba por significar a língua materna de todos os sujeitos da nação. De fato, como expõe Onice Payer (2007, p. 344), o fato de que apenas uma única língua seja elevada à categoria de língua nacional nos Estados nacionais e o fato de que nas sociedades nacionais a escola ser o lugar por excelência de difusão da língua nacional, principalmente através da escrita, “produziram historicamente uma relação imaginária naturalizada, quase termo-a-termo, entre a língua nacional e a constituição do sujeito”.

Se a questão da língua é uma questão de Estado, como defendem Gadet e Pêcheux (2004), a identificação das línguas dentro do território do Estado nacional é orientada pela língua eleita como língua nacional desse mesmo Estado nacional. Como diz Orlandi (2001, p. 11), “a noção de língua nacional é que faz ter sentido distinções como a de língua materna/língua nacional quando diferentes memórias entram em confronto”. Pelo

batimento entre o ideário de unidade linguística e a pluralidade de línguas dentro do Estado nacional é que a língua materna pode coincidir e ao mesmo tempo divergir da língua nacional. Para alguns, aqueles que falam a língua nacional, a língua materna coincide com a língua nacional. Para outros, os que não falam a língua nacional, a língua materna diverge da língua nacional. Para todos, no entanto, a língua nacional é apresentada como a única língua do Estado nacional, logo, como língua materna de todos os cidadãos.

Sobre os efeitos da sobreposição entre língua materna e língua nacional, Guimarães (2005a) argumenta que a distribuição das línguas para seus falantes, por ser desigual, constitui uma hierarquia para essas línguas, no que vem a pesar os instrumentos linguísticos da gramatização, como gramáticas e dicionários, que trabalham na divisão entre o certo e o errado, produzindo duas ordens de divisão social da língua no seu funcionamento, quer dizer, uma divisão vertical, entre um registro formal e um registro coloquial, e uma divisão horizontal, entre variedades normalmente chamadas de dialetos ou de falares. Por essa divisão não ser de igualdade, a divisão vertical recorta a língua de uma maneira que as divisões hierarquicamente mais baixas são qualificadas como não pertencentes à língua. Nesse gesto, o registro formal passa a ser considerado *a língua*, enquanto todo o resto é significado como *erro*, estando, portanto, fora da língua. No cruzamento entre divisões verticais e horizontais, alguns falares regionais são significados unicamente como línguas coloquiais, como línguas de pessoas não-escolarizadas. Na cidade de São Paulo, como exemplifica o autor, o Falar do Sul é colocado hierarquicamente acima do Falar Nordestino, produzindo-se como resultado a ideia de que a língua do Nordeste não faz parte do registro formal, ou melhor, como se não houvesse um registro formal no Falar Nordestino, o que sedimenta a crença de que todas as línguas dos imigrantes nordestinos são erradas. Como observa Guimarães (2005a, p. 24), essa divisão traz consigo a sobreposições entre língua oficial, língua nacional e língua materna, de forma que o português é significado como a nacional, oficial e materna de todos os brasileiros, ao passo que “se um falar regional é identificado com o registro coloquial do português, então essa língua regional (toda ela) está fora da língua nacional e da língua oficial”, “ao mesmo

tempo, sendo a língua materna de seus falantes, não é língua materna deles enquanto brasileiros (é como se eles nunca falassem certo – ou, pior, como se nunca falassem)”.

O efeito de coincidência entre a língua materna e a língua nacional produzido no processo de gramatização brasileira funciona de maneira consistente no espaço escolarizado, como demonstra Castellanos Pfeiffer (2007, p. 116): “Na ordem do imaginário, espaço de organização dos sentidos, tudo se passa como se o ‘sujeito de linguagem’ brasileiro fosse à escola para aprender sua língua materna e não a língua nacional”<sup>3</sup>. Essa situação tem como efeito a indistinção entre o aprendizado *sobre* a língua materna e o aprendizado *da* língua materna, de modo que essa língua fica no limite entre um saber pedagógico e um saber científico. A partir daí, como expõe a autora (2007, p. 118), “a língua nacional, necessariamente, funciona como uma evidência: é a língua materna de cada um de nós. Naturaliza-se a coincidência, institucionalizando sua naturalização – que se torna *memória institucionalizada*”<sup>4</sup>. A força dessa naturalização leva ao estabelecimento da distinção entre cultura e natureza, palavras reservadas, respectivamente, aos que já estão na escola e àqueles que acabaram de ingressar nela. No fim das contas, como analisa a autora (2007, p. 120), é como se houvesse duas línguas maternas, “aquela que será ensinada [...] e que coincide com a língua de cultura, com a língua nacional; e aquela que destoa da língua de cultura, constituída da pluralidade das ‘variedades naturalmente adquiridas’”<sup>5</sup>. Uma é significada como um instrumento de civilização superior, enquanto as outras, quer dizer, as variedades naturalmente adquiridas, são colocadas no lugar do diferente, do inferior. Embora o efeito de coincidência entre língua materna e língua nacional atinja todos os sujeitos, a validade dessa coincidência, no entanto, abrange poucos. Conforme Castellanos Pfeiffer (2007, p. 121): “Para aqueles que

---

<sup>3</sup> « Dans l’ordre de l’imaginaire, espace de l’organisation des sens, tout se passe comme si le « sujet de langage » brésilien allait à l’école apprendre sa langue maternelle et non pas la langue nationale. »

<sup>4</sup> « À partir de là, la langue nationale, nécessaire, fonctionne comme une évidence : c’est la langue maternelle de chacun de nous. On naturalise la coïncidence, en institutionnalisant sa naturalisation – qui devient *mémoire institutionnalisée*. »

<sup>5</sup> « Si l’on réfléchit à l’effet de coïncidence traité dans ce travail, on aurait en fait deux langues maternelles : celle qui sera enseignée [...] qui coïncide avec la langue de la culture, avec la langue nationale ; et celle qui dissone avec la langue de la culture, constituée de la pluralité des « variétés naturellement acquises ». »

sempre foram à escola, a equivalência entre língua materna e língua nacional permanece válida, enquanto que os outros vão à escola para adaptar sua língua materna de forma a poder estar no lugar justo do bem-dizer, da língua nacional”<sup>6</sup>.

Pelo que se pode compreender das questões tratadas até o momento, embora sofra o mérito da evidência e produza efeitos de reconhecimento toda vez que é enunciada, a língua materna é um objeto cercado de contradições. Esse é o sentido da citação que fazemos de Clarice Lispector na epígrafe desta apresentação: a língua materna é um objeto buliçoso, sempre colocando os limites das ciências da linguagem à prova, apesar de muitas vezes ser tomada como um problema banal, razão pela qual ela é raramente definida acima do senso-comum. Não sem exagero, o sociólogo Jean-Didier Urbain (1982) afirma que a língua materna não é apenas uma imagem persistente na Linguística, mas talvez sua parte maldita, enquanto Lacan, como nos lembra Jean-Marie Prieur (2007), enxerga na língua materna um fantasma elaborado por linguistas e gramáticos a partir da dispersão e da hibridação das línguas. De nossa parte, não procuramos fazer da língua materna uma questão menos problemática, mas esperamos, por outro lado, desnaturalizar os sentidos atribuídos à língua materna, mostrando que eles são construídos historicamente e que a própria expressão língua materna é uma invenção, o que não é de forma alguma uma evidência.

Buscando responder à pergunta que encabeça o título do nosso trabalho (o que há de materno na língua?), organizamos a presente dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos a partir dos quais abordamos a História das Ideias Linguísticas, um campo do conhecimento sobre a linguagem que considera constitutiva a relação entre história da língua e história do saber metalinguístico. Fazemos também algumas considerações sobre a questão do sentido e da nomeação, argumentando a favor da importância do nome da língua para a compreensão do desenvolvimento das ideias linguísticas e também a favor de uma concepção histórica e

---

<sup>6</sup> « Pour ceux qui y sont toujours allés, l'équivalence entre la langue maternelle et la langue nationale reste valable, tandis que les autres y vont pour adapter leur langue maternelle de façon à pouvoir être à la place juste du bien-dire, de la langue nationale. »

discursiva do sentido para enfrentar o problema do nome da língua. Por fim, discutimos o conceito de gramatização segundo a definição dada por Sylvain Auroux (1992), como um processo de instrumentação das línguas que resulta na fabricação de instrumentos linguísticos que afetam a relação do falante com a língua, processo que se inicia na Europa, se desenvolve massivamente a partir do Renascimento e se realiza de uma maneira particular no Brasil na segunda metade do século XIX. Nosso esforço é o de mostrar que a gramatização é uma questão técnica e, indissociavelmente, uma questão política, estando ligada ao fato histórico do Estado nacional.

No segundo capítulo, fazemos referência aos poucos trabalhos já realizados sobre a história da expressão língua materna, nos detendo particularmente nos estudos de Andrée Tabouret-Keller (2003, 2004) e de Jean-Didier Urbain (1982), apontando o que consideramos problemas de abordagem, como a ausência de análises que favoreçam as ideias apresentadas e, sobretudo, a associação direta entre a expressão língua materna e a figura da mulher.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre os primeiros registros conhecidos da expressão língua materna no Ocidente, acompanhando seu emprego ao longo do processo de gramatização e de formação dos Estados nacionais na Europa, de forma a mostrar como se constrói historicamente a noção de língua materna. Quando fazemos a história da expressão língua materna, descobrimos que não existem registros da expressão antes do século XII, o que nos leva a tratá-la como uma inovação medieval. Esse dado nos permite questionar a evidência da língua materna como *aquela que se aprende com mãe*, pois, se a língua é materna por ser aprendida com a mãe, segundo um discurso referencialista, teríamos então que admitir que os antigos não aprendiam a língua com a mãe ou, mais absurdamente, que os antigos não tinham língua materna, já que a expressão língua materna não é conhecida na Antiguidade.

Ao analisar uma obra anterior ao século XII, *Vita Karoli Magni*, mostramos que as expressões empregadas para nomear a primeira língua aprendida, a língua adquirida naturalmente na infância, a língua que se fala em uma pátria e que se contrapõe a uma

língua estrangeira são *patrius sermo* e *patria lingua*, formadas pelo adjetivo latino *patrius*, cujo sentido etimológico não é o de um pai físico, mas o de um pai jurídico e universal, a pátria. Apontamos, dessa forma, que os sentidos dados atualmente à língua materna são mobilizados nos textos clássicos pelas expressões *patrius sermo* e *patria lingua* em um momento em que não havia qualquer registro da expressão materna. Com a análise dos textos dos poetas elegíacos romanos Lucrécio e Propércio, mostramos que as expressões *patrius sermo* e *patria lingua* são usadas para nomear o latim e tecemos alguns comentários sobre os discursos sobre a língua latina presentes nesses textos e as mudanças pelas quais essa língua passou até a emergência das línguas românicas.

Logo em seguida, apresentamos e analisamos os primeiros registros conhecidos da expressão língua materna na Idade Média, em sua maior parte produções hagiográficas ou outros escritos relacionados à Igreja: Guiberto de Nogent, *Dei Gesta per Francos*, 1104-1108; Baudri de Bourgueil, *Historia Ierosolymitana*, 1107; Geoffroy de Vendôme, *Epistulae*, 1110; *Notae Dunelmenses*, 1109-1113; Eadmer, *Vita Odonis*, 1109-1114; Guiberto de Nogent, *De vita sua*, 1114-1117; *Relato de Hesso sobre o Concílio de Reims*, 1119; *Costume de Springierbach/Rolduc*, 1123-1128; *Marginalia*, 1150-1250; Guilherme de Saint-Denis, *Vita Sugerii*, 1152; *Ars Medulina*, 1154-1180; *Vita Norberti*, 1157-1161; Filipe de Harvengt, *De obedientia clericorum*, 1157-1183; Jean Belet, *Summa de ecclesiasticis officiis*, 1160-1164; Thomas Becket, *Epistolae*, 1169; Pedro Cantor, *Verbum abbreviatum*, 1191-1192; Nigel Wireker, *Tractatus contra curiales et officiales clericos*, 1193. A análise desses textos nos permite descobrir que a expressão língua materna nasce marcada pela oposição ao latim e pela identificação com os leigos, funcionando como a representação de um mundo partido entre clérigos e leigos e da situação linguística particular do mundo latino, marcado pela manutenção do latim como língua da administração, da vida intelectual e religiosa e pela emergência das línguas neolatinas. Dessa forma, podemos comprovar que, antes de se ligar direta e simplesmente à mãe, ou melhor, a uma mãe biológica, a expressão língua materna corresponde a configurações sociopolíticas específicas. Na verdade, fazemos um percurso de análise que nos permite afirmar que a expressão língua materna é uma marca da consciência da diversidade

linguística do homem medieval e uma representação perfeita das barreiras que asseguram a partição do mundo feudal em dois, apontando diferentes modos de vida e distintas maneiras de se colocar na presença de Deus. A análise dos primeiros registros da expressão língua materna nos confirma também a existência da reflexão gramatical sobre os vernáculos europeus e um processo avançado de instrumentação dessas línguas com a adaptação de conceitos da tradição greco-latina já desde o século XII. Para encerrar o estudo dos primeiros registros conhecidos da expressão língua materna no século XII, discutimos até que ponto a figura da mãe é determinante na montagem da expressão língua materna e apresentamos nossa hipótese para a criação da expressão na Idade Média.

Ainda no terceiro capítulo, realizamos a análise dos primeiros registros da língua materna encontrados em textos basilares das tradições nacionais, o tratado *De vulgari eloquentia*, de Dante Alighieri, 1302-1305, empregado amplamente no debate da chamada *questione della lingua* na Itália; em textos escritos nos vernáculos, a apresentação feita por Nicolau de Oresme na sua tradução das *Éticas*, de Aristóteles, 1361; em textos literários, a obra *Pantagruel*, de François Rabelais, 1532-1552; em decretos dos Estados nacionais, as Ordenanças de Francisco I da França, 1539; em dicionários, o *Dictionnaire de l'Académie Française*, 1694, um dos primeiros dicionários monolíngues conhecidos, além de outros dicionários franceses e, por fim, o *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Rafael Bluteau, 1712-1728. Nesse novo conjunto de textos, não relacionados diretamente à Igreja, escritos em língua vernácula e ditados pelos Estados nacionais, a língua materna passa a ser significada como língua natural, língua de um território, língua de um país, língua da pátria, em um passo que leva à construção do efeito de coincidência entre língua materna e língua nacional.

No quarto e último capítulo da nossa dissertação, analisamos os sentidos da expressão língua materna em duas das principais gramáticas produzidas no primeiro momento da gramatização brasileira, a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, 1881, e a *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes, [1887] 1913. A gramática de Júlio Ribeiro tem sua importância por ser a primeira do processo de gramatização brasileira, sendo

continuamente retomada por outros autores brasileiros, enquanto que a gramática de Alfredo Gomes foi amplamente empregada nas escolas brasileiras. Essa parte do trabalho não está desvinculada do resto da nossa pesquisa, pois, afora as particularidades, tanto no Brasil do século XIX quanto na Europa durante a Idade Média e o Renascimento, está ocorrendo o processo de gramatização e a constituição da língua nacional e do Estado nacional. Esse é justamente o ponto de inflexão entre o terceiro e o quarto capítulo da nossa dissertação. Analisamos um processo mais amplo, o funcionamento da expressão na Europa, e um específico, o funcionamento da expressão no Brasil. A distância temporal é enganadora por tratar-se do mesmo processo político-histórico, que, contudo, se realiza de maneira distinta, já que o Brasil representa outro ambiente natural, outro universo de referência, um espaço-tempo particular, com trocas linguísticas particulares. No plano das ciências da linguagem, as ideias linguísticas que circulam na gramatização brasileira também já são outras, com a gramática histórico-comparativa reinando suprema, mas não sem o embate com a gramática geral, de forma que o célebre problema da unidade e da diversidade das línguas, de referir o um ao múltiplo, é resolvido na elaboração de uma língua-mãe, uma língua mais antiga, da qual saíram todas as outras.

Quando tomamos a constituição histórica dos sentidos de língua materna a partir do processo de gramatização e constituição da língua e dos Estados nacionais, podemos resistir à tentação da história cronológica, que nos levaria, fatalmente, a uma perspectiva também cronológica no desenho histórico dos sentidos de língua materna. Embora, por perseguirmos os primeiros registros conhecidos da expressão, os textos estejam dispostos cronologicamente, o sentido da expressão nesses textos é analisado dentro do processo que atravessa a história das línguas no mundo, o processo de gramatização.

É bastante sensato supor que, na gramatização brasileira, a despeito de uma memória de sentidos constituída historicamente, a expressão língua materna não pode significar exatamente da mesma forma como era significada na gramatização das línguas europeias. Deve haver aí deslizamentos fundamentais! Quais? Que sentidos são mobilizados pela expressão em um novo espaço de línguas longe da Europa? Como

mostramos, na gramatização brasileira, em virtude da história de colonização do Brasil, os sentidos de língua materna estão enlaçados em questões como o reconhecimento de uma identidade linguística brasileira e a legitimação de um saber brasileiro sobre a língua portuguesa no país, em que pesam também as filiações dos autores brasileiros aos estudos histórico-comparativos, com a língua materna significada como um instrumento natural, nascido de uma língua-mãe, submetido a um processo de evolução natural, transformado por razões físicas, mas também pelas tradições históricas.

A investigação histórica da expressão língua materna não é uma prática comum. Na verdade, são raros os estudos que tomam como objeto de trabalho a constituição histórica dos sentidos de língua materna. Por essa razão, a nossa pesquisa é uma tentativa de contribuição para suprir a carência de trabalhos que se detenham especialmente sobre a história da expressão língua materna, abrindo um espaço de discussão no Brasil no âmbito da História das Ideias Linguísticas. Esperamos também avançar na compreensão do processo de gramatização da língua nacional do Brasil, um tema que tem muito a dizer não apenas sobre a história dos brasileiros, mas também sobre o próprio desenvolvimento das ideias linguísticas na história ocidental.

## CAPÍTULO I

---

### UM TRABALHO DE HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

*Aos poucos, contudo, as implicações dessa ideia começaram a ser entendidas. No início a coisa toda era muito radical, muito doidona, o tipo de coisa que faria uma pessoa normal dizer: “Sim, claro, exatamente o que eu teria dito.” Então inventaram algumas frases como “Frameworks de Subjetividade Interativa” e, a partir daí, as pessoas relaxaram e puderam levar adiante a teoria.*

Douglas Adams, *A vida, o Universo e Tudo Mais*

Nosso trabalho se insere em um campo de conhecimento que se convencionou chamar História das Ideias Linguísticas (HIL). A HIL não é apenas um nome alternativo para a História da Linguística, mas um modo de pensar a constituição do saber sobre a linguagem e as línguas a partir dos procedimentos metodológicos produzidos pela equipe do Prof. Dr. Sylvain Auroux desde 1980. Esses procedimentos dizem respeito à instrumentação das línguas através de vocábulos, enciclopédias, dicionários, gramáticas etc. No Brasil, o espaço institucional da HIL foi aberto pelo projeto coletivo “*História das Ideias Linguísticas no Brasil: construção de um saber metalinguístico e a construção da língua nacional*”, desenvolvido no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, com a coordenação do Prof. Dr. Sylvain Auroux e da Profa. Dra. Eni Orlandi.

Trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos são comuns desde o início do século XIX, conforme Auroux (1992). Para afirmar a especificidade da HIL, trazemos as palavras de Eni Orlandi (2001, p. 16):

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definitiva; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como

especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. Não se trata de uma história da Linguística externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.

Ao procurar compreender o aparecimento de um saber metalinguístico mesmo antes da instituição da Linguística, a HIL lança uma forte crítica ao mito da cientificidade expandido pela historiografia das ciências da linguagem no século XIX, de acordo com o qual os estudos sobre a linguagem só seriam verdadeiramente científicos a partir do comparativismo. Para evitar a filiação com esse modelo de cientificidade, nocivo, segundo Aurox (1992), para a compreensão do papel desempenhado pelas ciências da linguagem no desenvolvimento da cultura humana, preferimos falar em *ideias linguísticas* ao invés de *teorias linguísticas*, pois, como afirmam Colombat, Fournier e Puech (2010), a noção de *teoria* apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto da concepção científica que se desenvolve no Ocidente com o nascimento da gramática histórico-comparativa. De acordo com os autores, por ser menos normativa, além de não se comprometer epistemologicamente com o programa científico dos comparativistas, a noção de *ideia* apresenta a vantagem de abraçar as diversas formas que o saber sobre a linguagem e as línguas pode assumir na história, como, por exemplo, técnicas, processos e conceitos. Dessa forma, pela via da HIL, podemos escrever uma história da expressão língua materna que se inicia bem atrás do período de formulação de um conceito de língua materna ou de uma teoria sobre a língua materna.

A HIL considera constitutiva a relação entre língua e metalinguagem (AUROUX, 1992), entre língua e conhecimento linguístico (ORLANDI, 2002). Se não há dúvidas sobre o fato de se terem constituído saberes a respeito da linguagem humana ao longo dos séculos, não é menos verdade que esses saberes afetaram a imagem e o funcionamento das línguas. Com efeito, a formação de um saber metalinguístico não se separa do processo histórico de constituição de uma identidade linguística. Por essa razão, na perspectiva da HIL, o estudo da história da língua articula-se com o estudo da história do

saber metalinguístico. Nessa linha, Aurox (1992) defende que o estudo histórico sobre a constituição de saberes sobre a linguagem humana deve responder a duas questões: 1. Sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico?; 2. Como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem?

Fazer HIL é, segundo Colombat, Fournier e Puech (2010), explorar os textos, inclusive aqueles muitas vezes esquecidos, a fim de criar as condições de uma reflexão informada sobre a epistemologia das ciências da linguagem por meio da produção de informações sobre as teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram e os conceitos que elas elaboraram; sobre a forma como os problemas foram postos e concebidos; e sobre problemas mais gerais e mais fundamentais, tais como a concepção que gramáticos e linguistas tiveram do seu objeto em vários momentos, a forma como foram tomados e concebidos os fatos e os dados, bem como as regras e/ou as leis que os organizam, ou ainda como foram distinguidos o possível e o impossível de língua, o que se pode dizer e o que não se pode dizer, ou também como foram definidas as condições de validação das descrições. Os textos analisados, no entanto, não devem encarados como documentos que refletem ideologias e escondem sentidos que precisam ser achados, mas como parte da construção dos sentidos na história, que toca sempre no entremeio do mesmo e do diferente, tal como sustenta Castellanos Pfeiffer (2002), afinal, como argumenta Orlandi (2007, p. 37), “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros”.

Nos termos de Guimarães e Orlandi (1996), o trabalho da HIL envolve a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e de sua relação com a história do povo que a fala. Como a constituição das ideias linguísticas está ligada de forma incontornável às práticas humanas, não faz sentido, portanto, determinar um método de estudo histórico dessas ideias que não contemple essas práticas humanas. Dessa forma, acreditamos não ser possível tratar historicamente das ideias linguísticas fora das condições históricas em que elas foram produzidas e postas em circulação. Como lembram os autores, falar da história das ideias linguísticas no Brasil é levar em conta a constituição de um saber metalinguístico nas condições próprias da história brasileira. Assim, o fato de o Brasil ter sido uma colônia portuguesa que se torna independente no início do século XIX não é um

dado secundário, mas, ao contrário, constitutivo do pensamento sobre a linguagem no Brasil. Por fim, ainda segundo os autores, no momento em que se toma a constituição do pensamento linguístico no Brasil nas condições específicas de sua história, abre-se a possibilidade de reconhecer, para além de influências das ideias europeias na produção do conhecimento linguístico brasileiro, a construção de um lugar próprio na história das ciências.

A apreciação dos instrumentos tecnológicos da gramatização na escrita da HIL se justifica na medida em que o exame da constituição desses instrumentos tecnológicos diz muito sobre o modo como uma sociedade constrói sua identidade, pois “a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente”, como notam Guimarães e Orlandi (1996, p. 09). Dessa forma, observar a constituição de instrumentos tecnológicos brasileiros é uma maneira de perceber como se constrói uma identidade brasileira. Uma vez que, como registram Guimarães e Orlandi (1996, p. 14), “a língua e os instrumentos linguístico são objetos históricos que estão intimamente ligados à formação do país, da nação, do Estado”, a produção de instrumentos tecnológicos relacionados com a linguagem se revela um ponto privilegiado para a observação da forma como uma sociedade produz conhecimento relativo à sua realidade. Pela análise desses instrumentos é possível notar, por exemplo, a aproximação do Brasil de ideias científicas e filosóficas vindas de outros países que não Portugal.

Os modos da produção da ciência a que estamos submetidos exigem que façamos recortes. Ao retomar o modelo de análise triádica desenvolvido por Auroux (1992) e Chevalier e Delesalle (1986), Guimarães (2004, p. 11) estabelece que “é preciso que uma história das ideias considere uma análise das obras específicas pertinentes, as instituições em que este saber se constitui e os acontecimentos que, nestas instituições, catalisam aspectos específicos da produção deste saber”. Considerando então que o trabalho de HIL envolve, de forma não somatória, as instituições, os acontecimentos e as obras, sem negar a relação que esses elementos estabelecem entre si, assinalamos que nossa pesquisa é um trabalho de História das Ideias Linguísticas realizado na análise de obras. Segundo Guimarães (2004, p. 16), é preciso levar em conta para a análise das obras que elas são

afetadas pela exterioridade que as constitui, relacionando-se, dessa maneira, com os acontecimentos institucionais:

Se se toma como centro de atenção as obras dos autores relevantes para cada tipo de questão, a análise destas obras se faz considerando que elas são afetadas por uma exterioridade que as constitui. A própria análise do pensamento dos autores, enquanto análise de seu discurso, traz para cena um conhecimento sobre as instituições, pelo simples fato de que a análise das obras trará para cena sua relação com acontecimentos institucionais e suas condições históricas. Ou seja, a produção de uma compreensão histórica das ideias de uma obra produz também elementos para uma história das instituições como parte dela. A análise dos trabalhos pertinentes específicos é feita considerando que: eles são produções de sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas, a produção de conhecimento é uma prática histórica, materialmente determinada; Os sujeitos, para produzirem conhecimento, se acham individualizados pelas instituições a que estão vinculados.

É preciso dizer que não perseguimos a análise das obras como um fim em si, isto é, nosso problema não são as obras, mas os sentidos de língua materna mobilizados nessas obras. Também não guardamos por antecipação obras ou autores relevantes para tratar desse tema, mesmo porque não estamos construindo uma teoria sobre a língua materna, mas buscando analisar a forma como se constroem historicamente os sentidos de língua materna. Partindo do que foi exposto, o caminho da análise dos sentidos de língua materna nos registros encontrados é iniciado a partir do próprio registro, para depois alcançar o meio no qual o registro aparece, a obra, e as condições históricas de confecção da obra. Para tanto, estabelecemos as paráfrases como expediente de análise dos sentidos. No entanto, como a paráfrase é um procedimento heurístico, isto é, como ela se realiza de diferentes formas dependendo do lugar teórico assumido, cabe ressaltar que, por assumirmos uma concepção histórica e discursiva de sentido, o procedimento de paráfrases operado por nós leva em conta as condições históricas de criação das nomeações.

## 1.1 Sobre nomeação e sentido

Ao retomar os trabalhos de J. Guilhaumou sobre a questão do acontecimento, Orlandi (2009, p. 192) nos diz que, nos trabalhos desse autor, o exame das denominações ocupa um lugar central no estudo do acontecimento discursivo, afirmando que “o nome é o primeiro modo de estabilizar e individualizar o acontecimento”. Ao considerar que a noção de acontecimento discursivo desenvolvida por Guilhaumou permite entender que acontecimento histórico e discursivização do referente são inseparáveis, Orlandi defende que “a história é inseparável da construção discursiva do referente”<sup>7</sup>, de forma que “um nome não depende só de argumentos que tragam a marca da objetividade da ciência mas depende de uma conjuntura histórica mais ampla histórica e política” (2009, p. 193). Nomear não é atribuição de qualquer um, mas, como diz a autora, uma questão de poder: “São instâncias de poder que podem nomear a língua, oficialmente”<sup>8</sup>. Isso é particularmente importante, pois, como mostraremos na nossa pesquisa, quem inauguralmente nomeia a língua como materna é a Igreja. No Brasil do século XIX, com a produção de instrumentos linguísticos sendo feita por brasileiros e para brasileiros, os autores brasileiros passam a dar o nome à língua descrita nesses instrumentos linguísticos, individualizando uma imagem de língua, de unidade linguística, o que tem efeitos nos sentidos da expressão língua materna no processo de gramatização brasileira.

O nome da língua está longe de ser uma questão banal. Na verdade, podemos admitir que a história das representações do objeto “língua” é a história das nomeações desse objeto. O nome da língua nos permite não apenas analisar como aqueles que refletiram sobre a linguagem construíram esse objeto “língua”, mas também como eles apreenderam a diversidade linguística, bem como o próprio desenvolvimento das ideias linguísticas. Com efeito, segundo Émilie Aussant (2009, p. 6), “a terminologia, para o historiador das reflexões relativas à linguagem, constitui o principal meio de acesso à

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 192.

<sup>8</sup> Ibid., p. 193.

organização conceitual que a subjaz”<sup>9</sup>. Essas questões tocam diretamente o problema da gramatização, processo que pressupõe o suporte de elementos metalinguísticos fonético-gráficos, portanto, de um conjunto de ideias sobre a linguagem, na constituição de uma representação da unidade linguística, unidade essa que aponta sempre uma alteridade. Como explica Aussant (2009, p. 11), “a referência à alteridade parece ser um fator fundamental para a denominação das línguas e, além disso, para a iniciação da reflexão sobre a linguagem”<sup>10</sup>. Sobre isso, podemos adiantar que a emergência dos vernáculos europeus está na origem da criação da expressão língua materna na Idade Média.

Para refletir sobre o nome da língua, fazemos preferencialmente uso do termo nomeação, entendendo-a como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, segundo definição de Guimarães (2005b, p. 9), e como um modo de estabilizar e individualizar um acontecimento, como descrito por Orlandi (2009). Para fugir de posições que nos afastem da História das Ideias Linguísticas, procuramos evitar termos como designação, denotação e referência, muitas vezes usadas como sinônimo de nomeação, como explica Guimarães (2005b), mas que podem implicar compromissos com posições teóricas que tomam a linguagem como transparente. Quando eventualmente fizermos usos desses outros termos, é para conservar a terminologia de autores que trazemos para o debate.

Ao falar sobre a história de uma palavra ou de uma locução, no nosso caso, a expressão língua materna, é possível recorrer, por exemplo, à etimologia, que apresenta certos riscos, como a “falsidade” etimológica, já que ela se baseia, entre outras coisas, na semelhança entre significantes<sup>11</sup>. Como nos interessamos pela construção histórica dos sentidos, a etimologia se apresenta para nós como algo não determinante a princípio, mesmo porque o sentido das palavras tende a se separar das suas origens, o que não significa que ela seja totalmente dispensável. Por outro lado, abordar a história dos sentidos

---

<sup>9</sup> « La terminologie, pour l'historien des réflexions relatives au langage, constitue le principal moyen d'accès à l'organisation conceptuelle qui la sous-tend. »

<sup>10</sup> « Le rapport à l'altérité semble être un facteur fondamental pour la dénomination des langues et, au-delà, pour l'initiation de la réflexion sur le langage. »

<sup>11</sup> As questões abordadas nesse parágrafo foram discutidas na disciplina *Seminário Avançado em Semântica*, oferecida pelo professor Eduardo Guimarães e cursada no segundo semestre de 2009.

de uma palavra nos coloca de forma incontornável no interior de uma língua, e dada a relação constitutiva entre língua e saber sobre a língua, nos coloca também no interior de certo esquema de saber sobre a língua. De qualquer forma, é necessária uma metodologia específica. Por nos colocarmos na posição de linguistas e por pretendermos fazer um trabalho de HIL, não poderíamos recorrer, por exemplo, à história dos conceitos, tal como desenhada por Reinhart Koselleck (1992, p. 137), que, ao fazer uso da metáfora do fotógrafo, acredita ser possível uma separação entre objeto e metodologia:

Para tirar uma fotografia posso ajustar minha máquina de acordo com a distância do objeto a ser fotografado: a perspectiva (se de reais perto ou de reais longe) vai me obrigar a um foco diferente. Assim, tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quanto poderei proceder metodologicamente expandindo minha análise ao conjunto da língua. Entre esses dois procedimentos haveria ainda formas intermediárias. O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele.

É possível, todavia, aprender com Koselleck (2006, p. 109) a lição de que os conceitos, apesar da exigência de generalização, são necessariamente polissêmicos: “Um conceito, [...] para ser um conceito, deve manter-se polissêmico”. Dessa forma, olhando para nosso próprio objeto, podemos ver que a multiplicidade de sentidos em torno da expressão língua materna desafia as tentativas de definição. De qualquer maneira, nos colocamos antes na mesma posição de Orlandi (2002), que considera a relação constitutiva entre teoria, método, procedimentos de análise e objeto. Assim, se a definição de língua pode nos dar pistas sobre a ligação entre teoria, método, procedimentos de análise e objeto, invertemos a ordem dos termos dessa equação e assumimos que também a ligação entre esses elementos pode nos dar pistas sobre a definição de língua e, portanto, pistas sobre a definição de língua materna nas gramáticas de Júlio Ribeiro e de Alfredo Gomes.

Segundo Paul Henry (1993), não é possível dar uma resposta definitiva ao problema do sentido e da significação, sendo, por isso mesmo, o sentido uma questão em aberto. Para o autor, como a questão do sentido faz parte do grupo de questões sobre as quais só é possível tomar posições, sem fechamentos, ela não deveria ser deixada aos

linguistas. Para nosso azar ou sorte, o sentido é uma questão que se impõe a nós. Felizmente, não estamos sozinhos nessa enseada, pois, de acordo com o próprio Paul Henry (1993) os linguistas reencontram a questão do sentido em todos os níveis da sua prática, mesmo nos mais elementares. As teorias psicológicas ou sociológicas, por exemplo, fariam do sentido uma realidade psicológica e sociológica, respectivamente, enquanto a hipótese genética do Gerativismo tomaria o código genético como possibilidade de um sistema de descrição universal do sentido.

Se não é possível dar uma resposta definitiva à questão do sentido, está ao nosso alcance, contudo, reformulá-la. Admitimos com Orlandi (2007, p. 42) que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas”, isto é, eles “não estão predeterminados por propriedades da língua”. Em razão disso, questionando a evidência dos sentidos, podemos dizer que eles são construídos historicamente, efeitos, portanto, do encontro da língua com a história.

Como não acreditamos haver uma relação termo-a-termo entre palavra, pensamento e coisa, mas a construção discursiva do referente, como defende Orlandi (2009), procuramos observar as condições históricas nas quais se constituem as práticas de nomeação das línguas. Posto isso, para analisar os sentidos da expressão língua materna, nos inspiramos livremente no procedimento da paráfrase formulado por Orlandi (2007), de forma a colocar o dito em relação ao não dito e, dessa maneira, mostrar aquilo que é silenciado. Segundo Orlandi (2007):

Todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. (p. 36)

E ainda:

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é

um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. [...] a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. (p. 37)

Nosso trabalho toma uma concepção histórica e discursiva do sentido justamente por considerar a tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos no funcionamento da linguagem e por assumir que o sentido se dá pela relação – da língua com a história, da língua com os sujeitos, dos sujeitos com as instituições, das instituições com o Estado etc. Para encerrar, dizemos com palavras emprestadas de Orlandi (2009, p. 193) que “pensar o nome da língua é tomar em conta a história do saber produzido sobre ela, é conhecer a história da própria língua em sua prática e funcionamento, é analisar as injunções da conjuntura política e social, é apreender a constituição de seu sujeito”.

## 1.2 O conceito de gramatização

Em 1985, na sua *L'institution du français*, Renée Balibar engendra o termo *gramatização*, definindo-o como “a formação gramatical comum a todos os cidadãos”<sup>12</sup> (apud RELATOS, 1995). Balibar (1985) procura caracterizar com a gramatização o processo por meio do qual se aprende uma gramática escolar. O caráter de aprendizagem se afirma pela própria origem do termo: gramatização é cunhado a partir de *alfabetização*. Os dois vocábulos, no entanto, representam momentos diferentes na história da instituição da língua francesa. A gramatização é a alfabetização patrocinada pela República, conforme Branca-Rosoff (2001), ao passo que a alfabetização passa a designar as aprendizagens das antigas escolas dos pobres. Balibar (1985) reconhece na gramatização um fenômeno de uniformização linguística ligado ao modelo republicano francês: cada cidadão da nação

---

<sup>12</sup> « la formation grammaticale commune à tous les citoyens ».

deve compreender as leis, os jornais e as declarações para formar uma opinião e manifestá-la através do voto.

Por considerar a gramatização como a difusão massiva da língua descrita nas gramáticas e nos dicionários, o neologismo elaborado por Balibar (1985) permite pensar como uma língua se cola aos instrumentos linguísticos que a estabilizam e são difundidos pela escola, criando, assim, um imaginário de unidade linguística, como observa Branca-Rosoff (2001). No entanto, da maneira como é formulada por Balibar (1985), a gramatização parece se restringir à institucionalização da língua francesa. Dessa forma, para abordar a produção de instrumentos linguísticos no Brasil da virada do século XIX para o século XX, tratamos a gramatização a partir da definição dada por Auroux (1992, p. 65):

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

Definida nesses termos, salvo os casos de gramatização “espontânea”, a gramatização deve ser entendida como um processo de transferência de tecnologia entre línguas, e, dada a relação entre língua e cultura, inegável mesmo que conflituosa, deve igualmente ser entendida como um processo de transferência cultural entre povos. A partir da posição dos sujeitos em relação à língua para qual operam a transferência, Auroux (1992) estabelece uma diferença entre endotransferência e exotransferência, cujos desdobramentos são, respectivamente, endogramatização e exogramatização. Dessa forma, a endogramatização se dá quando alguém escreve gramáticas e dicionários para a sua própria língua, ao passo que a exogramatização corresponde à escrita desses instrumentos para a língua de outrem. A gramática latina, por exemplo, é um caso de endogramatização e endotransferência a partir do grego, enquanto que as gramáticas das línguas ameríndias, quando escritas por missionários europeus que propagam a doutrina religiosa, são típicos casos de exogramatização e exotransferência. Por outro lado, é possível haver tradições linguísticas “espontâneas”, isto é, tradições que se estabelecem sem o suporte de um

esquema de transferência, assentadas, segundo Auroux (1992), no fato de serem originalmente monolíngues e não terem por objetivo o aprendizado de uma língua. Dessa espécie de tradição linguística nasce a gramatização “espontânea”.

A gramatização é um processo de instrumentação das línguas. Ela altera os espaços de comunicação e permite uma maior estabilidade linguística. Isso ocorre porque seus produtos, a gramática, o dicionário e outras publicações sobre a língua, ampliam e alteram a capacidade linguística dos falantes, construindo normas e referências, quer dizer, uma imagem de língua, de unidade linguística. Nessa perspectiva, esses produtos da gramatização não são considerados simples representações da atividade linguística dos homens, mas, ao contrário, verdadeiros instrumentos linguísticos. Como afirma Auroux (1992, p. 69), é preciso tomar a gramática como um instrumento linguístico porque “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor”. Na mesma linha, Orlandi (2009, p. 110-111) defende que “a gramática em seu processo de produção faz muito mais do que ser um lugar de conhecimento ou um repertório de normas”, sendo, antes, “a forma da relação da língua com a sociedade na história, realizada por um sujeito também representado no modo como a sociedade se organiza”. Como resumem Colombat, Fournier e Puech (2010), os instrumentos linguísticos são objetos técnico-culturais e sócio-históricos. Enfim, gramatizar é construir instrumentos linguísticos e construir instrumentos linguísticos é criar uma língua e um saber sobre ela. De acordo com Auroux (1992), a alteração das práticas linguísticas pela norma escrita veiculada pelas gramáticas se pode sentir na transformação das pronúncias, na suscitação de novas associações semânticas e na formação de novas interpretações morfológicas das unidades. Como explica Castellanos Pfeiffer (2007, p. 123), “todos os instrumentos linguísticos implicados na construção da gramatização de uma língua e na sua administração supõem necessariamente a construção do efeito imaginário da

unidade linguística”<sup>13</sup>, sendo que o problema fundamental é que esses instrumentos são tomados como a própria língua, de forma que tudo aquilo que não é tratado neles é tido como erro, desvio, regionalismo etc.

O ponto inicial do processo de gramatização é, segundo Aurox (1992), o aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma língua dada. Cabe aqui expor a distinção que o autor faz entre conhecimento epilinguístico e conhecimento metalinguístico. Em linhas gerais, o primeiro diz respeito ao saber linguístico não representando; já o segundo, ao saber construído e manipulado com o apoio de uma metalinguagem. A fabricação dos instrumentos linguísticos é o ponto de efetuação do processo de gramatização, isto é, o momento em que a gramatização se efetiva de fato. Falamos em ponto de efetuação e não em ponto final, pois, nas palavras do próprio autor (1992, p. 73-74), “o processo de gramatização nunca termina, porque, de um lado, as línguas evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde pode-se levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas”. Enquanto processo de transferência de tecnologia entre línguas, isto é, fora do quadro da gramatização “espontânea”, a gramatização supõe uma língua-fonte (Lf) e uma língua-alvo (La). Como observa o autor, a gramatização é um processo contrastivo que dota as línguas da posição de observatório umas frente às outras, o que possibilita a observação e a determinação de igualdades e diferenças entre as línguas. Entre o ponto de início e o ponto de efetuação do processo de gramatização, é possível registrar uma série de eventos que se constitui em torno dessas línguas, que, segundo Aurox (1992), pode ser esquematizada da seguinte maneira:

1. Alfabetização de La a partir dos meios de escrita disponíveis em Lf e dos elementos metalinguísticos fonético-gráficos construídos para Lf;
2. Citações de expressões de La em um relato de viagem ou um texto histórico;
3. Glosa de um texto de Lf em La;
4. Tradução em La de uma gramática de Lf;
5. Adaptação da gramática de Lf para fazer uma gramática de La;

---

<sup>13</sup> « Tous les instruments linguistiques impliqués dans la construction de la grammatisation d’une langue et dans son administration supposent nécessairement la construction de l’effet imaginaire de l’unité linguistique. »

6. Utilização de meios gramaticais gerais, isto é, não específicos a uma língua qualquer, para descrever La;
7. Colocação em correspondência bi- ou n-língua de listas de expressões ou de elementos menores, notadamente lexicais;
8. Dicionários bilíngues, com autonomia relativa das partes, tema e versão;
9. Dicionário monolíngue.

Se podemos determinar um ponto inicial e um ponto de efetuação do processo de gramatização, não é possível, contudo, estabelecer uma mesma ordem intermediária dos diferentes momentos desse processo para todas as línguas, nem mesmo garantir que todos os processos listados por Aurox (1992) estejam presentes nas línguas gramatizadas, embora o autor defenda que, com exceção do dicionário monolíngue, todos os momentos apontados podem ser encontrados em todas as línguas gramatizadas.

O período que se estende por toda Idade Média pode ser considerado um prefácio ao movimento de gramatização que se desenvolve no Ocidente a partir do Renascimento. Nesse intervalo de tempo, assiste-se à gramatização do irlandês e do islandês e também à gramatização do gaulês e do provençal. Para Aurox (1992, p. 37), o processo de gramatização que antecede o Renascimento representa um acontecimento esporádico, “nada comparável, quantitativa ou qualitativamente, ao processo que se dá no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa”. Com efeito, o fio da gramatização que passa ao longo das margens ocidentais do antigo Império Romano atinge outra espessura ao se direcionar ao centro da Europa. Na verdade, as condições sociopolíticas que afetam a gramatização que se desenrola entre o período tardo-antigo e o fim da Idade Média não são as mesmas daquelas que afetam a gramatização que se desenvolve no Renascimento.

O processo de gramatização que se dá no Renascimento mantém certa independência das tentativas anteriores, o que ocorre graças à situação particular do mundo latino e à mudança da orientação prática da gramática. Nas palavras de Aurox (1992, p. 41), “no mesmo território observamos, ao mesmo tempo, um fenômeno de dispersão e de fragmentação e a persistência de um potente fator de unificação”. Enquanto as invasões e a

fragmentação do Império Romano atuam a um só tempo no desaparecimento vernacular do latim e no aparecimento dos vernáculos neolatinos, o latim é conservado como língua da administração, da vida cultural e religiosa. De acordo com Aurox (1992, p. 42), é justamente a ambivalência dessa situação que estabelece as condições da mudança de orientação prática da gramática, de maneira que ela se torna uma técnica de aprendizagem da língua e não apenas de acesso à escrita de uma língua que já se conhece:

Foi necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada para fins de pedagogia linguística, porque esta língua se tornou progressivamente uma segunda língua, para que a gramática se tornasse – o que tomará um tempo considerável – uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a toda língua, aí compreendida a língua materna.

A necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira se impõe como primeira condição da gramatização na Europa do Renascimento, condição também em vigor na Idade Média. Como mostra Aurox (1992), podem ser citadas como condições da gramatização a necessidade de acesso a uma língua de administração, a um *corpus* de textos sagrados, a uma língua de cultura; as relações comerciais e políticas; as viagens; a implantação e exportação de uma doutrina religiosa e a colonização. Como efeito de uma política de línguas, entram também nessa lista a organização e regulação de uma língua literária e o desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

A espera pelo século XVI para que a gramatização dos vernáculos europeus se generalize não se justifica no preconceito forjado pelos historiadores liberais do século XIX, para quem a Idade Média é um período de trevas na história da humanidade, conforme Franklin de Oliveira (1997), que nos lembra de que essa não é apenas a época de Roger Bacon e de Dante Alighieri, mas também a de Giotto e Petrarca, dos trovadores provençais, da enciclopédia de Abelardo de Bath e das pinturas dos irmãos Eyck e Rogier van der Weyden, o momento em que as cidades ressurgem e que o comércio se desenvolve, o período em que Aristóteles é redescoberto e que a Universidade é criada. Como afirma Aurox (1992, p. 46), “é impossível recorrer simplesmente à ignorância” para explicar a

gramatização esporádica dos vernáculos, pois a “Idade Média europeia teve consciência da diversidade dialetal e linguística”. Dessa forma, se o processo de gramatização se tornou massivo a partir do Renascimento, ultrapassando o limite das línguas neolatinas e atingindo também as línguas não pertencentes à família indo-europeia, aí compreendidas as línguas de populações espalhadas pela África, Ásia e América, descobertas pela empresa das grandes navegações, isso se deve ao fato político-histórico do Estado nacional. Assim, o fato de a gramatização do período medieval permanecer esporádica, sendo afetada, principalmente, pela necessidade de organização e regulação de uma língua literária e dando existência às primeiras gramáticas dos vernáculos europeus (islandês, irlandês, gaulês, provençal), não se explica pela falta de técnica, mas de motivação política, dado que Estado nacional não se punha ainda de pé.

Se a gramatização é um processo de instrumentação das línguas que altera os espaços de comunicação e a capacidade linguística dos falantes, a partir do Renascimento, ela está a serviço do Estado nacional – e da expansão colonial –, de forma que a imagem de unidade linguística criada pelos instrumentos linguísticos produzidos pela gramatização é justamente a imagem da unidade linguística promovida pelo Estado nacional. Quando se fala em Estado nacional o que está em jogo, na verdade, são as transformações políticas e jurídicas, econômicas e socioculturais. Na Europa, são exemplos dessas transformações a necessidade do conhecimento das leis, o surgimento do capitalismo mercantil e o acesso da burguesia emergente às fontes da cultura clássica. Não se pode, contudo, perder de vista o caráter técnico do processo de gramatização. Para os europeus, segundo Auroux (1992, p. 65), ela supõe a “transcrição de uma língua em caracteres latinos”, o que o autor chama de alfabetização. Podemos mesmo admitir que só seja possível a gramatização de uma língua com o suporte de elementos metalinguísticos fonético-gráficos e um conjunto de ideias sobre a linguagem e as línguas. No entanto, se a gramatização é uma questão técnica, ela depende, indissociavelmente, do fato político-histórico do Estado nacional. Prova disso é o fato de o processo de gramatização ter se tornado massivo a partir apenas do Renascimento.

## CAPÍTULO II

---

### TENTATIVAS DE HISTORICIZAÇÃO

*Para Muidinga aquele é um projeto demasiado louco. Melhor é virarem costas às razões de Nhamataca, pouco importando que fossem ou não verdade. Ele e o velho tinham outras intenções, não se podiam desviar por irrealidades. Tuahir negou. Ele acha que devem juntar braços com o fazedor de rios. Tuahir tinha argumento de uma vantagem: quem sabe pudessem aproveitar o nascente rio? A viagem deles se tornaria curta, menos custosa.*

Mia Couto, *Terra Sonâmbula*

A investigação histórica da expressão língua materna não é uma prática comum. Com efeito, fora uma tradição filológica alemã encabeçada por nomes como Leo Weisgerber, Leo Spitzer, Karl Heisig e Von Warburg<sup>14</sup>, são bastante raros os trabalhos que tomam como objeto a história da expressão língua materna. Iniciativa de destaque, a obra *Die Entdeckung der Muttersprache im europäischen Denken* (“A descoberta da língua materna no pensamento europeu”), escrita pelo alemão Leo Weisgerber em 1948, se tornou referência no estudo histórico da expressão língua materna desde sua publicação na primeira metade do século XX.

No seu artigo *Muttersprache und Muttererziehung* (“Língua materna e educação materna”), também publicado em 1948, Leo Spitzer considera o aparecimento da expressão língua materna um fato ligado ao nascimento das línguas românicas, ao bilinguismo cultural medieval e a uma certa tradição cristã de educação materna. Karl Heisig, por sua vez, em um texto intitulado *Muttersprache* (“Língua materna”), escrito em 1954, afirma que a expressão foi usada na Lotaríngia como forma de designar um dialeto

---

<sup>14</sup> As informações sobre os trabalhos Leo Weisgerber, Leo Spitzer, Karl Heisig e Von Warburg foram retiradas de Batany (1982) e Tabouret-Keller (2004).

germânico falado pela mãe no momento em que o pai teria uma linguagem mais ou menos romanizada. Von Warburg critica o trabalho de Karl Heisig pela falta de fundamentos concretos que o sustentem e assevera que a expressão língua materna raramente era usada na Idade Média para opor duas línguas vulgares, como defende Karl Heisig, mas, sim, para opor uma língua vulgar ao latim.

No conjunto de trabalhos que tocam indiretamente a história da língua materna, não tendo esse tema como tópico principal, está o estudo de Renée Balibar sobre os substantivos franceses *communication*, *communion*, *commun*, realizado em 1998. Segundo Branca-Rossoff (2001), ao analisar o sintagma *langage commun et maternel*, neologismo criado por Nicolau de Oresme a partir da expressão latina *materna lingua*, Renée Balibar alega que, em latim, a expressão designava de forma pejorativa o vernáculo materno, por oposição à língua masculina de prestígio, a *paterna lingua*. A ênfase na associação íntima entre língua materna e a figura da mulher está também presente no trabalho de Jean-Didier Urbain (1982).

Podemos apontar como tentativas recentes de historicização da expressão língua materna os trabalhos *L'amère maternité du français medieval* (“A amarga maternidade do francês medieval”, 1982), de Jean Batany; *Langue maternelle: part maudite de la linguistique ?* (“Língua materna: parte maldita da linguística?”, 1982), de Jean-Didier Urbain; *Mother tongues and literary languages* (“Línguas maternas e línguas literárias”, 2001), de Giulio Lepschy; *Langue(s) maternelle(s): de la mère ou de la patrie ?* (“Língua(s) materna(s): da mãe ou da pátria?”, 2003), de Pierre Boutan; *La langue maternelle, un carrefour de métaphores* (“A língua materna, um cruzamento de metáforas”, 2003) e *Les métaphores multiples de l'expression langue maternelle* (“As metáforas múltiplas da expressão língua materna”, 2004), de Andrée Tabouret-Keller; *Maternitas dans la tradition latine* (“*Maternitas* na tradição latina”, 2005), de Paul Tombeur; *La notion de langue maternelle et son apparition au Moyen Age* (“A noção de língua materna e seu aparecimento na Idade Média”, 2008), de Anne Grondeux. Tomamos como objeto de análise as produções de Jean-Didier Urbain e de Andrée Tabouret-Keller.

## 2.1 Andrée Tabouret-Keller

Andrée Tabouret-Keller (2003) argumenta que, do ponto de vista linguístico, a mãe fala um idioleto. Dessa forma, seria possível tratar a língua materna como língua da pessoa que é mãe. Nessa perspectiva, a autora considera que a língua materna possui todo um conjunto de traços próprios à mulher e passíveis de serem descritos em termos linguísticos. Como se nota, a língua materna é tomada como uma forma linguística sujeita à descrição. De acordo com a autora, como os traços próprios ao falar da mãe fazem parte da língua comum, eles seguem de maneira mais ou menos restrita as normas. São observadas ainda outras questões que entram em jogo no tratamento da língua materna como língua da mãe, como, por exemplo, o vínculo dessa língua com o *infans* e a mudança da relação da criança com a língua materna quando entram em cena a escola e a escrita. Não vamos aqui nos concentrar nessas questões, mesmo porque elas são tratadas de maneira pouco aprofundada. O que nos interessa, por outro lado, é o estudo histórico da noção de língua materna realizado pela autora, ou mais precisamente, o método de investigação histórica que ela propõe.

Tabouret-Keller define a língua materna como “um cruzamento de metáforas” (*un carrefour de métaphores*). Sua investigação histórica sobre a noção língua materna se sustenta em duas teses: 1) a língua materna é fundamentalmente um objeto político que participa da arte e da prática do governo das sociedades humanas, sendo ela, nesse sentido, uma “construção ideológica”; 2) a língua materna é um objeto para as paixões subjetivas por excelência, sem contraparte no mundo real. Essa segunda tese parece entrar em contradição com a afirmação da autora de que é possível tratar a língua materna como a língua da pessoa que é mãe. De qualquer forma, segundo a autora, o método de estudo da expressão língua materna deve ilustrar as circunstâncias e os contextos nos quais essa expressão é mobilizada como imagem retórica. Para ela, as fontes bibliográficas são numerosas não apenas em francês, mas também em outras línguas, e merecem um estudo comparado entre os diferentes domínios, os diferentes países e os diferentes períodos em

que a expressão é empregada. Esse trabalho de comparação mostraria, inclusive, que os valores da expressão são variáveis, pois, de acordo com Tabouret-Keller (2003, p. 25), “o discurso sobre a língua materna é parte integrante de uma cultura linguística específica”<sup>15</sup>.

Propondo-se a mostrar contextos de emprego da noção de língua materna no domínio político, Tabouret-Keller procura indicar as “principais confluências semânticas” que fazem da língua materna “uma espécie de cruzamento retórico para o qual convergem vias maiores”. Duas dessas vias são tratadas pela autora, a via a jurídica e a via religiosa.

A França dos séculos XV e XVI é o ambiente político por meio do qual Tabouret-Keller procura mostrar a via jurídica dos discursos sobre a língua materna. É desse período a promulgação dos textos de reforma da justiça, como a célebre Ordenança de Villers-Cotterêts, de 1539, e as também famosas Ordenanças de Montil-les-Tours, de 1454, e de Moulins, de 1490. Como explica Tabouret-Keller, entre muitos outros preceitos, esses documentos determinam que as leis sejam colocadas por escrito, desejo já alimentado por Carlos Magno. Para a autora, colocar a lei por escrito é o primeiro passo para a promoção de uma escrita da lei em francês, promoção essa que se chocaria não apenas como o poder do latim, mas também com a existência das línguas regionais. Ela também observa que o território da França, além da divisão entre país de língua d’oc e de língua d’oïl, abrigou durante muito tempo dialetos germânicos, galo-romanos, bascos e bretões, abrangendo também regiões de “direito escrito”. Recorrendo ao já clássico trabalho de F. Brunot sobre a história da língua francesa, *Histoire de la langue française des origines à 1900* (“História da língua francesa desde as origens até 1900”), a autora esclarece que a unificação da justiça, aliada à imposição do francês, contribuiu com a corrosão do domínio do occitano escrito, solidamente instalado naquela época.

No século XIII, de acordo Tabouret-Keller, já era possível ouvir os discursos dos advogados em “suas próprias palavras” (*leurs propres mots*), mas a transcrição dos processos continuava a ser feita em latim. Chama-se a atenção para o fato de que, na derradeira década do século XV, a Ordenança de Moulins proíbe o emprego do latim nas

---

<sup>15</sup> « Le discours sur la langue maternelle est partie intégrante d'une culture linguistique spécifique. »

transcrições “em todo o país de língua d’oc” (*en tout le pays Languedoc*) e ordena que todas as transcrições sejam “redigidas por escrito em linguagem francesa ou materna” (*redigez par escrit en langage François ou maternel*). A proibição do uso do latim e a exigência da prática escrita da língua francesa são vistas pela autora como um belo projeto de uniformização linguística. Para a realização desse projeto, segundo Tabouret-Keller (2003, p. 27), muitos elementos contaram a favor:

A lentidão dos procedimentos, a grande variedade dos costumes, a fragilidade da memória oral, o estabelecimento e o fortalecimento da autoridade de um poder central, tudo isso converge para que se organize a realização de uma escrita unificada. Essa longa passagem de uma justiça local e oral a uma justiça nacional e escrita constitui, segundo o argumento de Douglas A. Kibbee, o quadro da gramatização do francês, para a qual os textos jurídicos fornecem ao mesmo tempo um modelo e o contexto de sua promoção.<sup>16</sup>

Tabouret-Keller cita Kibbee quando diz que a resolução do conflito entre o latim e o francês e entre o francês e as línguas regionais é também a história de uma nomeação. Sem dar corpo a essa última afirmação, a autora prossegue sua demonstração da via jurídica dos discursos sobre a língua materna com um rápido comentário sobre o artigo 111 da Ordenança de Villers-Cotterêts. Reproduzimos e traduzimos logo abaixo tal artigo:

*Et pour ce que telles choses sont souventesfois advenues sur l'intelligence des motz latins contenuz esdits arrestz, nous voulons doresnavant que tout arrestz ensemble toutes autres procedures, soient de nos courtz souveraines et autres subalternes et inferieures, soient de registres, enquestes, contractz, commissions, sentences, testamens, et autres quelzconques, actes et exploitz, de justice, ou qui en deppendent, soient prononcez, enregistrez et délivrez aux parties en langaige maternel françois et non autrement.*

E porque tais coisas sempre acontecem na inteligência das palavras latinas contidas nos despachos, queremos doravante que todos os despachos, todos os outros procedimentos, seja de nossas cortes soberanas e outras subalternas e inferiores, seja de registros, inquéritos, contratos, comissões, sentenças, testamentos e quaisquer outros atos e ações da justiça, sejam pronunciados, registrados e emitidos às partes em **linguagem materna francesa** e não de outra forma.

---

<sup>16</sup> « Lenteur des procédures, grande variété des coutumes, fragilité de la mémoire orale, mise en place et fortification de l'autorité d'un pouvoir central, tout converge pour que se mette en œuvre la réalisation d'une écriture unifiée. Ce long passage d'une justice locale et orale à une justice nationale et écrite constitue, selon l'argument de Douglas A. Kibbee, le cadre de la grammatisation du français à laquelle les textes juridiques offrent à la fois un modèle et le contexte de sa promotion. »

Tabouret-Keller argumenta que a expressão *langaige maternel françois*, tal como registrada no artigo 111 da Ordenança de Villers-Cotterêts, é ambígua. Para explicar essa ambiguidade, a autora retoma novamente o trabalho de Kibee, de 2002, intitulado *L'autorité de l'Etat et l'autorité linguistique* (“A autoridade do Estado e a autoridade linguística”), de acordo com o qual as normas da Ordenança de Villers-Cotterêts dirigem-se principalmente à língua dos juízes, cujos despachos se apresentavam incompreensíveis e ambíguos, razão pela qual eles são intimados a não mais empregar termos latinos em seus despachos. Os sujeitos a quem a Ordenança se endereça seriam aqueles ligados aos jovens parlamentos, como o Parlamento de Toulouse, fundado em 1443, o de Grenoble, criado em 1453, e os de Bordeaux, de Dijon, de Aix e o Parlamento da Normandia, instituídos em 1463, 1477, 1501 e 1515, respectivamente. Baseando-se ainda em Kibee, Tabouret-Keller lembra que muitos dos 192 artigos da Ordenança de Villers-Cotterêts são diretamente copiados de costumes regionais que figuravam em Ordenanças anteriores.

“A Ordenança é um imperativo de política linguística que se inscreve nos esforços de centralização do reino”<sup>17</sup>, afirma Tabouret-Keller (2003, p. 28), recordando que a maioria dos súditos de Francisco I, monarca responsável pela promulgação da Ordenança de Villers-Cotterêts, falava outra língua que não o francês. Posto isso, a autora defende que a expressão *langaige maternel françois* diz respeito à língua da Corte e alega que os sentidos próprios do significante *materno* devem ser tomados no contexto da Ordenança de Moulins, na qual figura a expressão *langage François ou maternel*, qual seja, a exigência para que se escreva na língua dos juízes soberanos e a necessidade de permitir aos juízes das cortes soberanas saber o que se passa nas cortes subalternas. Para ela, enquanto a expressão *langage françois* se reporta a uma língua cuja generalização se recomenda, a língua materna é uma nomeação que se refere à língua das testemunhas, seja ela local ou regional. A conclusão a que a autora chega é de que a expressão presente na Ordenança de Villers-Cotterêts deve ser tomada como a língua local própria ao círculo do rei. Sem realizar uma análise mais aprofundada dessas expressões, passando muito rapidamente de

---

<sup>17</sup> « L'Ordonnance est un impératif de politique linguistique qui s'inscrit dans les efforts de centralisation du royaume. »

uma à outra, Tabouret-Keller procura firmar que a expressão *langaige maternel françois* aponta a língua da Corte. O problema, na verdade, é que os sentidos de língua materna funcionam de maneira contraditória nos textos franceses de reforma da justiça. Embora a própria Tabouret-Keller reconheça a ambiguidade da expressão, ela parece ignorar a questão e os efeitos da sobreposição entre os sentidos de língua materna e língua nacional. Para nós, essa é justamente a questão fundamental, pois a sobreposição entre língua materna e língua nacional produz o efeito de significar o francês como se fosse a língua de todos, quando ele era língua de poucos certamente.

Tabouret-Keller inicia suas considerações sobre a via religiosa dos discursos sobre a língua materna relatando que essa expressão aparece em latim desde a Alta Idade Média. Como exemplo das primeiras ocorrências da expressão, é citado o fragmento de um texto de 1119, no qual se lê “... *episcopus ... idem clerici et laicis materna lingua exposuit*”. Esse trecho, que já fora reportado pelos alemães Leo Weisgerber e Karl Heisig, não é, no entanto, o mais antigo registro da expressão língua materna, como mostraremos no próximo capítulo. De qualquer forma, mesmo o registro de 1119, um relato feito sobre o Concílio de Reims, é ignorado por Tabouret-Keller, que não se põe a analisá-lo e sequer chega a tecer comentários sobre ele, limitando-se a citá-lo.

Segundo Tabouret-Keller, os registros da expressão língua materna na Idade Média são numerosos e seu contexto dominante é o da tradução da Bíblia em língua vernácula. Para ela, a língua materna é aquela falada pelas mulheres. A expressão assinalaria a importância que a sociedade e as instituições davam às mulheres na condição de mãe. Por outro lado, a expressão também funcionaria como uma metáfora da língua comum, em oposição ao latim da época, língua do saber e do poder, objeto de aprendizagem na escola. De acordo com a autora, a expressão língua materna emerge em contextos políticos religiosos análogos em grande parte da Europa, sendo encontrada na Noruega em 1180, na Dinamarca em 1210 e com a forma *modhormal* no início do século XIV, na Suécia em 1370 com a forma *modhormale*, com a forma *moðurmal* em velho islandês em 1350. Embora não analise nenhum desses registros, Tabouret-Keller diz que a

expressão língua materna é sem dúvida uma metáfora para “língua comum”, de forma que o verdadeiro problema seria descobrir se essa metáfora envolveria uma mãe corporal, uma referência materna individual, ou o solo materno, e mais amplamente, a maternidade da Igreja. Para solucionar esse problema, Tabouret-Keller (2003, p. 30) retoma parte do trabalho de Hans Goebel, *Der muttersprachen Not in der Romania*, de 1986:

No seu breve balanço, Goebel sustenta que, no domínio do romance, o laço entre o locutor de uma língua materna e o território dessa língua, isto é, aquele da comunidade de seus locutores, se dá primeiro por relação ao laço entre esse mesmo locutor e sua própria mãe corporal. Já no domínio germânico, o laço entre o locutor de uma língua materna e sua própria mãe corporal é central. Ele, no entanto, também remarca que, desde o século XVI, a língua materna está ligada a seu território de emprego, tanto em francês quanto nas outras línguas românicas. Ao longo dos séculos XIX e XX, é o relacionamento entre língua materna e terra onde se nasce que é mais frequente e o único citado para definir a língua materna nos dicionários correntes das cinco línguas românicas em que o autor examina as expressões (francês, italiano, espanhol, português e catalão).<sup>18</sup>

Tabouret-Keller faz uma rápida menção ao registro da expressão língua materna no prólogo da tradução que Nicolau de Oresme faz das *Éticas*, de Aristóteles, relatando que, segundo a edição alemã do *Französisches etymologisches Wörterbuch* (1922), o tradutor teria dito também *langue du pays ou l'on né*, isto é, “língua do país onde se nasce”. Ela também assinala que Dante teria falado de língua comum ou língua vulgar, língua de quem ele se teria feito advogado, no *De vulgari eloquentia*, e ilustrador, na *Divina Comédia*. Sem maiores esclarecimentos ou qualquer esforço de análise, o registro da expressão língua materna nas obras desses autores é tratado no nível da curiosidade. Tabouret-Keller (2003, p. 31) também aponta uma “confluência semântica” na ligação entre língua materna e língua-mãe: “o século XIX alemão fala do sânscrito como uma

---

<sup>18</sup> « Dans son bref bilan, Goebel tient que dans le domaine roman, le lien entre le locuteur d'une langue maternelle et le territoire de celle-ci, c'est-à-dire celui de la communauté de ses locuteurs, est premier par rapport au lien entre ce même locuteur et sa propre mère corporelle. Alors que dans le domaine germanique, le lien entre le locuteur d'une langue maternelle et sa propre mère corporelle est central. Mais il remarque aussi que depuis le 16ème siècle, la langue maternelle est liée à son territoire d'emploi, en français comme dans d'autres langues romanes. Au cours des 19ème et 20ème siècles, c'est le rapport entre la langue maternelle et la terre où l'on est né, qui est le plus souvent et le seul cité pour définir la langue maternelle dans les dictionnaires d'usage courant dans les cinq langues romanes dont l'auteur examine les expressions (français, italien, espagnol, portugais et catalan). »

língua originária (*Ursprache*), isto é, próxima da perfeição própria às origens”<sup>19</sup>. Dessa forma, a ideia de uma hierarquização das línguas com o predomínio das línguas indo-europeias e a de uma decadência dessas línguas ao longo do tempo seriam duas teses resultantes da concepção que toma o sânscrito como a língua mais próxima da perfeição em razão de sua antiguidade. Esse pulo da língua materna para a língua da mãe nos parece problemático porque, nas ciências da linguagem, a representação de uma língua da mãe, entendida frequentemente como a língua materna, é completamente diferente da representação de uma mãe das línguas, uma língua que está na origem de todas as outras.

Três noções são subsumidas historicamente na França pelos adjetivos *maternae* e *maternel*. Primeiro, o sentido literal que aparece nos documentos legais, isto é, a pessoa física da mãe. Depois, a língua da chancelaria real, tomada como um instrumento legal que deve ser empregado em todos os atos públicos. Por fim, a língua comum de toda a população do reino, instrumento da unificação nacional e um dos seus símbolos maiores. Essa é a conclusão apresentada por Tabouret-Keller (2003) a partir de suas considerações sobre as vias religiosa e jurídica dos discursos sobre língua materna. Encerrando suas considerações, a autora observa que a história da expressão língua materna chama a atenção para o valor das metáforas como instrumentos políticos e como “construção ideológica”.

Em um novo trabalho, publicado em 2004, Tabouret-Keller insiste na abordagem comparativa das “funções ideológicas e políticas” sustentadas pelas expressões que, em diferentes línguas, designam uma língua que revelaria uma relação específica entre mãe e *infans*. De acordo com a autora, é possível afirmar a existência de representações semânticas comuns entre as expressões formadas, nas diversas línguas, pela atribuição dos significantes *mãe* e *materna* ao substantivo *língua*. A partir da reiteração da hipótese de que a língua qualificada como materna não corresponderia a nenhum objeto linguístico particular, Tabouret-Keller (2004) estabelece três níveis de análise do funcionamento político e ideológico da expressão língua materna, quais sejam, etimológico, semântico e

---

<sup>19</sup> « Le 19<sup>ème</sup> siècle allemand parle du sanskrit comme langue originaire (*Ursprache*) c'est-à-dire proche de la perfection propre aux origines. »

sociolinguístico. No nível etimológico, seria possível perguntar se o que ocorreu ao longo do tempo foi uma transferência do significante ou do significado. No nível semântico, o problema a ser resolvido é o das limitações e extensões eventuais das acepções semânticas. Por fim, no nível sociolinguístico, a investigação se concentraria nas formações identitárias e nas “discursivizações” (*mise en discours*) particulares de cada língua.

Ao abordar mais uma vez o emprego da noção de língua materna na Idade Média, Tabouret-Keller reitera que as primeiras ocorrências dessa expressão são atestadas a partir do século XII nos escritos em latim da Igreja, nos quais a metáfora da maternidade da língua qualificaria outros idiomas que não o latim. O registro de 1119 encontra-se mais uma vez apontado como a primeira ocorrência da expressão língua materna. De acordo com a autora, ao longo dos séculos XIII e XIV, o contexto de emprego da expressão não é mais obrigatoriamente o latim, sendo exemplo disso a figura de Dante Alighieri, que faz uso da expressão em latim na sua obra *De vulgari eloquentia*, mas a emprega em italiano na *Divina Comédia*, escrevendo *parlar materno*. John Wyclif também teria empregado a expressão em dois contextos diferentes, utilizando em inglês *modir language* e *modyr tongue*. De maneira geral, segundo Tabouret-Keller (2004, p. 280), o emprego da expressão língua materna é atestado em praticamente toda a parte oeste e norte da Europa:

1180: materna lingua (Noruega)

materna lingua (Dinamarca)

materna locutio, maternum vulgare, parlar materno (Dante, em latim e italiano)

1350: moðourmal (velho islandês)

langage commun et maternel (Erasmus, em francês)

modhormal (dinamarquês)

modir language, modyr tongue (Wyclif, em inglês)

modersprake (baixo alemão)

É possível acusar pelo menos três problemas no recenseamento da expressão língua materna realizado por Tabouret-Keller. O primeiro é que não são apontados os textos de onde foram retirados os registros da expressão, com exceção dos registros atribuídos a

Dante, Wyclif e Erasmo. Um segundo problema é justamente a atribuição da sentença *langage commun et maternel* a Erasmo, quando ela é, na verdade, obra de Nicolau de Oresme, empregada no prefácio da tradução que ele faz das *Éticas*, de Aristóteles, para o francês no de 1361. O terceiro problema está na dimensão da lista feita pela autora, pois existem muitos registros da expressão anteriores a 1180 e tantos outros até 1350. Tabouret-Keller questiona o motivo de a expressão ter se generalizado no período relativamente curto de dois séculos. De acordo com ela, a resposta para esse questionamento pode estar nos contextos em que a expressão é empregada, que teriam em comum o fato de fazer funcionar, explícita ou implicitamente, uma oposição entre o latim, então língua da Igreja e da erudição, e um outro idioma, qualificado de língua materna. Nesse ponto de sua investigação, a autora distingue quatro universos discursivos em que a oposição entre latim e língua materna é operante: religioso, jurídico, literário e educativo. No que concerne a esses domínios, a questão principal seria justamente saber como eles se conectam, uma vez admitido que eles se cruzam e se sustentam mutuamente.

Ao explicar o chamado universo religioso e também o universo jurídico, Tabouret-Keller retoma parte das suas reflexões apresentadas no trabalho de 2003. Para ela, a tradução do latim da Vulgata para uma língua materna é determinante na história do cristianismo no Ocidente. Ao poder ler o texto bíblico, o homem do povo pode ser intérprete da palavra de Deus. O poder quase totalitário que a Igreja assume sobre a interpretação da palavra divina através do viés do latim seria um magnífico exemplo de um poder político sobre a língua. A autora julga importante lembrar que os séculos XII a XIV são ricos em movimentos de contestação em toda a Europa ocidental. Sobre o universo jurídico especificamente, Tabouret-Keller volta a relatar a dinâmica dos tribunais franceses no fim da Idade Média, onde os discursos seriam feitos na língua dos advogados e as transcrições em latim, e também a imposição da escrita nas operações jurídicas através das Ordenanças de Montil-les-Tours (1454), Moulins (1490) e Villers-Cotterêts (1539). Nesse quadro, a passagem para uma justiça nacional e escrita faria parte de vários eventos, como a unificação da escrita, a gramatização e a normalização da língua. Tendo isso em conta, a locução *langage maternel et françois*, tal como figura nas Ordenanças, se relacionaria com

a questão da unificação do poder do Estado e de sua execução. Já sobre o universo literário, comenta-se apenas que a expressão língua materna é encontrada na fábula francesa *Aucassin et Nicolette*, no século XIII, e na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, no século XIV. Nada é dito sobre o universo educativo. Tabouret-Keller (2004, p. 282) explica que os universos religioso, jurídico e literário apresentam como característica comum o emprego da expressão língua materna em oposição ao latim:

Um traço comum caracteriza esses três universos: as expressões *língua materna*, *vulgar*, ou *outra* são conceituadas por oposição ao latim. [...] Esse traço comum é antes de tudo sua função contestatória e reformadora no seio da catolicidade, função geral na Europa ocidental; no mesmo período a expressão apoia a promoção dos Estados e do seu poder central, promoção que levará vários séculos em alguns casos e será mesmo bastante tardia no caso da Alemanha e da Itália. Parece que, no caso religioso, trata-se de substituir o latim por um texto em uma língua que já conhece formas escritas (o “francês” do reformador Valdo, o “alemão” de Lutero, por exemplo), enquanto que no quadro jurídico, trata-se de colocar primeiro por escrito costumes locais ainda não escritos e de unificá-los em seguida em uma mesma língua, no seio de um mesmo território de poder. A escrita de obras literárias ou filosóficas numa língua tal pode, por sua vez, ser interpretada ao mesmo tempo como um apoio do movimento contestatório intrarreligioso e como participação no estabelecimento de instituições não subservientes ao poder do latim<sup>20</sup>.

De acordo com Tabouret-Keller, o estudo dos universos discursivos de emprego da língua materna deve ser seguido por uma análise comparativa das “funções ideológicas e políticas” assumidas por essa expressão no interior de cada língua. No que toca às línguas europeias, a autora afirma haver uma profunda mudança da discursivização da expressão língua materna após o fim da segunda guerra mundial. Ela acredita ser possível organizar

---

<sup>20</sup> « Un trait commun caractérisé ces trois univers: les expressions *langue maternelle*, *vulgaire*, ou *autre*, sont conceptualisées par opposition au latin. [...] Cet trait commun est avant tout leur fonction contestataire et réformatrice au sein de la catholicité, fonction générale en Europe de l'ouest ; dans la même période l'expression soutient la promotion des Etats et de leur pouvoir central, promotion qui va s'étaler sur plusieurs siècles dans certains cas, et sera même très tardive dans les cas de l'Allemagne et de l'Italie. Il ressort que dans le cadre religieux, il s'agit de remplacer le latin par un texte dans une langue qui connaît déjà des formes écrites (le « français » du réformateur Valdo, l' « allemand » de Luther, par exemple), alors que dans le cadre juridique, il s'agit de mettre d'abord par écrit des coutumes locales non encore écrites et de les unifier ensuite dans une même langue, au sein d'un même territoire de pouvoir. L'écriture d'oeuvres littéraires et philosophiques dans une telle langue, peut, quant à elle, être interprétée à la fois comme un appui du mouvement contestataire intra-religieux et comme participation à la mise en place d'institutions non inféodées au pouvoir du latin. »

essa discursivização em três períodos ao longo da segunda metade do século XX na Europa: o período imediato do pós-guerra; os anos 50 aos anos 80; o período atual.

O período imediato do pós-guerra seria marcado pelo ressurgimento das antigas reivindicações nacionais e identitárias locais ligadas ao emprego de uma língua própria. Nesse momento, línguas locais como o bretão e o alsaciano seriam ainda faladas nas famílias e até mesmo transmitidas às crianças. No que diz respeito à expressão língua materna, seu emprego seria relativamente frequente. O período que vai dos anos 50 aos 80 se notabilizaria por reivindicações identitárias e linguísticas. A reivindicação por uma língua própria, geralmente qualificada de materna, teria se tornado mais insistente e se generalizado nos Estados. Nesse mesmo período, a geração de antigos falantes das línguas locais tenderia a desaparecer, de forma que essas línguas seriam cada vez menos transmitidas no seio da família. As reivindicações identitárias e linguísticas encontrariam eco nas instituições do Estado, que teria tomado medidas em favor do emprego das línguas locais, geralmente no domínio da educação. Elas também viriam à tona nas instituições internacionais de caráter supranacional, como o Conselho da Europa. O período atual se distinguiria pela consolidação dos direitos institucionais adquiridos em favor das línguas locais. Essa consolidação acompanharia o uso dessas mesmas línguas, tanto na família quanto no meio rural, espaço onde teriam ficado presentes durante muito tempo no comércio local.

Após estabelecer esses três períodos, Tabouret-Keller (2004, p. 283-284) faz a seguinte afirmação:

A discursivização da expressão “língua materna” se transforma assim sobre dois planos: reivindicada como um direito, em particular para a criança, ela dá lugar a outras expressões, geralmente nomes de línguas como nos textos do Conselho da Europa, que tratam das línguas regionais sem empregar a expressão “língua materna”, ou nos textos legislativos franceses, que tratam do seu ensino. No mesmo tempo em que o uso público dessas línguas se torna cada vez menor, ou mesmo desaparece, se impôs o emprego de termos gerais como “língua regional”. Por outro lado, mas mais recentemente, basicamente desde o fim dos anos oitenta, o emprego da expressão *língua materna* reaparece no contexto bem particular da menção de uma língua que se deve ensinar às crianças porque elas

não conhecem mais sua *língua materna*, nem mesmo a entendem. Em suma, é necessário agora ensinar a língua materna porque ela não é mais falada<sup>21</sup>.

A partir do que diz acima, Tabouret-Keller conclui que as representações da língua materna sofreram profundas transformações ao longo do tempo. Em um primeiro momento, basicamente até o início do século XIX, a língua materna seria um objeto a ser conquistado, um objeto ligado à mãe física, à oralidade, ao território, à comunidade, representações essas que se tornariam mais densas pela absorção de outras, como uma língua-mãe, um ideal nacional, uma ideia de igualdade. Em um segundo momento, ao longo do século XIX, a língua materna seria um objeto a ser preservado, não apenas nas regiões rurais, mas também entre as massas de imigrantes, nos territórios anexados por guerra, nas pequenas regiões, nos novos Estados etc. No momento atual, a língua materna representaria um objeto perdido. Com efeito, como explica Orlandi (2007, p. 36), os sentidos estão em constante movimento, “significando sempre de muitas e variadas maneiras”. No entanto, a periodização dos sentidos de língua materna desenhada por Tabouret-Keller toma esse movimento dos sentidos de forma linear, como se os sentidos fossem se somando a outros e retilinearmente substituindo outros em um caminho sem percalços. Na verdade, a própria ideia de periodização de sentidos nos parece ruim, primeiro porque é como se o sentido existisse por si, independentemente dos sujeitos e dos processos sócio-históricos, segundo porque podemos pensar que uma palavra pode ter sentidos diferentes no mesmo período histórico e sentidos semelhantes em épocas afastadas no tempo. Não se pode esquecer também os cruzamentos e as sobreposições de sentido. A expressão língua materna, por exemplo, tem seus sentidos sobrepostos aos sentidos da

---

<sup>21</sup> « La mise en discours de l’expression « langue maternelle » se transforme ainsi sur deux plans: revendiquée comme un droit, en particulier pour l’enfant, elle cède la place à d’autres expressions, généralement des noms de langues comme dans les textes du Conseil de l’Europe qui concernent les langues régionales sans employer l’expression « langue maternelle », ou dans les textes législatifs français concernant leu enseignement. Dans le même temps où l’usage public de ces langues s’amenuise, voire disparaît, l’emploi s’est imposé de termes généraux comme « langue régionale ». Par ailleurs, mais plus récemment, en gros depuis la fin des années quatre-vingt, l’emploi de l’expression *langue maternelle* réapparaît dans le contexte bien particulier de la mention d’une langue que l’on a le devoir d’enseigner aux enfants car ils ne connaissent plus leur *langue maternelle*, voire ne l’entendent même plus. En somme, il faut maintenant enseigner la langue maternelle car ele n’est plus parlée. »

expressão língua nacional. A periodização feita por Tabouret-Keller é também problemática pela imprecisão dos fatos históricos apresentados, pois, ao contrário do que diz a autora, a língua identificada como materna não funciona como um objeto a ser conquistado. Se havia alguma língua a ser conquistada quando da criação da expressão língua materna na Idade Média, essa língua era o latim, aprendida apenas por aqueles que frequentavam os bancos escolares. Por fim, cabe ressaltar a ausência de registros e análises que favoreçam o estabelecimento e a periodização dos sentidos de língua materna apresentadas por Tabouret-Keller.

## 2.2 Jean-Didier Urbain

O sociólogo francês Jean-Didier Urbain (1982) considera a língua materna uma entidade semiótica polimorfa e ambígua que reina como imagem persistente no coração da Linguística. Segundo o autor (1982, p. 8), a noção de língua materna foi constantemente requalificada ao longo do tempo, razão pela qual se construiu em torno dela um paradigma de locuções equivalentes:

a língua materna pode ser *local*, *nacional*, ou ainda *comum*, *natural*, *primeira*, até mesmo *primitiva* ou *original*. Alguns a concebem de preferência como uma espécie de *gíria* doméstica, uma língua *especial* entre outras, uma língua *familiar*, *oral*, *usual*, *ordinária*, também como uma língua do *campo*, um *patois*, sem contar que o senso comum associa de bom grado a noção de língua materna à ideia de *falar* infantil, a uma *gíria* da nutriz, ao *baby talk*...<sup>22</sup>

Em virtude disso, ela seria uma noção cujo valor e unidade deve ser questionada. Para Urbain, uma imagem maternal da língua se expandiu historicamente por

---

<sup>22</sup> « la langue maternelle peut être *locale*, *nationale* ou bien encore *commune*, *naturelle*, *première*, voire *primitive* ou *originelle*. Certains la conçoivent plutôt comme une sorte *d'argot* domestique, une langue *spéciale* parmi d'autres, une langue *familiale*, *orale*, *usuelle*, *ordinaire*, une langue de la *campagne* aussi, un *patois*, sans compter que le sens commun, quant à lui, associe volontiers la notion de langue maternelle à l'idée de *parler* enfantin, à un *jargon* de nourrice, au *baby talk*... »

todos os domínios da Linguística. Essa metaforização maternal da língua revelaria não apenas uma “conveniência ideológica” dos linguistas, mas também uma “organização social ou psicológica”. Posto isso, o autor acredita ser possível, por intermédio da investigação histórica e do encadeamento de fatos, reconstituir um sistema de pensamento que permita a busca do “sentido profundo” da noção de língua materna e do “jogo ideológico” que essa noção estaria ao mesmo tempo escondendo e revelando.

De acordo com Urbain, em 1361, Nicolau de Oresme transporta do latim medieval para o francês a locução *langue maternelle*, entendendo-a como uma língua regional ou local, mas igualmente como uma língua comum ou de baixo uso, por oposição ao latim, língua do saber e da cultura. Segundo o sociólogo, para designar um nível de língua inferior, bastaria a Nicolau de Oresme fazer uso da locução língua comum. No entanto, se ele prefere “a imagem da mãe e, mais além, a imagem da mulher” para evocar essa realidade linguística, é porque estaria fazendo “eco à ordem social do século XIV”<sup>23</sup> (1982, p. 9). Ao recorrer a P. Petro (1995)<sup>24</sup> para ilustrar a degradação progressiva da mulher na França a partir do século XIV, o autor conclui que, nesse contexto sociológico, a expressão língua materna “não tem nada de metafórico e sua conotação é evidente”<sup>25</sup>. Dessa maneira, o uso discriminatório da imagem da mulher na língua corresponderia a um duplo projeto político: “desvalorizar as línguas regionais e locais e endossar no plano linguístico a desvalorização social da mulher”<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> « Oresme aurait pu se contenter de la locution *langue commune* pour désigner ce niveau de langue inférieur. Mais il préfère placer en avant, pour évoquer cette réalité linguistique, l’image de la mère et, par-delà, l’image de la femme : il parle de « langue maternelle et commune ». Le choix de cet ordre de dénomination n’est pas issu du hasard : il fait écho en fait à l’ordre social du XVI<sup>e</sup> siècle. »

<sup>24</sup> « Dès le XIV<sup>e</sup> siècle, on assiste à une dégradation progressive et lente de la situation de la femme dans le ménage. Elle perd le droit de le substituer au mari absent ou fou... Finalement, au XVI<sup>e</sup> siècle, la femme mariée devient une incapable et tous les actes qu’elle ferait sans être autorisée par le mari ou par la justice, seraient radicalement nuls. » P. Petrot, 1955 apud Urbain, 1982, p. 9.

<sup>25</sup> « On voit bien ici dans quel contexte sociologique prend place l’innovation terminologique de Nicole d’Oresme : elle n’a rien de métaphorique e sa connotation est évidente. » Urbain, 1982, p. 9.

<sup>26</sup> « Par cette nouvelle dénomination, fondamentalement discriminatrice, c’est un double projet politique qui se fait jour au travers d’une classification linguistique rudimentaire : dévaloriser les langues régionales et locales; et entériner sur le plan linguistique la dévalorisation sociale de la femme. » Urbain, 1982, p. 9.

É importante perceber o movimento de construção de paralelismo direto entre língua materna e a figura da mulher na argumentação de Urbain. Esse paralelismo seria possível graças à observação da atitude de Nicolau de Oresme em nomear *langue maternelle* “um nível de língua inferior” quando poderia ter simplesmente utilizado a locução língua comum. Como vimos, de acordo com o sociólogo, já que a expressão foi cunhada em um momento de suposta degradação social da mulher e em referência a um nível de língua que se opõe ao latim, língua do saber e da cultura, devemos acreditar que a imagem da mulher na língua não tem nada de metafórico, ou seja, a língua materna seria de fato a língua da mãe. Como se percebe, o materno da língua para Urbain não é uma alegoria, mas uma empiria, pois a “mãe” é tomada no sentido de papel concreto, empírico, um lugar marcado nas relações sociais: a “mãe” é a mulher que deu à luz e que ensinou seus filhos a falar. A “mãe” é mesmo a mãe. A língua materna é mesmo a língua da mãe. Na esteira do que parece ser um sociologismo exacerbado, Urbain associa de forma direta e restrita língua materna e a figura da mulher. No entanto, é preciso observar que, se o paralelismo entre língua materna e mulher é inferido e legitimado na inovação terminológica realizada por Nicolau de Oresme, em nenhum momento qualquer trecho da obra desse autor é citado por Urbain. Se tivesse recorrido às fontes, o sociólogo teria percebido, por exemplo, que a expressão *langage commun et maternel* aparece no texto daquele autor justamente como forma de nomear o latim, cujo ensino na Idade Média, se cabia a uma mãe, só poderia ser à mãe Igreja. Procederemos à análise desse registro mais à frente, no capítulo sobre os sentidos de língua materna na Idade Média.

A história da noção língua materna contada por Urbain não é apenas uma história sem textos, sem documentos, mas, como teremos oportunidade de ver logo mais, também é uma história linear. Como a língua materna é tomada como a língua da mulher, para reconstruir a história dessa língua, bastaria recorrer à situação social das mulheres ao longo dos séculos. Da mesma forma, como o estatuto sociolinguístico e o papel social da mulher e da língua materna são decididos pelos homens desde Nicolau de Oresme, tal como defende o autor, bastaria investigar o julgamento feito às mulheres pelos homens para

determinar o jogo ideológico que, retomando as palavras de Urbain, a língua materna ao mesmo tempo esconde e revela. Não há tropeços!

Urbain observa que também no século XIV, e até o século XVI, a iconografia religiosa se encontra invadida por representações maternas da Virgem Maria. Afetada pelo mistério da mãe mítica, a mulher gozaria de um prestígio parassocial: “a mãe e a criança formam um casal sagrado na medida em que são suspeitos de poder reabrir o caminho em direção à língua pré-babeliana, única e universal”<sup>27</sup> (p. 10). Como se percebe, o prestígio alcançado pela mulher-mãe deve ser creditado ao papel intermediário da criança: “é o filho que salva a mãe do total descrédito, pois, como a criança se comunica com as origens e a mãe *sabe* se comunicar com a criança, por esse viés, ela [mulher-mãe] sobrevive como elo indispensável na reconquista do verbo perdido”<sup>28</sup>. Na presença de uma perspectiva mística que articula uma relação entre mãe, criança e mundo original, a língua materna passa a ser considerada “uma emissão músico-verbal que manifesta o inconsciente do mundo, uma enunciação primitiva e pura suscetível de restituir aos homens espoliados o segredo da língua das origens”<sup>29</sup>. O mistério das origens reabilitaria e revalorizaria a língua materna como voz da natureza.

A ambiguidade gerada pela noção de língua materna encontraria sua justificativa no fato de ela ser politicamente desvalorizada como língua de baixo uso e, ao mesmo tempo, supervalorizada como língua próxima às origens:

Na verdade, é realmente a nostalgia dos homens, alimentada pelo mito do verbo perdido que, paradoxalmente, conserva uma certa importância ontológica à mulher e um valor à sua língua apesar da desvalorização de que são objeto em todos os outros planos. Notemos especialmente que, a partir dessa época, a noção de língua materna engendra ambiguidade: o desprezo e o respeito, a rejeição e o remorso. Politicamente desvalorizada enquanto língua doméstica de baixo uso, ela é contraditoriamente supervalorizada enquanto língua idealmente mais

---

<sup>27</sup> « La mère et l'enfant forment un couple sacré dans la mesure où ils sont suspectés pouvoir rouvrir la route en direction de la langue pré-babélieenne, unique et universelle. »

<sup>28</sup> « Mais c'est sont enfant qui la sauve du total discrédit car l'enfant communiquant avec les origines et elle *sachant* communiquer avec lui, elle demeure par ce biais l'indispensable maillon dans la reconquête du verbe perdu. » Urbain, 1982, p. 10.

<sup>29</sup> « La langue maternelle sera alors, dans cette perspective mystique, une émission musico-verbale manifestant l'inconscient du monde, une énonciation primitive et pure susceptible de rendre aux hommes dépossédés le secret de la langue des origines... » Urbain, 1982, p. 10.

próxima às origens. Ela é, portanto, original e vulgar, língua pura e impura ao mesmo tempo<sup>30</sup>.

O “sentido profundo” da noção de língua materna e a “ambiguidade” que ela apresenta, pelo visto, estão ligados à situação sócio-histórica das mulheres entre os séculos XIV e XVI. Se a língua é materna porque é a língua da mãe, como a mãe é ao mesmo tempo prestigiada e desvalorizada, desde o início os julgamentos sobre essa língua seriam ambivalentes. Urbain busca em R. Pernoud (1977) e em C. G. Dubois (1970) os elementos históricos para fundamentar sua defesa de uma ambiguidade engendrada pela noção de língua materna nos séculos finais da Idade Média. Ao citar fragmentos da obra de R. Pernoud *Pour en finir avec le Moyen Âge* (“Para pôr um fim à Idade Média”), Urbain procura mostrar a existência de um projeto político de desvalorização das mulheres e de sua língua. No mesmo passo, ao retomar o trabalho de C. G. Dubois *Mythe et langage au seizième siècle* (“Mito e linguagem no século XVI”), ele deseja apontar a concomitância de um interesse científico pela língua do par mãe-criança. A coexistência de interesse e despreço pela língua da mulher em uma mesma faixa de tempo justificaria assim a ambiguidade gerada pela noção de língua materna. O período a que Urbain se refere, século XIV ao XVI, parece ser responsável por uma espécie de ambiguidade *inaugural* da noção de língua materna. Como veremos, o modo como o sociólogo compõe a história da língua materna dá a impressão de que essa ambiguidade inaugural se mantém e se acomoda aos papéis sociais desempenhados pelas mulheres ao longo dos séculos.

A tentação de identificar a língua original por meio da língua materna é vencida, segundo Urbain, no fim do século XVI. Nesse momento do texto, para ilustrar a superação da nostalgia da língua materna como língua original, o sociólogo faz uso da

---

<sup>30</sup> « De fait, c’est bien la nostalgie des hommes, alimentée par le mythe du verbe perdu, qui, paradoxalement, conserve au XVI<sup>e</sup> siècle un certain poids ontologique à la femme et un valeur à sa langue en dépit de la dévalorisation dont elles sont l’objet sur tous les autres plans. Remarquons surtout que, dès cette époque, la notion de langue maternelle engendre l’ambiguïté : le mépris et le respect, le rejet et le remords. Politiquement dévaluée, en tant que langue domestique de bas usage, elle est contradictoirement surévaluée en tant que langue optimalement proche des origines. Elle est donc originelle et vulgaire, langue pure et impure à la fois... » Urbain, 1982, p. 11.

primeira de duas únicas citações que carregam a expressão língua materna. Trata-se de um relato de Court de Gébelin (1796) da descrença na tese do padre Pezron sobre a descendência gaulesa do latim:

Assim o padre Pezron, abade de Charmoye, “queria que o latim descendesse da língua dos antigos gauleses ou dos celtas, mas ninguém acreditava nele: ele chegou a essa ideia pelas relações que percebeu entre o latim e o baixo-bretão, sua língua materna, tendo nascido em Hennebon, na diocese de Vannes. Sua obra sobre esse assunto foi impressa em 1703”.<sup>31</sup>

A partir dessa citação, a aurora do século XVII é descrita como uma espécie de período em que se desencarna o espírito de apreço pela língua materna, dando-se cabo da utopia da língua original. A explicação para isso estaria na desmitificação da linguagem infantil:

Com efeito, a demolição da primeira utopia [utopia da língua original] desde essa época [fim do século XVI] deve-se ao fato que a observação metódica reconsidera a suposta perfeição da “língua natural” da criança. A língua não é inata e não faz eco a nenhum falar original: ela é aprendida, progressivamente reconstruída após um longo *aprendizado*.<sup>32</sup>

Quando a desmitificação da linguagem da criança põe fim à utopia da língua original, a língua materna se torna objeto de severas críticas, pois deixaria de ser vista como intermediária entre crianças e homens, passando a ser responsabilizada pela estagnação da elocução infantil e pelos traços de imperfeição na linguagem dos adultos, uma vez que o próprio falar infantil recebe o estigma da imperfeição. O autor fundamenta essa tese no juízo que L. Joubert (1608) faz, no século XVII, do papel das mulheres na aprendizagem da língua pelas crianças:

No que toca às palavras bizarras e estranhas que elas [as crianças] usam, a maior parte lhes foi ensinada pelas mulheres, que gaguejam com elas, arremedando as outras crianças, que pronunciam tudo molemente; as outras palavras que elas

---

<sup>31</sup> « Ainsi le Père Pezron, Abbé de Charmoye, « prétendit que le Latin descendoit de la Langue des anciens Gaulois ou du Celte ; mais personne ne crut à lui : il fut conduit à cette idée par les rapports qu’il apperçut entre le Latin et le Bas-Breton, sa langue maternelle, étant né à Hennebon, dans le Diocèse de Vannes. Son ouvrage, sur cet objet, fut imprimé en 1703. » Court de Gébelin, 1796 apud Urbain, 1982, p. 11

<sup>32</sup> « En effet, l’effondrement de la première utopie dès cette époque tient au fait que l’observation méthodique remet en cause la perfection supposé de la « langue naturelle » de l’enfant. La langue n’est pas innée et ne fait écho à aucun parler originel : elle est apprise, progressivement reconstruite à l’issue d’un lent *apprentissage*. » Urbain, 1982, p. 11.

parecem inventar e impor para várias coisas são apenas palavras corrompidas de verdadeiros chamamentos, que elas mutilam ou pervertem de diversas formas...<sup>33</sup>

Para reafirmar nossa observação de que o sociólogo associa direta e restritamente mulher e língua materna, é oportuno chamar atenção ao fato de que em nenhuma linha da citação acima aparece a expressão língua materna. No entanto, é exatamente a partir das palavras de L. Joubert que Urbain (1982, p. 12) afirma que, no momento em que a mulher é vista como causa da estagnação e da perversão da elocução infantil, “a língua materna se torna um *obstáculo* no caminho que leva à língua ideal”<sup>34</sup>. Confinada no espaço doméstico e aprisionada nos limites estreitos de uma oralidade marginal, a língua materna, segundo Urbain, se torna “língua da ignorância vergonhosa, que deve ser rapidamente ultrapassada, rejeitada, esquecida”<sup>35</sup>. De acordo com o sociólogo, essa segunda desvalorização da língua materna é acompanhada da Norma, da ideologia do bom uso, da monopolização da pedagogia pelos homens e da caça aos dialetos e aos *patois*.

Cabe prestar atenção à regularidade da cronologia que vem sendo montada por Urbain para contar a história da noção de língua materna. No primeiro momento, cria-se a expressão língua materna. Nesse momento de criação do termo, a língua e o segmento social representado por ela conhecem um primeiro momento de depreciação e, simultaneamente, de valorização. A valorização, tratada em termos de reabilitação, por seu turno, se dá por meio de um intermediário e em virtude de uma espécie de curiosidade pela língua materna, que, como veremos, se tornaria cada vez mais científica. No momento seguinte, sucedendo a reabilitação da língua materna, ocorre uma nova queda e, logo em seguida, uma nova reabilitação. Na montagem dessa cronologia, mantém-se a estratégia de tomar a língua materna como língua falada pelas mulheres e, dessa forma, transferir para

---

<sup>33</sup> « Touchant aux mots bizarres, et étranges, qu’ils usent, la plus part leur est enseignée des femmes, qui bégayent avec eux, contrefaisant les autres enfans, qui prononcent tout mollement, les autres mots qu’ils semblent inventer et imposer à plusieurs choses, ce ne sont que mots corrompus de vraies appellations, qu’ils mutilent ou depravent en diverses façons... » L. Joubert, 1608 apud Urbain, 1982, p. 12.

<sup>34</sup> « la langue maternelle est devenue un *obstacle* sur la voie menant à la langue idéale. »

<sup>35</sup> « si la langue de la mère existe toujours, confinée dans l’espace domestique, elle n’est plus surcroît qu’une langue pauvre enfermée dans les limites étroites d’une oralité marginale. La langue maternelle est la langue de l’ignorance honteuse, laquelle doit être rapidement dépassée, rejetée, oubliée. » Urbain, 1982, p. 12.

essa língua os julgamentos a que as mulheres estariam submetidas. A “mãe” é mesmo a mãe. A língua materna é mesmo a língua da mãe. A história da língua materna é mesmo a história da mãe. A história da mãe é a história da maneira como as mulheres são julgadas pelos homens, e não de suas realizações, o que nos leva a pensar que, à medida que tece uma história da noção de língua materna, Urbain realiza o apagamento da mulher na história. No final das contas, e o que virá talvez possa confirmar tal suspeita, parece que os sentidos de língua materna narrados por Urbain mudam sem nunca deixar de serem os mesmos. Sempre a ambiguidade inaugural. Sempre a mãe social e a mãe mítica.

Os homens do século XVII, segundo o sociólogo, procuram descobrir a língua universal, isto é, uma língua artificial mais perfeita que os idiomas existentes. Descartada a mulher, que perde seu lugar como intermediária entre os homens e o ideal de língua perseguido, a realização do projeto da língua universal teria se ancorado na Razão:

Esse projeto, aliás, endossado por Descartes [...], consiste, na verdade, não somente em querer retificar racionalmente as línguas usuais, mas, em nome da Razão e contra a Natureza enganosa, em querer construir uma axiomática ou um código constitucional da Língua, isto é, em última instância, um código “desnaturado”, próprio para vigiar, controlar, discriminar e banir todos os “desvios” linguísticos, individuais, locais ou regionais.<sup>36</sup>

Essa seria a utopia da língua artificial, que, de acordo com Urbain, para alguns, se realizaria na forma de um ódio explícito pela língua materna, considerada, no século da língua universal, uma língua medíocre e vã. Segundo o sociólogo, Sir Robert Boyle (1627-1691) é um caso notável, pois, perseguindo a algebrização da expressão verbal comum a fim de extrair a lógica essencial, ele teria manifestado repugnância pelo aprendizado de sua “língua materna irlandesa”. Reproduzimos, abaixo, a declaração de Robert Boyle de que se serve Urbain para ilustrar o ódio explícito pela língua materna no século XVII:

o verdadeiro saber me deu tamanha aversão e tamanho desprezo pelo estudo vão das palavras que não apenas visitei diversos países sem dignar-me a estudar a

---

<sup>36</sup> « Ce projet, au démeurant avalisé par Descartes [...], consiste en fait non seulement à vouloir rectifier rationnellement les langues usuelles mais encore, au nom de La Raison et contre la Nature trompeuse, à vouloir édifier une axiomatique ou un code constitutionnel de la Langue, c'est-à-dire, en dernière instance, un code « dénaturé », propre à surveiller, contrôler, discriminer et proscrire toutes les « déviations » linguistiques, individuelles, locales ou régionales. » Urbain, 1982, p. 13.

língua, como ainda também jamais me pus a aprender a língua do reino (da Irlanda) onde nasci e fui educado durante anos.<sup>37</sup>

Perceba-se que Robert Boyle não dirige sua versão à “língua materna irlandesa”, mas, sim, à “língua do reino (da Irlanda) onde nasci e fui educado”. É de autoria de Urbain a formulação “língua materna irlandesa”. Essas considerações acerca dos comentários de Urbain sobre as palavras de Boyle nos mostram que, na fala do sociólogo, se constrói uma associação entre língua materna e “língua do lugar do nascimento”. Da fórmula “língua do reino (da Irlanda) onde nasci e fui educado durante anos”, empregada por Boyle, desliza-se para a construção “língua materna irlandesa”, em Urbain. Por essa operação, o lugar de nascimento é identificado como o berço da língua materna, ou, de outra forma, a língua materna é definida como aquela do país onde se nasce. Urbain parece ser afetado em sua argumentação pelos sentidos de língua materna em circulação, naturalizados, em que pesam a terra, o país e a nação.

Na outra margem da utopia da língua artificial, está, segundo Urbain, Leibniz, que, embora tenha trabalhado com a possibilidade de elaboração de metalinguagens sintáticas ideais, não acreditaria na construção de uma língua ideal fora do mundo, não havendo, portanto, em sua obra, o “assassinato simbólico da mãe pela negação pura e simples da língua materna, mas um respeito real por uma mãe metafórica: o país, o campo e seus habitantes”<sup>38</sup> (p. 14).

Voltemos nossa atenção mais uma vez à cronologia montada por Urbain (1982) para contar a história da língua materna. Se no primeiro momento dessa história, a utopia da língua original reabilita e revaloriza a língua materna, ao passo que a condição social das mulheres faz com que ela seja depreciada, no momento imediatamente seguinte, a utopia da

---

<sup>37</sup> «...le savoir réel m’a donné une telle aversion et un tel mépris pour l’étudo vaine des mots, que non seulement j’ai visité divers pays sans daigner en étudier la langue, mais encore je n’ai jamais pu me résoudre à apprendre la langue du royaume (d’Irlande) où je suis né et où j’ai été élevé pendant des années. » R. Boyle apud Urbain, 1982, p. 14.

<sup>38</sup> « On trouve donc pas chez Leibniz de meurtre symbolique de la mère par dénégation pure et simple de la langue maternelle mais un respect réel pour une mère métaphorique : le pays, la campagne et ses habitants. »

língua artificial reconduz a língua materna ao caminho da desvalorização social, apesar do apreço demonstrado por ela por certos adeptos dessa segunda utopia. Ao que tudo indica, não importa o momento da história, o que se divisa é sempre a mesma tensão entre amor e ódio pela língua materna. De fato, Urbain (1982, p. 15) não apenas admite essa tensão, tratada como uma dialética, como situa nela a estruturação de uma “linguística pré-científica”:

De uma utopia à outra, é portanto uma estranha dialética entre ódio e amor pela língua materna que estruturou, para uma parte essencial, o imaginário da linguística pré-científica. Desse ponto de vista, a dupla Leibniz/Boyle é uma perfeita personificação dessa dualidade afetiva que sobredeterminou o desenvolvimento da linguística do século XIV ao século XVII, e mesmo além. Um encarna a nostalgia e o remorso; o outro, o ódio e o desprezo. A história da ciência da linguagem aparece aqui como um vasto drama cuja cenografia e a narrativa geral procuramos reconstituir.<sup>39</sup>

O século XVIII, segundo Urbain (1982, p. 16), tempo de racionalismo linguístico, de despertar dos nacionalismos e da preocupação da geração dos enciclopedistas com a gramática geral e a língua universal, é o momento do reencontro com a língua adâmica, a língua dos homens, da indústria, do comércio, das viagens, enfim, a língua do pai:

Foi Bossuet quem já disse durante seu discurso de recepção na Academia Francesa, em 1671: “O uso [...] é chamado com razão o pai das línguas. O direito de estabelecê-las, bem como o de regulá-las, jamais foi disputado em multidão, mas se essa liberdade não quer ser incomodada, ela, contudo, padece de ser conduzida”. A partir do qual se pode concluir facilmente que a língua do pai é a língua governante, isto é, a língua que estabelece a ordem e o rigor, os dicionários, as gramáticas e as leis, das quais derivam ciências, técnicas e policiamentos...<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> « D'une utopie à l'autre, c'est donc une étrange dialectique entre haine et amour de la langue maternelle qui a structuré, pour une part essentielle, l'imaginaire de la linguistique pré-scientifique. De ce point de vue, le couple Leibniz / Boyle est une parfaite personification de cette dualité affective qui a souterrainement déterminé le développement de la linguistique du XIVe au XVII siècle, et même au-delà. L'un incarne la nostalgie et le remords ; l'autre la haine et le mépris. L'histoire de la science du langage apparaît ici comme un vaste drame dont nous tentons de reconstituer la scénographie et le récit général. »

<sup>40</sup> « C'est Bossuet qui déjà dit lors de son discours de réception à l'Académie française, en 1671 : « L'usage [...] est appelé avec raison le père des langues. Le droit de les établir aussi bien que de les régler n'a jamais été disputé à la multitude mais si cette liberté ne veut pas être contrainte, elle souffre toutefois d'être dirigée. » A partir de quoi on conclura sans peine que la langue du père est la langue dirigeante, c'est-à-dire la

Para Urbain (1982, p. 16), a transparência dos termos empregados por Court de Gébelin<sup>41</sup> para qualificar a língua latina na sua obra *Le Monde primitif analysé et comparé avec le monde moderne* (“O mundo primitivo analisado e comparado com o mundo moderno”, 1773-1782) permite concluir que, no contexto social e linguístico do século XVIII, “a língua verdadeira e autêntica deve ser masculina, sendo uma de suas funções em face à organização social aniquilar os idiomas que não o são, os dialetos dos vencidos, os *patois* das tribos locais e regionais”<sup>42</sup>. Em oposição à língua do pai, são estas as condições de existência da língua materna no século XVIII:

Língua regional, local, doméstica, ela é idioma dos selvagens, língua não codificada, língua informal disseminada no mosaico pitoresco dos dialetos combatidos, língua de um território desprezado: a Barbárie. Aí, nessa condição social obscura, a língua materna passa quase por uma não-língua assim como os bárbaros eram não-gregos: ela é a língua do não-pensamento e do não-poder, uma língua sem regras, uma língua de horda, rudimentar e desprezível, recalçada, esmagada pela língua “ máscula e nervosa ” do pai, guerreiro, padre, filósofo e matemático.<sup>43</sup>

A ilustração dessa visão amarga de língua materna como o nível mais rudimentar da comunicação humana é dada por meio de um trecho da obra *Hermès ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle* (“Hermes ou pesquisas filosóficas sobre a

---

langue qui établit l'ordre et la rigueur, les dictionnaires, les grammaires et les lois, desquels découlent sciences, techniques et polices... »

<sup>41</sup> « Parlée par les Vainqueurs des Nations anciennes, elle participe à toutes leurs révolutions , & porta sans cesse leur empreinte. Mâle & nerveuse, tandis qu'ils ne s'occupèrent que de combats & de carnage, elle tonna dans les camps, & fit trembler les Peuples les plus fiers, les Monarques les plus despotes. Abondante & majestueuse, lorsque, las de combats , ils voulurent lutter en science & en grâces avec les Grecs, elle devint la Langue fçavante de l'Europe, & fit disparaître, par son éclat, les idiomes des Sauvages qui s'en disputoient la possession. Après avoir enchaîné tous ces Peuples par son éloquence & par fes loix, elle en devint la Langue religieuse, lorsque Rome chrétienne eut attiré les Peuples de l'Occident dans le sein du Christianisme. » Court De Gébelin, 1773-1782 apud Urbain, 1981, p. 16.

<sup>42</sup> « La langue véritable et authentique doit être masculine, l'une de ses fonctions essentielles vis-à-vis de l'organisation sociale étant d'anéantir les idiomes qui ne le sont pas, les dialectes des vaincus, les patois des tribus locales et régionales... »

<sup>43</sup> « La langue régionale, locale, domestique, elle est idiome des Sauvages, langue non condifiée, langue informelle disséminée dans la mosaïque pittoresque des dialectes combattus, langue d'un territoire méprisé : Là, dans cette région sociale obscure, la langue maternelle passe quasiment pour une non-langue tout comme les barbares étaient des non-Grecs : elle est la langue de la non-pensée et du non-pouvoir, une langue sans règles, une langue de horde, rudimentaire et méprisable, refoulée, écrasée par la langue « mâle et nerveuse » du père, guerrier, prêtre, philosophe et mathématicien. » Urbain, 1982, p. 17.

gramática universal”, 1751), de J. Harris. Encontra-se aí o segundo e último registro da expressão língua materna apresentado por Urbain:

Tomemos por exemplo a arte de falar: todos os homens, mesmo aqueles da última classe do povo, sabem falar sua língua materna. Quantos há aí, nessa imensa multidão, que não sabem nem escrever nem mesmo ler! Quantos, entre aqueles que têm pelo menos esse grau de instrução, ignoram completamente a gramática que ensina a se conformar ao gênio de sua língua! Há poucos, enfim, que tenham algum conhecimento da gramática universal, isto é, dessa gramática que, sem levar em conta os idiotismos ou as voltas próprias de cada língua em particular, considera apenas os princípios comuns e essenciais a todas as línguas!<sup>44</sup>

A língua materna é definida por J. Harris como a habilidade linguística desenvolvida “por todos os homens”, mesmo, ou melhor, inclusive por “aqueles da última classe do povo”. Se todos possuem a língua materna, nem todos dominam a leitura e a escrita. Os que conhecem a gramática, por sua vez, são menores em número do que aqueles que sabem ler e escrever. Por fim, aqueles que têm algum conhecimento da gramática geral são superados numericamente por aqueles que sabem apenas a gramática de sua língua, isto é, uma gramática particular. Veja-se aí uma ordem que parte da língua materna, passa pela leitura e escrita e pela gramática particular, e chega à gramática universal. A língua materna é, portanto, uma habilidade linguística elementar, comum a todos os homens, contrariamente à gramática universal, conhecimento metalinguístico adquirido por poucos.

Se temos chamado a atenção à quase ausência de registros da expressão língua materna no conjunto de textos apresentados por Urbain, é para mostrar sua estratégia de constituir paralelismos diretos entre língua materna e mulher, de forma a caracterizar a língua materna como a língua da mulher, determinando o valor de ambas em relação a uma configuração social segmentada entre homens e mulheres, com submissão total das últimas – uma visão bastante redutora da história, podemos dizer! No momento em que Urbain

---

<sup>44</sup> « Prenons pour exemple l’art de parler : tous les hommes, même ceux de la dernière classe du peuple, savent parler leur langue maternelle. Combien y en a-t-il, dans cette multitude immense, qui ne savent ni écrire ni même lire ! Combien, parmi ceux qui ont du moins ce degré d’instruction, ignorent entièrement la grammaire qui apprend à se conformer au génie de leur langue ! Qu’il y en a peu, enfin, qui ayent quelque connaissance de la grammaire universelle, c’est-à-dire, de cette grammaire qui, sans avoir égard aux idiotismes ou tours propres à chaque langue en particulier, ne considère que les principes communs et essentiels à tous les langues. » J. Harris, 1751 apud Urbain, 1982, p. 17.

assume que não há nada de metafórico na língua materna, isto é, que a língua materna é mesmo a língua da mãe, sendo essa última tomada no sentido empírico, para contar uma história da noção de língua materna, basta expor a história da mulher, ou melhor, a história da maneira como as mulheres são julgadas para os homens. A história desses julgamentos é a história da língua materna. Nesse modo de argumentar, os registros da expressão língua materna tornam-se dispensáveis. O que sustenta a história da noção de língua materna contada por Urbain é a suposição do paralelismo a que nos referimos, isto é, é preciso que a língua materna seja encarada como a língua da mulher. Mais do que uma estratégia argumentativa, essa parece ser realmente a crença de Urbain. Ao comentar o procedimento de J. Harris de hierarquização das línguas, o sociólogo reconhece (1982, p. 18, destaque nosso) a existência de distribuição das línguas segundo o sexo:

Com efeito, há uma homologia perturbadora entre a hierarquização *lógica* das línguas estabelecidas por Harris e a hierarquização *sociológica* dos papéis da mulher e do homem durante o mesmo período. Nos séculos XVII e XVIII, a mulher, com poucas exceções quase célebres, cumpre um papel social ínfimo e insignificante. Inexistente na vida pública e subalterna à casa, seu papel é comparável à língua que **de fato lhe equivale** e que ocupa o grau mais inferior da pirâmide das línguas.<sup>45</sup>

A locução “de fato” não deixa dúvidas: existe uma língua própria da mulher, assim como também existe uma língua própria do homem. Como temos apontado, pela lógica das associações feitas pelo autor, a língua materna é a língua da mulher e valor dessa língua é determinado conforme o lugar social reservado às mulheres pela vontade dos homens. No trecho supracitado, parece haver uma pequena inversão no modo como o autor argumenta: não é a condição *social da mulher* que determina o social valor de sua língua, mas, pelo contrário, é o *valor social da língua* que determina a condição social da mulher. Essa inversão argumentativa é apenas aparente, pois ela acaba por comprovar a estratégia de

---

<sup>45</sup> « En effet, il y a une homologie troublante entre la hiérarchisation *logique* des langues établies par Harris et la hiérarchisation *sociologique* des rôles de la femme et de l’homme durant la même période. Aux XVII-XVIII<sup>es</sup> siècles, la femme, à quelques exceptions célèbres près, remplit un rôle social infime et négligeable. Inexistante dans la vie publique et subalterne à la maison, son rôle est comparable à la langue qui lui revient de fait et qui occupe le degré le plus inférieur de la pyramide des langues. »

Urbain de associar direta e restritamente língua materna e mulher. Continua-se a afirmar que a língua materna é de fato a língua da mãe.

Para denunciar uma conveniência ideológica dos linguistas com a metaforização maternal da língua, supostamente imbuída de uma série de preconceitos contra a mulher, o autor procurar mostrar como as relações entre língua e mulher não são criticadas pela Linguística. Entretanto, pelo que expomos, por admitir a estreiteza de tais relações, Urbain não parece estar nada imune às críticas que direciona aos linguistas.

Após comentar o trabalho de J. Harris, Urbain interroga se a língua materna seria realmente uma expressão que sempre remete, além da noção de língua oral, usual e de baixo uso, à ideia específica da língua doméstica ou local transmitida e difundida pelas mulheres. Segundo o sociólogo, como já mostramos, os sentidos da expressão são evidentes no contexto social do século XIV, isto é, a língua materna era a língua da figura concreta da mãe. Essa expressão seria também requalificada ao longo do tempo. No entanto, como procuramos mostrar, os sentidos de língua materna são sempre estabelecidos por Urbain a partir de uma ambiguidade de *posições* a respeito da língua da mulher. No final das contas, a língua materna é tomada por Urbain ou como a língua de uma mãe social ou como língua de uma mãe mítica. No que diz respeito especificamente à qualificação do termo ao longo dos séculos, o autor acredita que ela se tornou “uma imagem inconsciente e involuntária, uma forma simples de falar a que não corresponde mais nenhuma representação”, de forma que o qualificativo materno não é nada além de “uma banalidade conceitual que equivale simplesmente à noção de origem, pouco importando, portanto, o sexo do enunciador”<sup>46</sup> (p. 17). É bem possível que Urbain não perceba, mas o sexo do enunciador continua tendo importância para a definição de língua materna, na sua própria argumentação, inclusive. De qualquer forma, Urbain assevera que se deve aceitar que a língua materna não corresponde mais a nenhuma representação, mesmo que a comparação entre a realidade social do século

---

<sup>46</sup> « Il est vrai qu’une qualification de terme, en usage depuis des siècles, a pu devenir une image inconsciente ou involontaire, une simple façon de parler à laquelle ne correspond plus aucune représentation. Le qualificatif *maternelle* peut ainsi n’être plus qu’une banalité conceptuelle qui équivaut simplement à la notion d’origine, le sexe de l’énonciateur important peu alors. »

XVIII e a pirâmide das línguas estabelecida por J. Harris demonstre a permanência de uma representação da mãe na expressão língua materna.

Harris e Gébelin, segundo Urbain, são para a Linguística do século XVIII o que foram Boyle e Leibniz para a do século XVII. As duas duplas representariam a mesma dualidade afetiva entre amor e ódio pela língua materna que sobredeterminaria o desenvolvimento da ciência da linguagem. Harris e Gébelin bem poderiam ser considerados representantes do terceiro momento da história da língua materna contada por Urbain. Pela maneira regular como essa história vem sendo construída, é de esperar que, seguindo-se a essa etapa, haja um ponto de reinserção social e de revalorização da língua materna. É exatamente isso que o autor (1982, p. 20) afirma:

A empresa enciclopedista não consiste apenas em uma série de artigos classificados alfabeticamente. Ela compreende também proceder à *alfabetização*. De fato, a pedagogia, o ensino das línguas e outros objetos, ocupam aí um lugar essencial. Aqui, pelo viés pedagógico, está o ponto de reinserção social e de revalorização da língua materna, da *lingua della casa*. Em um ambiente cada vez mais monolíngue, a língua não é mais, pouco a pouco, uma *outra* língua, uma língua à parte, mas, de preferência, o primeiro lugar da aquisição, no *domicílio*, da língua nacional, porque é a língua da mãe, ainda assim, que retoma o papel essencial de depositar a primeira semente linguística em cada indivíduo, desde que essa primeira semente seja a “boa”!<sup>47</sup>

Ligada a essa situação, a instauração do ensino obrigatório teria tornado a língua materna uma etapa prévia para o conhecimento em geral e para a aquisição da linguagem em particular. Ainda a respeito dessa conjuntura, Urbain argumenta que, não bastasse seu *status* de fala de uma nova força social, a língua materna se converte em objeto de todo um discurso feminino/feminista, cujos limites seriam rapidamente situados por homens como

---

<sup>47</sup> « L’entreprise encyclopédique ne consiste pas seulement en une série d’articles classés alphabétiquement. Elle entend aussi faire oeuvre d’*alphabétisation*. De fait, la pédagogie, de l’enseignement des langues entre autres objets, y occupe une place essentielle. Ici, par le biais pédagogique, est le point de réinsertion sociale et de revalorisation de la langue maternelle, de la *lingua della casa*. Dans un environnement de plus en plus monolingue, la langue maternelle n’est plus, peu à peu, une *autre* langue, une langue à part, mais bien plutôt le premier lieu d’acquisition, à *domicile*, de la langue nationale; car c’est à la mère, quand même, que revient le rôle essentiel de déposer le premier limon linguistique dans chaque individu : autant que ce premier limon soit le « bon » ! »

E. Durkheim. Por fim, no que poderia ser considerado o quarto momento da história da língua materna contada pelo sociólogo, ela seria reintegrada ao universo do linguista:

A língua materna, língua oral, línguas das primeiras falas e, portanto, da aprendizagem é assim integrada novamente ao universo do linguista (de onde ela estava completamente excluída) a título de modelo pedagógico válido tanto para a aquisição das línguas estrangeiras quanto para a aquisição da língua nacional.<sup>48</sup>

O papel da língua materna como primeira instância de aquisição da língua nacional representa, segundo Urbain, o primeiro retorno à mãe, com a promoção da mãe social e da *lingua della casa*. O segundo retorno à mãe seria representado, ainda no século XVIII, com o advento da mãe mítica e da *lingua matrix*, quando a mitologia originalista renasce com a descoberta do sânscrito por William Jones. Desde então a Índia suscitaria verdadeira fascinação como lugar da “língua materna abandonada, espaço do idioma original perdido, o ponto de emergência da *Muttersprache*, que, revelada pelo Ocidente, perturba profundamente o imaginário científico europeu”<sup>49</sup> (p. 22). Para o sociólogo, além de produzir consequências positivas para a ciência da linguagem, por permitir proferir os princípios de uma genealogia linguística rigorosa, a descoberta do sânscrito teria o valor simbólico de desdobrar a língua materna aos olhos dos linguistas: “ou ela é o fato de uma mãe mitológica que transcende a história e a realidade social, ou então ela é o fato de uma mãe histórica imanente à história ou à realidade social”<sup>50</sup>.

Cabe observar que, conforme Auroux (2008, p. 33), ainda que a prática da comparação entre línguas e a investigação sobre seus parentescos sejam frequentes desde o Renascimento, com forte crescimento no final do século XVIII, o comparativismo moderno

---

<sup>48</sup> « La langue maternelle, langue orale, langue des premières paroles et donc langue d'apprentissage, est de ce fait intégrée à nouveau à l'univers de linguiste (d'où elle était somme toute exclue) au titre de modèle pédagogique valable tant pour l'acquisition des langues étrangères que pour l'acquisition de la langue nationale. » Urbain, 1982, p. 20.

<sup>49</sup> « L'Indie suscite chez les philologues une véritable fascination : elle est le lieu de la langue maternelle abandonnée, espace de l'idiome originel perdu, le point d'émergence de la *Muttersprache* qui, révélée à l'Occident, bouleverse profondément l'imaginaire scientifique européen. »

<sup>50</sup> « ou bien elle est le fait d'une mère mythologique transcendante à l'histoire et à la réalité sociale; ou bien elle est le fait d'une mère historique immanente à l'histoire et à la réalité sociale. » Urbain, 1982, p. 22.

não é resultado de uma descoberta empírica e pontual do sânscrito, como afirma equivocadamente Urbain, mas de uma revolução epistemológica realizada por Rask, Grimm e Bopp, que abrem o caminho para que o som, e não mais a palavra, seja tomado como unidade de referência para a comparação entre línguas. De acordo com Urbain, apesar da disjunção operada pela descoberta do sânscrito entre mãe mitológica e mãe histórica, o uso que os alemães fazem do significante *Muttersprache* para designar tanto uma mãe histórica quanto uma mãe mitológica é “uma prova de que a disjunção não é tão forte nos espíritos quanto poderia sugerir e de que a imagem materna da língua permanece *uma* no inconsciente dos linguistas”<sup>51</sup>.

A despeito de imputar aos linguistas a confusão entre a imagem de uma mãe social e uma mãe histórica, é o próprio Urbain quem realiza uma sobreposição entre língua materna e língua-mãe ao afirmar que a Índia é tomada como “lugar da língua materna abandonada, espaço do idioma original perdido”. Na verdade, embora a língua materna seja tomada muitas vezes como língua da mãe, não é comum a confusão entre língua materna e língua-mãe nas ciências da linguagem. Nesse campo, malgrado as diferentes posições teóricas, a língua-mãe é a mãe das línguas, e não a língua de um sujeito, não sendo confundida, portanto, com a língua materna. Efetivamente, a língua-mãe é uma noção cara ao programa da gramática histórico-comparativa, para quem uma língua-mãe é uma língua mais antiga a partir da qual se podem alinhar todas as línguas existentes.

Por ser a descoberta do sânscrito pelo Ocidente um fato da colonização inglesa, essa descoberta deve ser tomada, segundo Urbain, a partir do seu contexto sociopolítico, isto é, a colonização do mundo. Nesse panorama, a ocupação de partes da África, Ásia e outras regiões do planeta teria sido recebida pela elite científica como recuperação do estado da natureza primária da qual saiu o Ocidente, de forma que a busca do original é substituída pela busca do primitivo. Para o sociólogo (1982, p. 23), o valor simbólico da etnografia planetária empreendida pelo Ocidente está na adaptação do mundo a um

---

<sup>51</sup> « preuve que la disjonction n'est pas aussi fort dans les esprits que pourrait le laisser croire la réalité et que l'image maternelle de la langue reste *une* dans l'inconscient des linguistes... » Urbain, 1982, p. 22.

imaginário em detrimento de sua reconstituição objetiva, incluindo-se aí o aporte específico da Linguística no que concerne à imagem materna da língua:

Não sendo mais desde então a língua mãe/materna original, mas primitiva, oral e “selvagem”, a Linguística etnológica do século XIX, na esteira de Sir Robert Boyle, consome seu objetivo inconsciente: destruir a língua da mãe ou, pelo menos, mantê-la na inferioridade exótica e excêntrica que “deve” ser a sua. O objetivo do pensamento, dizia Hegel, é a eliminação da estranheza: a Linguística, transportada aos quatro cantos do mundo pela colonização, não faz outra coisa diante da estranheza das línguas exóticas reconhecidas como maternas.<sup>52</sup>

Divergentes *a priori*, os diferentes retornos à mãe feitos pela Linguística poderiam ser reunidos em um mesmo sistema de pensamento, pois a Linguística social e a Linguística etnológica, voltadas, respectivamente, às origens domésticas e às origens exóticas da língua, seriam duas estratégias de resolver o mesmo problema suscitado pela colonização, qual seja, colocar a língua materna no lugar que lhe seria devido. De acordo com Urbain, com o desenvolvimento simultâneo, no século XIX, da colonização interna, a que estaria correlata a Linguística social, e da colonização externa, a que estaria correlata a Linguística etnológica, as grandes nações ocidentais procuram firmar suas identidades por meio do desaparecimento dos idiomas “selvagens”. Dessa forma, a colonização interna seria um assalto organizado contra as originalidades regionais, locais e mesmo familiares; e a colonização externa, contra as originalidades regionais extraterritoriais:

Nos dois casos, a língua materna, a *Muttersprache*, é uma etapa utilizada para demarcar as nações do interior e do exterior. De um ponto de vista interno, a língua materna é uma etapa sobre o eixo *ontogenético*: ela serve para aproximar a criança da língua do pai. De um ponto de vista externo, a língua “materna” é apenas uma etapa sobre o eixo *filogenético*: ela serve para aproximar a infância da humanidade do estado patriarcal terminal, que é o do Ocidente, onde se pratica a língua do saber, a língua do pai, a língua extraída de todos os primitivismos, a língua objetiva, a língua do linguista...<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> « La langue mère/maternelle n'étant plus dès lors originelle mais primitive, orale et « sauvage », la linguistique ethnologique du XIX<sup>e</sup> siècle, dans le sillage de Sir Robert Boyle, parachève son but inconscient : détruire la langue de la mère ou du moins la maintenir dans l'infériorité exotique et excentrique qui « doit » être la sienne. Le but de la pensée, disait Hegel, est l'élimination de l'étrangeté : la linguistique, transportée aux quatre coins du monde par la colonisation, ne fait pas autre chose vis-à-vis de l'étrangeté des langues exotiques reconnues comme maternelles. »

<sup>53</sup> « Dans les deux cas, la langue maternelle, la *Muttersprache*, est une étape servant à borner les nations de l'intérieur et de l'extérieur. D'un point de vue interne, la langue maternelle est une étape sur l'axe

A colonização, no contexto dos Estados nacionais, seja interna, seja externa, trata, segundo Urbain, de estabelecer uma e apenas uma única língua, a língua do pai. Instrumentalizada e moldada segundo a língua dominante, a mãe seria chamada, a preço de sua própria negação, a contribuir com essa língua dominante no papel de detentora de um idioma específico, primitivo, oral, transitório, baseado no uso e na afetividade em detrimento da reflexão e da razão. No universo em expansão da educação escolar obrigatória e da conquista do campo pelas cidades, “o destino da língua materna – *lingua della casa* ou *lingua matrix* – é o desaparecimento, o apagamento social e cultural”<sup>54</sup> (p. 24).

Considerando o que foi mostrado até agora, podemos dizer que duas questões são levantadas no texto do sociólogo Jean-Didier Urbain (1982). A primeira, para não fugir aos termos do autor, diz respeito à construção de uma imagem maternal da língua; a segunda, à maneira como essa imagem é incorporada pela Linguística. Tais questões são levantadas com o intuito não apenas de romper com a evidência da locução língua materna, mas, principalmente, para denunciar a forma supostamente acrítica como a Linguística estaria assimilando a expressão e, dessa maneira, trazendo para a ciência todos os preconceitos contra a mulher que o termo carregaria. Por essa razão, o sociólogo pergunta-se se a língua materna não seria talvez a parte maldita da Linguística.

Como vimos, a argumentação de Urbain se sustenta na tomada da língua materna como a língua falada pelas mulheres. Dessa forma, o autor transfere para uma suposta língua falada pelas mulheres os julgamentos sociais feitos a elas, firmando, nessa relação, a história da língua materna e mesmo da Linguística. Apenas nesse quadro e com uma dose generosa de anacronismo é possível afirmar que Nicolau de Oresme fala de *langue commun et maternel* em virtude da situação degradante da mulher no século XIV.

---

*ontogénétique* : elle sert à rapprocher l'enfant de la langue du père. D'un point de vue externe, la langue « maternelle » n'est qu'une étape sur l'axe *phylogénétique* : elle sert à rapprocher l'enfance de l'humanité du stade patriarcal terminal qui est celui de l'Occident, là où se pratique la langue du savoir, la langue du père, la langue extraite de toutes les primitivités, la langue objective, la langue du linguiste... » Urbain, 1982, p. 23-24.

<sup>54</sup> « Dans cet univers en expansion, le destin de la langue maternelle – *lingua della casa* ou *lingua matrix* – est l'effacement, le gommage social et culturel. »

Urbain toma a língua materna como língua da mulher, transpõe essa relação para o passado, afirmando que: i. Nicolau de Oresme nomeia um nível de língua; ii. Esse nível de língua é inferior; iii. A mulher é, nesse momento histórico, considerada inferior; iv. Esse nível de língua inferior pertence às mulheres; v. Nomeia-se, portanto, língua materna esse nível de língua. Está justamente aí o anacronismo. Nesse gesto são determinados os sentidos da língua materna. Em seguida, o autor lança esses sentidos para o futuro, como se tivessem nascido dessa forma e, sem crítica, assimilados pelos linguistas. Para que não reste dúvida, só é possível abordar o problema nesses termos banhado na crença em uma língua da mulher e na fé de que essa língua é *necessariamente* a língua materna. O percurso realizado por Urbain para contar a história da noção da língua materna é equivocado sobretudo porque, partindo da inovação terminológica realizada por Nicolau de Oresme, o sociólogo ignora que a expressão *langue commun et maternel* é usada por Nicolau de Oresme para nomear o latim, e não o francês. Mesmo se fosse para nomear o francês, essa língua não é considerada um nível de língua inferior por Nicolau de Oresme, como afirma Urbain, mas, como mostraremos no próximo capítulo, uma língua nobre.

## CAPÍTULO III

---

### A INVENÇÃO DA LÍNGUA MATERNA NO OCIDENTE

- E por que isto se chama Carrocha? – perguntou Bilbo, que ia ao lado do mago.

- Ele a chamou de Carrocha porque carrocha é o nome que dá para isso. Ele chama coisas assim de carrochas, e esta é uma Carrocha porque é a única perto de sua casa e ele a conhece bem.

- Quem a chama? Quem a conhece?

J. R. R. Tolkien, *O Hobbit*

#### **3.1 No início, a língua da Pátria: a ausência da expressão língua materna na Antiguidade**

No fundo do livro IV das suas *Metamorfoses*, datadas por volta da primeira década da nossa era, o poeta romano Ovídio narra o destino da jovem Andrômeda. Cassiopeia, mãe de Andrômeda e rainha da Etiópia, ofendera as Nereidas, as ninfas marinhas, ao se comparar com elas em beleza. Em resposta a tamanho ato de arrogância, o deus supremo do mar, Poseidon, enviara sobre o país um monstro marinho para devorar os habitantes e seus rebanhos. Para maior desgraça, o oráculo de Zeus, Amon, proclamara que só o sacrifício de Andrômeda poderia aplacar a fúria da monstruosa criatura. Acorrentado a um rochedo que se debruça sobre o mar, o corpo de Andrômeda é oferecido à imolação. No verso 670, antes de contar a libertação da princesa por obra de Perseu, Ovídio lamenta o imerecido castigo sofrido pela jovem: *Illic inmeritam maternae pendere linguae Andromedan poenas inmitis jusserat Ammon*. Encontra-se aí, segundo Tombeur (2005), o único registro do adjetivo *maternus* em combinação com o substantivo *lingua* na Antiguidade.

Apesar de não haver dúvida sobre o fato de o adjetivo *maternus* qualificar o substantivo *lingua* no verso escrito por Ovídio, a fórmula resultante dessa associação, *materna lingua*<sup>55</sup>, não deve ser tomada como um registro da expressão língua materna. Prova disso é que, quando analisamos as traduções do verso de Ovídio em diferentes línguas, verificamos que jamais a locução *materna lingua* é traduzida como “língua materna”. Nas traduções das *Metamorfoses* feitas para o francês por Georges Lafaye (1925) e J. Chamonard (1936), *materna lingua* é traduzida como *langage insolent de sa mère* e *langage de sa mère*, respectivamente:

Tradução de Georges Lafaye

<i>Andromède payait d'un châtement immérité le langage insolent de sa mère.</i>	Andrômeda pagava um castigo imerecido pela linguagem insolente de sua mãe.
---	--

Tradução de J. Chamonard

<i>Là, l'innocente Andromède expiait, sur l'ordre du cruel Ammon, les écarts de langage de sa mère.</i>	Ali, a inocente Andrômeda expiava, sob as ordens do cruel Amon, os erros da linguagem da sua mãe.
---	---

A locução *materna lingua*, conforme mostram as traduções acima, bastante semelhantes, parece significar nos versos de Ovídio não uma língua, mas o que é dito a partir de uma língua. Ao se comparar com as ninfas, considerando-se tão bela quanto elas, Cassiopeia se excede no falar. Por falar de maneira insolente, a mãe de Andrômeda ofende as Nereidas. O castigo sofrido pela princesa da Etiópia não se deve ao fato de sua mãe ter usado essa ou aquela língua. Ele se deve ao conteúdo da fala de sua mãe.

Guido Paduano (2000), ao transpor os versos de Ovídio para o italiano, apaga qualquer referência a uma língua e dá como tradução para *materna lingua* a fórmula *insolenza materna*:

---

<sup>55</sup> Para evitar ambiguidade, ao fazermos referência a uma forma latina, sempre a empregaremos no caso nominativo.

<p><i>Là il feroce Ammon aveva voluto Che Andromeda Pagasse, innocente, le colpe dell'insolenza materna.</i></p>	<p>O feroz Amon queria que Andrômeda pagasse, mesmo inocente, pela culpa da insolência materna.</p>
--	---

A estratégia de tradução adotada por Guido Paduano nos permite confirmar o comentário anterior: tal como aparece em Ovídio, *materna lingua* não significa uma língua, mas o conteúdo de uma fala, o excesso no falar, o comportamento de uma mãe. Por isso havíamos dito que não se deve tomar a locução ovidiana *materna lingua* como um registro da expressão língua materna no sentido de uma língua específica, de um idioma. Nesse caso, trata-se, literalmente, de “língua da mãe”, como confirmam os trabalhos de Anne Grondeux (2008) e Paul Tombeur (2005), que tocam o problema do uso da locução *materna lingua* na obra de Ovídio.

Se as traduções das *Metamorfoses* realizadas por Georges Lafaye, J. Chamonard e Guido Paduano não dão vida à expressão língua materna, o mesmo não se passa com aquelas que Louis Halphen e Samuel Epes Turner fazem da obra medieval *Vita Karoli Magni*, escrita originalmente entre os anos 829 e 836 da nossa era por Eginhard (770-840). No entanto, cabe observar que, diferentemente de Ovídio, que faz uso da forma *materna lingua*, as expressões empregadas por Eginhard são *patria lingua* e *patrius sermo*. Tombeur (2005) nos mostra que, na edição francesa da *Vita Karoli Magni*, Louis Halphen (1923) traduz expressão *patria lingua* como *langue maternelle* e *patrius sermo* como *langue nationale*. Na tradução que Samuel Epes Turner (1880) faz do texto de Eginhard para a língua inglesa, *patrius sermo* é traduzido como *native language* e *patria lingua* como *native tongue*. O confronto entre o texto de Eginhard e suas respectivas traduções, cujos trechos transcrevemos logo abaixo, nos revela aspectos interessantes no que se refere à nomeação das línguas em latim.

Texto de Eginhard

<p><i>Erat eloquentia copiosus et exuberans poteratque quicquid vellet apertissime exprimere. Nec patrio tantum sermone contentus, etiam peregrinis linguis ediscendis operam impendit. In quibus Latinam ita</i></p>	<p>Carlos Magno falava com abundância e facilidade, sabendo exprimir tudo o que desejasse com uma grande clareza. Não satisfeito com sua <b>língua da pátria</b>, dedicou-se ao estudo de línguas estrangeiras, tendo</p>
---	---

*didicit, ut aequae illa ac patria lingua orare sit solitus, Graecam vero melius intellegere quam pronuntiare poterat.*<sup>56</sup>

aprendido tão bem o latim que se exprimia tão bem nele quanto na sua **língua da pátria**; quanto ao grego, podia entendê-lo melhor do que pronunciá-lo.

Tradução de Louis Halphen

*Il parlait avec abondance et facilité et savait exprimer tout ce qu'il voulait avec une grande clarté. Sa langue nationale ne lui suffit pas, il s'appliqua à l'étude des langues étrangères et apprit si bien le latin qu'il s'exprimait indifféremment en cette langue ou dans sa langue maternelle.*<sup>57</sup>

Ele falava com abundância e facilidade e sabia exprimir tudo o que queria com uma grande clareza. Sua **língua nacional** não lhe bastava, ele se aplicou ao estudo das línguas estrangeiras e aprendeu tão bem o latim que se exprimia indiferentemente nessa língua ou na sua **língua materna**.

Tradução de Samuel Epes Turner

*Charles had the gift of ready and fluent speech, and could express whatever he had to say with the utmost clearness. He was not satisfied with command of his native language merely, but gave attention to the study of foreign ones, and in particular was such a master of Latin that he could speak it as well as his native tongue; but he could understand Greek better than he could speak it.*<sup>58</sup>

Carlos tinha o dom da fala fácil e fluente e podia expressar o que quer que tivesse a dizer com a maior clareza. Não estava satisfeito com o conhecimento apenas de sua **língua nativa**, mas deu atenção ao estudo das estrangeiras, e em particular foi tão mestre em latim que podia falá-lo tão bem quando sua **língua nativa**; mas entendia o grego melhor do que podia falá-lo.

As expressões *patrius sermo* e *patria lingua*, como empregadas na obra de Eginhard, são formadas por dois substantivos diferentes, *sermo* e *lingua*, e pelo mesmo adjetivo, *patrius*. Esses substantivos são, segundo Bruno Rochette (2009), as duas palavras mais corriqueiramente empregadas para dizer *língua* em latim, concorrendo com as formas *dictio*, *eloquium*, *fabula*, *locutio*, *loque(l)la*, *oratio*, *verbum*, nomes das línguas cujos empregos apresentamos esquematicamente abaixo:

<sup>56</sup> Recolhido da página eletrônica *The Latin Library* < <http://www.thelatinlibrary.com/ein.html>>.

<sup>57</sup> Recolhido de Tombeur, 2005, p. 6. Tombeur corta a parte final da tradução Éginhard. O texto-fonte continua da seguinte maneira: “Graecam vero melius intellegere quam pronuntiare poterat”, algo como, “mas ele podia entender o grego melhor do que pronunciá-lo”.

<sup>58</sup> Recolhido da página eletrônica *Internet Medieval Sourcebook* < <http://www.fordham.edu/halsall/basis/einhard.html>>.

<i>Dictio</i>	<i>Nomen actionis</i> ligado a <i>dicere</i> . “ação de dizer, de exprimir, de pronunciar”.	Corrente na linguagem dos tribunais, se especializa na língua da retórica com o sentido de “dicção”.
<i>Eloquium</i>	Derivado poético de <i>eloqui</i> . “linguagem, fala”.	Emprega-se apenas a partir de Estácio com o sentido de “linguagem, fala”. Também teve esse sentido no latim cristão.
<i>Fabula</i>	Derivado de <i>fari</i> . “o de que se fala, conversa”.	Como <i>sermo</i> , aplica-se à prática oral da língua. A palavra pertence à língua popular (Plauto, Petrônio).
<i>Locutio</i>	<i>Nomen actionis</i> ligado a <i>loqui</i> . “ação de falar, fala, linguagem”.	Pertence à terminologia da gramática e da retórica.
<i>Loque(l)la</i>	Derivado poético de <i>loqui</i> . “fala, linguagem, palavras”.	Como <i>sermo</i> , aplica-se primeiramente à prática oral da língua.
<i>Oratio</i>	<i>Nomen actionis</i> ligado a <i>orare</i> . “faculdade de falar, linguagem, fala”.	Designa um discurso elaborado, ao contrário de <i>sermo</i> , que é o discurso mais espontâneo da conversação ou da língua de todos os dias. Todavia <i>oratio</i> também é encontrado com esse último sentido.
<i>Verbum</i>	“palavra, termo, expressão”.	Designa uma palavra isolada, mas também várias palavras reunidas. No latim cristão, <i>verbum</i> exprime o grego λόγος ( <i>lógos</i> ).

De acordo com Rochette (2009), de quem tomamos o esquema de nomeações da língua em latim mostrado acima, H. Menge assinala que por *sermo* se deve entender a língua como meio de comunicação e compreensão bilateral, a manifestação concreta de uma língua, que depende do falante e apresenta numerosas variações, a língua em uso, sendo possível, dessa maneira, encontrar nos textos latinos expressões como *sermo humilis*, *sermo cotidianus*, *sermo familiaris*, *sermo uulgaris*, *sermo rusticus*, formas que parecem expor divisões entre uma língua familiar, do cotidiano e do espaço privado, e uma língua normatizada, uma língua do espaço público. Também segundo H. Menge, por *lingua* se

deve entender a língua na qual um povo se exprime por oposição a outras línguas de outros povos, isto é, a língua que se pode aprender, conhecer, falar.

Detenhamo-nos agora no adjetivo presente nas expressões *patrius sermo e patria lingua, patrius*, um derivado do nome latino *pater* (“pai”). Quando analisa o vocabulário de parentesco nas línguas indo-europeias, o linguista Émile Benveniste (1995) observa que a forma *\*pater* do indo-europeu, a partir da qual se forma *pater* em latim, não se refere a um pai físico, funcionando antes como um termo classificatório e apontando um pai universal. O nome divino *Jupiter*, por exemplo, teria saído da forma da invocação *\*dyeu pater* (“Céu pai!”), exatamente recoberto pelo vocativo grego *Zeû páter* (Ζεῦ πάτερ). Desse modo, com base em *pater*, foi possível a criação do termo latino *patria* (“pátria”), derivação não realizada de maneira direta. Para diferenciar, em latim, o *pater* jurídico do *pater* pessoal, físico e genitor, é criado o adjetivo *paternus*, formado por analogia a partir de *maternus*, adjetivo derivado de *mater* (“mãe”). É interessante perceber que, diferentemente do que ocorre com *pater*, cujo adjetivo corresponde é *patrius*, o adjetivo formado a partir de *mater* (“mãe”) é *maternus* e não *matrius*. De acordo com o linguista, a razão disso é a situação legal da mãe, uma vez que o direito romano não reconhece uma instituição à qual caiba um adjetivo *matrius*, forma que colocaria pai e mãe em posição de igualdade.

Coexistindo inicialmente com *patrius*, o adjetivo *paternus* ganha terreno e acaba por prevalecer nas línguas românicas. Em latim, enquanto é possível encontrar *paternus* em associação com *hospes* (“hóspede”), *amicus* (“amigo”) e *seruus* (“escravo”), indicando sempre uma relação de homem para homem, *patrius* passa a ser empregado em expressões consagradas, como *patria potestas*, o poder exercido pelo *paterfamilias* sobre os membros de sua casa, casos em que o adjetivo *paternus* nunca é encontrado. Há ainda um terceiro adjetivo derivado do nome *pater*, *patricius* (“patrício”), isto é, aquele que descende de pais nobres, livres, remetendo à hierarquia social. Como se percebe pela análise etimológica realizada pelo linguista, há três linhas de derivação do substantivo latino *pater*, cada qual relacionada a uma noção diferente. A diferença entre *patrius* e *paternus* se define como a distinção entre um adjetivo genérico e um adjetivo específico. Dessa forma, *patrius*,

diferentemente de *paternus*, não significa o pai físico, mas a pátria, tendo, segundo Batany (1982), sentido mais jurídico e quase político.

Embora a etimologia possa nos dar pistas importantes sobre os sentidos das expressões *patrius sermo* e *patria lingua*, nos levando a descartar o sentido de uma língua de pai físico, pois *patrius* etimologicamente não significa *pai*, mas *pátria*, o emprego dessas expressões no texto nos parece mais produtivo para a análise dos seus sentidos que o próprio sentido etimológico, mesmo porque, como já havíamos comentado quando descrevemos o campo teórico-metodológico em que se insere nossa pesquisa, um aspecto determinante no que se refere à etimologia é o fato de o sentido de uma palavra, a partir de um dado momento, não ter mais nenhuma ligação com seu sentido etimológico. Basta observar, por exemplo, que, apesar de ter sido derivada de *pater*, a pátria torna-se mãe, a mãe pátria. O que, e quanto, uma palavra guarda da etimologia é um problema de que não vamos nos ocupar. Aproveitando para dar maiores esclarecimentos sobre o texto de Eginhard, passamos agora a analisar os sentidos mobilizados pelas expressões *patrius sermo* e *patria lingua* no texto desse autor.

Funcionário da corte franca, Eginhard era amigo íntimo de Carlos Magno. Os trinta e três livros da sua *Vita Karoli Magni* abordam episódios e aspectos variados da vida do lendário imperador: ascensão, guerras, conquistas, vida particular, aparência, vestimentas, hábitos, traços do caráter etc. O vigésimo quinto livro, fonte do trecho transcrito acima, se detém no relato dos estudos realizados por Carlos Magno, que é louvado por sua eloquência, cultivo das artes liberais, conhecimento especial da astronomia, pelas lições de gramática com Pedro de Pisa e os ensinamentos recebidos de Alcuíno. Nas palavras de Eginhard, Carlos Magno se aplicou ao estudo de línguas estrangeiras por não lhe bastar seu *patrius sermo*, tendo podido se expressar tão facilmente em latim quando na sua *patria lingua*.

A língua de berço de Carlos Magno, se assim podemos dizer, era o alemão austrasiano. É essa língua, portanto, que recebe o nome de *patrius sermo* e *patria lingua*. Identificar a língua recoberta por essas nomações, no entanto, é menos importante do que

apontar os sentidos dessas próprias nomações. Dito isso, é importante observar que, no texto de Eginhard, *patrius sermo* e *patria lingua* são postas em contraposição às *peregrinis linguis* (“línguas estrangeiras”), aí colocados o latim e o grego. Por ter nascido no reino da Austrásia, Carlos Magno tem como *patrius sermo*, como *patria lingua*, o alemão austrasiano. No entanto, insatisfeito por dominar apenas essa língua, ele se pôs a aprender o latim e o grego. Temos aí, portanto, a articulação entre uma língua e um reino, uma pátria, e a conseqüente divisão entre a língua própria da pátria e a(s) língua(s) de fora da pátria. Além da articulação entre uma língua e uma pátria, temos aí também uma categorização da língua segundo a ordem em que ela é aprendida, uma distinção entre uma língua que já se tem e línguas que são aprendidas em um segundo momento.

As nomeações *patrius sermo/patria lingua* e *peregrinis linguis* marcam diferentes circunstâncias de aprendizagem da língua e diferentes vínculos da língua com o território. Enquanto uma é aprendida naturalmente, na infância, podemos supor, empregada em uma dada pátria, na pátria onde se nasce, e se mostra insuficiente às necessidades de falantes como Carlos Magno, a outra, por sua vez, como demonstra o verbo latino *edisco*, ‘aprender de cor, decorar, acostumar-se’, de quem *peregrinis linguis* é complemento, exige certa dedicação aos estudos para ser aprendida, sendo proveniente de outra pátria, empregada em terras estrangeiras. Nessa série de sentidos, a língua da pátria acaba por significar também a primeira língua aprendida, a língua adquirida na infância, sem necessidade de instrução formal. Também no cruzamento de sentidos, estabelece-se outra língua, a língua de outra pátria, uma língua estrangeira, que, por ser de fora, só pode ser aprendida em um segundo momento, não mais naturalmente, mas através do estudo, da memorização.

Tendo em vista o que foi exposto acima, voltemos mais uma vez nossa atenção às estratégias de tradução de Louis Halphen e Samuel Epes Turner. Cabe lembrar que, pelo sentido etimológico do adjetivo *patrius*, as expressões *patrius sermo* e *patria lingua* deveriam ser traduzidas como *língua da pátria*. Ao traduzir essas expressões para o inglês, Turner interpreta o adjetivo latino *patrius* como *native*; e os substantivos latinos *sermo* e *lingua*, como *language* e *tongue*, respectivamente, dando as formas *native language* e

*native tongue*. Na tradução para o francês, Halphen emprega um mesmo nome, *langue*, e faz uso de dois diferentes qualificativos, *nationale* e *maternelle*, gerando as formas *langue nationale* e *langue maternelle*. Como mostramos, *patrius sermo* e *patria lingua* marcam não apenas uma ligação específica entre uma língua uma pátria, mas também circunstâncias específicas de aprendizagem da língua, apontando uma adquirida naturalmente em uma pátria, um dado território, um dado país, sendo, nesse sentido, a primeira língua aprendida, em oposição a uma língua que se aprende em um segundo momento da vida, de forma não natural, por dedicação aos estudos, uma língua proveniente de outra pátria, de outro território, de outro país, uma língua estrangeira. Não é essa justamente a rede de sentidos associada atualmente à língua materna?

A expressão língua materna não aparece nos textos clássicos, mas os sentidos hoje associados a ela estão lá, ou melhor, os sentidos dados atualmente à língua materna são postos nos textos clássicos por outros significantes, *patrius sermo* e *patria lingua*, com outro funcionamento, é claro, em virtude, principalmente, de uma relação da língua com os falantes que não poderia ser igual, mesmo porque o espaço de circulação das línguas quando emerge a expressão língua materna já não é o mesmo daquele em que imperam *patrius sermo* e *patria lingua*. Não estamos querendo dizer com tudo isso que os sentidos existem e se vão costurando ao longo do tempo a diferentes significantes, como se o que mudasse, no fundo, fosse apenas o significante, e como se o próprio significante fosse uma espécie de refém provisório de sentidos eternos, indiferentes ao tempo e ao espaço. Não! Procuramos simplesmente demonstrar que as estratégias de tradução de Halphen e Turner revelam que há algo nas expressões latinas *patrius sermo* e *patria lingua*, no emprego que se faz delas, que, pelos tradutores, de quem não estamos muito afastados no tempo, é reconhecido como língua materna, ou nativa, ou nacional etc.

A análise que fizemos do funcionamento das expressões *patrius sermo* e *patria lingua* no texto de Eginhard, assim como a discussão sobre as estratégias de tradução desse texto, são revertidas por nós em provas contra uma suposta relação de evidência entre a expressão língua materna e sentidos como *primeira língua*, e por extensão, *língua da*

*infância, língua das origens, língua que se contrapõe à(s) língua(s) estrangeira(s), língua da pátria.* Essa relação de sentidos não é natural. Ora, ainda que com outro funcionamento, esses sentidos estão sendo mobilizados pelas expressões *patrius sermo* e *patria lingua* em um momento em que sequer havia registros da expressão língua materna. Com efeito, segundo Grondeux (2008), as locuções consagradas na Antiguidade para nomear aquilo que hoje recebe o nome de língua materna são, por ordem de frequência, *sermo patrius*, *sermo nativus* e *lingua patria*, sendo que, com o tempo, *lingua patria* se impõe como forma mais frequente em detrimento de *sermo patrius*. No mesmo caminho, Tombeur (2005) afirma que, quando os antigos falavam do que nós concebemos como língua materna, eles se exprimiam utilizando a expressão *sermo patrius*.

### **3.1.1 Latim: língua e discurso sobre a língua**

Desde o primeiro século antes da era cristã, é possível encontrar as expressões *sermo patrius* e *lingua patria* empregadas como formas de nomear o latim, sendo um exemplo disso as obras dos poetas romanos Propércio e Lucrécio. Partindo da análise de fragmentos dos textos desses poetas, teremos a oportunidade tecer alguns comentários sobre os discursos sobre a língua latina e abordar pontualmente as mudanças pelas quais essa língua passou até a emergência das línguas românicas.

Os quatro livros que formam toda a obra de Propércio (45?-15? a.C.), conhecida pelo título de *Elegiae* (“Elegias”), ocupam um lugar importante na poesia clássica romana. Nessa obra, além de cantar seu amor por Cíntia, o poeta narra mitos e faz reflexões sobre arte e poesia e também conta histórias sobre a fundação da cidade de Roma e a instituição dos ritos romanos. No livro IV, a voz é dada ao deus das mudanças da natureza, que explica a origem do seu nome:

*at mihi, quod formas unus vertebar in omnis,* a mim, por ser capaz de tomar todas as  
*nomen ab eventu patria lingua dedit.*<sup>59</sup> formas, a **língua da pátria** deu esse nome.

O nome do deus, Vertuno, é derivado do verbo latino *vertere*, ‘voltar, virar, verter, mudar’. De origem etrusca, eternizado enquanto mito na companhia de sua mulher, a ninfa dos bosques Pamona, a exemplo do que se passou com outros deuses romanizados, Vertuno passa a ser assim chamado quando é adotado como divindade romana. Vertuno é seu nome em *patria lingua*, em latim, língua da população do Latium desde pelo menos o século VI a.C, idioma com que o Império Romano avançou sobre toda a Itália, eliminando outros ramos do itálico, como o osco e úmbrio, conforme Philippe Wolff (1970), mantido apenas como língua administrativa em quase toda parte oriental do Império e sofrendo grande resistência das línguas aí faladas, sobretudo do grego, consoante P. Chantraine (1937).

No seu poema *De Nature Rerum* (“Sobre a natureza das coisas”), Lucrécio (99?-55? a.C.) trata de temas da doutrina epicurista. A certa altura, o poeta lança o seguinte lamento:

*nec nostra dicere lingua homoeomerian* e a pobreza do falar da **língua da pátria** não  
*concedit nobis patrii sermonis egestas.* permite transpor homeomeria para nossa  
língua.

O vocábulo grego homeomeria é um termo fundamental da filosofia de Anaxágoras. Esse vocábulo não pode ser traduzido em virtude da *egestas* (“pobreza”) do *sermo patrius*, forma como Lucrécio nomeia o latim. Esse pequeno trecho da obra de Lucrécio nos aponta a constituição de um certo imaginário sobre a língua latina que atravessa a Antiguidade Clássica: o latim, comparado ao grego, é uma língua pobre.

No mesmo período em que escritores como Lucrécio e Propércio usam as expressões *sermo patrius* e *lingua patria* para nomear o latim, o aprendizado do grego se mostra uma prática comum da elite romana, conforme Michel Dubuisson (1981). No

---

<sup>59</sup> Os fragmentos das obras de Propércio de Lucrécio utilizados aqui são tomados de Batany, 1982.

entanto, como afirma esse autor, se a elite romana aprende, conhece e admira a cultura literária grega, é por obrigação que os gregos aprendem a língua da administração do Estado romano e não chegam a atingir o aprendizado da cultura romana e da literatura latina. Paul Veyne (2009, p. 32) faz o seguinte retrato dos domínios da vida em que cada uma dessas línguas intervém:

Nenhum romano de bom nascimento pode se dizer culto se não aprendeu com um preceptor a língua e a literatura gregas, enquanto os gregos mais cultos não se davam ao trabalho de aprender latim e soberbamente ignoravam Cícero e Virgílio [...]. Os intelectuais gregos que, como os italianos do século XVI, iam alugar seus talentos no estrangeiro exerciam naturalmente sua sabedoria médica ou filosófica em grego, língua de suas ciências; em Roma acabavam aprendendo, pela força do uso, um pouco de latim. No final da Antiguidade, os gregos só passarão a aprender metodicamente latim para fazer carreira de jurista na administração imperial.

Para os romanos, o grego é a língua da cultura. Para os gregos, o latim é a língua da administração – isso pelo menos até o ano mil. Como não foi possível aos gregos escapar do peso das armas e da administração dos conquistadores romanos, não é de surpreender que os empréstimos que a língua grega recebeu do latim se tenham dado justamente no vocabulário que diz respeito a esses domínios, comportando, no máximo, alguns termos mais ou menos isolados concernentes a objetos ou práticas da vida familiar, como nos diz Chantraine (1937). De acordo com o autor, ao mesmo tempo em que a publicação de decretos oficiais em grego e em latim põe em circulação os termos técnicos da administração do Império, tornando até numerosos os empréstimos de palavras latinas ao vocabulário administrativo grego, a filosofia e a medicina eram ensinadas, mesmo fora da Grécia, na língua grega, o que explica a razão de o grego não ter tomado emprestado do latim termos gerais ou filosóficos.

A palavra grega βάρβαρος (“bárbaro”) é indicadora da indiferença dos gregos pelas línguas estrangeiras e pelos falantes dessas línguas, como o desinteresse pela língua latina. De fato, segundo Dubuisson (1981), essa palavra servia para englobar em um único grupo todos os povos não gregos, sendo que, na sua origem, ela designaria não somente aqueles que não falavam grego, mas também aqueles que não possuíam uma linguagem

“articulada”, “civilizada”. Por esse critério grego de agrupamento dos povos, como não gregos, os romanos faziam parte dos povos bárbaros. Como afirma Dubuisson (1981), não sem deboche, Plauto (254?-184? a.C.), nos prólogos de suas peças, admite ter traduzido “em linguagem bárbara”, isto é, em latim, as peças gregas. Suas peças, escritas para um público popular, são um registro importante das mudanças pelas quais o latim passava na medida em que adotam voluntariamente aquilo que é enxergado como “tiques” e “manias” da língua do público, mostrando, por exemplo, o uso de pronome pessoal com verbo – uma combinação estranha a uma língua de flexão como o latim, em que a o papel de uma palavra na frase é normalmente indicado pela desinência colocada no fim dessa palavra, o que permite fazer economia de artigos, pronomes, preposições –, a permuta de pronomes relativos e interrogativos e a assimilação do gênero neutro ao masculino (*dorsum*>*dorsus*), conforme Wolff (1970).

Por essa época, enquanto se dizia que o latim era uma língua pobre e enquanto essa própria língua passava por mudanças que a deixavam cada vez mais com a feição das línguas modernas, se dá a introdução da gramática em Roma, uma introdução que se deve aos gregos, operação contada de maneira anedótica por Suetônio (70?-130? d.C), para quem a origem da gramática em Roma se deve à longa estada do sábio grego Crates de Malos (-197?-159? a.C) nessa cidade por ocasião de um acidente com a perna, permitindo-o, durante sua convalescença, realizar conferências sobre gramática aos romanos, como relatam Colombat, Fournier e Puech (2010). De fato, segundo os autores, foi possível descrever o latim de forma sistemática graças às categorias desenvolvidas para o grego, sendo que a própria descrição do latim foi empreendida inicialmente pelos gregos, a que deram continuidade aqueles de origem grega frequentemente, pois, se desde sua origem, o latim possui um vocabulário metalinguístico para a fala, não se fazia, contudo, um estudo sistemático dessa língua. Assim, o confronto com o grego está na origem do desenvolvimento do interesse pela língua latina, de forma que os primeiros textos nessa língua, no que mostram de abordagem metalinguística, tratam, por exemplo, da tradução de uma palavra de uma língua à outra, manifestando interesse por palavras difíceis, além de temas como a distinção de sinônimos em latim e a etimologia de palavras latinas, reflexões

essas marcadas por seu caráter ocasional, não sistemático, conforme o relato que os autores acima fazem do trabalho de Funaioli (*Grammaticae romanae*, 1907).

Esse movimento de ligação entre o latim e o grego é acompanhado por Dubuisson (1981) por meio da análise do emprego da expressão *utraque lingua* nos textos latinos: essa expressão, de início com função dêitica, passa a ser empregada nos textos com o sentido absoluto do binômio grego-latim<sup>60</sup>. No primeiro registro conhecido da expressão com esse sentido, Horácio (65?-8? a.C) se dirige a Mecenas dizendo-lhe o seguinte:

*docte sermones utriusque linguae.*<sup>61</sup> tu que conheces bem os tratados de **grego e latim.**

Cerca de quatro séculos depois, mostrando que esse uso da expressão ainda está em voga, Santo Agostinho (354-430 d.C), na sua obra *A cidade de Deus*, ao fazer referência a Apuleio, declara o seguinte

*in utraque autem lingua, id est Graeca et Latina, Apulius Afer extitit Platonicus nobilis.* e nas **duas línguas**, isto é, na língua grega e na latina, o africano Apuleio foi um platonista insigne.

Nessa frase, o bloco *Graeca et Latina* é introduzido pela fórmula *id est* (“isto é”), posposta, por sua vez, à expressão *utraque lingua*, reforçando-se, assim, o sentido de grego e latim como uma única e mesma língua. Para o autor, devemos enxergar nesses empregos da expressão *utraque lingua* não somente uma maneira de opor o grego e o latim às outras línguas, mas um movimento que coloca o grego e o latim em pé de igualdade, no que seria uma das “reações de defesa” contra o sentimento romano de inferioridade perante a língua grega, como a teoria da origem do latim a partir do grego, que teria sido defendida por

---

<sup>60</sup> *Uterque* é um adjetivo latino empregado nos textos com o sentido de dualidade. Ele recupera textualmente coisas ou pessoas já citadas. Sendo assim, como observa Dubuisson (1981), *utraque lingua* pode marcar duas línguas que acabaram de ser citadas em um texto. Em Horácio e Quintiliano, por exemplo, a expressão é usada para evitar repetições. Nas passagens em que a expressão *utraque lingua* aparece para retomar duas línguas anteriormente citadas, as línguas recuperadas são sempre o grego e o latim.

<sup>61</sup> Os trechos de Horácio e Santo Agostinho são tomados de Dubuisson, 1981.

gramáticos como Varrão (116-27 a.C.)<sup>62</sup>. Na verdade, Varrão tem um papel muito importante na introdução da gramática em Roma, já que sua obra *De lingua latina* (“Sobre a língua latina”), composta por volta de 45 a.C, começa um importante processo de “latinização” da gramática, na medida em que revela as declinações e conjugações do latim, como mostram Colombat, Fournier e Puech (2010)<sup>63</sup>.

A obra de Varrão é um exemplo marcante dos efeitos da constante comparação entre o grego e o latim. Essa comparação permitiu não apenas o desenvolvimento sistemático das características da linguagem em geral, mas principalmente a própria gramatização da língua latina, processo pelo qual se transforma o imaginário do latim como “língua bárbara” em “língua de cultura”. Como afirmam Colombat, Fournier e Puech (2010, p. 93), “constantemente preocupados com a comparação com o grego, utilizando os mesmos instrumentos de análise, os gramáticos latinos procuram estudar as características da linguagem *em geral* através do exemplo do latim”<sup>64</sup>. Assim, ao invés de falarmos como Dubuisson (1981) em “reações de defesa” contra o sentimento romano de inferioridade perante a língua grega, devemos antes falar em gramatização, na forma como descrita no capítulo sobre o cenário teórico-metodológico da nossa dissertação. É no enalço desse processo de instrumentação do latim que se deve enxergar a construção de um imaginário da língua latina como língua de cultura, já que é constitutiva a relação entre língua e

---

<sup>62</sup> Uma discussão mais detalhada sobre essa questão pode ser encontrada em Emilio Gabba, *Il latino come dialetto greco*. In: *Roma Arcaica: storia e storiografia*, 2000, p. 159-164.

<sup>63</sup> *De lingua latina* foi composta originalmente de vinte e cinco livros. Apenas seis chegaram até nós (V-X). Nessa obra, Varrão realiza um triplo empreendimento, examinado 1) como as palavras foram atribuídas às coisas; 2) como as palavras são flexionadas segundo os “casos”; 3) como as palavras são associadas. Disso resulta um tratamento também em três partes: 1) *impositio* (livros I a VII), estudada pela etimologia; 2) *declinatio* (talvez os livros VIII a X), sobre a flexão; 3) *coniunctio* (livros XIV a XXV), que aborda a ligação das palavras, correspondendo àquilo que hoje tratamos como sintaxe. Estabelece a famosa divisão entre *derivatio uoluntaria* (morfologia derivacional) e *derivatio naturalis* (morfologia flexional). Varrão ocupa um lugar à parte na produção gramatical latina por não seguir o procedimento pedagógico dos gregos em construir sua exposição em torno das partes do discurso, também em virtude da composição de uma terminologia própria em um momento em que o vocabulário latino especializado era incipiente. Cf. Colombat, Fournier e Puech, 2010.

<sup>64</sup> « constamment préoccupés par la comparaison avec le grec, utilisant les mêmes instruments d’analyse, les grammairiens latins cherchent à étudier les caractéristiques du langage *en général* à travers l’exemple du latin. »

metalinguagem, entre língua e discurso sobre a língua, como argumentam Auroux (1992) e Orlandi (2002).

A comparação dos textos de Lucrécio e Propércio com o de Eginhard é ilustrativa do modo como se constrói e se modifica o imaginário sobre a língua latina ao longo da história. Dez séculos separam os poetas clássicos do escritor medieval. No entanto, como já mostramos, todos fazem uso das mesmas expressões *sermo patrius* e *patria lingua*. Da mesma forma, aquilo que é dito sobre as línguas que essas expressões nomeiam é o mesmo tanto nas obras da Antiguidade quanto na obra da Idade Média. Lembremos que Lucrécio lamenta a “pobreza” (*egestas*) do *sermo patrius*, pobreza essa que não permitiria traduzir o vocabulário filosófico de outra língua, da língua de cultura, o grego. Eginhard, por sua vez, quando escreve a biografia de Carlos Magno, alega que o imperador não estava “satisfeito” (*contentus*) com o *sermo patrius*, com a *patria lingua*, tendo, por isso, se dedicado ao estudo de outras línguas, das línguas de cultura, o grego e o latim. O que torna diferente o emprego das expressões *sermo patrius* e *patria lingua* nos trabalhos dos poetas clássicos em relação ao do escritor medieval é justamente a língua nomeada por elas. Em Propércio e Lucrécio, essas expressões nomeiam o latim; em Eginhard, o alemão austrasiano. Poderíamos resumir esquematicamente esses empregos das expressões da seguinte forma:

Século I a.C	Século I a.C	Século IX d.C
Propércio	Lucrécio	Eginhard
<i>Patria lingua</i>	<i>Patrius sermo</i>	<i>Patrius sermo</i>   <i>Patria lingua</i>
↓	↓	↓
Latim	Latim	Alemão austrasiano
	X	X
	Grego	Latim e Grego

No século I a.C., *patria lingua* e *patrius sermo* nomeiam o latim, caracterizado como uma língua pobre em relação ao grego, que, por sua vez, funciona como a língua de cultura na Antiguidade Clássica. Na divisão das línguas, temos, portanto, uma língua da cultura e a *patria lingua/patrius sermo*. No século IX d.C., ainda se dá essa divisão entre *patria lingua/patrius sermo* e língua de cultura. O grego continua na qualidade de língua de cultura e o latim passa a fazer parte dessa classe de língua. Há na Idade Média, portanto, duas línguas de cultura, o latim e o grego. Outra língua passa a ser nomeada pelas expressões *patria lingua* e *patrius sermo*, no caso, o alemão austrasiano. Enquanto uma língua que não é de cultura, o latim pode ser chamado de *patria lingua/patrius sermo*, nomeação que não lhe cabe mais quando atinge o patamar de língua de cultura. Dessa forma, as expressões *patria lingua/patrius sermo* parecem significar “língua que não é de cultura”.

Na passagem do latim para a posição de língua de cultura, fazendo par com o grego, se deve enxergar, com já dissemos, um processo de gramatização. Gramatizado, o latim alcança a qualidade de língua de cultura. No entanto, já nos séculos VI e VII d.C., enquanto fala, o latim não representa muito o chamado *estilo clássico*, expressão cunhada a partir de *classicus*, nome dado ao cidadão que pertence à primeira das cinco classes censitárias romanas, constituídas em função da contribuição de cada uma ao exército romano, conforme Dubuisson (2004). Segundo o autor, a escrita em latim estava circunscrita às ordens equestre e senatorial, que, embora representassem uma ínfima parte da população, detinham o monopólio do poder e da riqueza. Nesses termos, o latim clássico, definido a partir da imagem fornecida pela literatura latina, é, por excelência, uma língua de classe, ou melhor, uma escrita de classe. Não estamos longe da formação das línguas românicas e da consciência da distinção entre essas línguas e o latim.

### 3.2 Os primeiros registros da expressão língua materna na Idade Média

O primeiro registro da expressão língua materna é encontrado na Idade Média numa crônica das Guerras Santas escrita pelo monge francês Guiberto de Nogent. Dessa forma, levando-se em conta a ausência dessa expressão na Antiguidade Clássica, ela pode ser considerada uma invenção medieval e mesmo uma invenção religiosa, não apenas pela dificuldade de pensar os elementos da sociedade medieval fora da Igreja, mas justamente porque os primeiros registros conhecidos da expressão língua materna aparecem em obras de membros da Igreja, em escritos relacionados a essa instituição.

Guiberto de Nogent é um dos grandes escritores latinos do século XII. Entre os anos de 1104 e 1108, ele publica um dos primeiros relatos da Primeira Cruzada, *Dei Gesta per Francos*, escrita com base no texto anônimo *Gesta Francorum* e no testemunho de participantes da empreitada cristã, conforme Huygens (1996). A obra de Guiberto de Nogent faz críticas ao comportamento dos cristãos e não se esquivava de admirar as qualidades dos inimigos muçulmanos. O apreço maior, no entanto, é direcionado à pessoa do papa Urbano II, elogiado por excomungar o rei Filipe I da França em razão do comportamento matrimonial do monarca e, principalmente, pela facilidade com que levou multidões a participar das Cruzadas<sup>65</sup>. Segundo o relato do monge beneditino, o Sumo Pontífice não tinha qualquer dificuldade na prática da língua latina:

*Eius enim scientiae litterali eloquentiae cooperabatur agilitas, non enim minor ei videbatur in Latinae prosecutione locutionis ubertas quam forensi cuilibet potest esse in* O domínio que ele tinha de sua cultura desempenhou um papel importante na sua capacidade de falar a eloquência literária. Parecia realmente que nenhum advogado

---

<sup>65</sup> Urbano II decreta a Primeira Cruzada em 1095, no Concílio de Clermont, em resposta ao pedido de auxílio militar contra o avanço dos muçulmanos feito pelo imperador Aleixo I Comneno e com a intenção de reconquistar Jerusalém para o Cristianismo. As ambições de Urbano II foram acolhidas com entusiasmo pelos presentes no Concílio, muitos dos quais se apressaram em assumir seus votos de cruzados com gritos de *Deus volt* (“Deus o quis”), frase que se converteu no grito de guerra da campanha. A Primeira Cruzada tomou Antioquia em 1098 e Jerusalém em 1099. A essa investida seguiram-se outras grandes expedições. Cf. H.R Loyn, 1997.

*materno sermone pernicitas.*<sup>66</sup>

poderia ter em sua **língua materna** tanta facilidade quanto o Papa tinha na prática da locução latina.

No trecho acima, origem do primeiro registro da expressão língua materna que encontramos na história ocidental, verifica-se a distinção entre duas línguas e dois grupos sociais. As expressões *eloquentia litteralis* (“eloquência literária”) e *latina locutio* (“locução latina”) estão associadas conjuntamente ao papa e contrapostas a *sermo maternus* (“língua materna”), expressão ligada, por sua vez, a *forensis* (“advogado”). Dessa forma, segundo essa divisão de línguas e sujeitos falantes, o *sermo maternus* seria a língua dos advogados, que, na divisão da sociedade medieval<sup>67</sup>, fazem parte da ordem dos leigos, ao passo que o papa Urbano II, líder da Igreja, teria também por língua a *eloquentia litteralis*, a *latina locutio*, enfim, o latim.

Na função de membro maior do clero, Urbano II emprega a língua latina. No exercício de atividades temporais, os advogados fazem uso da língua materna, língua considerada mais fácil do que a latina, afinal Guiberto de Nogent afirma que “nenhum advogado poderia ter em sua língua materna tanta facilidade quanto o papa tinha na prática da locução latina”, ou seja, o papa tinha mais facilidade na prática da locução latina do que o leigo tinha facilidade na prática de sua língua materna, não porque a locução latina fosse mais fácil do que a língua materna, mas porque o domínio que Urbano II tinha da cultura latina era tão grande que, mesmo no emprego da locução latina, ainda que mais difícil por ser pautada na escrita, ele teria mais facilidade de se expressar do que o advogado quando emprega sua língua materna.

---

<sup>66</sup> *Dei Gesta per Francos*, livro II. Texto estabelecido por Huygens, *Guiberto de Nogent, Dei Gesta per Francos et cinq autres textes*, 1996, p. 111.

<sup>67</sup> Segundo a divisão estabelecida por Adalberon de Laon (947-1030 d.C), a sociedade medieval se organizava em três classes: aqueles que rezam, os clérigos; aqueles que protegem, os nobres; e aqueles que trabalham, os servos. Como observa Le Goff (2006, p. 29), “O servo, se cultivasse a terra, além de camponês também era artesão. O nobre, soldado, era também proprietário, juiz, administrador. Os clérigos – sobretudo os monges – eram frequentemente tudo isso ao mesmo tempo. O trabalho do espírito era apenas uma de suas atividades”.

A expressão língua materna nasce marcada pela oposição ao latim e pela identificação com os leigos. Ela é a insígnia de um mundo partido em dois, isto é, dividido entre clérigos e leigos, mas é principalmente a insígnia da situação linguística particular do mundo latino, marcado pela conservação do latim como língua da administração e da vida intelectual e religiosa e pelo aparecimento das línguas neolatinas, como observa Auroux (1992).

A distinção entre clérigos e leigos está na base da sociedade medieval, como explica Jean-Claude Schmitt (2006, p. 237):

De natureza inicialmente religiosa, já que ela se refere aos diferentes estatutos e funções no interior da *ecclesia* entendida como a reunião de todos os cristãos, esta distinção atinge na realidade todo o funcionamento da sociedade: ela concerne estatutos jurídicos, formas de cultura, modos de vida distintos. Ela é ainda mais fundamental na medida em que tende a aplicar aos homens uma divisão bem mais geral que caracteriza todas as representações do mundo cristão: entre o espiritual e temporal, sagrado e profano e, em suma, entre Deus e os homens.

Criados no esforço da Idade Média “para situar cada um no seu lugar, na sua ocupação, na sua ordem, na sua condição” (LE GOFF, 2006, p. 48), clérigos e leigos cumprem funções complementares na sociedade, como afirma Jean-Claude Schmitt (2006, p. 238):

Trata-se, antes de mais nada, de uma relação de intercâmbio entre bens espirituais que só os clérigos podem dispensar, e bens materiais que os leigos têm o dever de produzir. Os primeiros são, por “profissão”, os mediadores obrigatórios entre os homens e Deus; por meio de preces, missas, liturgias, eles são indispensáveis aos leigos. Estes últimos os sustentam materialmente por meio dos frutos do seu trabalho (sobre os quais a Igreja recolhe o dízimo, em teoria a décima parte das colheitas), das esmolas que eles dão aos padres, das doações fundiárias e monetárias inscritas nos testamentos, da encomenda de missas *post mortem* rezadas pelo repouso da alma do testador e de seus parentes defuntos cuja *memória* é conservada pelos clérigos, principalmente, na realidade, pelos monges.

Pertencer ao clero é ter o direito de acessar a Sagrada Escritura. Para tanto, é necessário o aprendizado do latim, visto que os sujeitos medievais não conheciam outro

veículo para a Bíblia além do latim, como esclarece Guy Lobrichon (2006). Língua escrita por excelência na Idade Média, como defende Gabriele Beck-Busse (1994), o latim é ensinado nas escolas criadas pela Igreja, principal responsável pelo restabelecimento da escrita na Idade Média por fazer abundante uso da documentação escrita quando se impõe a necessidade de administrar suas grandes propriedades territoriais e de suprir a autoridade imperial, conforme Girolamo Arnaldi (2006, p. 570), que afirma que “a cristianização estava estreitamente ligada à alfabetização”. É nesse passo que o latim é restaurado como instrumento de comunicação internacional, comum tanto à Igreja quanto à chancelaria, sendo seu aprendizado permitido somente a reis, príncipes e clérigos, o que faz com que as falas vernaculares sejam convertidas em “línguas vulgares”, abandonadas ao povo, de forma a haver uma demarcação entre dirigentes e dirigidos, conforme Régis Debray (apud PÊCHEUX, 1990).

A oposição ao latim e a identificação com os advogados investe uma configuração oral à língua materna, pois, como explica Jacques Chiffolleau (2006), o direito é uma atividade essencialmente oral na Idade Média. Daí a atribuição da língua latina ao papa Urbano II por Guiberto de Nogent, cabendo aos advogados o emprego da língua materna. A facilidade da língua materna de que fala Guiberto de Nogent está no fato de ela ser uma língua oral. Essa ideia de facilidade da língua materna apresentada pelo monge francês está em conformidade com o espírito escolar de sua época, segundo o qual o latim representava um nível de dificuldade superior àquele da língua vernácula, como afirma Batany (2003). No entanto, não é de surpreender que o latim seja considerado mais fácil que a língua materna, pois, como declara Auroux (1992), no século IX o latim é antes de tudo uma língua a ser aprendida por meio da gramática latina, cujo estudo englobava não apenas as práticas de leitura e escrita do latim, mas também a leitura e a interpretação dos autores latinos, como revela Beck-Busse (1994).

Se clérigos e leigos cumprem funções complementares no funcionamento da sociedade medieval, o mesmo se pode dizer das línguas empregadas por cada um desses grupos na realização de suas atividades e no desenrolar do cotidiano a que estão

submetidos. Levamos aqui em conta a afirmação de Auroux (1992) de que não teria havido oposição mas circulação entre o latim e vernáculos na Idade Média. Com efeito, segundo o autor (1992, p. 46), ainda que a fragmentação do Império Romano tenha provocado tanto o desaparecimento do papel vernacular do latim quanto o aparecimento das línguas neolatinas, o latim permanece por séculos como língua da administração, da cultura intelectual e da vida religiosa, de maneira que, por toda a Idade Média, “vai subsistir um equilíbrio entre um latim – cada vez mais abstrato, objeto de uma gramática teórica –, língua conceptualmente sofisticada do saber letrado, do poder e da religião, e vernáculos que se aprendem na prática da vida”. É esclarecedor o contraste entre vernáculos e latim feito por Serge Lusignan (1987, p. 9):

A língua vernácula parece à primeira vista ignorar a gramática, enquanto o aprendizado do latim depende essencialmente dela. O latim é conhecido apenas por uma parte minguada da população, mas permite a comunicação no interior da comunidade europeia de clérigos, enquanto a língua vernácula reúne todos os habitantes de um território particular. As duas línguas são utilizadas na comunicação oral, mas o emprego de uma ou de outra parece ser imposto segundo as circunstâncias. As duas línguas têm acesso ao escrito, mas segundo registros de expressão bem diferentes: a língua vernácula serve à expressão poética, à escrita de ficção, enquanto o latim detém de forma exclusiva a expressão do saber e do sagrado.<sup>68</sup>

Da mesma forma que a ancoragem do latim é assegurada pelo lugar da Igreja na sociedade, como afirma Auroux (1992), a própria diferenciação entre latim e vernáculos, com a criação da expressão língua materna, pode ser encarada como um feito da Igreja, pois são aqueles que empregam o latim que cunham a expressão língua materna, são aqueles que conhecem o latim que traçam uma distinção entre essa língua e aquela chamada

---

<sup>68</sup> « La langue vernaculaire semble à première vue ignorer la grammaire alors que l'apprentissage du latin dépend essentiellement de la grammaire. Le latin n'est connu que d'une faible partie de la population mais permet la communication à l'intérieur de la communauté européenne des clercs, alors que la langue vernaculaire réunit tous les habitants d'un territoire particulier. Les deux langues sont utilisées pour la communication orale, mais l'emploi de l'une ou de l'autre semble s'imposer selon les circonstances. Les deux langues ont accès à l'écrit, mais selon des registres d'expression bien différents : la langue vernaculaire sert à l'expression poétique, à l'écriture de fiction, alors que le latin possède en exclusivité l'expression du savoir et du sacré. »

língua materna. Em si, a criação da expressão língua materna é uma manifestação do trabalho de diferenciar clérigos e leigos na sociedade medieval. A expressão língua materna é uma perfeita representação das barreiras visíveis que asseguram a partição do mundo feudal em dois de que fala Pêcheux (1990). Escrita e lida, pronunciada e ouvida, ela impõe uma ordem de sentidos em que se separa o mundo dos clérigos do mundo dos leigos, marcando, assim, diferentes modos de vida, maneiras distintas de se colocar na presença de Deus, bem como variados níveis de instrução e de acesso à escrita.

A expressão língua materna é uma marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval. Lançando luz sobre a situação linguística particular do mundo latino, ela aparece em latim, nos textos da Igreja, para nomear tudo aquilo que não é latim. Como mostra Grondeux (2008), ao longo dos séculos X e XI, os vernáculos são chamados de *lingua rusticana* ou *rustica*, *sermo rusticus*, *rustice*, *pagensis lingua*, *lingua rusticorum*, *romana lingua* e *romane*. No entanto, pouco tempo depois de sua criação no século XII, a expressão língua materna parece se impor como nomeação por excelência para os vernáculos, marcando sempre contraposição ao latim, além de revelar com frequência a distinção entre clérigos e leigos.

A produção hagiográfica medieval constitui um dos principais acervos dos primeiros registros da expressão língua materna:

Eadmer, *Vita Odonis*, 1109-1114:

*Cognomine quoque boni in materna lingua illum deinceps vocare solebat, videlicet Odo Segode, quod interpretatur Odo bonus.*<sup>69</sup> Costumava também chamá-lo de bom na **língua materna**, ou seja, Odo Segode, que significa Odo bom.

---

<sup>69</sup> Os fragmentos de Eadmer (*Vita Odonis*), Guilherme de Saint-Denis (*Vita Sugerii*), *Vita Norberti*, Geoffroy de Vendôme (*Epistulae*), *Costume de Springierbach/Rolduc*, Jean Beleth (*Summa de ecclesiasticis officiis*), Filipe de Harvengt (*De obedientia clericorum*), Pedro Cantor (*Verbum abbreviatum*), *Marginalia*, Baudri de Bourgueil (*Historia Ierosolymitana*), Thomas Becket (*Epistolae*) e *Notae Dunelmenses* utilizados neste capítulo são tomados de Grondeux, 2008.

Guilherme de Saint-Denis, *Vita Sugerii*, 1152:

*Tantam siquidem in utraque lingua et materna scilicet et Latina facundiae possidebat gratiam, ut quidquid ex illius ore audisses, non eum loqui, sed legi crederes.*

Tinha tamanho dom da facúndia em ambas as línguas, isto é, na latina e na **materna**, que tudo o que uma pessoa ouvia da boca dele, não cria que ele falasse, mas estivesse lendo.

*Vita Norberti*, 1157-1161:

*In crastinum ergo fecit sermonem ad populum vix adhuc aliquid sciens vel intelligens de lingua illa, Romana videlicet, quia numquam eam didicerat; sed non diffidebat, quin, si materna lingua verbum Dei adoriretur, Spiritus sanctus, qui quondam centum viginti linguarum erudierat diversitatem, linguæ Teutonicæ barbariem, vel Latinæ eloquentiæ difficultatem, auditoribus habilem ad intelligendum faceret.*

No dia seguinte, fez um discurso ao povo, que até então mal conhecia ou entendia aquela língua, quer dizer a romana, porque nunca a apreendera, mas não duvidava que se introduzisse a palavra de Deus na **língua materna**. O Espírito Santo, que uma vez havia aplanado a diversidade de cento e vinte línguas, tornaria apta à compreensão dos ouvintes a barbárie da língua germânica ou a dificuldade da eloquência latina.

O relato do monge Eadmer de Canterbury, na Inglaterra, sobre a vida do arcebispo Odo, também de Canterbury, é editado praticamente na mesma época em que Guiberto de Nogent publica seu relato da Primeira Cruzada. Eadmer, a exemplo do clérigo francês, utiliza, em latim, a expressão *língua materna* para nomear uma língua que não a latina.

Monge de Saint-Denis, nos arredores de Paris, Guilherme de Saint-Denis é biógrafo do abade Suger, responsável pela reconstrução que tornou a catedral de Saint-Denis em protótipo da arquitetura gótica e um dos grandes monumentos da Idade Média. No seu relato sobre a vida de Suger, a expressão clássica *utraque lingua* é empregada para recobrir o par formado pela língua materna e pelo latim, talvez já fazendo referência ao bilinguismo característico do clero medieval. Com efeito, como esclarece Lusignan (1987, p. 9), “o clérigo medieval é um homem bilíngue no mínimo: ele aprende enquanto criança

uma língua vernácula e mais tarde a escola o inicia no latim”<sup>70</sup>. No entanto, como afirma Grondeux (2008, p. 353), o fato de a expressão *utraque lingua* associar latim e língua materna não significa a marcação de uma simetria entre essas duas línguas: “não se trata, com efeito, de alçar a língua vernácula ao nível do latim, tampouco de instrumentalizar o domínio da língua latina para demonstrar seu desempenho no vernáculo”<sup>71</sup>. Tal expressão serviria para assinalar a capacidade que tem o sujeito de se exprimir tanto em latim quanto na língua materna. Por fim, é interessante perceber que, no trecho da obra de Guilherme de Saint-Denis, o latim é nomeado pela expressão *Latina (lingua)*, segundo um procedimento usual desde o início da literatura latina, como explica Rochette (2009).

Na biografia de São Norberto, cônego de Xanten, na Renânia, e arcebispo de Magdeburgo, na Alemanha, o latim, nomeado agora pela expressão *Romana (lingua)*, é novamente colocado em contraposição à língua materna. Tal como expõe a narrativa da vida de São Norberto, o povo, por nunca ter aprendido o latim, seria incapaz de compreender essa língua, dispondo apenas de sua língua materna, língua na qual São Norberto acredita ser possível introduzir a palavra de Deus, palavra pregada por excelência na língua latina. Em contraste com a língua materna, tomada na qualidade de barbárie, a língua latina, caracterizada pela sua dificuldade, acaba por significar uma língua civilizada. Por oposição à dificuldade da língua latina, mais uma vez a língua materna é marcada por uma suposta facilidade.

O problema da transmissão da palavra de Deus para aqueles que não entendem o latim é uma questão frequentemente apontada nos textos medievais quando está em cena o emprego da expressão língua materna:

---

<sup>70</sup> « le clerc médiéval est un homme bilingue au minimum : il a appris enfant une langue vernaculaire et plus tard l'école l'a initié au latin. »

<sup>71</sup> « Il ne s'agit pas en effet de hausser la langue vernaculaire au niveau du latin, il ne s'agit pas non plus d'instrumentaliser la maîtrise de la langue latine pour démontrer sa performance en vernaculaire. »

Geoffroy de Vendôme, *Epistulae*, 1110:

*Ad cuius obiecta monachus, quia laicus est, non Latina, quam non didicit, lingua, sed materna respondet.*

Às objeções dele, o monge, porque é leigo, não respondeu em língua latina, mas na **materna**.

*Costume de Springierbach/Rolduc*, 1123-1128:

*His actis domnus abbas uel prior uel alius, cui librum miserit abbas, sermonem facit materna lingua ad intelligendum omnibus, non tamen cottidie, sed his diebus quibus uisum fuerit prelato.*

Depois disso, o senhor abade ou prior ou outra pessoa, a quem o abade envie o livro, faz um sermão na **língua materna** para que todos possam entender, mas não todos os dias, mas naqueles dias em que o prelado achar por bem.

Jean Belet, *Summa de ecclesiasticis officiis*, 1160-1164:

*Inde est, quod sacerdos diebus dominicis postquam fecerit sermonem ad populum, dominicam orationem et Credo in Deum debet illis in materna lingua exponere.*

Por isso é que o sacerdote, nos dias de domingo, depois de fazer o sermão ao povo, deve rezar o Pai Nosso e o Credo na **língua materna**.

Segundo a exposição de Geoffroy de Vendôme, não é possível estabelecer comunicação com um leigo em latim, mas na língua materna, por ser justamente essa a língua de um leigo. Dessa forma, no trato com os leigos, é a língua materna que os clérigos devem utilizar. Como afirma Jean-Claude Schmitt (2006, p. 244), “os clérigos preparam os sermões em latim, mas se o auditório é laico, eles o pronunciam evidentemente em língua ‘vulgar’”. De fato, ciente do desaparecimento do papel vernacular do latim, a Igreja intervém para que a pregação não se restringisse a essa língua, mas fosse feita também na língua materna, como demonstram o *Costume de Springierbach/Rolduc* e a *Summa de ecclesiasticis officiis*. De acordo com o que consta no *Costume de Springierbach/Rolduc*, para ser entendido por todos, o sermão deve ser feito em língua materna, e não no latim, o que parece dizer respeito não apenas aos leigos, mas igualmente aos clérigos. No entanto, longe de ser uma obrigação cotidiana, a pregação em língua materna é apontada como uma

medida de exceção, sendo realizada apenas quando o prelado determinar. Como decreta a *Summa de ecclesiasticis officiis*, a língua materna deve ser empregada na oração do Pai Nosso e do Credo, mas somente após a realização do sermão, feito certamente em latim, e apenas no dia de domingo.

Pelo que pode ser compreendido a partir dos fragmentos do *Costume de Springierbach/Rolduc* e da *Summa de ecclesiasticis officiis*, a língua materna é cada vez mais usada para propagar a palavra de Deus, mas não a ponto de substituir o latim como veículo de pregação na Idade Média. Por assim dizer, Deus fala através da Igreja em latim, afinal essa é a língua da comunidade universal cristã reunida em torno do papado, ao passo que sua mensagem é traduzida em língua materna por aquela instituição. No conjunto dos concílios que recomendavam pregar para o povo na língua local, determinação comum desde o século IX, conforme Auroux (1992), o Concílio de Tours, em 813, ordena aos bispos “traduzir seus sermões *in linguam romanam rusticam aut theosticam* para serem compreendidos.” (BATANY, 2006, p. 384). No que é tradicionalmente considerado o primeiro reconhecimento oficial da língua francesa<sup>72</sup>, a *lingua romana rustica aut theostica* (“língua românica rústica ou tudesca”) é indicada como uma língua para a qual se deve traduzir a fé. Por toda a Idade Média, ainda livre da Reforma de Martinho Lutero, ocupando um lugar que já foi do hebraico e do grego<sup>73</sup>, a língua universal da fé, “a língua na qual o *nome-santo* fala aos homens”, “aquela da conversação entre a humanidade e aquilo que a transcende”, para aproveitar as palavras de Vilém Flusser (2007, p. 73), não é outra senão o latim. Proferida originalmente em latim, a palavra de Deus é traduzida na língua materna.

---

<sup>72</sup> Como explica Batany (2006, p. 384), “é clássico dizer que assimilação da ‘língua românica rústica’ a essa ‘língua tudesca’ constitui a ‘certidão de nascimento da língua francesa’”. No ano de 842, quase três décadas após o Concílio de Tours, são lançados os Juramentos de Estrasburgo, reconhecidos como o primeiro documento da língua francesa.

<sup>73</sup> Hebraico, grego e latim constituem as três “línguas principais” da difusão da palavra de Deus, noção que aparece na obra de Hilário de Poitiers (315-367 d.C). Elas são as três “línguas sagradas” de acordo com Isidoro de Sevilha (560-636 d.C). A excelência dessas três línguas está marcada no episódio da paixão de Cristo, segundo o relato do evangelho de João (XIX, 19-20): “Pilatos redigiu também um letrado e o fez colocar sobre a cruz; nele estava escrito: ‘Jesus, o Nazareno, o rei dos judeus’. Esse letrado, muitos judeus o leram, porque o lugar onde Jesus fora crucificado era próximo da cidade; e estava escrito em hebraico, latim e grego”. Cf. Wolf, 1970.

A tradução da palavra de Deus em língua materna para aqueles que não entendem o latim é uma necessidade que não diz respeito somente aos leigos, estendendo-se também aos clérigos. Isso é o que mostra aquele que, segundo Batany (1982), foi durante muito tempo considerado o documento com o registro mais antigo da expressão língua materna, o relato de Hesso sobre o Concílio de Reims, convocado pelo papa Calisto II em 1119:

*Quod cum prudenter episcopus Ostiensis perorasset, iterum Catalaunensis episcopus ex praecepto domni papae hoc idem clericis et laicis **materna lingua** exposuit.*<sup>74</sup>

Depois de o bispo de Óstia ter discursado com prudência, novamente o bispo de Catalunha, conforme ordenado pelo papa, repetiu a mesma coisa aos clérigos e aos leigos na **língua materna**.

Tendo sido editado cerca de uma década após o registro de língua materna que encontramos na narrativa de Guiberto de Nogent sobre a Primeira Cruzada, o relato Concílio de Reims expõe à vista o problema da má formação do clero em relação ao aprendizado da língua latina. Enquanto o texto de Guiberto de Nogent sobre a expedição militar e religiosa organizada pelo papa Urbano II mostra uma polarização entre clérigos e leigos a partir do conhecimento do latim, montando, de um lado, uma associação entre latim e clero, e de outro lado, uma junção entre língua materna e laicato, o relato de Hesso une clérigos e leigos pela incapacidade no que diz respeito ao entendimento do latim. O recurso à língua materna para sanar a dificuldade de compreensão da língua latina por parte de clérigos e leigos parece indicar ao mesmo tempo uma ameaça ao latim e a manutenção do lugar de destaque assumido por essa língua no tratamento das questões da Igreja, afinal o discurso do bispo de Óstia é feito inicialmente em latim, para só depois ser traduzido em língua materna. Como pode ser percebido pelo uso da fórmula *hoc idem exposuit* (“repetiu a mesma coisa”), nenhum novo conteúdo é expresso na língua materna, isto é, o discurso é o mesmo tanto em quanto latim na língua materna. No entanto, o estatuto das línguas em que o discurso é feito é bastante diferente. Com o latim, profere-se um discurso. Com a

---

<sup>74</sup> *Hessonis magistri scholarum Argentinensis relatio de pace mense Octobri anni 1119 frustra tractata inter Calixtum II papam et Heinricum V imperatorem*. Texto estabelecido por Philippus Jaffé, *Bibliotheca Rerum Germanicarum*. Tomo V. 1869, p. 357.

língua materna, traduz-se um discurso. De qualquer forma, a possibilidade de traduzir os temas da Igreja em língua materna não parece desobrigar o clérigo do aprendizado do latim. Personalidade eclesiástica da segunda metade do século XII, Giraud de Barri (1146-1223 d.C), por exemplo, afirma o que se segue: “Hoje os clérigos iletrados são como nobre inábeis na guerra”, conforme Le Goff (2006, p. 89). Como afiança Jean-Claude Schmitt (2006, p. 244): “A distinção entre *litterati* e *ilitterati* recobre assim, em grandes traços, a entre clérigos e leigos. Ser letrado significa conhecer, além da língua materna, o latim, que se escreve e fala”. Diante das barreiras construídas pela Igreja para separar clérigos e leigos, entre as quais a língua, o não aprendizado do latim acaba por se converter em um problema de má formação do clero.

O próprio Guiberto de Nogent, em uma obra de natureza autobiográfica, datada anteriormente ao relato de Hesso sobre o Concílio de Reims, levanta o problema da incapacidade de compreensão do latim por parte do clero e torna a fazer uso da expressão língua materna:

*De vita sua*, 1114-1117:

*Interrogat ergo papa primum, cur elegeramus ignotum hominem; ad quod, cum nemo presbyterorum respondisset, nam quidam elementa vix norant, ad abbates se vertit. Sedebam autem inter utrumque medius; utrique igitur ad illata tacentes, me ut loquerer hinc et inde urgere coeperunt qui, meae timidus juventutis et in tanto loco atque negotio temeritatis notam verens, vix os prae pudore aperire consensi. Fiebat autem res non **materno sermone**, sed litteris.*<sup>75</sup>

O papa começou por nos perguntar por que havíamos escolhido alguém que nos era desconhecido. Pergunta que nenhum dos sacerdotes respondeu, porque alguns entre eles mal podiam se exprimir; ele se virou para os abades. Eu estava sentado entre outros dois, mas ambos permaneceram em silêncio, eles entreolharam-se me pressionando a falar. De minha parte, ainda envergonhado por minha juventude, e temendo ser acusado de temeridade em um lugar e uma questão tão importantes, com sofrer e embaraço, ousei abrir a boca. A conversa se desenrolou não na nossa **língua materna**, mas em latim.

---

<sup>75</sup> *De Vita Sua*, livro III, capítulo IV. Texto estabelecido por Edmond-René Labande, *Guibert de Nogent, Autobiographie*, 1981, p. 286-288.

No fragmento que retiramos de sua autobiografia, Guiberto de Nogent narra uma conversa trocada em latim com o papa Pascoal II. Como afirma Edmond-René Labande (1981), responsável por fixar o texto da autobiografia de Guiberto de Nogent, o motivo de a conversa não ser realizada em língua materna, mas, sim, em latim, está no fato de Pascoal II ser italiano. Sendo francês, Guiberto de Nogent não poderia estabelecer uma conversa com um papa italiano em língua materna, a não ser que um conhecesse a língua do outro, o que não parece ser o caso. Para tanto, é necessário fazer uso de uma língua que está além das diferenças locais, uma língua franca, no dizer de Grondeux (2008), o latim. A facilidade com que Guiberto de Nogent se exprime na língua latina contrasta com o silêncio com que os sacerdotes respondem as perguntas do chefe da Igreja. Como explica Labande, esse silêncio é justificado pela ignorância do latim por parte dos sacerdotes. Contraposto à língua materna, a quem se atribui um aspecto local, o latim é significado como uma língua universal, cujo domínio, restrito a poucos, apresenta-se como um obstáculo mesmo para aqueles que têm por obrigação seu aprendizado, os clérigos.

Os registros da expressão língua materna encontrados em escritos não relacionados diretamente à Igreja apontam para uma divisão menos rígida entre língua materna e latim do que aqueles encontrados em produções clericais, talvez, e isso é apenas uma hipótese, por estarem menos interpelados pela ideologia clerical. Dessa forma, se é verdade, como diz Orlandi (2007, p. 38), que “todo dizer é ideologicamente marcado”, sendo a língua um lugar de materialização da ideologia, a divisão rigorosa entre latim e língua materna encontrada nos textos da Igreja pode ser considerada um efeito de sentido produzido segundo as representações que os clérigos fazem dos leigos durante a Idade Média, como homens inferiores espiritual e culturalmente, conforme Catherine König-Pralong (2009). Sendo o latim uma barreira que separa dois mundos, o dos clérigos e o dos leigos, em um gesto de reforço dessa barreira, divide-se tão severamente latim e língua materna. Textos de caráter gramatical ou de lógica, por exemplo, na medida em que se voltam para temas que não a fé, trabalham no sentido de aproximar latim e língua materna:

*Notae Dunelmenses*, 1109-1113:

*Sed quaerendum est quomodo haec quinque 'nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu' exponantur **materna lingua** ita ne sensum verbi videantur habere, sed sensum nominis. Nam cum dico 'vade salutatum', eundem sensum videtur habere acsi diceretur 'vade salutare' et sic in ceteris.*

Mas precisa perguntar de que modo estas cinco palavras 'nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu' possam ser explicadas na **língua materna** de maneira que não pareçam ter sentido de verbo, mas de nome. De fato, quando digo 'vá, cumprimentos' parece ter o mesmo significado que dizer 'vá cumprimentar' e assim por adiante.

*Ars Medulina*, 1154-1180

*Hoc idem et iam videtur ex **materna lingua**. Que nunquam dictione communis generis solet uti ad supponendum res diversorum sexuum una prolacione, sed comprehendendo rem masculini sexus preponit articulum masculinum genus discernentem, rem vero feminini sexus femininum, dicendo: "li citereens vent", "la citerenne vent".*

Isso aparece ainda na língua materna. Nunca de forma habitual um terno genérico é utilizado para designar por um único emprego realidades de sexos diferentes, mas se se deseja designar uma realidade masculina, ela é determinada com ajuda de um artigo masculino; e uma realidade feminina, com ajuda de um artigo feminino. Por exemplo, se diz: "li citereens vent", "la citerenne vent".

O primeiro fragmento, retirado de um conjunto de comentários sobre Prisciano publicados em Paris, nos permite observar, para além da divisão entre latim e língua materna, uma situação na qual a língua materna funciona como base para o aprendizado do latim. Na verdade, como aponta Lusignan (1987, p. 38), o aprendizado do latim na Idade Média apoiou-se bastante na língua vernácula: "a pequena escola medieval recorria a uma estratégia pedagógica, em parte escrita, mas sobretudo oral, que não hesita em utilizar o vernáculo, mas cujo objetivo no fim das contas continuava sendo tornar o estudante capaz de se exprimir no latim da escola"<sup>76</sup>. Esse fragmento das *Notae Dunelmenses* assinala também um processo de adaptação dos conceitos da tradição greco-latina para os vernáculos emergentes, pois, se é necessário explicar termos da língua latina na língua materna, isso se dá a par da instrumentação da própria língua materna, a partir da

---

<sup>76</sup> « la petite école médiévale recourait à une stratégie pédagogique, en partie écrite, mais surtout orale, qui n'hésite pas à utiliser le vernaculaire, mais dont l'objectif en fin de compte demeure de rendre l'étudiant capable de s'exprimer dans le latin d'école. »

introdução de elementos metalinguísticos criados por aquela tradição, processo no qual as *Institutiones grammaticales*, de Prisciano, escritas no início do século VI d.C., têm papel de destaque por alimentar a reflexão gramatical durante toda a Idade Média, dando origem a uma grande série de comentários, entre os quais as *Notae Dunelmenses*. De fato, como afirmam Colombat, Fournier e Puech (2010, p. 125), “as primeiras descrições dos vernáculos foram elaboradas a partir de um fenômeno de transferência de conceitos e de métodos de análise elaborados pela tradição greco-latina, da qual seus autores estavam impregnados”<sup>77</sup>. De acordo com os autores, a classificação que Prisciano faz do latim é tomado como ponto de partida para as primeiras descrições da língua francesa, o que pode ser percebido pelo emprego da expressão língua materna nas *Notae Dunelmenses*, em que se expõe a necessidade de procurar na língua materna formas correspondentes às da língua latina.

Na passagem em que emprega a expressão língua materna, o *Ars Medulina*, um importante tratado de lógica na Idade Média, rejeita a possibilidade de um termo designar simultaneamente indivíduos do sexo masculino e feminino. Para tanto, o tratado toma como exemplo o funcionamento do artigo na língua francesa, responsável por fazer a distinção entre masculino e feminino. A impossibilidade de um mesmo termo designar ao mesmo tempo os sexos masculino e feminino seria um fato tanto do latim quanto da língua materna, mas é justamente o funcionamento do artigo na língua materna a prova dessa impossibilidade. Para além de mostrar que certo fenômeno se realiza da mesma maneira tanto em latim quanto na língua materna, ou melhor, que latim e língua materna provam que o fenômeno é um e não outro, o emprego da expressão língua materna no *Ars Medulina* nos permite enxergar a experiência linguística da língua materna como um lugar de observação do próprio latim, um elemento de interferência na reflexão gramatical da língua latina. Nas palavras de Lusignan (1987, p. 33), “o uso de uma língua com artigos e cujo sistema flexional está em declínio propicia aos gramáticos medievais uma experiência

---

<sup>77</sup> « Les premières descriptions des vernaculaires se sont élaborées à partir d'un phénomène de transfert des concepts et des méthodes d'analyse élaborés par la tradition gréco-latine, dont leurs auteurs étaient imprégnés. »

linguística rica ao mesmo tempo em que bastante diferente da do latim<sup>78</sup>. O emprego da expressão língua materna em textos como o *Ars Medulina* e as *Notae Dunelmenses* nos confirma a existência uma reflexão gramatical sobre a língua materna já desde o século XII.

Os registros da expressão língua materna que temos discutido até o momento, os primeiros conhecidos na história ocidental, nos apontam problemas peculiares à sociedade medieval, como a organização social dividida entre clérigos e leigos e a própria formação do clero, do mesmo modo que as questões linguísticas implicadas, tais como o desaparecimento do papel vernacular do latim e a sua manutenção como língua do saber letrado e da vida religiosa e a emergência dos vernáculos europeus, além de uma reflexão gramatical sobre a língua materna. Cabe indagar, contudo, a própria metáfora da mãe na formação da expressão língua materna. Por que língua materna? Essa expressão seria por acaso motivada pela percepção de uma relação com a língua atravessada pela figura da mãe? A língua é dita materna por ser a língua da mãe?

Realmente é possível encontrar registros da expressão língua materna que marcam uma relação da língua com a mãe e com o ambiente familiar ou, pelo menos, que assinalam uma singularidade da língua denominada materna:

Filipe de Harvengt, *De obedientia clericorum*, 1157-1183:

*Infantiae quidem loquendi ad perfectum non donatur facultas, sed loquentibus inhiantem nativa quaedam reprimat difficultas; vixque tandem sufficit pauca verba conari, quae domi a parentibus audit frequentius ventilari. Pueritia vero videns sibi maiorem loquendi facultatem praeberi intra penates patrios iam non sustinet contineri, sed foris vagabunda maiorem nititur aemulari, odio habens silentium, cum sui similibus diligit verbosari. Est autem idonea non solum **maternam linguam**, quam domi didicit, retinere, sed et novam quamlibet, si oblata ei fuerit, obtinere; imo plures vel linguas vel artes discendo*

A capacidade de falar perfeitamente não é dada à infância, mas uma certa dificuldade inata reprime a criança que começa a falar; mas finalmente é suficiente tentar falar poucas palavras que em casa a criança ouve repetir mais frequentemente pelos pais. A puerícia, no entanto, parece oferecer maior capacidade de falar e já não tolera ser mantida dentro da casa paterna, mas brilha maior capacidade de emular o que está fora da porta, tendo em ódio o silêncio, gostando de tagarelar com seus semelhantes. É apta então para reter não apenas a **língua materna**, que apreendeu em casa, mas também qualquer língua nova, se

---

<sup>78</sup> « L'usage d'une langue comportant des articles et dont le système flexionnel est en régression procure aux grammairiens médiévaux une expérience linguistique riche en même temps que très différent de celle du latin. »

*potest puer facilius adipisci, et earum imposterum tenacius dicitur reminisci. Unde consulto magistris litterarum, vel quarumlibet artium praecipue pueri committuntur, et ad quamvis scientiam in annis puerilibus imbuuntur, ut cum in his acceperint eruditionis congruum fundamentum, in sequentibus acquirant sibi facilius, et solidius supplementum.*

lê for ensinada; a criança pode apreender mais facilmente muitas línguas ou artes, e se diz que no futuro vai se lembrar delas com maior tenacidade. Por isso é que, conforme a opinião dos pedagogos, sobretudo as crianças são iniciadas a todas as artes e todas as ciências se começam ensinar nos anos infantis, para que, uma vez adquirido um bom fundamento da educação, nos anos sucessivos adquiram os complementos mais facilmente e de maneira mais firme.

Pedro Cantor, *Verbum abbreviatum*, 1191-1192:

*Sicut non potest homo dediscere **maternam linguam**, sic nec vix longam peccati consuetudinem.*

Como não é possível esquecer a **língua materna**, assim tampouco um longo costume de pecado.

Nigel Wireker, *Tractatus contra curiales et officiales clericos*, 1193 :

*Lingua tamen caueas ne sit **materna**, sed illa / Quam dedit et docuit lingua paterna tibi.*

Presta atenção, entretanto, para que a língua não seja a **materna**, mas aquela que te deu e te ensinou a língua paterna.

*Marginalia*, 1150-1250:

*Britones namque Amorigi qui ultra mare sunt cum Maximo tyranno hinc in expeditionem ex<e>untes, quoniam redire nequiverant, occidentals partes Gallie solotenus uastauerunt nec mingentes ad parietem uiuere reliquerunt; acceptisque eorum uxoribus et filiabus in coniugium omnes earum linguas amputauerunt ne eorum successio **maternam linguam** disceret.*

Os Bretões e Armoricanos, que moram além-mar, chegando aqui numa expedição com o chefe Máximo, pois não puderam voltar atrás, devastaram as regiões ocidentais da Gália e não deixaram vivos nem aqueles que encontraram mijando na parede. Depois, tendo levado para si as esposas e as filhas deles, amputaram a língua de todas elas para que seus descendentes não aprendessem a **língua materna**.

O abade Filipe de Harvengt toma a infância e a puerícia como dois momentos do processo de aquisição da língua, afirmando que a primeira é marcada por uma dificuldade inata do falar, enquanto a segunda, contrariamente, é marcada por uma maior capacidade de falar. Na infância, a língua é aprendida na casa paterna, sendo os pais os condutores do processo de aquisição. Na Puerícia, por outro lado, a língua a ser aprendida,

uma língua nova, é aquela que está para fora da porta, processo no qual pesam não mais os pais, mas os semelhantes. Segundo o abade, a língua materna é aquela que a criança aprende em casa. Ela é, portanto, a língua aprendida com pais, na infância, funcionando como primeiro grau de instrução linguística. Após adquirir a língua materna na infância, é possível não apenas aprender uma língua nova, mas, na verdade, muitas outras línguas na puerícia. Como se percebe, a língua materna é caracterizada como um elemento singular, não exatamente no sentido de ter um valor excepcional, mas no sentido numérico mesmo, isto é, no fato de ser uma em meio ao grande número de línguas do mundo, explicando melhor, há apenas uma única língua na casa paterna, ao passo que, da porta para fora, as línguas são muitas. A língua materna é justamente aquela que está dentro da casa. Por fim, é importante ressaltar que, no texto de Filipe de Harvengt, a língua materna não parece se ligar exclusivamente a mulher, pois a palavra latina *parens* diz respeito tanto à mãe quanto ao pai, razão pela qual a traduzimos em português como “pais”.

O teólogo escolástico Pedro Cantor compara a língua materna ao costume do pecado, afirmando que ambos são inesquecíveis. Para melhor compreender a natureza dessa comparação, é necessário observar que o pecado é o elemento em torno do qual giram a vida e o imaginário do homem medieval, conforme Carla Casagrande e Silvana Vecchio (2006, p. 339), que sustentam que o momento da geração da vida do homem mediévíco é também o momento de transmissão do pecado original: “Esse pecado é original não apenas porque está na origem da história da humanidade, mas especialmente porque está na origem da vida de cada homem, que nasce pecador antes mesmo de haver cometido algum pecado”. Da mesma forma que o pecado é tomado como a marca de nascimento dos homens, a língua materna é caracterizada como a língua original do sujeito, ou melhor, como língua que marca originalmente o sujeito, de tal forma que não pode ser esquecida.

No tratado do autor satírico e poeta anglo-normando Nigel Wireker, a expressão língua materna, por ser contrastada com uma língua que se aprende com o pai, acaba por indicar a língua que se aprende com a mãe. Havíamos mostrado anteriormente que, etimologicamente, o adjetivo latino *paternus* significa um pai físico e genitor. Dessa forma,

em contraste com a língua paterna, é possível assumir que a língua materna é aquela que é ensinada pela mãe. Segundo Nigel Wireker, o clérigo deve evitar o uso da língua materna e preferir a língua paterna, o latim, podemos admitir, afinal é essa justamente a língua do clero acima de qualquer outra. Assim, o latim aparece significado como a língua do pai. De acordo com Grondeux (2008), o texto de Nigel Wireker assinala explicitamente o papel da mãe na transmissão de uma língua que se aprende antes do latim.

Retirados de um conjunto de textos do norte da Inglaterra, os comentários sobre a invasão das regiões ocidentais da Gália pelas tropas do imperador Magno Máximo exibem um episódio caracterizado como uma estratégia de interdição da língua materna. Conforme o relato, com o intuito de impedir que as novas gerações aprendessem a língua materna, de forma que prevalecesse a língua dos invasores, os exércitos de Magno Máximo sequestraram e amputaram a língua das esposas e filhas das populações conquistadas da Gália. A língua materna é apresentada como a língua das mulheres, como a língua que as mulheres passam aos seus descendentes, como a língua passada de uma geração à outra pelas mulheres. Segundo a narrativa desenvolvida na *Marginalia*, sendo a língua materna a língua das mulheres, para impedir que as futuras gerações aprendam essa língua, foi preciso barrar as mulheres no uso de sua língua, amputando-lhes a língua, o órgão muscular situado na boca, o que significa dizer que a língua materna não apenas que a língua materna pode ser interdita, mas também que a língua materna está pregada fortemente ao sujeito, fixada na sua língua, o órgão.

É preciso interrogar até que ponto a figura da mãe é determinante na montagem da expressão língua materna. Os poucos registros da expressão língua materna que parecem marcar uma relação da língua com a mãe não nos permitem afirmar que a expressão tenha sido criada para indicar a língua falada e ensinada pela mãe. Como essa é uma questão que extrapola os limites do nosso programa de pesquisa, faremos a seu respeito apenas breves observações. De início, cabe dizer que, nos poucos trabalhos que se dedicam ao estudo da história da expressão língua materna, o nascimento da expressão é frequentemente explicado pelo culto à imagem de Maria e pelo papel desempenhado pelas mulheres na

educação familiar. Para Tabouret-Keller (2003), por exemplo, como já havíamos mostrado, a expressão língua materna assinala a importância que a sociedade e as instituições davam às mulheres na condição de mãe. Dessa forma, embora funcionasse como metáfora da língua comum, a língua materna seria, de fato, aquela falada pelas mulheres. Na mesma direção, Grondeux (2008) afirma que a origem da expressão língua materna está ligada a um momento de profunda transformação do ambiente familiar, momento a partir do qual a mãe aparece continuamente como a responsável por transmitir a primeira educação. Urbain (1982), por sua vez, como também já havíamos mostrado, ressalta que a expressão língua materna é criada na língua francesa no tempo em que a iconografia religiosa é invadida por representações maternas de Maria e em que o casal formado pela mãe e pelo filho reina no imaginário linguístico como elo com a língua pré-babeliana. Efetivamente, como mostra Le Goff (2006), a Virgem Maria é uma presença forte no meio dos intelectuais clérigos, sendo possível encontrar, desde o início do século XIII, poemas e preces dedicados especialmente à mãe de Jesus Cristo. Por outro lado, mesmo que se admita que esse culto a Maria estivesse ligado à revalorização da mulher na sociedade, não é possível saber qual desses dois processos foi o primeiro, isto é, qual possibilitou o outro, como argumenta Hilário Franco Júnior (2000). Do mesmo modo, consideramos incerto sustentar que a revalorização da mulher e o culto a Virgem Maria tenham motivado a criação da expressão língua materna.

Não é o caso de negar a existência de um jogo entre língua e mãe na composição da expressão língua materna, afinal a própria associação entre os significantes *língua* e *materna* promove semanticamente a ideia de uma língua que é da mãe. Por outro lado, se não é inadequado tratar a língua materna como língua da mãe, não nos parece produtivo, contudo, partir dessa evidência para explicar os sentidos da expressão, pois, se agíssemos dessa forma, estaríamos afirmando que o sentido de uma palavra reside nela mesma, estaríamos tomando a evidência do sentido como o próprio sentido. De nossa parte, mesmo reconhecendo que a evidência de língua materna como a língua da mãe não é sem fundamento, preferimos adiar a explicação segundo a qual a expressão foi criada para marcar uma língua da pessoa que é mãe. Não apenas a figura mãe, tantas vezes usada para

falar também da pátria e da Igreja, mas igualmente a qualidade do que é materno foi historicamente ressignificado. Segundo Tombeur (2005), o substantivo *maternitas* (“maternidade”), por exemplo, só bem recentemente passou a ser associado à mulher. De acordo com o autor, o primeiro registro de *maternitas* é encontrado em uma tradução feita a partir do grego por Jean Scot, por volta do ano de 858. O termo original grego *mètris, -idos*, encontrado nas obras de Platão e Plutarco, tinha o sentido de *terra natal*, estando em paralelo com *patris, -idos, dos ancestrais, terra dos ancestrais, pátria*. Desconhecida sob a forma latina até o século VII, e, nesse momento, com o sentido de *terra natal*, o vocábulo *maternitas*, raramente empregado, reaparece no século XII, com o sentido de *qualidade de uma igreja catedral, maternidade espiritual da Igreja*. É para evocar a *maternidade de Maria* que *maternitas* vai aparecer nas obras de João de Würzburg, Tomás de Aquino e Raimundo Lúlio, grandes pensadores medievais, conforme Tombeur (2005).

Não se trata igualmente de invalidar por completo a possibilidade de se ter concebido a expressão língua materna para marcar uma língua tida como da mulher, quer dizer, uma língua falada e transmitida particularmente pela mulher. Essa hipótese se mostra até certo ponto plausível quando se toma em conta o fato de que a expressão língua materna ganhou vida pela primeira vez pelas mãos de um clérigo, sendo usada para marcar uma distinção entre clérigos e leigos e entre as línguas associadas a cada um desses grupos na sociedade medieval, o latim e a língua materna, respectivamente. A expressão língua materna é empregada originalmente em latim por um clérigo para nomear a língua dos leigos. Como explica Jean-Claude Schmitt (2006, p. 241), “o grupo dos leigos é constituído de mulheres e homens, enquanto que o dos clérigos é exclusivamente masculino”. De acordo com o autor (2006, p. 250), a divisão entre clérigos e leigos na sociedade cristã da Idade Média “sempre foi pensada como algo exclusivo dos homens”, pois as mulheres eram proibidas de receber a ordenação sacerdotal. Dessa forma, pela associação com os clérigos, o latim pode ser tomado como uma língua, se não exclusiva, ao menos circunscrita a um universo tipicamente masculino. Em contraste com esse funcionamento do latim como a língua do homem, a expressão língua materna poderia, a princípio, marcar não uma língua particular da mulher, mas, talvez, uma língua evitada nesse ambiente tipicamente masculino

do clero. Essa interpretação esbarra justamente no fato de o grupo dos leigos não ser exclusivamente feminino. Como o grupo dos leigos é formado por homens e mulheres, se a língua materna é apontada como a língua dos leigos, ela não pode ser classificada tão somente como a língua das mulheres, mas também como a língua dos homens. A questão é que a língua materna é geralmente a única língua que a mulher fala na Idade Média, enquanto o homem, quando clérigo, tem a possibilidade de também aprender o latim. De qualquer modo, vale lembrar que também na Antiguidade Latina atribui-se à mulher o papel de ensinar a língua aos pequenos<sup>79</sup>, mas nem por isso essa língua ensinada pela mulher era chamada de língua materna, mas de *patrius sermo* e *patria lingua*. Queremos dizer com isso que a expressão língua materna não se explica pura e simplesmente pela figura feminina de um progenitor, mas corresponde primeiramente a certas configurações sociopolíticas, no caso, o mundo medieval estruturado pela divisão entre clérigos e leigos.

Visto que a expressão língua materna foi empregada pela primeira vez pelo monge Guiberto de Nogent, afinal esse é o registro mais antigo de que temos notícia, nos parece sensato nos concentrarmos justamente no gesto criador de Guiberto de Nogent para debater a motivação da emergência da expressão língua materna. Por outro lado, não se pode ignorar o fato de ter sido Ovídio o primeiro a unir o adjetivo “materno” e o substantivo “língua”, mesmo que tenhamos defendido que essa associação não deve ser tomada como um registro da expressão língua materna. Também não se pode perder de vista certa permanência no emprego da expressão língua materna dos sentidos mobilizados pelas expressões *patria lingua* e *patrius sermo* na Antiguidade, especialmente a oposição a uma língua de cultura e a marcação de uma língua adquirida naturalmente na infância, contraposta, por sua vez, a uma língua aprendida em um segundo momento da vida e por dedicação aos estudos. Como relacionar esses dados? Nossa hipótese é de que a expressão língua materna é inventada na Idade Média a partir da expressão clássica *patrius sermo*. Essa proposição encontra respaldo em Grondeux (2008), que afirma que Guiberto de

---

<sup>79</sup> Nas famílias romanas, o recém-nascido é confiado a uma nutriz, que faz muito mais do que dar o seio, sendo, na verdade, responsável pela educação dos meninos até a puberdade, tarefa realizado juntamente com um “pedagogo”, também chamado “nutridor”. Cf. Paul Veyne, 2009.

Nogent foi leitor de Ovídio, podendo ter encontrado nele a expressão *materna lingua* e criado a partir dela a expressão *sermo maternus*, forma mais próxima da antiga *sermo patrius*, mobilizadora de sentidos muito semelhantes daqueles levantados pela expressão língua materna.

Guiberto de Nogent realmente foi um leitor apaixonado por Ovídio, chegando a deixar de lado suas atividades monásticas para se dedicar à poesia romana, como ele mesmo confessa na sua autobiografia:

*Interea cum versificandi Studio ultra omnem modum meum animum immersissem, ita ut universa divinae paginae seria pro tam ridicula vanitate seponerem, ad hoc ipsum, duce mea levitate, jam veneram, ut avidiana et bucolicorum dicta praesumerem, et lepores amatoris in specierum distributionibus epistolisque nexilibus affectarem. Oblita igitur mens debiti rigoris, et professionis monasticae pudore rejecto.*<sup>80</sup>

Entretanto, afundava meu espírito totalmente no estudo da versificação, de modo que deixava de lado, por tão ridículas frivolidades, todos os elementos sérios da divina ciência. Sustentado por minha leviandade, chegava a competir com Ovídio e os poetas bucólicos e procurava ardentemente as graças amorosas nas distribuições de imagens e nas epístolas habilmente amarradas. Meu espírito esquecia o rigor ao qual estava ligado e eu rejeitava o pudor da condição monástica.

Como afirmam Carlile Lanzieri Júnior e Ricardo da Costa (2007, p. 4), apesar de ser uma questão que dividia opiniões entre os monásticos, encontrando mesmo opositores ferrenhos, o estudo de autores clássicos, como Ovídio e Terêncio, “era previsto e, em alguns casos, incentivado como via de acesso ao conhecimento profundo do latim, peça importantíssima na formação escolar de um monge digno do hábito que vestia”. Dessa forma, levando em consideração a experiência de Guiberto de Nogent com a leitura de textos clássicos da literatura latina em virtude de sua educação monástica e de sua paixão confessa pela poesia, é difícil acreditar que o beneditino não tenha tido contato com a forma *materna lingua* empregada por Ovídio nas suas *Metamorfoses*. Como mostra Grondeux (2008), Baudri de Bourgueil, outro conhecido leitor de Ovídio, faz uso da expressão língua materna quase simultaneamente a Guiberto de Nogent:

---

<sup>80</sup> *De Vita Sua*, livro I, capítulo XVII. Texto estabelecido por Edmond-René Labande, *Guibert de Nogent, Autobiographie*, 1981, p. 134.

Baudri de Bourgueil, *Historia Ierosolymitana*, 1107:

*Subsecuti sunt tamen eum homines fere sexaginta, quibus diligentissime Pirrus collectis, atque suis in turribus collocatis, postquam vidit plures numero nequaquam subsequentes, materna dixisse fertur lingua, “Michro Francos echome”, hoc est ‘heu, heu! paucos habemus Francos’.*

Entretanto o seguiram cerca de sessenta homens. Depois de reuni-los com o maior cuidado e de colocá-los nas suas torres, vendo que ninguém mais os seguiria, contam que Pirro teria dito na **língua materna**: “Michro Francos echome”, isto é, ‘ahi de mim! Temos poucos Francos’.

O ponto de irradiação da expressão língua materna na Idade Média parece ser mesmo as *Metamorfoses*. No pequeno monastério de Nogent-sous-Coucy, localizado perto do castelo dos nobres de Coucy e situado na região da Picardia, norte do Reino da França medieval<sup>81</sup>, Guiberto de Nogent emprega a expressão *materno sermo* no relato *Dei Gesta per Francos* (1104-1108) e na autobiografia *De vita sua* (1114-1117). Reunidos em torno das escolas de Angers, na região de Anjou, onde Ovídio é lido e comentado, Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme empregam a expressão *materna lingua* nas suas *Historia Ierosolymitana* (1107) e *Epistolae* (1110). A região da Picardia, com Guiberto de Nogent, e as escolas de Angers, no noroeste da França, com Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme, são, segundo Grondeux (2008), dois polos independentes de difusão da expressão língua materna na Idade Média, prova disso seria o fato de Guiberto de Nogent fazer uso da forma *materno sermo*, enquanto de Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme utilizam a forma *materna lingua*. Na parte norte da França, logo após os registros nas obras de Guiberto de Nogent, Baudri de Bourgueil e Geoffroy de Vendôme, a expressão língua materna aparece nas *Notae Dunelmenses* (1109-1113) em Paris e no relato de Hesso (1119) em Reims. Na Inglaterra, principalmente em Canterbury, a expressão é encontrada nas obras de Eadmer (1109-1114), Nigel Wireker (1193) e, antes desse, nas *Epistuale* (1169), de Thomas Becket:

---

<sup>81</sup> A Picardia correspondia à bacia do Somme, embora apresentasse limites linguísticos mais vastos, alargando-se até Mons, Noyon, Beauvais, Lille e Liège. O dialeto picardo, juntamente com o frâncico e o normando, foi fundamental na formação da *langue d’oil*. Cf. Carlile Lanzieri Júnior e Ricardo da Costa, 2007.

Thomas Becket, *Epistolae*, 1169:

*Sed ille, audito scripto et ab omnibus propter nimiam modestiam approbato, **materna** respondit **lingua**, sic anfractus verborum, quod familiare habet, invertens, ut simplicioribus videretur universa concedere, cautioribus autem perversas, et non ferendas immiscere conditiones.*

No entanto, este, tendo ouvido o escrito e sendo aprovado por todos por excessiva modéstia, respondeu na **língua materna**, torcendo de tal forma as palavras, como é hábito dele, que aos mais simplórios parecia conceder tudo; aos mais cautos, pelo contrário, inserir no meio condições perversas e inaceitáveis.

Está depositado em Oxford um manuscrito das *Ars Medulina* (1154-1180) que apresenta a expressão língua materna. Retirado de um manuscrito de Cambridge que reúne textos do norte da Inglaterra, a *Marginalia* (1150-1250) também traz a expressão. Na Alemanha, próximo da fronteira com os Países Baixos, a língua materna aparece no *Costume de Springierbach/Rolduc* (1123-1128). Ao final do século XII, os registros da expressão língua materna formam uma mancha que se estende do norte da França ao sul da Inglaterra e que passa pela fronteira ocidental da Alemanha, de onde se espalham pelo resto da Europa nos séculos seguintes.

---

## Difusão da expressão língua materna no século XII

---



- Guiberto de Nogent, *Dei Gesta per Francos*, 1104-1108
- Baudri de Bourgueil, *Historia Ierosolymitana*, 1107
- Geoffroy de Vendôme, *Epistulae*, 1110
- *Notae Dunelmenses*, 1109-1113
- Eadmer, *Vita Odonis*, 1109-1114
- Guiberto de Nogent, *De vita sua*, 1114-1117
- *Relato de Hesso sobre o Concílio de Reims*, 1119
- *Costume de Springierbach/Rolduc*, 1123-1128
- *Marginalia*, 1150-1250
- Guilherme de Saint-Denis, *Vita Sugerii*, 1152
- *Ars Medulina*, 1154-1180
- *Vita Norberti*, 1157-1161
- Jean Beleth, *Summa de ecclesiasticis officiis*, 1160-1164
- Thomas Becket, *Epistolae*, 1169
- Nigel Wireker, *Tractatus contra curiales et officiales clericos*, 1193

### Legenda

- Angers
- Cambridge
- Canterbury
- Oxford
- Paris
- Picardia
- Reims
- Rolduc
- Xanten

### **3.3 O caminho de naturalização, territorialização e nacionalização da língua materna**

Na Idade Média, o latim era língua da cultura letrada de uma diminuta parte da população e, como diz Auroux (1992, p. 46), seu papel central “estará em perigo desde que atividades sociais tomem importância, as quais, reclamando-se escritura e técnicas intelectuais, formarão uma esfera estranha à Igreja (o comércio)”. Nesse movimento, a expressão língua materna começa a aparecer em textos não relacionados diretamente à Igreja e escritos nos vernáculos europeus emergentes. Em outras palavras, a expressão língua materna passa a ser empregada em língua materna, ou de outra maneira, a língua materna diz língua materna. Quando a expressão língua materna começa a ser usada por leigos, como Dante Alighieri, aparecendo em textos escritos nas línguas que já foram chamadas de maternas em latim, como na tradução que Nicolau de Oresme faz de Aristóteles para o francês ou na obra literária de Rabelais, ou ainda em documentos oficiais dos Estados nacionais, como as Ordenanças de Francisco I, novas redes de sentido são estabelecidas. A língua materna é então significada como língua natural, língua de um território, língua de um país, o que leva à construção do efeito de coincidência entre língua materna e língua nacional, sentidos que serão naturalizados quando a expressão língua materna entra nos dicionários.

#### **3.3.1 Dante Alighieri**

Escrito em latim, como denuncia o título, o *De vulgari eloquentia*, de Dante Alighieri, é uma obra seminal, não apenas na história da tradição nacional italiana<sup>82</sup>, mas

---

<sup>82</sup> Uma discussão sobre o uso do *De vulgari eloquentia* no debate da chamada *questione della lingua* na Itália pode ser encontrada em Claudio Marazzini, *Les traditions nationale*. In: AUROUX, Sylvain (Éd.). *Histoire des idées linguistiques: le développement de la grammaire occidentale*, 1992, p. 313-329.

também na reflexão linguística sobre a origem e a diferenciação das línguas. Composto no início do século XIV e concebido como um tratado de retórica e de poética em quatro livros<sup>83</sup>, o texto do poeta florentino é um registro importante da emergência dos vernáculos como língua de cultura<sup>84</sup>, razão que nos leva a contemplá-lo no nosso percurso de análise. Para que essa justificativa não seja julgada improcedente, basta dizer que, no tratado sobre a eloquência vulgar, o conceito de natural é a base sobre a qual Dante fundamenta a valorização da língua materna, apresentada como aquela aprendida inicialmente no seio familiar, e posta em oposição à gramática, considerada artificial e, por ser artificial, menos nobre. São justamente os sentidos de *natural*, *familiar*, *privado* que se vão costurar ao longo dos séculos na definição da língua materna, produzindo a oposição a uma língua estrangeira e o efeito de coincidência entre língua materna e língua nacional.

No *De vulgari eloquentia*, Dante emprega as expressões *materno locutio* e *materno vulgare*. A expressão *materno locutio* parece ser uma inovação de Dante, já que, como vimos, a expressão que se espalha pela Idade Média no século XII é *materna lingua*, embora Guiberto de Nogent tenha empregado antes *sermo maternus*. Como explica Irène Rosier-Catach (2011), o termo *locutio*, formado a partir do verbo *loquio*, significa ao mesmo tempo o ato de falar, o meio para falar ou se exprimir, o discurso em geral e um modo de expressão particular. De acordo com a autora, o termo *locutio* raramente remete a um ato de fala particular no tratado de Dante. Por sua vez, ainda segundo a autora, o termo *vulgare* é utilizado por Dante para falar sobre as línguas criadas pelos homens pela divisão dos idiomas dados por Deus após o episódio de Babel. Esse termo comporta no tratado de Dante diferentes graus de excelência, havendo uma distinção entre vulgar ilustre e os vulgares municipais. Rosier-Catach reforça que a palavra *vulgare* não tem qualquer conotação pejorativa no *De vulgari eloquentia*. Vejamos como Dante define a língua vulgar:

---

<sup>83</sup> Iniciado provavelmente em 1302, ano em que Dante Alighieri já se encontrava exilado, o tratado foi interrompido bruscamente no capítulo XIV do segundo livro.

<sup>84</sup> O *De vulgari eloquentia* é um tratado de louvor ao vulgar como língua de expressão literária. É uma obra sobre o vulgar, mas escrito em latim. Isso já diz muito sobre o lugar ocupado pelo latim como língua da ciência e da cultura na Idade Média.

I. 2. *Sed quia unamquamque doctrinam oportet non probare, sed suum aperire subiectum, ut sciatur quid sit super quod illa versatur, dicimus, celeriter actendentes, quod **vulgarem locutionem** appellamus eam qua infantes assuefiunt ab assistentibus cum primitus distinguere voces incipiunt; vel, quod brevius dici potest, **vulgarem locutionem** asserimus quam sine omni regula nutricem imitantes accipimus.* 3. *Est et inde alia locutiosecundaria nobis, quam Romani **gramaticam** vocaverunt. Hanc quidem secundariam Greci habent et alii, sed non omnes: ad habitum vero huius.* 4. *Harum quoque duarum nobilior est **vulgaris**: tum quia prima fuit humano generi usitata; tum quia totus orbis ipsa perfruitur, licet in diversas prolationes et vocabula sit divisa; tum quia naturalis est nobis, cum illa potius artificialis existat.* 5. *Et de hac nobiliori nostra est intentio pertractare.*<sup>85</sup>

I. 2. Mas visto que qualquer disciplina deve não demonstrar, mas desvendar o próprio sujeito, de modo que se saiba do que ela trata, dizemos, chegando logo ao assunto, que chamamos de **língua vulgar** aquela a que as crianças se habituam por obra dos que lhes estão em volta desde que começam a articular as palavras; ou, como se pode dizer mais brevemente, definimos **língua vulgar** aquela que aprendemos imitando sem regra alguma a ama. 3. Temos ainda outra língua de segunda ordem, que os Romanos chamaram de **gramática**. Essa língua secundária a possuem também os Gregos e outros povos, mas nem todos: são aliás realmente poucos aqueles que chegam a dominá-la, pois não se consegue assimilar suas regras e sua arte senão em um longo período de tempo e com um estudo assíduo. 4. Dessas duas línguas a mais nobre é a **vulgar**: seja porque foi a primeira a ser utilizada pelo gênero humano; seja porque o mundo inteiro usufrui dela, embora seja dividida em diferentes pronúncias e vocábulos; seja porque ela é natural para nós, enquanto a outra tem, pelo contrário, uma origem artificial. 5. Nossa intenção é tratar dessa, a mais nobre.

Dante discrimina duas línguas: a língua vulgar e a gramática. A língua vulgar é definida como “aquela que aprendemos imitando sem regra alguma a ama”, uma língua “a que as crianças se habituam por obra dos que lhes estão em volta”. A língua vulgar é, portanto, a língua aprendida *por imitação e por hábito, sem regras, na infância*. Por sua vez, a gramática é definida como uma “língua de segunda ordem”, isto é, uma “língua secundária”, “a quem possuem também os Gregos e outros povos, mas nem todos”. Se nem todos dominam a gramática, isso ocorre porque poucos conseguem “assimilar suas regras e sua arte”, cujo estudo, que deve ser assíduo, requer “longo período de tempo”. A gramática, diferentemente da língua vulgar, é uma língua aprendida *por estudo, com regras, por um*

---

<sup>85</sup> As passagens do *De vulgari eloquentia* utilizados nesta seção e suas respectivas traduções são tomadas de Bartolini Salimbeni, 2009.

*longo período de tempo e dominada por poucos.* Por ser a “primeira utilizada pelo gênero humano”, a que o “mundo inteiro usufrui”, mesmo que “dividida em diferentes pronúncias e vocábulos”, e também “natural”, a língua vulgar é mais nobre que a gramática, que tem “origem artificial”<sup>86</sup>. O que age na determinação da nobreza superior da língua vulgar é o fato de ser a primeira utilizada pelos homens, de ser usufruída por todos e ter origem natural. Ancorados na montagem dessas paráfrases, podemos estabelecer o seguinte confronto:

*Língua vulgar:* natural, primeira utilizada, usufruída por todos, dividida em pronúncias e vocábulos, aprendida por imitação e por hábito, sem regras, na infância.

*Gramática:* artificial, segunda utilizada, dominada por poucos, composta de regras e arte, aprendida por estudo, com regras, por um longo período de tempo.

Enquanto a língua vulgar é dividida em pronúncias e vocábulos, o que poderia ser um impedimento para que todos usufruam dela e se entendam, a gramática, por ser composta de regras, parece ser uma forma linguística inalterada. É exatamente dessa maneira que ela é definida por Dante:

*IX. 11. Hinc moti sunt inventores **gramaticae facultatis**: que quidem **gramatica** nichil aliud est quam quedam inalterabilis locutionis ydemptitas diversibus temporibus atque locis. Hec cum de comuni consensu multarum gentium fuerit regulata, nulli singolari arbitrio videtur obnoxia, et per consequens nec variabilis esse potest. Adinvenerunt ergo illam ne, propter variationem sermonis arbitrio singulorum fluitantis, vel nullo modo vel saltim imperfecte antiquorum attingeremus auctoritates et gesta, sive illorum quos a nobis locorum diversitas facit esse diversos.*

IX. 11. Daqui se puseram em movimento os inventores da **arte da gramática**: a qual **gramática** não é outra coisa que uma certa identidade da língua inalterável em diferentes tempos e lugares. Essa, tendo recebido suas regras do consenso geral de muitas gentes, não parece sujeita a nenhum arbítrio individual, e por consequência não pode ser variável. Foi então inventada para que, por causa da variação da linguagem, flutuante ao arbítrio dos indivíduos, tivéssemos condição de aproximarmos de algum modo, ainda que imperfeitamente, às autoridades e às gestas dos antigos, assim como daqueles que a diversidade dos lugares torna diferente de nós.

---

<sup>86</sup> No *Convívio*, tratado escrito em italiano, Dante afirma a superioridade do latim sobre o vulgar. É interessante perceber esse jogo entre o tratado em latim que afirma a superioridade do vulgar e o tratado em vulgar que afirma a superioridade do latim.

Por ser uma invenção resultante do consenso de um grupo de pessoas e não depender ou estar sujeita à vontade individual, a gramática é uma expressão da língua inalterável no tempo e no espaço. Ela é, portanto, caracterizada por ser uma invenção, ter origem no consenso, não ser sujeita à vontade individual, ser inalterável em diferentes tempos e lugares. Sua criação foi motivada pela necessidade de acesso ao conhecimento produzido pelos antigos. Com ela, é possível também estabelecer contato com as realizações daqueles afastados no espaço. Ela é, enfim, uma forma de contornar a variação da linguagem.

No primeiro registro da expressão língua materna no tratado de Dante, essa expressão aparece como aposto de língua vulgar, logo, também em oposição à gramática:

VI. 2. *In hoc, sicut etiam in multis aliis, Petramala civitas amplissima est, et patria maiori parti filiorum Adam. Nam, quicunque tam obscene rationis est ut locum sue nationis delitiosissimum credat esse sub sole, hic etiam pre cunctis proprium vulgare licetur, idest maternam locutionem, et per consequens credit ipsum fuisse illud quod fuit Ade.*

VI. 2. Nesta coisa e em muitas outras, a mui extensa cidade de Petramala é a pátria para a maioria dos filhos de Adão. Pois ninguém, mesmo aquele dotado de uma vil razão, julga haver lugar mais delicioso sob o sol do que o lugar onde nasceu; mesmo a este, entre os demais, será lícito o uso da **língua vulgar**, isto é, **a língua materna**; e por isso cremos ter sido esta a que Adão utilizou.

A partícula latina *idest* (“isto é”) anteposta à expressão *materno locutio* indica que essa língua, a língua materna, é a língua vulgar, ou melhor, que língua vulgar e língua materna são nomeações que recobrem a mesma língua. Como existe uma divisão entre língua vulgar e gramática, já que língua materna é o mesmo que língua vulgar, há também uma divisão entre língua materna e gramática. Podemos fazer, assim, o seguinte confronto:

*Língua materna* = *Língua vulgar*: natural, primeira utilizada, usufruída por todos, dividida em pronúncias e vocábulos, aprendida por imitação e por hábito, sem regras, na infância.

*Gramática*: artificial, segunda utilizada, dominada por poucos, composta de regras e arte, aprendida por estudo, com regras, por um longo período de tempo.

É interessante perceber que a língua materna foi a língua falada pelo primeiro homem. Para Dante, inclusive, embora a “escritura sacratíssima” (*sacratissima scriptura*) afirme que a mulher foi a primeira a falar, o ato de tamanha importância que é a primeira fala não poderia ser realizada pela mulher, mas pelo homem. Vemos aí a língua materna ser relacionada ao lugar de nascimento<sup>87</sup> (*locum sue nationis*). Se a língua materna, como língua vulgar, é *natural, utilizada por todos, usufruída por todos, dividida em pronúncias e vocábulos, aprendida por imitação e por hábito, sem regras, na infância*, contrapondo-se, assim, ao caráter artificial e inalterável da gramática, ela também está ligada a um lugar de nascimento, sendo marcada por uma dimensão local.

No final do primeiro livro do *De vulgari eloquentia*, a expressão *materno vulgare* aparece em contraposição à locução *curiale vulgare*:

XIV. 7. *Inter quos omnes unum audivimus nitentem divertire a materno et ad curiale vulgare intendere, videlicet Ildebrandinum Paduanum.*

XIV. 7. Dentre estes, somente um vimos que procurava se afastar da **língua materna** e mirar a um **vulgar curial**: Aldobrandino de Pádua.

Se a língua vulgar é mais nobre que a gramática, há vulgares mais nobres que outros. Há o vulgar e há o vulgar que é ilustre, cardinal, áulico e curial. É justamente esse vulgar que, de acordo com Dante, está em cada cidade italiana ainda que não pertença a nenhuma em particular:

XVI. 6. *Itaque, adepti quod querebamus, dicimus illustre, cardinale, aulicum et curiale vulgare in Latio quodomnis latie civitatis est et nullius esse videtur, et quo municipalia vulgaria omnia Latinorum mensurantur et ponderantur et comparantur.*

XVI. 6. Alcançamos então o que queríamos: definimos na Itália o **vulgar ilustre, cardinal, áulico e curial** o que está em cada cidade italiana, e não parece pertencer a nenhuma, e com base no qual todos os vulgares municipais dos Italianos são medidos, ponderados e comparados.

---

<sup>87</sup> Etimologicamente, nação vem do latim *natio, natus*, que significa “nascido”. Dessa forma, no nível etimológico, nação e nascimento se sobrepõem por remeter ao mesmo vocábulo latino.

Se de um lado há uma divisão entre língua vulgar e gramática, entre gramática e língua materna, de outro se divide a realidade linguística entre vulgares municipais e o vulgar que é ilustre, cardinal, áulico e curial. O vulgar ilustre, cardinal, áulico e curial é medida dos vulgares municipais:

*XVIII. 1. Nam sicut totum hostium cardinem sequitur ut, quo cardo vertitur, versetur et ipsum, seu introrsum seu extrorsum flectatur, sic et universus municipalium grex vulgarium vertitur et revertitur, movetur et pausat secundum quod istud, quod quidem vere paterfamilias esse videtur. Nonne cotidie extirpat sentosos frutices de ytalica silva?*

XVIII. 1. Como de fato a porta inteira segue o fulcro e, quando esse gira, ela também gira no mesmo sentido, de modo a dobrar-se para fora ou para dentro, assim o inteiro rebanho dos vulgares municipais vira-se e torna a virar-se, move-se e pára, de acordo com as ordens desse, que se mostra como um verdadeiro chefe de família. Porventura, não arranca todos os dias os arbustos espinhentos da selva itálica?

Os vulgares municipais movimentam-se segundo o vulgar ilustre. Esse vulgar é cardinal justamente por funcionar como um eixo em torno do qual se movimentam os vulgares municipais. Segundo Dante, o que faz com o vulgar seja chamado de ilustre é o fato de irradiar luz sobre os poetas e resplandecer a luz que recebe deles. Na verdade, de acordo com Rosier-Catach (2011), o vulgar ilustre, tal como significado no *De vulgari eloquentia*, é uma realidade que se constrói a partir das produções excelentes dos melhores poetas, aqueles que conseguiram se afastar da língua materna. O epíteto de áulico é dado ao vulgar ilustre por ele ser a língua da corte, a língua dos palácios, uma casa comum de todo o reino e alta governadora de todas as partes, “qualquer coisa que é de modo tal a ser comum a todos sem ser própria de ninguém” (*quicquid tale est ut omnibus sit comune nec proprium ulli*). Como explica Dante, todos aqueles que frequentam os palácios reais falam sempre o vulgar ilustre. Esse vulgar apresenta, portanto, uma função potencialmente política, representando um poder centralizador. Por fim, Dante define curial como regra bem pesada das ações a serem cumpridas. Dessa forma, o vulgar ilustre é curial por ter sido “pesado na mais excelente cúria dos italianos” (*in excellentissima Ytalorum curia sit libratum*), uma cúria dispersa fisicamente, haja vista que a Itália não possuiria a pessoa

única do Príncipe. Como afirma Bartolini Salimbeni (2009), não se deve tomar cúria no sentido atual de órgão relacionado com a Igreja, mas como municípios, regiões e estados laicos. No *De vulgari eloquentia*, segundo Rosier Rosier-Catach (2011), enquanto o epíteto de áurico remete ao signo do poder político, a alcunha de curial remete ao conjunto de pessoas e funções que rondam o soberano e o ajudam a governar. O vulgar ilustre de que trata Dante é um projeto de construção do vulgar italiano, formado a partir de todos os vulgares municipais da Itália, mas sem corresponder a nenhum em particular, uma língua reconstruída por meio da razão:

*XVI. 1. Postquam venati saltus et pascua sumus Ytalie, nec pantheram quam sequimur adinvenimus, ut ipsam reperire possimus rationabilius investigemus de illa ut, solerti studio, redolentem ubique et necubi apparentem nostris penitus irretiamus tenticulis.*

XVI. 1. Depois que caçamos pelos bosques e pastagens da Itália e não encontramos a pantera que estamos perseguindo, para podermos encontrá-la indagamos com meios mais racionais, para que, com um atento empenho, possamos capturar totalmente com nossos laços aquela que exala em todos os lugares seu perfume, mas que em nenhum lugar aparece.

### 3.3.2 Nicolau de Oresme

Nicolau de Oresme (1320-1382) é um nome famoso no domínio da matemática e das ciências da natureza<sup>88</sup>. Para nós, ele é nome importante por ter sido um dos maiores tradutores na corte de Carlos V da França. Como nos alerta Lusignan (1987), é possível encontrar nos prefácios das traduções patrocinadas por Carlos V ricas reflexões sobre a distância entre o latim e o francês e sobre a capacidade da língua vernácula de se elevar ao

---

<sup>88</sup> Enquanto mestre na Universidade de Paris, Oresme associou-se a Jean Buridan, reitor da Universidade, numa séria tentativa de exame e modificação da ciência aristotélica. Concentrando-se na mecânica dos corpos em movimento, a obra de ambos assinalou um importante passo em direção aos futuros progressos de Da Vinci, Copérnico e Galileu. Oresme também escreveu um tratado sobre moeda, que teve grande influência sobre a teoria econômica do final da Idade Média. Exonerou-se da Universidade para tornar-se cônego e depois deão de Rouen, antes de ser nomeado capelão de Carlos V. Em 1377 foi nomeado bispo de Lisieux. Cf. H.R Loyn, 1997.

nível de língua de cultura. Em 1361, como parte do grande empreendimento de traduções de obras antigas na corte francesa no século XIV, Nicolau de Oresme transpõe para o francês as *Éticas*, de Aristóteles. No prólogo desse trabalho, Nicolau de Oresme emprega a expressão *langage commun et maternel*:

*Et pour certain, translater telz livres en françois et baillier en françois les arts et les sciences est un labour moult proffitable, car c'est un langage noble et commun a genz de grant engin et de bonne prudence. Et comme dit Tullies en son livre de Achadémiques, les choses pesantes et de grant auctorité sont delectables et bien agreables as genz ou langage de leur país ; et pour ce dit-il ou livre dessus dit et en plusieurs autres contre l'opinion d'aucuns, que c'estoit bien de translater les sciences de grec en latin et de les baillier et traiter en latin. Or est il ainsi que pour le temps de lors, grec estoit en regart de latin, quant as Romains, si comme est maintenant latin en resgart de françois quant a nous. Et estoient pour le temps les estudiants introduiz en grec et a Romme et aillieurs, et les sciences communelment bailliees en grec ; et en ce pays, le **langage commun et maternel c'estoit latin**. Doncques puis-je bien encore conclure que la considération et les propos de nostre bon roi Chales V est a recommander qui fait les bons livres et excellents translater en françois.*<sup>89</sup>

E por certo, traduzir tais livros em francês e exercer em francês as artes e as ciências é um trabalho muito profícuo, pois é uma língua nobre e comum à gente de grande engenho e de boa prudência. E como diz Cícero em seu livro *Acadêmicas*, as coisas sérias e de grande autoridade são deleitáveis e bem agradáveis às pessoas ou à língua de seu país, e por causa disso, ele fala no livro acima e em vários outros, contra a opinião de alguns, que seria melhor traduzir as ciências do grego para o latim e exercê-las em latim. Ora, era assim nos tempos de então, o grego estava no lugar do latim para os romanos, assim como agora está o latim face ao francês para nós. E estavam nesse tempo os estudantes introduzidos no grego em Roma e em outros lugares e as ciências comumente exercidas em grego; neste país, **a língua comum e materna era o latim**. Então, posso ainda concluir que a consideração e o propósito do nosso bom rei Carlos V é de recomendar que se façam bons livros e excelentes traduções em francês.

Há algo de original no uso que Nicolau de Oresme faz da expressão língua materna e que não reside no fato de dotar o francês da expressão *langage maternel*. Pela primeira vez, desde que Guiberto de Nogent estabelece a diferença entre latim e todas as outras línguas, reunidas sob o rótulo de *sermo maternus*, a nomeação língua materna recai sobre o latim. O latim é chamado de língua materna na língua chamada de língua materna em latim. Realiza-se uma quebra na oposição língua materna *versus* latim. Se o latim pode

---

<sup>89</sup> Retirado de Jacques Monfrin, *Humanisme et Traductions au Moyen Âge*, 1963, p. 175-176.

ser nomeado língua materna, essa oposição é desnaturalizada. É possível enxergar por detrás dessa desnaturalização a disputa pelo lugar de língua de cultura.

É interessante perceber que, enquanto língua materna, no sentido que o termo tem hoje, o latim era chamado língua da pátria. Ele passa a ser chamado língua materna quando já não é mais língua materna de ninguém; e o francês, quando ainda não é língua materna de quase ninguém. Nomear o latim língua como língua materna e afirmar a nobreza do francês, defendendo sua elevação ao nível de língua de cultura, é mostrar que esses lugares não são fixos, que o funcionamento das línguas pode mudar.

Nicolau de Oresme afirma que o francês é “uma língua nobre e comum à gente de grande engenho e de boa prudência”. Em virtude dessa nobreza, “traduzir tais livros em francês e exercer em francês as artes e as ciências é um trabalho muito profícuo”. Para o tradutor, tanto as artes quanto as ciências podem ser realizadas na língua francesa. Se as artes e as ciências podem ser realizadas em francês, não há razão para que o francês não se torne a língua das artes e das ciências, isto é, uma língua de cultura. Para defender essa tese, Nicolau de Oresme evoca a autoridade das palavras de Cícero. De acordo com o tradutor, Cícero teria dito nas suas *Acadêmicas* que “as coisas sérias e de grande autoridade são deleitáveis e bem agradáveis às pessoas ou à língua de seu país” e também que “seria melhor traduzir as ciências do grego para o latim e exercê-las em latim”. Para defesa do francês como língua de cultura, Nicolau de Oresme também evoca um dado histórico. No tempo de Cícero, diz o tradutor, os “estudantes” estavam “introduzidos no grego em Roma e em outros lugares e as ciências comumente exercidas em grego; neste país, a língua comum e materna era o latim”.

Como há havíamos adiantado, o latim é nomeado língua comum e materna. Essa nomeação, no entanto, apesar de recair sobre o latim, parece estar antes ligada a um país, Roma. Da maneira como está formulada, a sentença “neste país, a língua comum e materna era o latim” associa uma língua a um país, ou mais precisamente, uma língua comum e materna a um país. Para cada país, uma língua comum e materna. Em Roma, a língua comum e materna era o latim, mas, como observa Nicolau de Oresme, embora

tivessem o latim como língua comum e materna, a língua do saber letrado era o grego. Vemos aí ainda uma divisão entre língua materna e língua de cultura. É possível, entretanto, perceber um deslocamento na identificação da língua de cultura: a língua de cultura não é mais necessariamente o latim. Se há uma quebra na oposição língua materna *versus* latim, não parece haver, no entanto, um rompimento com a divisão entre língua materna e língua de cultura. A realidade linguística continua a ser organizada dessa maneira, isto é, a partir da divisão entre língua materna língua e língua de cultura. Por outro lado, essa divisão passa a ser situada em relação a um país e a um momento histórico. Na Roma do tempo de Cícero, a língua comum e materna era o latim e a língua de cultura era o grego. Na França do tempo de Nicolau de Oresme, a língua comum e materna era o francês e a língua de cultura era o latim.

Antes língua comum e materna, o latim passa a ser língua de cultura. Abre-se, portanto, a possibilidade de uma língua materna poder se elevar ao nível de língua de cultura. De acordo com Nicolau de Oresme, para elevar o latim ao nível de língua das ciências, foi necessário traduzir as ciências do grego para o latim e exercê-las em latim, o que só foi possível, por sua vez, graças ao fato de terem sido elas, as ciências, bem agradáveis e deleitáveis à língua comum e materna das pessoas de Roma, o latim. De maneira semelhante, como, segundo Nicolau de Oresme, o francês é uma língua nobre e comum de pessoas de grande engenho e prudência, assim como ocorreu como o latim, que recebeu as ciências do grego e atingiu a condição de língua de cultura, o francês também pode receber as ciências do latim e atingir a condição de língua de cultura. Para tanto, seguindo os mesmos caminhos ditados por Cícero, Nicolau de Oresme recomenda “se façam bons livros e excelentes traduções em francês”.

O exercício da tradução age no desenvolvimento da língua materna para atingir o nível de língua de cultura. Por meio da prática da tradução, foi possível a passagem histórica do saber do mundo grego ao mundo latino e a conseqüente promoção do latim ao estado de língua das ciências. É também por meio da prática de tradução que Nicolau de Oresme procura transferir o saber do mundo latino para a França e elevar a língua francesa

ao nível de língua das ciências. É interessante perceber que, Para Nicolau de Oresme, o conhecimento ocidental nasce na Grécia, sendo transportado para Roma e, na etapa seguinte, para a França. Nesse caminho, a língua materna funciona como uma espécie de receptáculo do conhecimento recebido por meio do trabalho de tradução. O conhecimento da língua das ciências é transferido para a língua materna de um país. Além de receptáculo, a língua materna é também tomada como aquela em que o conhecimento transferido passa a ser exercido. Após a transferência do conhecimento da língua das ciências para a língua materna de um país, começa-se a exercer na própria língua materna o conhecimento transferido. Fecha-se o ciclo com a língua materna alcançando a posição de língua das ciências, de língua de cultura. Ser língua de cultura é atingir um modo de existência para além dos limites de um país. No tempo de Cícero, o grego era a língua das ciências justamente por organizar a vida intelectual além das fronteiras da Grécia. Nesse momento, segundo as estratégias de nomeação de Nicolau de Oresme, estando circunscrito aos limites de Roma, o latim é identificado como língua comum e materna. Já no tempo de Nicolau de Oresme, a língua das ciências não é mais o grego, mas o latim, pois é o latim a língua empregada em escala internacional. A língua materna é assim marcada por um caráter local. Dessa forma, quando Nicolau de Oresme sustenta uma divisão entre língua materna e língua de cultura, o que está em jogo é a relação entre o que é local e o que é universal, o que é comum a um país e o que é comum a vários países.

Em 1488, posteriormente ao falecimento de Nicolau de Oresme, em 1482, o ateliê de Antoine Vérard prepara um volume híbrido da tradução do texto de Aristóteles realizada por Nicolau de Oresme. Nesse volume, híbrido porque fica no meio caminho entre manuscrito e impresso, mantém-se o texto integralmente, tal como traduzido por Nicolau de Oresme, com poucas mudanças de ortografia. No entanto, no lugar de *langage commun et maternel*, escreve-se *langaige commun et naturel*, substituindo-se *materno* por *natural*:

*Et pour certain, translater telz livres en françois et baillier en françois les arts et les sciences est un labour moult proffitable, car c'est un langage noble et commun a genz de grant engin et de bonne prudence. Et comme dit Tullus en son livre de Achadémiques, les choses pesantes et de grant auctorité sont delectables et bien agreables as genz ou langage de leur païs ; et pour ce dit-il ou livre dessus dit et en pluseurs autres contre l'opinion d'aucuns, que c'estoit bien de translater les sciences de grec en latin et de les baillier et traicter en latin. Or est il ainsi que pour le temps de lors, grec estoit en regart de latin, quant as Romains, si comme est maintenant latin en resgart de françois quant a nous. Et estoient pour le temps les estudiantz introduiz en grec et a Romme et ailleurs, et les sciences communement bailliees en grec ; et en ce pays, **le langage commun et maternel c'estoit latin**. Doncques puis-je bien encore conclure que la considéracion et les propos de nostre bon roi Chales V est a recommander qui fait les bons livres et excellents translater en françois.*

*Et pour certain translater telz livres en francoys et bailler en francoys les ars et les sciences est Ung labour moult pfitable car cest Ung langaige noble et commun a gens de grant engin et de bonne prudence Et comme dit tullus en son livre de chademiques les choses pesantes et de grant auctorite sont selectables et bien agreables a gens ou langaige de leur pays Et pour ce dit ou livre dessus dit en plusieurs autres contre l'opinion daucuns que cestoit bon de translater les sciences de grec en latin et de les bailler et traictier en latin Or est il ainsy que le temps de lors grec estoit au regart de latin quant aux rommains si comme est maintenant latin au resgart du francois quant a nous Et estoient pour le temps les estudians introduiz en grec a romme et ailleurs et les sciences communemēt bailliees en grec et en ce pays **le langaige commun et naturel cestoit latin** doncqs puis ie bien encore conclure que la cōsideracion et le propos de nostre bon roy charles est a recommander q̄ fait les bons livres et excellens translater en francois.<sup>90</sup>*

### 3.3.3 François Rabelais

Nascido no final do século XV na França, François Rabelais tem entre suas maiores realizações a criação do personagem Pantagruel, suposto filho do gigante Gargantua, herói bem conhecido das narrativas na época. As aventuras do filho do gigante ganham vida em 1532, quando, com o pseudônimo de Alcofribas Nasier, para fugir da perseguição dos teólogos da Sorbonne, Rabelais lança *Pantagruel, Roy des Dipsodes, restitué à son naturel avec ses faicts et prouesses espoventables, composéz par feu M.*

<sup>90</sup> *Les Ethiques en françois, traduites par Nicolas Oresme*. Texto editado por Antoine Vérard em 1488. Manuscrito disponibilizado pelo Departamento de Livros Raros da Biblioteca Nacional da França na página eletrônica <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k109464g>>.

*Alcofribas, abstracteur de Quinte Essence* (“Pantagruel, Rei dos Dipsodos, restituído ao natural com seus feitos e proezas espantosos, composto pelo finado Sr. Alcofribas, abstraidor de Quintessência”). Nessa obra, são narrados o nascimento, a infância e a educação humanista de Pantagruel. No capítulo IX, intitulado *Comment Pantagruel trouva Panurge lequel il ayma toute sa vie* (“Como Pantagruel encontrou Panurge, a quem amou por toda vida”), somos apresentados ao companheiro de Pantagruel nas aventuras e críticas à cultura medieval, Panurge, falante de treze línguas, entre elas o francês, sua língua *langue naturelle et maternelle*.

Ao se deparar com Panurge, Pantagruel lhe pergunta quem é ele, de onde vem, para onde vai, o que quer e qual seu nome. Panurge, diz Rabelais, lhe responde em “língua germânica” (*langue Germanique*), na verdade um bando de palavras amontoadas que não dizem nada e sequer constituem uma frase. Sem entender as tagarelices de Panurge, Pantagruel lhe pede para falar “outra linguagem” (*aultre langaige*). A resposta, alguns nomes próprios em chinês, soa incompreensível. No estilo da sátira rabelaisiana das enumerações e listas enciclopédicas, a cada investida de Pantagruel, Panurge lhe responde em uma língua diferente: italiano, escocês, basco, jargão oriental<sup>91</sup>, holandês, espanhol, dinamarquês, hebraico, grego e latim. Já sem paciência, Pantagruel pergunta Panurge se ele sabia falar *Françoys*. Panurge responde:

*Si faictz tres bien Seigneur, Dieu mercy. C'est ma langue naturelle, et maternelle, car je suis né et ay nourry jeune au jardin de France, c'est Touraine.*<sup>92</sup>

Muito bem, Senhor, pela graça de Deus. É minha **língua natural e materna**, pois eu nasci e fui educado no jardim da França, em Touraine.

Por nascer e ser educado na primeira parte da vida na França, Panurge atribui ao francês o título de *língua natural e materna*. Dessa forma, na constituição dos sentidos de língua materna, é possível ver a associação de uma língua a um território. Ela é a língua de onde se nasce, a língua de uma nação. A língua materna não está sendo definida por

<sup>91</sup> Na verdade, uma lista de palavras em chinês com nomes de lugares.

<sup>92</sup> *Pantagruel, Roy des Dipsodes, Restitué à son naturel avec ses faictz et prouesses espouventables*. Texto editado por Françoise Joukovsky, 1993. p. 73.

oposição apenas ao latim, mas também ao italiano, escocês, holandês, espanhol, dinamarquês, línguas que carregam no nome a marca das nações europeias que começam a se formar desde a Idade Média. A oposição entre língua materna e latim é substituída pela oposição entre língua materna e as línguas de outros territórios. A obra de Rabelais nos mostra uma territorialização da língua materna. Os sentidos de língua materna passam a tomar forma em relação aos contornos do território, equilibrando-se na tensão entre o que é de fora e o que é de dentro.

### 3.3.4 Ordenanças de Francisco I

A partir do século XV, na França, a expressão língua materna passa a aparecer nos textos de lei. Na passagem de uma justiça oral e local, característica da Idade Média, a uma justiça nacional e escrita, no quadro do Estado nacional, as Ordenanças francesas de Montil-les-Tours (1454), Moulins (1490), Villers-Cotterêts (1539) impõem que as operações jurídicas sejam postas por escrito em francês. O artigo 101 da Ordenança de Moulins abole “em todo o país de língua d’oc” (*en tout le pays de Languedoc*) o emprego do latim nas transcrições determina que elas sejam redigidas “por escrito em linguagem francesa ou materna” (*par escrit en langage François ou maternel*). Por sua vez, a Ordenança de Villers-Cotterêts exige que todos os procedimentos jurídicos sejam “registrados e emitidos às partes em linguagem materna francesa e não de outra forma” (*enregistrés et délivrés aux parties en langage maternel françois et non autrement*):

*Et pour ce que telles choses sont souvent advenues sur l’intelligence des mots latins contenus esdits arrests, nous voulons d’oresnavant que tous arrests ensemble toutes autres procédures, soient de nos cours souveraines et autres subalternes et inférieures, soient de registres, enquestes, contracts, commissions, sentences, testaments, et autres quelconques, actes et exploictz, de*

E porque tais coisas sempre acontecem na inteligência das palavras latinas contidas nos despachos, queremos doravante que todos os despachos, todos os outros procedimentos, seja de nossas cortes soberanas e outras subalternas e inferiores, seja de registros, inquéritos, contratos, comissões, sentenças, testamentos e quaisquer outros atos e ações da justiça, sejam pronunciados, registrados e

*justice, ou qui en dépendent, soient prononcés, enregistrés et délivrés aux parties en langaige maternel françois et non autrement.*<sup>93</sup> emitidos às partes em **linguagem materna francesa** e não de outra forma.

O uso da expressão língua materna nesses textos é sintomático das razões para a gramatização massiva das línguas no Renascimento. Por meio da intervenção dos Estados nacionais, os vernáculos emergentes na Idade Média, identificados nesse período sob o rótulo geral de *materna lingua*, passam a assumir os espaços antes reservados ao latim. Com efeito, segundo Colombat, Fournier e Puech (2010), os Estados nacionais tomam decisões que visavam delimitar novos espaços para os vernáculos, instituí-lo como língua comum, regulando-os. Disso são exemplos as Ordenanças de reforma da justiça promulgadas na França por ordem de Francisco I. De acordo com os autores, a interpretação da Ordenança de Villers-Cotterêts coloca questões difíceis, pois trata de tornar obrigatório em todos os atos do reino o uso da *langaige maternel françois*, sendo que, no entanto, em 1539, data da promulgação do texto, o francês não é a língua materna de todos os sujeitos do reino, mas, na verdade, de apenas uma minoria. Na identificação dos súditos com a língua do Rei, sobrepõe-se a língua materna à língua nacional, sobreposição essa que não é uma realidade para todos os falantes do território.

O funcionamento da expressão língua materna nesses textos de lei nos aponta o movimento de início dos Estados modernos – cujo aparelho administrativo se sustenta por uma ideologia jurídica estreitamente vinculada à escrita. Para ser uma língua do Estado, é necessário prover a língua materna de escrita. Provida de escrita, a língua materna passa a se relacionar de uma maneira diferente com o latim, assumindo espaços até então exclusivos a esse último. Essa virada, que vai se estabelecer no Renascimento, é justamente o que leva à gramatização dos vernáculos, como afirma Auroux (1992).

---

<sup>93</sup> *Recueil général des anciennes lois françaises, depuis 420 jusqu'à la révolution de 1789*. Tomo XII. Editado por Decrusy, Isambert e Armet, 1828, p. 622-623.

### 3.3.5 Dicionários de língua francesa

Publicado em 1694, o *Dictionnaire de l'Académie Française* é um dos primeiros dicionários monolíngues de que se tem notícia, criando-se, assim, a partir dele uma tradição de dicionários monolíngues não apenas na França, mas em todo o Ocidente. Nessa obra, a língua é definida como “idioma, termos e formas de falar de que se serve uma nação” (*Idiome, termes & façons de parler dont se sert une nation*). Fala-se em “língua viva” (*Langue vivante*), “uma língua que todo um povo fala” (*Une langue que tout un peuple parle*), “língua morta e gramatical” (*Langue morte & grammaticale*), “aquela que um povo falou, mas que está em uso apenas nos livros” (*celle qu'un peuple a parlé, mais qui n'est par en usage que dans les livres*). Fala-se ainda em “a santa língua” (*La Langue Sainte*), “a língua grega” (*La Langue Grecque*), “a língua latina” (*La Langue Latine*), “a língua francesa” (*La Langue Française*), “línguas orientais” (*Langues Orientales*), “uma bela língua, uma língua abundante, rica, segunda, língua estéril, pobre, rude, bárbara, enérgica, forte, língua austera, pomposa, língua matriz, língua primitiva, original” (*une belle langue, une langue abondante, riche, seconde, langue sterile, pauvre, rude, barbare, energique, forte, langue grave, pompeuse, langue matrice, langue primitive, originale*).<sup>94</sup>

No verbete língua, não se encontra a expressão língua materna. Essa expressão vai ser encontrada no verbete *Maternel, ELLE*:

*MATERNEL, ELLE. adj. Qui est de mere, qui est naturel à une mere. Amour maternel, affection maternelle.*

*On appelle, Costé maternel, La ligne de parenté du costé de la mere, Parents maternels, biens maternels. Les parents, les biens du costé de la mere. Et, Langue maternelle, La langue du pays où on est né.*<sup>95</sup>

*MATERNAL, A. ad. Que é da mãe, que é natural a uma mãe. Amor materno, afeto materno.*

Chama-se lado *materno*, a linha de parentesco do lado da mãe, *parentes maternos, bens maternos*. Os parentes, os bens do lado da mãe. E *Língua materna*, a língua do país onde se nasceu.

<sup>94</sup> *Le dictionnaire de l'Académie française, dédié au Roy*. Tomo I. A-L, p. 629. Manuscrito da coleção *Archives de la linguistique française* da Biblioteca Nacional da França. Disponibilizado na página eletrônica <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k503971>>.

<sup>95</sup> *Le dictionnaire de l'Académie française, dédié au Roy*. Tomo II. L-Z, p. 45. Manuscrito da coleção *Archives de la linguistique française* da Biblioteca Nacional da França. Disponibilizado na página eletrônica <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50398c>>.

Materno é aquilo que pertence à mãe, descende da mãe. A língua materna, no entanto, embora posta dentro do verbete materno, é tomada como aquela *do país onde se nasceu*. Quanto à língua, o que é da mãe se dilui no que é do país, isto é, o que é da mãe se confunde com o que é do país.

Lançado em 1690, diferindo do *Dictionnaire de l'Académie Française* por sua orientação enciclopédica, o *Dictionnaire Universel*, de Furetière, também traz a expressão língua materna no artigo *maternel, elle*:

<i>On appelle la langue maternelle, la langue du pays où on a commencé à apprendre à parler. On dit qu'on avait appris à Montaigne le Latin avant sa langue maternelle.</i> <sup>96</sup>	Chama-se <i>língua materna</i> a língua do país onde se começou a aprender a falar. Diz-se que se havia ensinado a Montaigne o latim antes de sua <b>língua materna</b> .
---	---

Assim como se passa no *Dictionnaire de l'Académie*, o dicionário de Furetière liga a língua materna a um país. No dicionário de Furetière, no entanto, a língua materna não é definida tomada como aquela do país onde se *nasceu*, mas, antes, como aquela do país onde *se começou* a aprender a falar. Abre-se, inclusive, a possibilidade de aprender outra língua antes da língua materna, caso de Montaigne, a quem se teria ensinado latim “antes de sua língua materna”.

Dois séculos mais tarde, no *Dictionnaire général de la langue française*, publicado em 1887, no verbete língua, encontramos a seguinte definição:

<i>2º P. ext. Le langage parlé ou écrit propre à une nation, <b>La-maternelle</b>, celle du pays où on est né.</i>	<i>2º P. ext. A linguagem falada ou escrita própria de uma nação, <b>Ling-materna</b>, aquela do país onde se nasceu.</i>
--	---

Na mesma linha, o *Dictionnaire national*, publicação de 1847, também define a língua materna como “aquela do país onde se nasce”, com a diferença de nomeá-la também *língua natural*, além de estabelecê-la ao lado da *língua nacional*, embaralhando-as:

---

<sup>96</sup> Os trechos do *Dictionnaire Universel*, *Dictionnaire général de la langue française* e do *Dictionnaire national* são tomados de Pierre Boutan, 2003.

*Langue naturelle ou maternelle. Celle du pays où l'on est né, par opposition à Langue étrangère, qui est celle d'un autre pays. || Langue nationale. Celle que parle généralement une nation. Se dit aussi par opposition à Langue étrangère et aux différents dialectes qui se parlent dans une même nation.*

*Língua natural ou materna.* Aquela do país onde se nasceu, por oposição à língua estrangeira, que é a de um outro país. || *Língua nacional.* Aquela que uma nação fala geralmente. Diz-se também por oposição à língua estrangeira e aos diferentes dialetos que se falam dentro de uma mesma nação.

A língua materna é definida pela relação com país onde se nasce e por oposição às línguas de outros países. Ela confunde-se com a língua nacional, também definida pela relação com um país e por oposição às línguas de outros países. Como a língua nacional ainda se opõe aos chamados dialetos, as outras línguas faladas no mesmo país, na mistura entre língua materna e língua nacional, a língua materna acaba também por se opor aos dialetos. Na diferença de nomeação entre língua e dialeto há uma questão de legitimidade. A língua é a língua de Estado. O que não é língua de Estado é dialeto. Por sua vez, a língua materna pode ser língua ou dialeto. Quando língua acolhida pelo Estado, a língua materna é também a língua nacional. A sobreposição entre língua materna e língua nacional funciona apenas em uma única direção, pois, enquanto a língua do Estado é também a língua materna (de alguns, embora se crie a ilusão de que seja de todos), nem sempre a língua materna é também a língua do Estado. Essa sobreposição torna-se mais tensa quando entra em cena um dos braços do Estado, a escola, e com ela, o ensino de língua.

No verbete *langue maternelle* escrito por Michel Bréal para o *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire* (1878-1887), é possível ler :

*On appelle ainsi la langue que dans la première enfance nous apprenons de notre mère. Déjà les anciens avaient remarqué l'influence des femmes sur le langage de l'enfant, et pour le choix d'une nourrice ils recommandaient de tenir grand compte de sa prononciation. Par une distinction aussi fine que vraie, nous disons : la **langue maternelle**, tandis qu'on dit : la maison paternelle. L'enfant, quand il arrive à l'école, apporte avec lui cette **langue maternelle**, et c'est là un*

Chama-se assim a língua que na primeira infância nós aprendemos com nossa mãe. Já os antigos tinham observado a influência das mulheres sobre a linguagem da criança, e para a escolha de uma nutriz eles recomendavam levar em grande consideração sua pronúncia. Por uma distinção tão fina quanto verdadeira, dizemos: a **língua materna**, enquanto que se diz: a casa paterna. A criança, quando chega à escola, leva consigo essa **língua materna**, sendo essa um primeiro fundo sobre o qual o

*premier fond auquel l'instituteur attribuera avec raison une grande importance.*<sup>97</sup> instrutor atribuirá com razão uma grande importância.

Para Michel Bréal, a língua materna, embora aprendida na *casa paterna*, é produto da influência das mulheres sobre a linguagem da criança, sendo, portanto, materna a língua que, logo na primeira infância, se aprende com mãe. A língua materna é um objeto que deve ser observado com atenção pela escola. Ela não é a língua da escola, embora seja com ela que a criança chega à escola. Para Bréal, por ter sido o francês ensinado durante muito tempo como uma língua morta, criou-se um conflito entre escola e língua materna:

*Pendant longtemps on a trop enseigné le français comme une langue morte. Et pourtant l'enfant a employé des substantifs, des verbes, des pronoms avant de franchir le seuil de l'école. [...] On doit avant tout tirer de l'enfant ce qu'il sait; c'est alors un plaisir pour lui de voir que la grammaire n'est pas une chose nouvelle qu'on lui apporte du dehors, mais qu'il la pratique depuis longtemps de lui-même.* Durante muitíssimo tempo o francês foi ensinado como uma língua morta. E, no entanto, a criança empregou substantivos, verbos, pronomes antes de ultrapassar o limiar da escola. Deve-se antes de tudo tirar da criança o que ela sabe; é então um prazer para ela ver que a gramática não é uma coisa nova que lhe foi fornecida de fora, mas que ela a pratica desde muito tempo por si própria.

Considerando que o francês é a língua da escola e que a língua materna é a língua com que se chega à escola, fica claro que língua materna e francês são tomados como elementos diferentes. Assim, se existe conflito entre língua materna e escola, podemos igualmente dizer que existe conflito entre língua materna e francês, já que esse último é a língua da escola. A solução das diligências, de acordo com Bréal, é fazer com que a prática de ensino de francês parta do conhecimento que as crianças têm de sua língua materna. A língua materna é, portanto, uma língua de partida, ela não é objeto de estudo da escola, mas, no máximo, um meio pedagógico de chegar ao objeto real da educação, quer dizer, o francês. Dessa forma, Bréal sugere toda sorte de “lições de língua materna” (*leçons de langue maternelle*) para que as crianças possam aprender o francês. As lições são de

---

<sup>97</sup> *Langue Maternelle, Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*. Michel Bréal, 1887, p. 1120-1122.

língua materna, mas o que se ensina é o francês. Por outro lado, não basta aprender o francês, é necessário também amá-lo:

*Ce n'est pas assez de faire apprendre la langue française à l'enfant : il faut la lui faire aimer. Le maître dira donc à l'occasion que notre langue a été la première que, au moyen âge, se soit dégagée du latin; que dès les XII<sup>e</sup> et le XIII<sup>e</sup> siècle on la parlait dans toute l'Europe, que nos vieux poèmes du moyen âge ont été traduits en toutes les langues, et que nos héros français, comme Roland, ont été populaires dans le monde entier; il parlera ensuite de l'éclat incomparable que notre littérature a jeté au XVI<sup>e</sup>, au XVII<sup>e</sup> et au XVIII<sup>e</sup> siècles; il rappellera que la langue française est devenue la langue de la diplomatie ainsi que de la société polie de tous pays, et il pourra ajouter qu'aujourd'hui encore tout homme cultivé s'applique à la parler.*

Não é suficiente fazer com que a criança aprenda a língua francesa: é necessário fazer com que ela a ame. O mestre dirá então quanto oportuno que nossa língua foi a primeira que, na Idade Média, se separou do latim; que desde os séculos XII e XIII era falada em toda Europa; que nossos antigos poemas da Idade Média foram traduzidos em todas as línguas; e que nos heróis franceses, como Roland, foram populares no mundo inteiro; ele falará em seguida do clarão incomparável que nossa literatura lançou nos séculos XVI, XVII e XVIII; ele lembrará que a língua francesa tornou-se a língua da diplomacia, bem como da sociedade polida de todos os países, e ele poderá acrescentar que hoje ainda todo o homem culto se aplica a falá-la.

O francês é definido a partir das razões pelas quais se deve amá-lo: ele foi a primeira língua que se separou do latim e deve ser amado por isso; ele é falado em toda a Europa e deve ser amado por isso; ele tem poemas traduzidos em todas as línguas, sendo, portanto, uma importante língua literária, e, além de ser uma língua de heróis reconhecidos no mundo inteiro, tornou-se a língua universal da diplomacia e das sociedades polidas, razões pelas quais ele torna-se merecedor do sentimento amoroso. Como se percebe, para Bréal, a língua francesa é aquela da cultura – incluída aí a cultura literária – e da diplomacia e, portanto, da política, pois a diplomacia é uma dimensão da política de um país. Note-se, assim, que o francês é tomado como língua internacional. Se o autor contrapõe língua materna à língua francesa, a língua materna pode ser definida como uma língua que não é da cultura nem da diplomacia, ou melhor, falando aquilo que Bréal silencia, podemos alegar que, para o autor, a língua materna não serve nem à cultura nem à diplomacia.

Para Bréal, a língua materna também deve ser amada. Para implantar o sentimento amoroso pela língua materna no coração das crianças, a escola deve utilizar as canções:

*Un moyen de faire aimer en même temps que de faire apprendre la **langue maternelle**, ce sont les chansons, qui doivent avoir une place importante à l'école, à condition que les paroles soient bien choisies et méritent d'être retenues. Le Jour où les élèves de toutes les régions de la France emporteront de l'école un certain nombre de chants partant d'une inspiration pure et élevée, un lien de plus aora été créé entre Français et la langue maternelle aura acerú son empire sur les coeurs.*

Um meio de fazer com que se aprenda e ao mesmo tempo se ame a **língua materna** são as canções, que devem ter um lugar importante na escola, com a condição de que as letras sejam bem escolhidas e mereçam ser retidas. O dia em que os alunos de todas as regiões da França pegarem da escola um certo número de canções partindo de uma inspiração pura e elevada, uma ligação a mais terá sido criada entre os franceses e a língua materna terá assegurada seu império sobre os corações.

No trecho acima, parece haver uma confusão entre língua materna e língua nacional. Já se havia dito que não é preciso ensinar a língua materna. Diz-se agora que é preciso aprender a língua materna. A língua materna que deve ser aprendida é o francês. Cria-se, no entanto, uma divisão entre o francês e a língua materna. A questão é, para alguns, o francês também é língua materna. Na verdade, a língua materna a ser amada é o francês. Lembremos que, para o autor, o estudo da língua materna é uma das tarefas da escola na medida em que essa língua funciona como um meio pedagógico de aprendizagem do francês. Dessa forma, quando Bréal, no trecho acima, alega que as canções servem ao aprendizado da língua materna, ele não está elegendo essa língua como a língua da escola, mas como língua a partir da qual se pode alcançar o francês: o que se ensina e se aprende é a língua francesa. Dessa forma, se fosse possível amar outra língua materna que não o francês, esse amor se justifica por um amor maior ainda pelo francês, isto é, não se ama a língua materna pelo o que ela é, mas em função de uma prática pedagógica orientada para o aprendizado da língua francesa:

*Il n'est pas surprenant que l'enseignement de la langue, pris dans toute son étendue et dans son vrai sens, se confonde avec l'éducation*

Não é surpreendente que o ensino da língua, tomado em todo seu entendimento e seu verdadeiro sentido, se confunda com a

*générale, puisque le langage est le principal instrument de communication entre les hommes, et puisque au moyen de la parole les générations sont solidaires les unes des autres. C'est ainsi que l'enseignement de la langue maternelle forme à la fois le commencement et le centre des études, et que le maître qui le donne dans son étendue en fait pour ses élèves le principal instrument de progrès.*

educação geral, já que a linguagem é o principal instrumento de comunicação entre os homens, e já que por meio da fala as gerações são solidárias umas com as outras. É assim que o ensino da **língua materna** forma a um só tempo o começo é o centro dos estudos, e que o mestre que o dá em seu estudo faça dele para seus alunos o principal instrumento de progresso.

A língua materna é uma ferramenta pedagógica. Nesse sentido, seu ensino até pode até ser tomado como o começo e o centro dos estudos da escola. No entanto, ainda que o ensino de língua seja aceito como “principal instrumento do progresso”, ele não é o progresso. Como se vê, a escola e as práticas de ensino estão participando do movimento de constituição de sentidos da língua materna. Por seu turno, escolas e práticas de ensino são intimamente relacionadas à organização de um poder central. Nesse ponto, encontramos a razão de a língua materna não ser apontada por Bréal como a língua da cultura e da diplomacia: ela foi preterida pelo poder central:

*Les petits Parisiens n'ont pas de patois à leur usage ; mais l'instituteur fera bien de leur citer de temps à autre quelques mots de ce genre, pour leur donner une idée plus juste de ces anciens dialectes : ils ne sont pas la corruption ou la caricature du français ; ce sont des idiomes non moins anciens, non moins respectables que le français, mais qui, pour n'avoir été la langue de la capitale, ont été abandonnés à eux-mêmes et privés de culture littéraire. Que nos enfants accueillent toujours avec affection ces frères déshérités du français !*

Os pequenos parisienses não têm o *patois* no seu uso, mas o instrutor fará bem de citar-lhes de vez em quando algumas palavras desse gênero, para lhes dar uma ideia mais justa dos antigos dialetos: eles não são a corrupção ou a caricatura do francês, são idiomas não menos antigos, não menos respeitáveis que o francês, mas que, por não terem sido a língua da capital, foram abandonados à própria sorte e privados de cultura literária. Que nossas crianças acolham sempre com afeição esses irmãos desafortunados do francês!

Bréal expõe um dos fantasmas da história da língua francesa, isto é, o uso e o tratamento político dos *patois*. Para o autor, os *patois* não são corrupção ou caricatura do francês, ao contrário, eles são tão antigos e respeitáveis quanto o francês, todavia, por não

terem sido a língua da capital, acabaram privados da cultura literária e abandonados à própria sorte, tornando-se assim “os irmãos desafortunados do francês”. Embora essa seja uma discussão particular à história da língua francesa, ela nos aponta algo mais geral: a relação entre língua materna e a língua associada a um poder central. Voltamos aqui ao que havíamos sinalizado: a diluição da mãe na terra de nascimento e a sobreposição entre língua materna e uma língua que é nacional.

### 3.3.6 *Vocabulário Portuguez e Latino, de Rafael Bluteau*

Situado entre os vocabulários bilíngues de origem renascentistas e os dicionários monolíngues modernos de português, o *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712/1728) é uma obra monumental da lexicografia portuguesa, conforme Verdelho (2002). Seu autor, o clérigo de família francesa Rafael Bluteau, tomando a expressão latina *patrius sermo*, define a língua materna como aquela que se fala na pátria, aprendida no seio familiar:

**Lingua materna.** A que se falla na patria, & que os pays ensinão a seus filhos. *Patrius Sermo, onis. Masc.* (Não he de crer que esta nossa **lingua materna**, que no berço aprendemos, &c. Barreto, Ortograph. Portugueza, pag. 24)

Bluteau oferece o *Vocabulário AO MUYTO ALTO E MUYTO PODEROSO REY DOM JOAÕ O QUINTO XXI. DOS NATURAES REYS DE PORTUGAL*. Ao longo das seis páginas que compõem essa dedicatória, podemos encontrar dois registros da expressão língua materna. Vejamos o primeiro:

Estava V. M. nas mantilhas da silenciosa idade, quando nos primeyros tomos deste Vocabulario, ajuntava a minha curiosidade palavras, que na bocca de V. M. se haviaõ de converter em oraculos; & como os homens, que só sabem o idioma, com que foraõ criados, sempre são meninos; com a bocca ao peyto da sua **lingoa materna**; para trofeo de eloquencia varonil, offereço a V. M. os melhores despojos do Lacio. Supposto isto, nestas folhas tem V. M. os retratos das vozes, comque os Ramanos se fizeraõ ouvir em todo o mundo, & comque os Portuguezes, são ouvidos em partes, a

onde não chegaraõ os Ramanos; mas nestes vocaes retratos há esta differença, q̄ a lingoa latina, já morta, he incapaz de augmento; & a Lingoa Portugueza, sempre viva, sempre vay tendo, para bem do Reyno, mayores progressos.

Bluteau apresenta como sua tarefa retratar as vozes da língua latina e da língua portuguesa. Como nos mostra Nunes (1996), o *Vocabulário* é elaborado dentro do esquema plurilíngue que vigorava nas obras do gênero. As entradas e as definições são apresentadas em português, seguidas da tradução em latim. No entanto, de acordo com Verdelho (2002), o latim é objeto de uma informação tão sumária e pouco significativa no conjunto da obra que o *Vocabulário* pode ser considerado essencialmente monolíngue. Na sua dedicatória, o próprio Bluteau contempla de maneira diferente o latim e o português. O primeiro, morto, “he incapaz de augmento”. O segundo, vivo, “sempre vay tendo, para bem do Reyno, mayores progressos”. Como se vê, o progresso da língua (portuguesa) é um benefício para o reino (de Portugal). A língua portuguesa é colocada como língua do reino de Portugal. Em meio a essas considerações sobre a língua com que “os Ramanos se fizeraõ ouvir em todo o mundo” e a língua com que “os Portuguezes, são ouvidos em partes, a onde não chegaraõ os Ramanos”, a língua materna aparece significada como *o idioma com que os homens são criados, o idioma de criação*, sentidos que, a princípio, podem deslizar para *idioma aprendido na infância*, ou para aproveitar as palavras de Bluteau, *o idioma da silenciosa idade*. Vejamos o segundo registro da expressão língua materna na dedicatória do *Vocabulário*:

Mas não quero julgar por trabalho, o que poderá ter a fortuna de merecer os aggrados de hum Monarcha tão magnificamente estudioso, que no thesouro da sua memoria accrecêtou ao cabedal da **lingoa materna**, o mais precioso do Erario Latino. Desta sorte, com a união dos ditos idiomas, terá V. M. nesta obra huma imagem das ideas de sua duplicada eloquencia, & nesta propria imagem veraõ os vassallos de V. M. as duas lingoas, Portugueza, & Latina, postas em paralelo, & com taõ exacta correspondencia dispostas, que qualquer delles, sufficientemente instruido nos rudimentos da Grammatica, poderá formar discursos, escrever cartas, & compor livros em latim com facilidade, & elegancia; e juntamente alcançará o genuino sentido de muytas palavras Portuguezas, difficultosas de entender, ou por serem termos proprios de sciencias, & Artes liberaes; & officios fabris; ou por serem tomadas do Latim, ou do Grego, mas já admittidas, & naturalizadas pelos melhores Escritores deste Reyno, como se pode ver nas citaçoens, com que procuro, grangearlhe a aceitação, que merecem, & fazer

publico, & commum a todos o uso, que dellas particularmente fizerão ao seu intento os seus primeyros Authores.

A língua latina é acrescentada ao “thesouro da sua memoria”, do qual já faz parte a “lingoa materna”. A língua materna é aquela que o tesouro do “Monarcha” já tem, enquanto a língua latina é aquela que se lhe acrescenta. O *Vocabulário* de Bluteau une dois idiomas, duas línguas, “postas em paralelo, & com taõ exacta correspondencia dispostas”, a língua portuguesa e a língua latina, a “lingoa materna” e “o mais precioso do Erario Latino”. De um lado a língua materna, de outro lado o latim. Por que unir uma à outra? De acordo com Bluteau, a “fecundidade, & elegancia das lingoas he huma eloquente demonstração da prosperidade das Monarchias”. Une-se o latim à língua materna para a prosperidade da monarquia portuguesa. Mas por que o latim e não outra língua? Porque “na grande afinidade do Portuguez com o Latim, se vé claramente, que o Lacio há de ser a fonte, & o thesouro mais propinquu, donde Portugal há de tirar as palavras, de que necessita. Por isso à Nação Portugueza, mais que a qualquer outra, lhe importa saber com perfeição o idioma Latino”. A língua portuguesa é identificada como língua materna e também como língua do reino de Portugal, como língua da Monarquia. A língua portuguesa é, portanto, a língua materna do reino de Portugal. Há aí, sem dúvida, uma coincidência entre língua materna, língua portuguesa, língua do reino de Portugal, língua do Rei de Portugal. Dada a afinidade reivindicada por Bluteau entre o português e o latim, embora a língua materna seja tomada como a que *já se tem* ao passo que a latina é a tomada como a que *é acrescentada*, isto é, *adquirida depois*, não se deve ver uma oposição entre língua materna e latim, entre língua portuguesa e língua latina. A relação é de proximidade, de origem. O emaranhado de sentidos que se constitui é este: *o latim é a origem da língua materna do reino de Portugal*<sup>98</sup>. A exemplo do que ocorreu com os demais vernáculos europeus, vemos aí que o latim é a alteridade linguística que serve de observatório para a instrumentação da língua materna do reino de Portugal.

---

<sup>98</sup> Vê-se aí que falar em língua materna e língua-mãe não é a mesma coisa. O latim é língua-mãe da língua portuguesa. A língua portuguesa é uma língua materna. São imagens diferentes. Significam diferentemente.

As palavras da língua latina podem ser naturalizadas na língua portuguesa. De acordo com Bluteau, as palavras tomadas do latim, ou mesmo do grego, são “admittidas, & naturalizadas pelos melhores Escritores deste Reyno”. A seleção e a legitimação das palavras que entram na língua portuguesa é obra dos escritores do reino de Portugal. A legitimidade linguística se dá através dos autores. Há aqui elementos para trabalhar os sentidos de língua materna. As palavras da língua latina são admitidas e naturalizadas em português por autores do reino de Portugal. E as próprias palavras portuguesas? Pelo procedimento de operar contrastes, podemos dizer que as palavras portuguesas são impostas e naturais. As palavras da língua materna são impostas e naturais. As palavras da língua latina podem ser admitidas e naturalizadas pelos autores, e aprendidas pelos leitores. Dessa maneira, a língua materna é significada como aquela que *já se tem naturalmente*. Ter naturalmente uma língua não é o mesmo que tê-la por completo. Ao falar sobre o valor dos dicionários, Bluteau afirma que esses instrumentos “são obras, não só uteis, mas precisas, assi a os que aprendem lingoas, como a os que já as sabem, porque nem estes as sabem totalmente, nem aquelles sem este Prompuario, & domestico auxilio, podem facilmente aprender as que não sabem”. As línguas não são sabidas totalmente por aqueles que as sabem. E isso é uma verdade tanto para a língua que já se sabe quanto para a(s) língua(s) aprendida(s). A divisão está instalada. Há língua materna. Há línguas aprendidas. A divisão pode ser de outra ordem, qual seja, entre aqueles que sabem a língua materna. Considerando a impossibilidade de saber por completo a língua materna, é possível, por outro lado, que alguns a saibam mais que outros?

O prólogo do *Vocabulário* é dedicado A TODO O GENERO DE LEITORES. Os leitores são divididos por Bluteau em várias categorias: benévolo, malévolo, impaciente, português, estrangeiro, douto, indouto, pseudocrítico, impertinente, mofino. Como já havia observado Nunes (1996), Bluteau formula para cada um desses leitores um discurso de aceitação para o dicionário. No momento em que se dirige ao leitor português, Bluteau mais uma vez faz uso da expressão língua materna:

A isto se acrescenta, que nem sempre os filhos da terra sabem melhor a sua lingoa. Pronunciarão, & cortarão melhor as palavras, sim; porque desde a infancia começarão a fallar a sua **lingoa materna**, & só nos annos mais tenros tem o orgão da voz a

flexibilidade precisa para a propria, & nativa articulação das palavras; circunstancia, que falta aos estranhos já adultos; porem estes mesmos com a curiosidade, & applicação podem adquirir mais noticias em huma lingoa, que os proprios naturaes della.

Como já havíamos mostrado, uma das formas como língua materna é significada no *Vocabulário* é como *o idioma de criação, o idioma aprendido na infância*. No trecho acima, a ligação entre língua materna e infância aparece de forma mais saliente. É possível também perceber a presença de novo elemento: a terra. De acordo com Bluteau, “nem sempre os filhos da terra sabem melhor a sua lingoa”. Eles, os filhos da terra, “desde a infancia começarão a fallar a sua lingoa materna”. Temos, assim, uma terra com filhos, portanto, uma terra que é mãe, e filhos da terra que falam uma língua materna desde a infância. Dessa forma, a língua materna é aquela falada desde a infância pelos filhos da terra mãe. É na infância, e apenas nela, que “tem o órgão da voz a flexibilidade precisa para a propria, & nativa articulação das palavras”. Essa flexibilidade precisa do órgão da voz é justamente o que “falta aos estranhos já adultos”. Ela é uma condição particular dos filhos da terra mãe para a aquisição da língua que se começa a falar desde infância, isto é, a língua materna. Tal condição não está mais disponível na vida adulta. Isso, no entanto, não impede que um adulto estrangeiro possa “adquirir mais noticias em huma lingoa, que os proprios naturaes della”. Pesam a favor dos “naturaes” da língua materna a flexibilidade precisa do órgão da voz e, na qualidade de “naturaes”, a terra de nascimento, pois a língua materna é a língua de uma terra mãe. Na falta desses elementos, os “estranhos já adultos” podem contar com a “curiosidade, & applicação”. As “noticias” que “estranhos já adultos” têm da língua materna dos “naturaes” se contrapõem ao saber que esses “naturaes” têm de sua língua materna. No *Vocabulário* de Bluteau, o vocábulo “notícia” é definido como “erudição”. Não se trata de um saber natural, mas de um saber metalinguístico. A “curiosidade, & applicação” permitem aos “estranhos já adultos” um saber *sobre* a língua materna dos “naturaes”. Falta-lhes, no entanto, o saber natural dessa língua. Se, no discurso de Bluteau, como sugerimos, se desenha a possibilidade de alguns saberem mais que outros a língua materna, no que se refere à disputa entre naturais e estrangeiros, somente quando o que está

em jogo é um conhecimento advindo da aplicação aos estudos é que os estrangeiros podem saber mais uma língua materna do que os naturais dessa língua<sup>99</sup>. Reforçam-se, assim, os sentidos da língua materna como *língua que se tem naturalmente*. Acrescentando-se a terra, uma terra que é mãe, a língua materna é significada como *língua que se tem naturalmente ao nascer em uma terra mãe*.

Quando se dirige ao leitor estrangeiro, rebatendo o pensamento linguístico da época segundo o qual “a lingoa Portugueza não he lingoa por si, como he o Francez, o Italiano, &c. mas lingoa enxocaca, & corrupçam do Castelhana, como os Dialectos ou lingoagens particulares das províncias, que são corrupçoens da lingoa, que se falla na Corte, & cabeça do Reino”, Bluteau afirma que todas as línguas têm “singulares excellencias, & cada nação lhe parece o seu idioma o melhor de todos”. Ao mesmo tempo em que argumenta a favor de uma certa relativização do nacionalismo linguístico, como afirma Verdelho (2002), Bluteau acaba por reforçar a ideia de que cada nação possui apenas uma única língua. Dessa forma, não entram na conta das línguas que são igualmente excelentes “os dialectos” ou as “lingoagens particulares das províncias”, dado que apenas “são corrupçoens da lingoa, que se falla na Corte, & cabeça do Reino”. Como se percebe, as línguas só são iguais quando são línguas da corte. Na verdade, segundo esse discurso, ser língua é ser língua da corte, é ser língua de um reino, é ser língua de uma nação. Uma vez que são identificadas como línguas apenas as línguas cujo modo de existência está ligado às práticas institucionais de uma nação, é fácil afirmar que cada nação tem apenas uma única língua, isto é, cada nação tem apenas uma única língua justamente porque só se encontra identificada como língua a língua que cumpre a função de língua de uma nação. Como *idioma de criação, idioma aprendido na infância, língua que se tem naturalmente ao nascer em uma terra*, a língua materna pode ser correspondida aos dialetos e às linguagens

---

<sup>99</sup> É preciso ver nessa valorização que Bluteau faz do saber sobre uma língua adquirida por meio dos estudos a condição de estrangeiro que escreve um *Vocabulário* de uma língua que não foi aprendida naturalmente e que quer ver legitimado seu trabalho perante os falantes naturais dessa língua. “Também he de se saber, que muitos Portuguezes, que pretendem reprovarme por estranho, são menos Portuguezes, do que eu”, diz Bluteau no prólogo ao leitor português. Segundo ele, tendo chegado ao reino de Portugal em 1668, “raro foi o dia” em que não aproveitou “de alguma noticia na lingoa Portugueza”. Como se vê, Bluteau se considera mais português que muitos portugueses por deter um saber maior sobre a língua portuguesa.

particulares da província. Por outro lado, como esses dialetos e essas linguagens particulares da província não são a língua da Corte e como a língua materna é tomada como a língua do reino, a língua materna deixa de corresponder aos dialetos e linguagens particulares da província. No entanto, como tanto os que falam dialetos e linguagens particulares das províncias quanto os que falam a língua da Corte estão dentro do Reino, já que a língua materna é a língua do reino, a língua materna é significada como língua de todos os habitantes do reino. Por ser da infância e por ser da terra, a língua materna é dita língua de todos da terra. Uma terra, um reino, uma língua materna!



## CAPÍTULO IV

---

### LÍNGUA MATERNA NA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA

*Era estranho que as recordações desses dois incidentes surgissem naquele momento, pois tinham acontecido num passado muito distante. Não era possível que aquelas recordações secretas pudessem ter provocado a impressão do cheiro de leite na garota adormecida. Contudo, pensando melhor sobre o assunto, mesmo que se falasse de passado muito distante, talvez, no ser humano, memória e reminiscência não pudessem ser definidas como próximas ou distantes unicamente por ser sua data antiga ou recente.*

Yasunari Kawabata, *A casa das Belas Adormecidas*

Iniciados no século XVI, quando José de Anchieta escreve *Artes de gramática da língua mais usada mais usada na costa do Brasil* como parte do movimento de gramatização das línguas do mundo e resultado do processo de colonização do Brasil por Portugal, conforme Guimarães (2004), os estudos sobre a linguagem no Brasil se voltam para a língua portuguesa por volta da segunda metade do século XIX. Já na década de 1820, no entanto, como demonstra E. P. Pinto (1978), é possível assistir às primeiras manifestações sobre a natureza do português no Brasil, quando Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, faz menção ao “idioma brasileiro” e aponta diferenças lexicais de sentido entre o português do Brasil e o português de Portugal. O texto de Visconde de Pedra Branca não se destina especialmente ao público brasileiro, tendo sido escrito em francês e publicado na introdução do *Atlas Ethnographique du Globe*, do geógrafo e estatístico italiano Adrien Balbi. O que se pode chamar de gramatização brasileira, no entanto, só instala definitivamente na segunda parte do século XIX, quando a produção de instrumentos linguísticos começa a ser feita por autores brasileiros e para leitores brasileiros.

A gramatização brasileira toma corpo no processo de constituição do Estado e da nação brasileira. Como explica Orlandi (1997, p. 3):

Com a Independência, em 1822, o Estado brasileiro se estabelece e a questão da língua se evidencia. Um exemplo disto é o fato de que, em 1826, já se coloca a discussão, a partir de um projeto proposto no Parlamento, portanto por meio do poder constituído, de que os diplomas dos médicos devem ser redigidos em “língua brasileira”. Nos anos que se seguem e com a vinda da República, tanto o Estado, como a questão da língua brasileira, se configuram mais decididamente e a emergência das gramáticas no século XIX atesta o vigor dessa época e dessa relação língua e Estado.

A proclamação da Independência, em 1822, leva à aproximação de ideias científicas e filosóficas vindas de outros países que não Portugal, como também, no plano das ideias linguísticas, ao trabalho de demonstrar que o português falado e escrito no Brasil era diferente do português de Portugal, como expõe Guimarães (2004). Segundo o autor, a consideração sobre as diferenças entre o português na América e na Europa, sobretudo no plano do léxico, está presente nas gramáticas e dicionários produzidos a partir das décadas finais do século XIX, momento em que se destacam como importantes acontecimentos institucionais no Brasil o estabelecimento do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios, em 1887, e a Fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897.

Enquanto a Academia Brasileira de Letras esteve envolvida em acordos de unificação ortográfica, o Programa de Português para os Exames Preparatórios para o Colégio Pedro II, organizado por Fausto Barreto, “motiva o aparecimento de várias gramáticas no curso de gramatização brasileira do português”, como argumenta Guimarães (1996, p. 1). Entre elas estão a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, a *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro, ambas de 1887, e ainda a *Grammatica Analytica*, de Maximino Maciel, publicada inicialmente em 1887, mas modificada e reeditada em 1894 como o título de *Grammatica Descriptiva*. Reinando suprema nas ciências da linguagem, a gramática histórico-comparativa afeta a produção gramatical brasileira, sem, contudo, eliminar o ramo da gramática filosófica. Como observa Guimarães (2004, p. 29), “a linguística histórico-comparativa afeta e modifica a concepção

de gramática e isto trabalha o processo de gramatização brasileira do português, a gramática filosófica permanece no Brasil, sendo um aliado constante do purismo”. No mesmo espaço, é possível perceber a relação entre instituição escolar, estudos do português e o método histórico-comparativo.

Os gramáticos brasileiros do final do século XIX e início do século XX assumem a posição-autor de um saber sobre a língua que não é mero reflexo do saber gramatical português, como alega Orlandi (1997). Na mesma direção, Castellanos Pfeiffer (2007) afirma que a virada para o século XX representa para o Brasil o momento de produção da gramatização da língua nacional pela criação de um espaço de autorização e legitimação no qual o brasileiro fala *de* e *sobre* sua língua. Dessa forma, como esclarece Orlandi (2009, p. 154), a gramática funciona como “o lugar em que se institui a visibilidade de um saber legítimo para a sociedade brasileira e torna visível a língua que falamos”. De acordo com a autora, a gramatização brasileira é parte do processo de descolonização linguística que atravessa a história do Brasil, de maneira que os instrumentos linguísticos criados pelos gramáticos brasileiros, seu modo de circulação e de escolarização, garantem a imagem de uma unidade linguística para os brasileiros. O modo como os gramáticos brasileiros do século XIX e XX falam sobre a língua não está desligada da produção internacional. Os caminhos, contudo, são outros, já que não é mais preciso passar por Portugal. Se a gramatização brasileira descoloniza a língua, ela também descoloniza as ideias linguísticas, já que não é possível separar língua e conhecimento linguístico.

Assim como o que ocorreu na Europa no século XVI, a gramatização brasileira no século XIX corresponde à formação da nação e, dessa forma, à questão da língua nacional. O Brasil, no entanto, tem uma história marcada por um processo particular de colonização, fato que não deixa de se fazer sentir sobre a língua e também sobre o que se diz sobre ela, bem como sobre os sentidos de língua materna, como pode ser observado a partir das gramáticas de Júlio Ribeiro e de Alfredo Gomes, obras de grande destaque na gramatização brasileira. A *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, inicia a própria gramatização brasileira por procurar romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica e se filiar aos estudos histórico-comparativos. Por outro lado, a

*Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes, lançada em 1887 como demanda do Programa de Português para os Exames Preparatórios, foi amplamente empregada nas escolas brasileiras.

#### **4.1 Sentidos de língua materna na *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro**

A *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, constitui um evento interpretativo que desencadeia fortes reações durante todo o processo de gramatização brasileira, sendo reconhecida como um verdadeiro divisor de águas nos estudos do português no Brasil, inclusive por seus contemporâneos. Com efeito, segundo Eni Orlandi (2009, p. 154), Júlio Ribeiro realiza “um gesto fundador que constrói uma filiação à qual os gramáticos brasileiros farão referência sistemática”. Carlos Eduardo Pereira, por exemplo, no prólogo de sua *Grammatica Expositiva*, publicada em 1907, afirma o seguinte: “Depois que Júlio Ribeiro imprimiu novas direcções aos estudos gramaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente”. O título de renovador do modelo gramatical brasileiro atribuído a Júlio Ribeiro é reafirmado por nomes como Antenor Nascentes (1939), Francisco da Silva Bueno (1956), Sílvio Elia (1975), Ricardo Cavaliere (2000) e Eduardo Guimarães (2004).

Ao se opor aos princípios gerais do racionalismo e vincular-se ao naturalismo, Júlio Ribeiro opera um rompimento epistemológico na gramaticografia brasileira. Embora se deva reconhecer o papel de Júlio Ribeiro no que poderia facilmente ser chamado de virada epistemológica na história dos estudos do português no Brasil, o rompimento epistemológico a que nos referimos logo acima deve ser considerado na sua relação com condições históricas que lhe deram base, com destaque especial à proclamação da Independência em 1822 e à supremacia da gramática histórica e comparada nas ciências da linguagem no século XIX. Se Júlio Ribeiro procurou romper com a tradição portuguesa da

gramática filosófica, essa tentativa de rompimento participa do movimento inaugurado pela proclamação da Independência, que leva à aproximação de ideias científicas e filosóficas vindas de outros países que não Portugal. Como se nota, a questão epistemológica e o contexto político-social não se separam.

No plano das ideias linguísticas, o movimento de desfiliação com o pensamento científico e filosófico proveniente de Portugal se realiza no trabalho de demonstrar que o português falado e escrito no Império do Brasil é diferente do português praticado na Europa, como afirma Guimarães (2004). É dessa forma que a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, participa da gramatização do português do Brasil. Ao entrar em contato com um conjunto de novas ideias, reivindicando uma nova filiação (o naturalismo) e de posse de um novo método de análise (o histórico-comparativo), Júlio Ribeiro pode dar visibilidade aos usos específicos do português praticado no Brasil. Por tudo isso, podemos dizer que o processo de descrição e instrumentação da língua na base de gramáticas e dicionários, ou seja, a gramatização nos termos de Auroux (1992), no Brasil se manifesta como um movimento de ruptura com a tradição gramatical portuguesa, eco da libertação do poder colonial.

Adiantamos algumas considerações sobre as filiações e os procedimentos analíticos da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro. Retomamos aqui uma observação feita nos comentários sobre a metodologia empregada na nossa pesquisa. Afirmamos existir uma relação constitutiva entre teoria, método, procedimentos de análise e objeto. Segundo Orlandi (2002), essa relação nos indica a inscrição de um linguista ou um gramático em uma filiação filosófica. Dessa forma, se a definição de língua pode nos dar pistas sobre a ligação entre teoria, método, procedimentos de análise e objeto, tal como descrito pela autora, invertamos a ordem dos termos dessa equação e assumimos que também a ligação entre esses elementos pode nos dar pistas sobre a definição de língua e, portanto, sobre a definição de língua materna.

Júlio Ribeiro oferece sua *Grammatica Portugueza* a Friederich Diez e Émile Littré e nomeia como seus mestres William Dwight Whitney, Max Müller, Auguste

Brachet, Gaston Daris, Michel Bréal, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Paulinho de Souza, Pacheco Junior, Silvio Romero e Capistrano de Abreu. Esses nomes, como dizem Fávero e Molina (2006, p. 127), “por si sós bastam para dar ideia da orientação geral de J. Ribeiro”. Essa lista de nomes nos revela não apenas escritores, filólogos, críticos literários, professores e historiadores brasileiros e portugueses, mas também estudiosos estadunidenses e europeus. Chamar a atenção sobre esses nomes nos revela o movimento de renovação da teoria gramatical instaurado pela *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro. A epígrafe que Júlio Ribeiro retira da obra de Émile Littré é outro indício dessa renovação: “Para as línguas, o método essencial é a comparação e a filiação. Nada por ser explicado na nossa gramática moderna se não conhecemos nossa gramática antiga”<sup>100</sup>. Filólogos e linguistas ligados ao método histórico-comparativo são filiações reivindicadas por Júlio Ribeiro (1881, p. 286): “E não me apresento como exibindo novidades: sigo apenas os passos dos srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguística”.

Júlio Ribeiro cita Whitney para falar da linguagem como fato, como lembra Orlandi (2009). Na verdade, a introdução da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, resenha muitas ideias apresentadas por Whitney no primeiro capítulo da sua obra *Essentials of English Grammar* (1886). Whitney (1886, p. 4), por exemplo, afirma que a “gramática não faz de nenhum modo as regras e leis para a linguagem, ela apenas relata os fatos da boa linguagem, e de uma forma ordenada, para que possam ser facilmente referidos, ou aprendidos, por qualquer um que tenha a oportunidade de fazê-lo”<sup>101</sup>. De maneira bastante aproximativa, Júlio Ribeiro (1881, p. 1) declara que a “grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade”. Nas considerações dos dois autores, reconhecemos uma tentativa de

---

<sup>100</sup> « Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaissons notre grammaire ancienne. »

<sup>101</sup> “Grammar does not at all make rules and laws for language; it only reports the facts of good language, and in an orderly way, so that they may be easily referred to, or learned, by any one who has occasion to do so”.

deslocar a gramática do lugar tomado como prescrição de regras, isto é, de definir a gramática de uma língua de uma maneira não normativa, gesto que equivale igualmente a pensar a gramática a partir de novas filiações. Guimarães (2004) encontra na definição de gramática dada por Júlio Ribeiro a busca de uma concepção de gramática não normativa pela via de uma filiação à linguística histórica do século XIX. Citando Whitney, o gramático brasileiro conceitua gramática como “a exposição methodica dos factos da linguagem” (1881, p. 1) e a divide em três tipos: *Gramática Geral*, exposição metódica dos fatos da linguagem em geral; *Gramática Particular*, exposição metódica dos fatos de uma língua determinada; *Gramática Portuguesa*, exposição metódica dos fatos da língua portuguesa. Por fim, divide a gramática em duas partes: lexeologia e sintaxe, divisão creditada a Burgraff (*Principes de Grammaire Genérelle*, 1863), Allen e Cornwell (*English Grammar*, 1855), Ayer (*Grammaire Comparée de la langue Française*, 1876), Bastin (*Étude Philologique de la Langue Française*, 1878) e Chassang (*Nouvelle Grammaire Grecque*).

O estudo da gramática não tem como principal objetivo a correção da linguagem, adverte Júlio Ribeiro. A aprendizagem das regras do bom uso da linguagem pode se dar pela escuta dos bons oradores, por meio da conversa com pessoas instruídas, através da leitura de artigos e livros bem escritos. Tudo isso, no entanto, não exclui a possibilidade de a gramática ser uma facilitadora desse processo de aprendizagem da fala e da escrita corretas, principalmente para aqueles que, na infância, “aprenderam mal a sua língua”. Na verdade, para esses últimos, o estudo das regras de correção da linguagem, tal como expostas nos compêndios, seria o único meio de sanar as lacunas na aprendizagem da língua. Nas palavras exatas de Júlio Ribeiro (1881, p. 1):

O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua.

Em outra formulação muito próxima da de Whitney<sup>102</sup>, Júlio Ribeiro (1881. p. 1-2) expõe rapidamente o processo de aprendizagem da língua:

Nós começamos a aprendizagem da falla aprendendo a entender as palavras que ouvimos pronunciar aos outros; depois aprendemos a pronuncial-as nós proprios, e a coordenal-as, como os outros fazem, para exprimir as nossas impressões, os nossos pensamentos. Um pouco mais tarde temos de aprender a entendel-as quando apresentadas á nossa vista manuscriptas ou impressas: temos de apresental-as tambem desse modo, isto é, de escrevel-as. Será então dever nosso usar da linguagem, não só com correcção, mas tambem de modo que agrade aos outros, que sobre elles exerça influencia. Muitas pessoas terão ainda de aprender linguas extranhas, linguas que servem aos mesmos fins a que serve a nossa, mas de modo diverso. Nós temos mais de estudar as fórmias várias por que passou a nossa lingua, temos de comparar essas fórmias com a actual para que melhor entendamos o que esta é, e como veio a ser o que é.

Para Júlio Ribeiro, o passo inicial do processo de aprendizagem da língua é a aprendizagem da fala, quando passamos a “entender as palavras que ouvimos pronunciar os outros”. Depois do entendimento das palavras pronunciadas por terceiros, realiza-se a aprendizagem da pronúncia dessas palavras e, por fim, a aprendizagem da coordenação dessas palavras. Todo esse processo é sucedido pela aprendizagem da leitura e da escrita e complementado pelo aprendizado de línguas estrangeiras e pelo estudo e comparação das “fórmias várias por que passou a nossa lingua”.

Júlio Ribeiro considera que o estudo da linguagem permite compreender a natureza e a história do homem. Para cumprir esse propósito, o estudo da gramática se

---

<sup>102</sup> “At the very beginning of language-learning, we have to learn to understand the words which we hear others make. Then we learn to make them ourselves, and to put them together correctly – that is, in the same way that others do – in order to express our thoughts and feelings. A little later, we have to learn to understand them as they are put before our eyes, written or printed; and then to make them in the same way, – that is, to read and spell and write: and this also correctly, or as other people do. But then we want to use our English not only correctly, but well, so as to please and influence others. Many of us, too, want to learn other languages than English, languages which answer the same purposes as our own, but have other means of doing it. Or, we want to study some of the other forms of English, and to compare them with our own, so as to understand better what it is, and how it came to be what it is. We are not content, either, with merely using language; we want to know something of what language is, and realize what it is worth to us”. Whitney, 1886, p. 5.

apresenta como primeiro passo. É nesse momento que encontramos o registro da expressão linguagem materna na sua *Grammatica Portugueza* (1881, p. 2):

O estudo da grammatica divide-se em diversas partes; nunca se acaba: começa em nossa infancia e dura toda a vida. Os homens mais inteligentes e doutos têm sempre alguma cousa a accrescentar ao seu conhecimento da linguagem, mesmo da **materna**.

Para efeito de análise, podemos dividir o fragmento acima em duas sentenças:

- i) O estudo da grammatica divide-se em diversas partes; nunca se acaba: começa em nossa infancia e dura toda a vida.
- ii) Os homens mais inteligentes e doutos têm sempre alguma cousa a accrescentar ao seu conhecimento da linguagem, mesmo da materna.

O tema da primeira sentença é o estudo da gramática; o da segunda, o conhecimento que os homens mais inteligentes e doutos têm da linguagem e da linguagem materna. Poderíamos dizer que o tema da segunda sentença é apenas o conhecimento da linguagem. Contudo, a partícula “mesmo”, que, no texto, se antepõe à (linguagem) materna, nos indicaria, a princípio, que o conhecimento sobre essa linguagem não é o mesmo daquele sobre outra linguagem dominada pelos homens mais inteligentes e doutos. Pelo que se pode observar, são duas espécies de conhecimento, cada um correlato a uma determinada linguagem. Dessa forma, a segunda sentença apresentaria dois objetos, a linguagem materna e a linguagem dos homens mais inteligentes e doutos. Para melhor entender a distinção feita por Júlio Ribeiro entre essas duas linguagens, vejamos as paráfrases realizadas a partir da segunda sentença:

- i) Os homens mais inteligentes e doutos têm sempre alguma coisa a acrescentar ao seu conhecimento da linguagem e mesmo ao seu conhecimento da linguagem materna;

- ii) Os homens mais inteligentes e doutos têm sempre alguma coisa a acrescentar até mesmo ao seu conhecimento da língua materna;
- iii) Os homens mais inteligentes e doutos não têm coisa alguma a acrescentar ao seu conhecimento da linguagem materna;
- iv) Os homens mais inteligentes e doutos têm conhecimento suficiente da linguagem materna;
- v) Os homens mais inteligentes e doutos não têm conhecimento suficiente da linguagem materna.

Na primeira paráfrase, a sentença é reescrita de forma a explicitar o sintagma “ao seu conhecimento da linguagem materna”, subtendido pela presença da partícula “mesmo” na frase redigida por Júlio Ribeiro. O verbo “acrescentar” liga-se, de um lado, a “seu conhecimento da linguagem” e “seu conhecimento da linguagem materna”, e de outro, a “os homens mais inteligentes e doutos”. Enumeram-se, assim, duas formas de conhecimento sobre a linguagem, ambas relacionadas aos homens mais inteligentes e doutos. Enumeram-se também duas linguagens, a linguagem dos homens mais inteligentes e doutos e a linguagem materna, essa última também atribuída aos chamados homens mais inteligentes e doutos. A segunda e a terceira paráfrase são desenvolvidas a partir dos sentidos implicados pela conjunção “mesmo”, que parece encerrar a ideia de concessão, inclusão e hierarquização. Como se pode notar pela segunda paráfrase, a linguagem materna não apenas é colocada entre os objetos de conhecimento sobre a linguagem, sendo, principalmente, apontada como algo sobre o qual os homens mais inteligentes e doutos também podem aprender. O que se mostra com a terceira paráfrase é a suposição de que esses homens mais inteligentes e doutos não necessitariam de nenhuma instrução a respeito da linguagem materna, pois eles já teriam conhecimento suficiente dela, pressuposto que procuramos exibir com a quarta paráfrase. No entanto, como Júlio Ribeiro declara que os homens mais inteligentes e doutos também podem aumentar seu conhecimento da

linguagem materna, o que se afirma no fim das contas, tal como expomos com a quinta paráfrase, é que nem os homens mais inteligentes e doutos têm conhecimento pleno da linguagem materna.

A maneira como Júlio Ribeiro aborda o problema da relação do falante com o conhecimento sobre a linguagem lança por terra a ideia de que os homens com alto grau de instrução não têm mais nada a aprender sobre a linguagem materna e também põe em xeque a suposta naturalidade da linguagem materna. Se a linguagem materna é natural, o que os chamados homens mais inteligentes e doutos têm a aprender sobre ela? Como ela pode ser natural e continuar a ser aprendida ao longo da vida? Essas questões apontam deslizamentos fundamentais nos sentidos de língua materna na gramatização brasileira. Se a imagem da língua materna formada ao longo de séculos é a de uma língua natural e aprendida na infância, Júlio Ribeiro nos apresenta uma língua materna que continua a ser aprendida na vida adulta e com o auxílio de instrumentos como a gramática. Na gramática de Júlio Ribeiro, por outro lado, como teremos tempo de mostrar, os sentidos de *natural* já não são os mesmos dos encontrados em Dante, Nicolau de Oresme e Rabelais, que tomam a língua materna como natural.

De maneira geral, Júlio Ribeiro separa os sujeitos em dois grupos, os homens mais inteligentes e doutos e, por oposição a esses, os homens menos inteligentes e doutos. O conhecimento sobre a linguagem materna é atribuído a ambos, mas aos homens mais inteligentes e doutos é conferido também um conhecimento que vai além da linguagem materna. Sendo atribuída aos dois grupos, a linguagem materna é significada como o primeiro grau de instrução linguística. Acima do conhecimento sobre a linguagem materna está um conhecimento mais especializado sobre a linguagem, que não é compartilhado por todos os homens. Existe, portanto, uma hierarquização do conhecimento sobre a linguagem que gira em torno da divisão do mundo entre homens mais e menos inteligentes e doutos. No topo da escala de conhecimento sobre a linguagem, está um conhecimento mais especializado e os homens mais inteligentes e doutos; na base da escala, está o conhecimento sobre linguagem materna e os homens mais e menos inteligentes e doutos.

Poderíamos comparar essa hierarquização dos homens com a hierarquização das fases de aprendizagem da língua estabelecidas por Júlio Ribeiro:

Aprendizagem da Língua	Homens
História das formas da língua	Homens mais inteligentes e doutos
↑	
Línguas estrangeiras	
↑	↑
Escrita	
↑	
Fala	Homens menos inteligentes e doutos

Enquanto a base da escala é ocupada pela aprendizagem da fala e pelos homens menos inteligentes e doutos, o topo é ocupado pela aprendizagem da história das formas da língua e pelos homens mais inteligentes e doutos. Como se nota, à medida que vão avançando na aprendizagem da língua, os homens se vão tornando mais inteligentes e doutos. Os homens que são menos inteligentes e doutos aprenderam apenas a fala, ao passo que aqueles que são mais inteligentes e doutos aprenderam também a escrita, línguas estrangeiras e a história das formas da língua. Lembremos que Júlio Ribeiro estabelece também uma hierarquia entre o conhecimento sobre a linguagem, distinguindo um conhecimento mais especializado sobre a linguagem, dominado apenas pelos homens mais inteligentes e doutos, e o conhecimento sobre a linguagem materna, compartilhado pelos homens mais e menos inteligentes e doutos. Dessa forma, considerando que o topo da hierarquização das fases de aprendizagem da língua é ocupado pela aprendizagem da história das formas da língua, é possível afirmar que aquele conhecimento mais especializado sobre a linguagem dominado pelos homens mais inteligentes e doutos corresponde à história das formas da língua. Da mesma maneira, como o ponto mais baixo da hierarquia das fases de aprendizagem da língua é a aprendizagem da fala, o

conhecimento sobre a linguagem materna parece corresponder justamente à aprendizagem da fala, pois ele é o menos especializado hierarquicamente. A princípio, todos os homens, uma vez que aprenderam a falar, detêm o conhecimento sobre a linguagem materna. Por outro lado, nem todos os homens alcançam o grau mais especializado de conhecimento sobre a linguagem, quer dizer, a história das formas da língua. De qualquer forma, no final das contas, seja porque alguns homens “aprenderam mal a sua língua na puerícia”, seja porque é sempre possível aprender alguma coisa sobre a linguagem materna, os homens passam a vida toda aprendendo a falar. E quanto mais aprendem, mais inteligentes e doutos eles se tornam. Poderíamos representar essas relações na tabela abaixo:

Aprendizagem da Língua		Conhecimento sobre a Linguagem		Homens
História das formas da língua	↔	Conhecimento mais especializado sobre a linguagem	↔	Homens mais inteligentes e doutos
↑				
Línguas estrangeiras				
↑		↑		↑
Escrita				
↑				
Fala	↔	Conhecimento sobre a linguagem materna	↔	Homens menos inteligentes e doutos

Para melhor compreender o lugar ocupado pela linguagem materna entre os objetos de conhecimento sobre a linguagem e o modo como os falantes são organizados por Júlio Ribeiro, vejamos como o autor nomeia os falantes e as línguas. Ao fazer a lista dos nomes da língua empregados ao longo da gramática de Júlio Ribeiro, é possível perceber divisões de ordem histórica, geográfica, social, de estilo, conforme a classificação que apresentamos logo abaixo:

*Nomes gerais do fenómeno linguístico:*

linguagem; língua; falla, idioma, dialecto.

*Nomes que indicam relação com um povo, um território, uma nacionalidade:*

línguas estranhas; línguas estrangeiras; línguas orientais; língua grega; dialecto da Picárdia; língua árabe; línguas indígenas da América do Norte; línguas românicas; línguas europeias; galego; fallar dos Romanos; línguas arianas, indicas, hellenicas e itálicas; dialecto gallego; linguagem de Roma; céltico.

*Nomes que discriminam os estágios do latim:*

latim clássico; latim bárbaro; lingua latina; Latim popular; Latim merovíngio; latim vulgar; baixo latim.

*Nomes que marcam a língua no tempo:*

línguas modernas; línguas novo-latinas; línguas matrizes; línguas neo-latinas; línguas mais antigas; [língua] mãe; antigas línguas indo-germânicas; línguas estrangeiras antigas e modernas; Português antigo; Frances antigo; Português moderno; nova lingua; novos idiomas; linguagem antiga; velhos dialectos francezes d'oc e d'oïl; antigas lingua arianas; modernos idiomas arianos; românico.

*Nomes da língua portuguesa:*

Português; lingua portugueza.

*Nomes que indicam ligação da língua com o Brasil:*

fallar do interior do Brazil; língua indígena brasileira; línguas do Brazil; dialecto sorocabano.

*Nomes que indicam ligação da língua com Portugal:*

linguagem do Minho e de Trás-os-Montes.

*Nomes que apontam divisões sociais, regionais ou de estilo:*

linguagem popular; linguagem poética; fallar do povo; lingua popular românica; linguagem sensivelmente acastelhanada.

Pesam na nomeação dos falantes basicamente os critérios de condição social, grau de instrução e pertencimento ao Brasil ou a Portugal:

*Sujeitos com alto grau de instrução:*

bons oradores; pessoas instruídas; gente culta; pessoas doutas; doutos; pessoas illustradas; leitor intelligente.

*Sujeitos com baixo ou nenhum grau de instrução:*

povo rude e conservador; illiteratos; caipiras; escravos e a caipiras analphabetos; gente do povo, escravos; estrangeiros litteratos; gravadores ignorantes.

*Especialistas em estudos da linguagem:*

mestres da língua; linguista; etimologistas; grammaticos portuguezes; mestres allemães; douto lexicographo portuguez; colendo mestre; philologos e linguistas.

*Autores de obras literárias, culturais ou científicas:*

escriptores, escriptores antigos; corretíssimo escriptor; escriptores do Imperio; bons escriptores de geographia; escriptores clássicos; escriptores como Garret; escriptores modernos; melhores escriptores; escriptor do século XVI; bons escriptores portuguezes; atuais escriptores portuguses e brasileiros.

*Sujeitos pertencentes ao Brasil:*

caipiras de S. Paulo; brasileiros; gente rude brasileira.

*Sujeitos pertencentes a Portugal:*

colonos portuguezes; portuguezes; colonizadores; antigos.

*Sujeitos estrangeiros:*

extrangeiros; francezes; hespanhóes.

O conjunto das nomeações da língua na gramática de Júlio Ribeiro nos permite ver uma distinção realizada entre linguagem, língua, fala, idioma e dialeto, sobre a qual

trataremos logo mais. É também possível perceber um grande peso dado ao latim, haja vista a diversidade das formas para nomeá-lo, bem como a separação das línguas em antigas e modernas e mesmo o estabelecimento de parentesco entre as línguas, como nos mostram as expressões “língua mãe” e “línguas matrizes”. Outro aspecto que pode ser notado pelas nomeações da língua na gramática de Júlio Ribeiro é o registro do universo linguístico brasileiro, das línguas em circulação no território do Brasil. Percebe-se também uma distinção entre dois domínios da linguagem, por assim dizer, a linguagem popular e a linguagem poética.

Os nomes dos falantes, por outro lado, apontam a classificação dos sujeitos em três grupos principais: aqueles com alto grau de instrução, a quem se colam adjetivos como culto, douto, letrado e inteligente; aqueles com baixíssimo grau de instrução, caracterizados como rudes, conservadores, analfabetos, iletrados, ignorantes, grupo no qual se incluem figuras brasileiras como os escravos e os chamados caipiras, mas também portugueses, pois, a nomeação “povo rude e conservador”, por exemplo, é usada para falar também dos habitantes das regiões portuguesas do Minho e Trás-os-Montes; aqueles que têm o estudo da linguagem como ofício, os chamados mestres da língua, divididos basicamente em gramáticos, linguistas e filólogos. Há ainda o apontamento daqueles que trabalham com a linguagem no domínio da literatura, os escritores, título que diz respeito exclusivamente aos portugueses, pois, na *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro a única obra literária brasileira citada é *Padre Belchior de Pontes*, do próprio Júlio Ribeiro, contrastando com a diversidade de nomes e obras portuguesas citadas, como, por exemplo, Alexandre Herculano, Gil Vicente, Ramalho Ortigão, Fernão Lopes, Bernardim Ribeiro, Almeida Garrett, Eça de Queirós e, claro, Camões. Na verdade, além da obra literária de Júlio Ribeiro, a única alusão a escritores brasileiros está mesmo na locução “atuais escriptores portugueses e brasileiros”. Não há qualquer referência a um antigo escritor brasileiro. Os antigos escritores são sempre portugueses. Pairando acima desses três grupos, está o povo, que parece constituir uma categoria à parte, de quem falaremos mais adiante.

Por fim, as nomeações dos falantes na gramática de Júlio Ribeiro nos revela também uma distribuição dos sujeitos segundo sua origem, sendo eles brasileiros, portugueses ou estrangeiros. São brasileiros, por exemplo, os caipiras de São Paulo. Quem é de Portugal, além de ser chamado português, é também apontado como colono, colonizar ou antigo. Os estrangeiros, por sua vez, são fundamentalmente os franceses e espanhóis. Cabe ainda notar aqui uma ausência revelada por essas nomeações. Embora Júlio Ribeiro fale de “língua indígena brasileira”, o nome “índio” aparece uma única vez na sua gramática, quando o autor dá um exemplo do agente do verbo passivo: “*Assassinado por Índios*”. Enquanto mesmo o escravo é apontado como um sujeito no território do Brasil, o índio é completamente apagado desse espaço.

Vejamos a partir de agora o que Júlio Ribeiro entende por linguagem e também por língua. As definições e o tratamento dado a cada um desses fenômenos nos oferecem pistas importantes sobre as filiações teóricas do gramático. Cabe ressaltar que a expressão empregada por Júlio Ribeiro não é *língua* materna, mas *linguagem* materna, o que pode ter algum efeito nos sentidos da expressão.

Júlio Ribeiro (1881, p. 2) conceitua linguagem como “a expressão do pensamento por meio de sons articulados”, estabelecendo, dessa forma, uma relação entre pensamento e linguagem. Na verdade, mais do que expressão do pensamento, para Júlio Ribeiro, a linguagem é “o instrumento e o meio principal das operações da mente”<sup>103</sup>, o que torna o conhecimento da própria linguagem um meio de acesso à natureza e às operações do pensamento. Note-se aí a relação com a gramática geral de Port-Royal (1660), que fala em “operações do espírito”, conforme Colombat, Fournier e Puech (2010). Júlio Ribeiro vai mais longe e considera que sem o conhecimento da linguagem não é possível estudar as operações e natureza da mente: “claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem”<sup>104</sup>. Como se vê, da mesma forma que a linguagem está a serviço da mente, o estudo da linguagem está a serviço do estudo das operações da mente. Essas formulações são retomadas de Whitney (1886, p. 5):

---

<sup>103</sup> Ibid., 1881, p. 2.

<sup>104</sup> Ibid., 1881, p. 2.

O estudo da linguagem tem muito a nos dizer sobre a história do homem e do que ele fez no mundo. E como a linguagem é o instrumento das operações da mente, e o principal meio pelo qual elas são divulgados, não podemos estudar o funcionamento da mente e sua natureza sem uma profunda compreensão da linguagem.<sup>105</sup>

Essa relação entre linguagem e pensamento aparece em outros momentos da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro. Na segunda parte do seu compêndio, que trata da sintaxe, Júlio Ribeiro (1881, p. 195) afirma ser a sentença “a expressão do pensamento”; e o pensamento, “o resultado de um juízo”; e esse último, “o acto da mente pelo qual o predicado se liga á noção expressa pelo sujeito”. A definição dada por Júlio Ribeiro a esses elementos, bem como a maneira como eles são articulados, acusa a existência de simetria entre *pensamento e estrutura da língua*, demonstração de certa relação com a gramática filosófica de Port-Royal. Como afirmam Colombat, Fournier e Puech (2010, p. 154), os autores da gramática de Port-Royal distinguem duas ordens de fenômenos, as operações do espírito e sua representação pela linguagem:

A representação linguística do juízo é a proposição. Ora, se julgar é fundamentalmente *afirmar alguma coisa a respeito de alguma coisa*, segue-se necessariamente que toda proposição consiste na ligação de dois termos. Um é chamado *sujeito*, ele é o suporte da operação do juízo, “sobre o qual se afirma” alguma coisa; o outro é o *atributo*, que não deve ser entendido no sentido gramatical, mas dos sentidos dos lógicos, ele representa o que se afirma a respeito do sujeito. Finalmente, a proposição encerra necessariamente um terceiro termo, o instrumento que realiza a ligação dos dois termos precedentes, e que representa, portanto, a afirmação como tal.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> “The study of language has a great deal to tell us about the history of man, and of what he has done in the world. And as language is the instrument of the mind's operations, and the principal means by which they are disclosed, we cannot study the mind's workings and its nature without a thorough understanding of language.”

<sup>106</sup> « La représentation linguistique du jugement, c'est la proposition. Or si juger c'est fondamentalement *affirmer quelque chose à propos de quelque chose*, il s'ensuit nécessairement que toute proposition consiste en la mise en relation de deux termes. L'un est appelé le *sujet*, il est le support de l'opération du jugement, « ce dont on affirme », quelque chose ; l'autre est l'*attribut*, qu'il faut entendre non pas au sens grammatical, mais au sens des logiciens, il représente ce qu'on affirme à propos du sujet. Enfin, la proposition renferme nécessairement un troisième terme, l'outil qui réalise la mise en relation des deux termes précédents, et qui représente donc l'affirmation en tant que elle. »

É possível reconhecer na articulação entre pensamento e linguagem na gramática de Júlio Ribeiro um elemento que aproxima esse autor da tradição da gramática geral de Port-Royal. Essa, no entanto, não é uma questão simples de ser resolvida, pois Júlio Ribeiro, por exemplo, se opõe à tradição da gramática filosófica estabelecida pelo português Jerônimo Soares de Barbosa, que, por sua vez, também está afetado pela gramática de Port-Royal, como mostra Leonor Lopes Fávero (1996). Em um jogo complexo, Júlio Ribeiro encontra-se afetado pela mesma tradição que ele procura negar. A questão que se coloca, portanto, é saber como Júlio Ribeiro está dentro da tradição da gramática geral, considerando, principalmente, que a filiação reivindicada pelo autor é a da gramática histórico-comparativa<sup>107</sup>. De qualquer forma, derrubando uma ideia muito difundida pela História da Linguística de que a gramática geral morre como paradigma com a emergência do método histórico-comparativo, a *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, mostra que a tradição da gramática geral, viva no Brasil, continua a animar a reflexão sobre a língua. Dessa maneira, o fato de Júlio Ribeiro falar em *linguagem* materna parece ser uma afetação da gramática geral. O trecho em que Júlio Ribeiro emprega essa expressão é, inclusive, uma retomada de parte do texto de Whitney (1886), autor também incluído dentro da tradição da gramática geral. No entanto, a expressão escrita por Whitney é “sua própria língua” (*their own language*)<sup>108</sup>.

Se a definição de linguagem dada por Júlio Ribeiro mostra certa relação com os princípios da gramática geral no que diz respeito ao paralelismo entre pensamento e linguagem, quando o autor (1881, p. 142) fala de língua, por outro lado, sua filiação com o naturalismo torna-se bastante explícita:

Bem como as especies organicas que povôam o mundo, as linguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da lucta pela existencia, á lei da selecção. E é para notar-se que a evolução linguistica se effectua muito mais promptamente do que a evolução das especies: nenhuma lingua parece ter vivido por mais de mil annos, ao passo que muitas especies parece terem-se perpetuado por milhares de seculos.

---

<sup>107</sup> Na pesquisa do doutorado, nos ocuparemos justamente das filiações teóricas do processo de gramatização brasileira a partir da obra de Júlio Ribeiro.

<sup>108</sup> “The learning of language is made up of many different parts; and it is never finished. It begins in infancy, and lasts all our lives. The most learned and able never get through with adding to their knowledge, even of their own language, and to their power to use it”. Whitney, 1886, p. 5.

Para o gramático, a exemplo das espécies orgânicas, as línguas estão no mundo. A existência das línguas do mundo, também a exemplo das espécies orgânicas, obedece à lei da seleção na natural. Como se pode notar, Júlio Ribeiro concebe as línguas como organismos biológicos. Para ele, a mutabilidade das línguas é o melhor registro da lei da seleção natural, isso porque as línguas seriam mais sensíveis que as espécies orgânicas a essa lei, razão pela qual o tempo de vida das línguas seria menor do que o tempo de vida das espécies orgânicas. Diante de tudo isso, de que maneira devemos entender o gesto de Júlio Ribeiro de qualificar as línguas como “verdadeiros organismos sociológicos”? Temos aí, a princípio, uma forte metáfora naturalista.

Quando Júlio Ribeiro toma da obra *Le Darwinisme* (“O darwinismo”, 1872), de Émile Ferrière, um quadro no qual se comparam a seleção natural e a classificação genealógica das espécies e das línguas, vemos que os costumes, as relações exteriores, as ciências, a indústria, o gênio literário, a instrução pública e o trabalho intelectual são considerados causas de seleção natural nas línguas. A consideração desses elementos como causas de seleção faz com que Júlio Ribeiro não se limite ao naturalismo estrito. Dessa forma, a metáfora das línguas como “verdadeiros organismos sociológicos” parece se afastar do sentido propriamente organicista/naturalista de “organismo”. Reproduzimos abaixo o quadro que Júlio Ribeiro toma de Émile Ferrière:

#### A SELECÇÃO

##### *nas espécies*

- 1) As espécies têm suas variedades, obra do meio ou de causas fisiológicas.
- 2) As espécies vivas descendem geralmente das espécies mortas do mesmo paiz.
- 3) Uma espécie em um paiz isolado passa por menos variações.
- 4) Variações produzidas pelo cruzamento com espécies distintas ou estrangeiras.

##### *nas línguas*

- 1) As línguas têm seus dialetos, obra do meio ou dos costumes.
- 2) As línguas vivas descendem geralmente das línguas mortas do mesmo paiz.
- 3) Uma língua em um paiz isolado passa por menos variações.
- 4) Variações produzidas pela introdução de palavras novas, devidas às relações exteriores, às ciências, à indústria.

- |   |   |
|---|---|
| <p>5) A superioridade das qualidades physicas que asseguram a victoria dos individuos de uma espécie, causa da seleção.</p> <p>6) A belleza da plumagem ou a melodia do canto, causa da seleção.</p> <p>7) Lacunas numerosas nas espécies extinctas.</p> <p>8) Probabilidade de duração de uma especie em o numero dos individuos que a compõem.</p> <p>9) As espécies extintas não aparecem mais.</p> <p>10) Progresso nas espécies pela divisão do trabalho physiologico.</p> | <p>5) O genio litterario e a instrucção publica centralizada, causas da seleção.</p> <p>6) A brevidade ou a euphoria, causa da seleção.</p> <p>7) Lacunas numerosas nas línguas extinctas.</p> <p>8) Probabilidades de duração de uma língua em o numero dos individuos que a faltam.</p> <p>9) As línguas extinctas não reaparecem mais.</p> <p>10) Progresso nas línguas pela divisão do trabalho intellectual.</p> |
|---|---|

#### CLASSIFICAÇÃO GENEALOGICA

##### *nas espécies*

- 1) Contancia de estruturas; orgams de alta importância physiologica; orgams de importância variada.
- 2) Vestígios de estrutura primordial: orgams rudimentares ou atrophiadados: estrutura embryonaria.
- 3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.
- 4) Cadeia de afinidades nas espécies vivas ou extinctas.

##### *nas línguas*

- 1) Constancia de estrutura; radicaes de alta importância; flexões de importância variada.
- 2) Vestígios de estrutura primordial: letras rudimentarias ou atrophiadadas: phase embryonaria.
- 3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.
- 4) Cadeia de afinidades nas línguas vivas ou extinctas.

O próprio gramático expõe sua admiração com esse confronto estabelecido por Émile Ferrière. “É admirável o seguinte confronto”, diz Júlio Ribeiro (1881, p. 142), para logo em seguida mostrar o quadro que reproduzimos acima. Importa perceber que, muitas vezes (itens 2, 3, 7, 9, item 4 quanto à classificação genealógica), substitui-se apenas o termo “espécie” pelo termo “língua”, mantendo-se as mesmas predicções para as línguas e as espécies. Se nos orientarmos por esse paralelismo, poderíamos dizer, por exemplo, ao olhar o item 1, que os costumes são para os homens o que as causas fisiológicas são para as

espécies; sendo assim, se as línguas têm seus dialetos, é por causa dos costumes dos homens e do meio em que eles vivem, no que se pode notar a introdução da noção de cultura. Vê-se daí que o meio das línguas é o meio dos homens que falam essas línguas. Dessa forma, a história da descendência das línguas está ligada a uma região, ou conforme Júlio Ribeiro, a um país. A maneira como um país se relaciona com seus vizinhos determinaria o grau de variação de uma língua: quanto maior o contato com os povos vizinhos, maior o grau de variação da língua de um país, no que se nota a interferência de questões político-sociais. Essas variações são produzidas, por exemplo, pela introdução de novas palavras ou pelo desenvolvimento das ciências e da indústria, que reclamam vocabulário às suas práticas.

Da mesma forma que as qualidades físicas podem levar os indivíduos à vitória ou à derrota na luta pela vida, o gênio literário e a instrução pública podem determinar se uma língua será ou não vitoriosa na batalha pela sobrevivência: quanto maior for o gênio literário de uma língua, maiores serão as chances de sobrevivência dessa língua perante as outras. De forma semelhante, quanto mais organizada e eficiente for a instrução pública, maior será a probabilidade de uma língua permanecer viva. É desejoso que uma língua tenha muitos falantes, pois se a possibilidade de existência de uma espécie está atrelada ao seu contingente populacional, somente um grande número de indivíduos permite que uma língua tenha longa duração. Por fim, compara-se o progresso das línguas pela divisão do trabalho intelectual com o progresso das espécies pela divisão do trabalho fisiológico. Os itens 3 e 4 sobre a seleção parecem mostrar que a garantia de permanência das espécies e das línguas é a variação, o que traz a ideia que é necessário que as espécies e as línguas variem para que continuem vivas.

O quadro que Júlio Ribeiro toma de Émile Ferrière apresenta também o método de arranjo das espécies e das línguas. A genealogia das línguas é estabelecida por meio da constância da estrutura, das flexões e dos radicais, de letras rudimentares ou atrofiadas, da uniformidade de um conjunto de caracteres, ou pela cadeia de afinidades com as línguas vivas (afinidade horizontal) ou extintas (afinidade vertical). Já as espécies têm sua

genealogia instituída por meio da constância da estrutura, dos órgãos ou pela cadeia de afinidades com as espécies vivas ou extintas. Podemos notar por essa rápida exposição que os radicais, as flexões e as letras são postos em paralelo com os órgãos das espécies. Dessa maneira, poderíamos dizer que eles são considerados órgãos das línguas. Em certo momento, Júlio Ribeiro (1881, p. 73) conceitua a flexão como “mudança que experimenta a palavra variável para representar as diversas gradações da ideia”. A análise isolada dessa formulação poderia nos levar a defender uma relação muito íntima de Júlio Ribeiro com as ideias racionalistas: se o pensamento é constituído de ideias e as palavras mudam para se adequar a essas ideias, existe, então, um movimento de adequação das palavras ao pensamento. No entanto, a partir do momento em que os radicais e as flexões são considerados órgãos da língua, se há adequação das palavras ao pensamento e se essa adequação se dá por meio desses órgãos, a adequação das palavras ao pensamento não seria um processo racionalista, mas biológico, natural. Por outro lado, como isso poderia ser um processo natural se as relações exteriores, as ciências, a indústria, o gênio literário e a instrução pública são causas da seleção nas línguas? É tempo de apontar mais uma vez a complexidade das ideias linguísticas mobilizadas por Júlio Ribeiro, autor que, acreditamos, merece um lugar maior, inclusive internacionalmente, na história das ideias linguísticas.

Toda a discussão de cunho naturalista-evolucionista empreendida por Júlio Ribeiro na sua *Grammatica Portugueza* se inicia na seção sobre etimologia. Ao longo das cinquenta e uma páginas que compõem essa seção, o que vemos é um pequeno tratado sobre o evolucionismo na linguagem. A própria terminologia empregada pelo gramático é uma demonstração de sua filiação às teses naturalista-evolucionistas. Nesse mesmo caminho, a inconformação de Júlio Ribeiro (1881, p. 142) com a terminologia consagrada pela tradição não é menos ilustrativa de sua adesão àquelas teses:

*Etymologia* é o conjuncto das leis que presidem á derivação das palavras nas diversas linguas. *Lexeogenia* seria termo preferivel a *Etymologia*. Comtudo este ultimo tem em seu favor desde seculos a consagração universal: não póde, pois, ser substituido.

O termo lexeogenia marca as línguas como um fenômeno biológico, ou melhor, marca uma perspectiva biológica no trato com as línguas: o elemento morfológico *-genia* é formado a partir de *gênos, eos, ous*, do grego *raça, tronco, família*, recobrando as noções de *origem, descendência, raça*. Esses elementos morfológicos são bastante frequentes na composição da terminologia científica do século XIX, o que é mais um testemunho das filiações teóricas de Júlio Ribeiro.

Em toda primeira metade da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, o povo comparece uma única vez. No entanto, a partir da seção sobre etimologia, na qual são apresentadas as teses naturalista-evolucionistas, fundamento do método histórico-comparativo, o povo passa a ser frequentemente chamado por Júlio Ribeiro para explicar os fenômenos da língua. Como observa Guimarães (2004), o povo é um elemento persistente no século XIX. Para Júlio Ribeiro (1881, p. 146), entre a ignorância e o bom senso, é o povo quem acomoda as formas da língua:

A' medida que a linguagem latina popular foi desconhecendo a importancia dos casos, foram-se estes reduzindo aos que, com mais sensivel diferenca de flexão, exprimiam as relações mais urgentes do pensamento. Por preencher a ambos estes requisitos triumphou o ablativo. Mas, o que aconteceu com relação ao plural? **A ignorancia do povo, ou antes, o seu bom senso, não se podia accomodar com as fórmãs diversissimas e, na apparencia, irregulares**—Filiabus, servis, ætatibus, exercitibus, speciebus. Foi, pois, adoptada a mais regular, a mais homologa, a menos complexa de todas, o accusativo plural, cuja flexão resumia-se quasi sempre em acrescentar um simples s ao ablativo singular— de Filia, filias; de servo, servos; de ætate, ætates; de exercitu, exercitus; de specie, species.

Note-se no trecho acima que, em oposição ao naturalismo, são “as relações mais urgentes do pensamento”, tais como regularidade e simplicidade, que modificam a língua. Além disso, é o povo quem dá preferência a algumas formas da língua. O fundamento dessa preferência é a intuição:

**O povo romano não conservou por muito tempo a intuição das razões que o tinham levado a dar de preferencia o genero neutro a taes ou taes substantivos:** pouco a pouco os substantivos neutros se foram passando para o genero masculino. Este erro, que os grammaticos romanos consignam como usual sob o Imperio, encontra-se frequentemente nas inscrições, em que gravadores iguorantes puzeram « Templus, membrus, brachius » em vez de « Templum,

membrum, brachium ». Dahi os masculinos portuguezes « Templo, membro, braço ». Mais tarde, por ocasião da queda do Imperio, a força sempre crescente da analogia deu lugar a um engano ainda mais grosseiro: tomou-se o plural neutro em a por um nominativo singular da primeira declinação, e assim « Folia, pira, poma », pluraes de « Folium, pirum, pomum » foram declinados como rosa, aparecendo em certos textos de Latim merovíngio fórmulas monstruosas como Pecoras, folias, etc.. E' por isto que temos em Portuguez os substantivos femininos « Folha, pêra, poma » etc, derivados dos substantivos « Folium, pirum, pomun etc. ». (p. 148)

O povo busca a clareza da língua. É ele quem, na busca dessa clareza, junta as formas da língua:

Como já ficou dito (134), o Latim classico não tinha artigo, e era tal falta uma causa de frequentes obscuridades no dizer. **Nos fins quasi do Império, o povo, para clareza da phrase, começou a junctar aos substantivos os demonstrativos ille, hicce, hic, e esse uso é a origem do artigo romanico.** Ille den le, la, les em Francez; el, lo, la, em Hespanhol; il, lo, la em Italiano, etc.. Hicce deu ce, usado ainda no dialecto picardo (ch'curé, ch'marichau). Hic deu em Portuguez o, a, derivados dos ablativos do singular hoc, hac, pela queda do c; e os, as, derivados dos accusativos do plural hos, has: em documentos antigos e mesmo em escriptos relativamente modernos encontram-se as fórmulas ho, ha, hos, has, escriptas com h. (1). (p. 163)

Tendo-se ensurdecido e até extinguido nos fins do periodo classico as desinencias alterantes das flexões latinas (270), tornou-se summamente difficil aos illiteratos distinguir de prompto o imperfeito amabam, amabas, amabat, etc.; por exemplo, do futuro amabo, amabis, amabit, etc.; o futuro tegam, tegas, tegat, do presente do subjunctivo tegam, tegas, tegat, etc. **A necessidade da clareza obrigou o povo romano a procurar uma nova fórmula de futuro.** Habere juncto ao infinito do verbo servia muitas vezes para exprimir o desejo de fazer alguma cousa em um tempo futuro. Cicero disse: « Habeo ad te scribere—Quid habes igitur dicere de Gaditano fædere? » Em Santo Agostinho acha-se « Venire habet » por « veniet ». Destas fórmulas ao futuro actual portuguez ou antes romanico (1) há apenas um passo. (p. 181)

O povo é quem autoriza os usos da língua:

**Este uso** [emprego pleonástico de pronomes substantivos], **auctorizado pelo fallar do povo e mesmo por escriptores como Garrett, não exige grande somma de attenção para ser entendido: é um jogo de rhetorica instinctiva.** A pessoa que falla faz uma reticencia depois do pronome e muda de phrase. Este modo de expressão torna-se clarissimo assim pontuado: « Eu... parece-me que Pedro é rico—Nós... quer-nos parecer que não vamos ». Em vez, pois, de ser erro, é uma figura cheia de naturalidade e bellissima. (p. 225)

O povo é responsável pela conservação de elementos arcaicos nas línguas:

*Dje* é som romanico genuino: existe em Provençal, em Italiano, e no seculo XIII existia no Francez que o transmittiu ao Inglez, onde até agora se acha, ex.: « *jealousy* ». Em escriptos latinos do seculo IX encontram-se as fórmãs *pegioentur, pedioentur*, por *pejorentur*.

*Tche* é tambem som romanico castiço: existe em Provençal, em Italiano, em Hespanhol, e existiu no Francez, donde passou para o Inglez: que ainda hoje o conserva, ex.: « *chamber* ».

A existencia de ambas estas fórmãs no fallar do interior do Brazil prova que estavam ellas em uso entre os colonos portuguezes do seculo XVI. A antiguidade e a vernaculidade do *tche* attestam-se pela sua permanencia na linguagem do Minho e de Trás-os-Montes: **como sabe-se, o povo rude e conservador tenaz dos elementos arkaicos das linguas.** (p. 10)

Encontramos aqui uma das várias menções que Júlio Ribeiro faz a usos do português no Brasil na sua *Grammatica Portugueza*. Ao longo dessa obra, Júlio Ribeiro faz vinte e seis menções a usos específicos da língua portuguesa no Brasil. Essas menções são feitas em geral pelo emprego das formas “Brazil” e “brazileiros”, “caipiras” e “escravos”, bem como em relação aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Ele aponta diferenças em relação a Portugal no nível fonético e, sobretudo, no nível sintático. No fragmento acima, o que está em questão é a descendência de formas usadas no Brasil, apontadas como provenientes de portugueses e, para além, do latim, já que também são encontradas em momentos da história do provençal, do italiano, do francês, do espanhol e mesmo do inglês. Segundo Júlio Ribeiro (1881, p. 9), a língua portuguesa tem trinta e duas vozes, às quais se podem acrescentar mais duas, o *dje* e o *tche*, “banidos hoje do uso da gente culta”. Como o povo “rude” é “conservador das formas arcaicas da língua”, a atestação desses sons no falar do interior do Brasil seria uma prova do seu uso entre os colonos portugueses em épocas passadas<sup>109</sup>. Composto pelo povo rude, o interior do Brasil conserva formas antigas da língua portuguesa, assim como as regiões portuguesas de Trás-os-Montes e Minho. Júlio Ribeiro (1881, p. 9) observa: “Os caipiras de S. Paulo

---

<sup>109</sup> A hipótese do caráter arcaizante do português será amplamente defendida por Serafim Silva Neto, que apresenta a tese da unidade e do conservadorismo do português brasileiro na sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1950. No entanto, essas ideias já estão de certa maneira presentes na gramática de Júlio Ribeiro em 1881, em contradição com as várias formas específicas do português no Brasil apontadas pelo gramático.

pronunciam **djente**, **djogo**. Os mesmos e também os Minhotos e Transmontanos dizem **tchapéo**, **tchave**". A alteridade da gramatização brasileira, como ficará mais claro com os outros recortes que trazemos, é o português de Portugal.

No nível fonético, são apontadas muitas diferenças no uso que se faz da língua no Brasil e em Portugal:

**A pratica da synalepha é mais seguida em Portugal do que no Brazil:** todavia ella é de rigor na leitura corrente, bem como a ligação dos vocabulos quando seus elementos o permitem. (p. 22)

Temos aqui a apresentação de uma forma apontada como mais usada em Portugal que no Brasil. A menção a diferenças linguísticas entre brasileiros e portugueses continua:

A voz commum *i* representa-se

1) por *i* (simples) no corpo dos vocabulos em geral, e na terminação dos vocabulos oxytonos, ex.: « *ensino—javali* ».

2) por *í* (accentuado) nas syllabas cuja tonicidade se quer indicar ex.: « *annunció—varío* » dos verbos « *annunciar—variar* ».

O fim do accento neste caso é o mesmo que o dos accentos de *a* e de *e*, já vistos; serve para differençar vocabulos.

3) por *e* na terminação de todos os vocabulos barytonos e na conjunção *e*, ex.: « *cidade—mosarabe—montes e valles* », que se lêem « *cidadi—mosarabi—montis i vallis* ».

**A maioria dos Brasileiros assim pronuncia; em Portugal diz-se** « *cidádê—mosárabê—montês ê vallês* » dando á voz terminal um som abafado, muito distincto de *i*. (p. 26)

Júlio Ribeiro aponta também formas usadas por portugueses que soam estranhas aos brasileiros:

O diphthongo nasal *ãe* representa-se sempre por *ãe*, ex.: « *capitães—mãe* ».

Os portuguezes pronunciam *em* final como o diphthongo *ãe*: vem dali a rima tão estranha aos ouvidos brasileiros, de *mãe* com *ninguem*, *tambem*, etc., ex.:

Triste de quem der um ai  
Sem achar ekho em *ninguem*!  
Felizes os que têm pae,  
Mimosos os que tem *mãe*! (p. 48)

Ao voltarmos nossos olhos para a gramática de Júlio Ribeiro, percebemos que, na maior parte das menções a formas específicas do português do Brasil, o que parece estar em jogo é a construção das sentenças, a sintaxe da língua, sem contar as menções relativas às formas da língua no plano fonético. Isso pode nos levar a repensar no papel da fonética e da sintaxe na gramatização no Brasil, ajuntando-se à questão do léxico já apontada por Guimarães e Orlandi (1996, p. 12), que explicam que “a gramatização brasileira se dá como a construção de um conhecimento sobre a língua no plano das diferenças lexicais (a língua é um léxico)” e também, como já assinalamos, “de uma procura de outras fontes de saber linguístico distintas das portuguesas (leia-se gramática filosófica) e das que vinham através de Portugal”.

Em um item da gramática de Júlio Ribeiro sobre o uso dos pronomes, encontramos a seguinte explicação retirada da *Grammatica Portugueza Elementar*, do português Teófilo Braga.

No Portuguez do seculo XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *homem* usado como pronome indefinido. El-rei D. Duarte, traduzindo o Tratado « *De modo Confidenti* » de S. Thomaz de Aquino, traz: « *Porém* « *nom póde* HOMEM *têr-se que alguma cousa não diga...* » A «phrase latina era; « *Hac tamen tacere non valeo* ». É ainda hoje « popularissima na fôrma de *home*, e no provincialismo insulano « *heme* ».

No *Cancioneiro Geral*, em Sá de Miranda e Ferreira, usa-se esta fôrma pronominal tão peculiar hoje no Francez *on*, de *om* e de *homme*, ex.: « *Leixar* HOMEM *liberdade* (*Cancioneiro Geral*) « —*Cuida* HOMEM *que bem escolhe—* *Que se não póde* HOMEM *erguer* (SÁ DE MIRANDA) ». No anexam popular « HOME *pobre uma vez á loja* » a sua fôrma indefinida é « QUEM *é pobre vai uma vez á loja* ». Sobretudo nos anexins populares é bastante frequente este facto: « *Anda* HOMEM *a trote para ganhar capote* » por « *Anda-se* », etc. « *Deita-se* HOMEM *pelo chão para ganhar gabão* ». **O substantivo gente tambem se emprega neste sentido, sobretudo no dialecto brasileiro:** « *Quando a* GENTE *está com* GENTE... GENTE *me deixe...* ». (p. 61)

Publicada em 1976, a gramática de Teófilo Braga é uma obra fundada no método histórico-comparativo, filiação reivindicada no próprio título do trabalho: *Grammatica portugueza elementar, fundada sobre o methodo historico-comparativo*. Quando Júlio Ribeiro cita gramáticos portugueses, basicamente Teófilo Braga e Adolfo

Coelho, eles estão, em Portugal, ligados ao método histórico-comparativo. No trecho acima, Teófilo Braga é retomado para dar visibilidade a um uso da língua reconhecido como característico dos brasileiros e, note-se, considerado pelo gramático português como uma fórmula do “dialetto brasileiro”. Júlio Ribeiro fala, ao longo de sua gramática, em “dialetto galego”, “dialetto picardo” e “dialettos franceses”. Ele não fala em “dialetto brasileiro” nem em “dialetto português”. No entanto, ele usa a nomeação “dialetto sorocabano”, fazendo um recorte interno ao Brasil, estabelecendo uma relação linguística Brasil/Brasil e não Brasil/Portugal:

A locução adverbial *no mais* equivale a *não mais*: como a encontra duas vezes em Camões, o colendo mestre, sr. Adolpho Coelho tem-na por peculiaridade camoniana que não se faz mister attribuir á influencia da lingua hespanhola. Em Sorocaba, cidade da provincia de S. Paulo, que uma feira annual de bestas punha sempre em contacto com Orientaes e Correntinos, e onde a linguagem é ainda sensivelmente acastelhanada, tal locução é usadissima; ouve-se a cada passo: « *Entre NO MAIS— Tire churrasco NO MAIS—Ensilhe NO MAIS o matungo* » isto é « ENTRE, NÃO MAIS; *entre sem cerimonia—Tire churrasco, NÃO MAIS; sem mais preambulos—Ensilhe o matungo, NÃO MAIS; nada mais tem a fazer sinão ensilhar o matungo* ». **A existencia da locução no dialecto sorocabano só pôde ser devida á influencia castelhana.** (p. 273)

Esse trecho, considerado no conjunto de menções a formas específicas do português no Brasil feitas por Júlio Ribeiro, mostra bem o que Orlandi (2009, p. 49) fala sobre a instalação do direito do português do Brasil à unidade (imaginária) e à universalização no processo de gramatização brasileira:

A gramatização em um país de colonização trabalha segundo um duplo eixo: o da universalização e o do deslocamento. Pela sua gramatização, o português do Brasil elabora, instala mesmo, seu direito à universalização, garantido a unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade linguística. Paralelamente, tem seus usos variados. Uma vez conquistado seu direito à unidade (língua nacional), imediatamente recomeça a reconhecer-se em suas variedades: relação com as línguas indígenas, africanas, de imigração etc que lhe dão identidade para dentro e para fora – para dentro, distingue-se o brasileiro standard dos tupinismos, africanismos, populismos; para fora distingue-se, pelo mesmo traço, os brasileiroismos em relação ao português de Portugal. Ambivalência que mostra o giro pelo qual transferimos para o Brasil a referência da universalidade de nossa língua. Esse reconhecimento é parte da constituição do brasileiro, portanto da unidade nacional.

Cabe notar também que Júlio Ribeiro discorda de Adolfo Coelho a respeito de uma explicação para uma forma da língua. Para o gramático brasileiro, a existência dessa forma deve-se à influência castelhana. Temos aqui uma referência à presença de imigrantes da cidade argentina de Corrientes e da República Oriental do Uruguai no território de Sorocaba, uma alusão aos contatos linguísticos no Brasil. O efeito desses contatos no português do Brasil funciona como um contra-argumento à explicação de um fenômeno da língua dada por um gramático português. É o gramático brasileiro que diz *como* é a língua, desautorizando o autor português.

Podemos citar ainda outras observações de Júlio Ribeiro sobre a construção das sentenças do português no Brasil:

Cumprir notar que, **principalmente no Brasil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz**, ex.: « *TU queres vir almoçar comigo?* ». (p. 221)

O pronome, substantivo sujeito de um verbo no infinito dependente de um verbo no finito (1) põe-se em relação objectiva, ex.: « *Eu vi-o caminhar ás pressas—Deixa-o ir* ».

Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para accusativo. **É erro vulgar no Brasil usar-se em casos taes da relação subjectiva**; diz-se, por exemplo, « *Vi ELLE caminhar ás pressas—Deixa ELLE ir* ». (p. 228)

Os pronomes substantivos em relação adverbial nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas phrases infinitivas que vêm depois de uma preposição. Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex.: « *Esta laranja é para EU comer* ». **No Brasil pecca-se contra este preceito dizendo-se** « *Para MIM comer*, etc. ». (p. 229)

Toda a palavra que serve de objecto a um verbo põe-se em relação objectiva. Como em Portuguez não se declinam os substantivos, a applicação desta regra só se toma patente quando o objecto é representado por um pronome substantivo, ex.: « *Eu O vejo—Queres-ME muito* ».

**Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brasil, até mesmo entre os doutos**: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas « *Eu vi elle—Espere eu* ». (p. 230)

Os *caipiras*, fieis aos usos arkhaiscos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes: põem claro um pronome que represente o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoaes. Dizem: « *ELLE chove muito lá—ELLE hai ainda algumas frutas—ELLE corre por ahi que o rei vem vindo* (1) ».

Substituem também *ter* a *haver* e dizem: « TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque ». **Este uso vai-se tornando geral no Brasil até mesmo entre as pessoas ilustradas.**

**Empregam ainda *haver* como synonymo de existir**, dizendo: « No tempo da revolução eu ainda não HAVIA—Quando eu me casei elle já HAVIA ». Só no imperfeito do indicativo é que usam deste verbo com esta accepção. (p. 257)

Encontramos nesses trechos apontamentos de usos que se vão estabelecendo no Brasil, alguns considerados erros “vulgares”, “pecados” realizados contra os preceitos da língua. Certos usos considerados errados são apontados como obra não apenas dos “caipiras” e da “gente do povo”, mas também dos “doutos” e das “pessoas ilustradas”. Em todo o caso, de acordo com Júlio Ribeiro (1881, p. 144), a língua falada no Brasil é o português: “O Portuguez é fallado em seu territorio europeu, nas colonias portuguezas da Africa, da Asia e da Oceania, e em todo o Imperio do Brazil”. A língua portuguesa, segundo o gramático, tem o latim como língua mãe, língua da qual também se originou o espanhol, o francês, o provençal, o italiano, o ladino e o romano. Júlio Ribeiro aponta nove fenômenos ocorridos na transformação do latim em português, são eles a persistência do acento tônico latino; a supressão das vogais breves que precedem a sílaba acentuada; a queda das letras alterantes médias e até de sílabas inteiras; a substituição de sons fortes por brandos, ou vice-versa; a obliteração do gênero neutro; o aparecimentos dos artigos *o, a, os, as, um, uma, uns, umas*; a supressão dos casos e a passagem da declinação para o estado analítico por meio de preposições; a passagem da conjugação para o estado analítico por meio de auxiliares; a construção da frase na ordem lógica atual do pensamento.

Embora geralmente as ponha no lugar do erro, as várias menções de Júlio Ribeiro às formas próprias da língua portuguesa mostram que a mudança que transformou o latim em português continua em curso no Brasil, transformando o próprio português. Analisando fenômenos vistos à luz do método histórico-comparativo, Júlio Ribeiro mostra como a língua portuguesa é afetada na sua transposição para o território do Brasil. Lembremos, por exemplo, que, segundo a classificação genealógica das línguas organizada por Émile Ferrière e reproduzida por Júlio Ribeiro, toda língua mantém uma cadeia de afinidades com outras línguas vivas ou extintas. Quando aborda a questão da origem das

palavras da língua portuguesa, Júlio Ribeiro afirma que as palavras dessa língua derivam-se da língua latina, considerada mãe, de outras palavras da própria língua portuguesa e de palavras de línguas estrangeiras antigas ou modernas. O grupo das línguas estrangeiras antigas que fornecem palavras para a língua portuguesa é formado pelo fenício, hebraico, árabe, céltico, grego e gótico. Já o grupo das línguas estrangeiras modernas de quem o português recebe palavras é constituído pelo provençal, francês, espanhol, italiano, euskara, inglês, alemão, pérsico, índico, turco, eslavo, bunda e congo e o tupi. As línguas em circulação no Brasil são colocadas na cadeia de afinidade da língua portuguesa. No entanto, elas são tomadas como línguas estrangeiras. Estrangeiras para quem? Para os portugueses ou para os próprios brasileiros? Lembremos ainda que, segundo a mesma classificação de Émile Ferrière, as línguas vivas descendem geralmente das línguas mortas do mesmo país. Todavia, as línguas faladas no Brasil são consideradas estrangeiras, ao passo que a língua tomada como *a* língua do Brasil não nasceu no Brasil, mas foi transportada para ele, sofrendo nesse processo uma série de mudanças.

Para Júlio Ribeiro (1881, p. 93), a língua portuguesa apresenta características tão enérgicas e graciosas que o emprego acertado de algumas formas só é possível para quem bebeu o conhecimento da língua com o leite materno:

A facilidade de flexão gradual é um dos elementos da vida energética e da mobilidade graciosa da língua portuguesa: também **o emprego acertado dessas formas, tão maravilhosamente cambiantes, é de grande, de quasi insuperável dificuldade para quem não bebeu o conhecimento da língua com o leite materno.** Um exemplo de entre milhares: de *pobre* forma-se o diminutivo *pobrete* que apresenta a idéia primitiva burlescamente diminuída; de *pobrete* deriva-se o augmentativo *pobretão* que mais ainda accentúa o ridículo que já pesava sobre *pobrete*: de *pobretão* obtem-se o diminutivo *pobretãozinho* que vem ajuntar ao ridículo uma como lastima insultuosa.

Há pelo menos duas formas de “beber” o conhecimento da língua: com o leite materno e sem o leite materno. Para quem teve o leite materno, a princípio, é garantido o acerto das formas da língua, independentemente de serem “escravos” ou “caipiras

analfabetos”. Para quem não teve o leite materno, mesmo conhecendo gramática e filologia, o acerto das formas da língua quase nunca é garantido:

Não é pretensão do auctor que estas regras abranjam todos os casos possíveis do uso do subjunctivo. Este uso nas linguas arianas, mórmente nas indicas, hellenicas e italicas, é um verdadeiro Proteu: quando o grammatico julga tel-o sob si vencido, atado, captivo, eil-o que se escapa fremente, livre, indomavel. **O uso do subjunctivo é uma cousa instinctiva, como que o producto de uma faculdade criada no individuo pelo meio linguistico que o rodeia desde a infancia. Entre nós ouvem-se a escravos e a caipiras analphabetos formulas complicadas e correctissimas do subjunctivo portuguez, ao passo que estrangeiros litteratos, versados em grammatica e philologia, após longos annos de residencia no paiz, naufragam quase sempre quando as têm de empregar.** (p. 238)

O leite materno é o ambiente que rodeia os indivíduos desde a infância. Por serem criados pelo leite materno, os “escravos” e os “caipiras analfabetos” conseguem utilizar as fórmulas “complicadas” e “corretíssimas” da língua portuguesa. Por outro lado, mesmo os homens mais sábios e inteligentes, conhecedores de gramática e filologia, se não forem alimentados pelo leite materno, jamais conseguirão fazer o que até “escravos” e “caipiras” sabem fazer, novamente, empregar sem dificuldades as formas complicadas e corretíssimas da língua, pois essas formas são ensinadas apenas pelo meio linguístico. Em contraposição a um conhecimento natural da língua, “faculdade criada no indivíduo pelo meio linguístico que o rodeia desde a infância”, existe o conhecimento da gramática e da filologia da língua. Enquanto “escravos” e “caipiras analfabetos” detêm o conhecimento natural da língua portuguesa, sem conhecer gramática e filologia, os “estrangeiros letrados”, contrariamente, conhecem gramática e filologia, mas sem deter o conhecimento natural da língua portuguesa. A língua portuguesa é a língua materna dos “escravos” e “caipiras analfabetos”.

Lembremos que, para Júlio Ribeiro, a fala parece funcionar como primeiro nível de aprendizagem da língua, correspondendo à língua materna, ao passo que o conhecimento mais especializado sobre a linguagem seria aquele ligado à história das formas da língua, de que tratam a gramática e a filologia, espécie de conhecimento

dominado somente pelos homens mais inteligentes e doutos. Como primeiro nível de instrução linguística, a língua materna é fornecida pelo meio linguístico na infância, um meio natural, onde se realiza o processo de seleção tanto das línguas quanto das espécies. Ela é, nesse sentido, natural. Ela é um “verdadeiro organismo sociológico”, mutável devido às “relações exteriores”, às “ciências”, à “indústria” e também ao “genio litterario” e à “instrução publica centralizada”, uma língua viva, descendente de uma língua morta, que guarda afinidade com outras línguas vivas ou extintas.

Sendo natural, a língua materna é aprendida sem o suporte de regras, ou melhor, sem o suporte das regras da gramática. É possível formular e escrever essas regras, é possível também estudá-las, mas seu emprego correto depende de ter sido criado no meio linguístico onde elas são empregadas. Se o ambiente é o leito materno, a linguagem materna é aquela forjada pelo ambiente. No entanto, como havíamos mostrado no início, segundo Júlio Ribeiro (1881, p. 1), o estudo das regras gramaticais “é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua”. Dessa forma, alguns devem adquirir até mesmo a linguagem fornecida pelo ambiente. Seja porque a aprenderam mal na infância, seja porque não foram alimentados com o leito materno, seja ainda porque é sempre possível aprender alguma coisa sobre a língua materna, a língua materna é uma língua que se aprende por toda a vida.

#### **4.2 Sentidos de língua materna na *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes**

Médico e professor, Alfredo Gomes escreve sua *Grammatica Portugueza*, uma das mais utilizadas nos colégios do Brasil na virada do século XIX para o século XX, para suprir a lacuna criada com a formulação do Programa de Português para os Exames Preparatórios para o Colégio Pedro II. Publicada originalmente em 1887, a gramática de

Alfredo Gomes já estava na sua edição número 15 no ano de 1913<sup>110</sup>. A intensa circulação dessa obra no ambiente escolar pode ser atestada logo no seu frontispício, no qual se lê: “ADOPTADA NO COLLEGIO PEDRO II, ESCOLA NORMAL, COLLEGIO MILITAR, COLLEGIO ABILIO, LYCEUS LITERARIO PORTUGUEZ E DE ARTES E OFFICIOS, GYMNSASIO MINEIRO, ETC.”.

No seu *Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa*, considerado o primeiro estudo sobre a história dos estudos do português no Brasil, como expõe Guimarães (1996), Maximino Maciel ([1910] 1996) explica que o Colégio Pedro II era um centro de irradiação do método histórico-comparativo, acolhendo candidatos simpatizantes das doutrinas de Max Müller, Michel Bréal, Gaston Paris, Whitney, Littré, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Frédérich Diez, Bopp, Adolfo Coelho, entre outros. Entre os nomes que se filiavam a essa nova orientação teórica, Maximino Maciel ([1910] 1996, p. 3) coloca Alfredo Gomes:

Nestas condições, o que se averigúa é que por esta época já muitos professores que se norteavam pelos philologos estrangeiros, iam evangelizando, quer na docencia particular, quer em publicações esparsas, as novas doutrinas, desbravando-lhes o terreno onde se tinham de architectar os novos estudos. A este grupo se filiavam Fausto Barreto, Hemeterio dos Santos, Alfredo Gomes, Silvio de Almeida, em S. Paulo, João Ribeiro, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, Said Ali, Ventura Boscoli, Verissimo Vieira, Vicente de Souza, Paranhos de Macedo, Aureliano Pimentel e outros.

De acordo com Maximino Maciel ([1910] 1996, p. 4), assim como as gramáticas de Pacheco Silva e Lameira de Andrade e de João Ribeiro, a gramática de Alfredo Gomes veio preencher o espaço ainda não ocupado de compêndios produzidos com base nas doutrinas laureadas no Programa de Português para os Exames Preparatórios para o Colégio Pedro II, organizado por Fausto Barreto:

Não havendo compêndios que se adscrevessem á nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magisterio, tiveram de escrever suas grammaticas, versada no programma que

---

<sup>110</sup> É justamente a décima quinta edição, de 1913, da *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes, que trazemos para análise.

Fausto Barreto traçara, no qual de todos se revelavam o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino e estudo da língua portuguesa.

Na sua *Grammatica Portugueza*, Alfredo Gomes (1913, p. 7-8) conceitua a gramática como “sciencia dos factos da linguagem” e a divide em *Gramática Geral*, “estudo dos mesmos preceitos, leis e anomalias da linguagem, communs aos idiomas de um grupo”, e *Gramática Particular*, “estudo dos mesmos preceitos, leis e anomalias da linguagem num idioma determinado”. Essa última é dividida em *Histórica*, “estudo dos factos de uma lingua desde sua origem até os nossos dias”, e *Comparada*, “estudo dos factos de uma lingua, feito em comparação com os de outra ou outras linguas”. Ao lado dessas, há a *Gramática Descritiva* ou *Expositiva*, “que ensina as leis para bem falar e bem escrever”. Para Alfredo Gomes, a verdadeira gramática deve ser ao mesmo tempo histórica e comparada. Para o gramático brasileiro, o objeto de uma gramática portuguesa seria o estudo dos fatos próprios da língua portuguesa. Como afirmam Fávero e Molina (2006, p. 156-157), tanto na definição quanto na partição de gramática feita por Alfredo Gomes, é possível vislumbrar “a influência das escolas naturalista de Schleicher e da histórica dos comparativistas”.

De acordo com Mattoso Câmara (1975, p. 50), foi justamente em Schleicher que os “conhecimentos linguísticos na primeira parte do século XIX encontraram sua expressão mais completa”. Estudioso das ciências naturais e dedicado à botânica, desejoso de dar aos estudos da linguagem um estatuto de ciência com leis rigorosas de desenvolvimento, Schleicher reclamava para a linguística, segundo informa Mattoso Câmara, o lugar de ciência natural, tomando a língua como o produto da ação de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador, com leis fixas de crescimento e morte, como uma planta ou um animal. Para Mattoso Câmara, além de considerar a língua um critério adequado para a classificação racial da humanidade, Schleicher trouxe três ideias para a Linguística que foram de grande aceitação durante muito tempo, são elas: 1) a consideração da língua como um organismo natural, de forma que se impunha estudá-la

como tal; 2) a recusa em considerar a língua em suas mudanças como um aspecto da história, mas como tendo uma evolução natural no sentido darwiniano; 3) a defesa de uma língua dependente dos traços físicos dos pensamentos e órgãos da fala dos homens, sendo um traço racial deles.

Muitas dessas ideias defendidas por Schleicher podem ser encontradas na escrita de Alfredo Gomes. Ao tratar da semântica, por exemplo, Alfredo Gomes (1913, p. 422) afirma que a “a linguagem é o reflexo de tudo o que a humanidade pensou e julgou dever significar por palavras”, sendo a língua o “instrumento natural da humanidade”, que “sofre com ella mil vicissitudes” e “passa por innumeras transformações” (p. 425). O gramático brasileiro fala em “representação natural dos sons”, ordem “directa e natural” da língua, “estado natural” das sílabas, “natural simplificação no numero de casos e na ordem”, “permuta natural” dos sons, “tendência natural” do cérebro, chegando a relatar a “natural impossibilidade em que se via o larynge dos Barbaros, senhores do Imperio Romano, de pronunciar integral e perfeitamente os extensos e plasticos vocabulos romanos” (p. 140-141).

Embora enfatize o caráter natural da língua/linguagem, Alfredo Gomes (1913, p. 52) não nega, contudo, seu aspecto histórico, chegando mesmo a asseverar que “linguagem é sciencia natural de um lado e historica do outro”. Sintoma da consideração de Alfredo Gomes do caráter histórico da língua é que ele aponta como causas da variação, mudança, aumento e rejeição dos vocábulos elementos como “o cultivo literário ou científico”, “a influência estrangeira” e “o capricho dos escritores notáveis”. Para Alfredo Gomes (1913, p. 5), não há essencialmente diferença entre língua e linguagem, definindo a linguagem como “o conjuncto de signaes oraes de que a humanidade se serve para representaras suas idéas” e a língua como “a linguagem usada por uma ou mais nações, o falar exclusivo de um ou alguns povos”. De qualquer forma, de acordo com o gramático (1913, p. 6), a linguagem é uma propriedade exclusiva da raça humana, propriedade essa consciente e superiormente formada, como se pode ver a partir da seguinte afirmação:

Por extensão de sentido se tem applicado o termo **linguagem** aos gritos, sons inarticulados ou inconscientemente articulados, com que os brutos animaes se communicam e entendem. — D’ahi o dizer-se que os macacos e cães têm linguagem propria; mas só convém esse termo ao falar humano, consciente e superiormente formado.

Alfredo Gomes coloca a glotologia e a filologia ao lado da gramática como disciplinas que estudam a língua/linguagem. Tendo tomado a gramática como a ciência dos fatos da linguagem, Alfredo Gomes argumenta que todo estudo a respeito da origem e formação da linguagem é função da glotologia, a “sciencia da linguagem”, também conhecida pelo nome de linguística, considerado inadequado pelo autor, da mesma forma que considera um erro usar como sinônimos os termos glotologia e filologia, pois se ocupariam de estudos diferentes no trato da língua/linguagem, apesar de se inter-relacionarem de certa maneira. Alfredo Gomes (1913, p. 6-7), assim como Schleicher, parece acomodar a filologia ao lado dos estudos históricos, sem, contudo, retirá-la do ramo da glotologia:

Muitos, por deploravel confusão, usam como synonymos dos termos glottologia e philologia: por **philologia**, comtudo, se deve entender apenas uma parte da glottologia, a que se occupa especialmente do estudo racional de uma lingua já constituida em suas fórmas concretas; o estudo de sua literatura; a correcção e restituição artistica dos textos antigos de um idioma, adulterados ou corrompidos pela ignorancia de certas epochas, estudo feito á luz da historia e pelo confronto de documentos escriptos.

Na composição de sua gramática, Alfredo Gomes faz referência a Friedrich Diez, Júlio Ribeiro, Latino Coelho, João Ribeiro, Pacheco Junior, Fausto Barreto, Sotero dos Reis, Rafael Bluteau, Bréal, Sayce, La Faye, Carlos de Laet, lista composta em grande parte, como pode ser visto, por gramáticos brasileiros contemporâneos do primeiro período da gramatização brasileira. Ele faz menção ainda a Quintiliano, Virgílio, Cícero e Suetônio, grandes nomes da latinidade. O gramático evoca Diez para explicar, por exemplo, como os participios passados latinos em *itus* breve deslocaram a acentuação latina, tornando-se paroxítonos em português. Em certo momento, porém, discorda da opinião de Diez de que

há tritongos em português. De qualquer forma, é importante perceber que um nome ligado ao método histórico-comparativo está sendo mobilizado por Alfredo Gomes para falar sobre a língua e explicar seu funcionamento. Conforme as palavras de Mattoso Câmara (1975, p. 46), “o estudioso alemão Friedrich Diez criou, em linhas exatas, o ramo da linguística românica comparativa”, tendo visto que “as línguas românicas não poderiam ser derivadas do latim clássico e que era necessário chegar à língua popular, latim vulgar, por meio de método comparativo que os linguistas indo-europeus haviam desenvolvido”. Para tratar da semântica, Alfredo Gomes (1913, p. 421) recorre a Bréal, reproduzindo a definição que esse dá da semântica como a “sciencia das significações das palavras”. Sayce e La Faye são chamados pelo gramático brasileiro também na seção sobre o tratamento da semântica. Para abordar questões diversas sobre a língua portuguesa, Alfredo Gomes recorre aos gramáticos portugueses e brasileiros.

Assim como Júlio Ribeiro, embora em uma escala muito menor, Alfredo Gomes faz várias menções a formas específicas da língua portuguesa no Brasil. Essas menções são feitas geralmente com o emprego das locuções “pronuncia brasileira”, “brasileirismo”, “falar brasileiro”, “dialecto brasileiro”, “portuguez em boca de brasileiro do povo”, “nosso bello idioma no Brasil” e também “os do Norte do Brasil”, “brasileiro”, “os dos sertões”, “povo do Brasil”, “brasileiro do povo”. Essas locuções estão em relações com outras que apontam para a língua portuguesa em Portugal, como, por exemplo, “falar de Portugal”, “falar do povo portuguez”, “falar do povo em Portugal”, “portuguez peninsular”, “portuguezes”, “povo de Portugal”. Nas diferenças entre o português no Brasil em Portugal no nível morfossintático, Alfredo Gomes (1913) aborda principalmente aspectos da colocação pronominal, um tema recorrentemente tratado pelos autores brasileiros já desde o século XIX. A maior parte das menções feitas por Alfredo Gomes (1913) às diferenças da língua portuguesa no Brasil diz respeito à fonética:

Tomemos de Castilho a palavra CORONEL. **Deverão graphal-a os portuguezes em geral *kurnel* ; os do Norte do Brasil *kórónel* ; os dos sertões *kooronel* ;** isso sem falar nas diferenças individuaes. (p. 25)

**ANATOMIA** será em Portugal *ânátumia*; no Norte do Brasil *anatomia*. (p. 25)

Que diremos então dos Beirões que pronunciam *tchapéo*, *dgente*, dos que dizem *binho* = *vinho*, *bento* = *vento*? Que observaremos a respeito do diphthongo portuguez *ei*, que em Portugal vale *âi* ou *ái* : *beijo* = *bâijo* ou *báijo* (lat. *basium*) ; *quejio* = *kaijo* (lat. *caseum*)? **Como será melhor graphar a voz nasal em, equivalente a *ain* em Portugal e a *ein* no Brasil?** (p. 25-26)

**O som E tenuissimo, quasi igual a I no falar brasileiro e equivalente a E mudo francez na pronuncia de Portugal**, representa-se por E simples, não accentuado : *lequE*, *esmalteE*. (p. 28)

**No falar de Portugal é muito mais commum esta especie de o (quasi u), substituida na pronuncia brasileira por ô medio**. No vocabulo *amphibologia*, o portuguez leria *am-phi-bû-lûgi-a*, mas o brasileiro *am-phi-bô-lô-gia*. (p. 29)

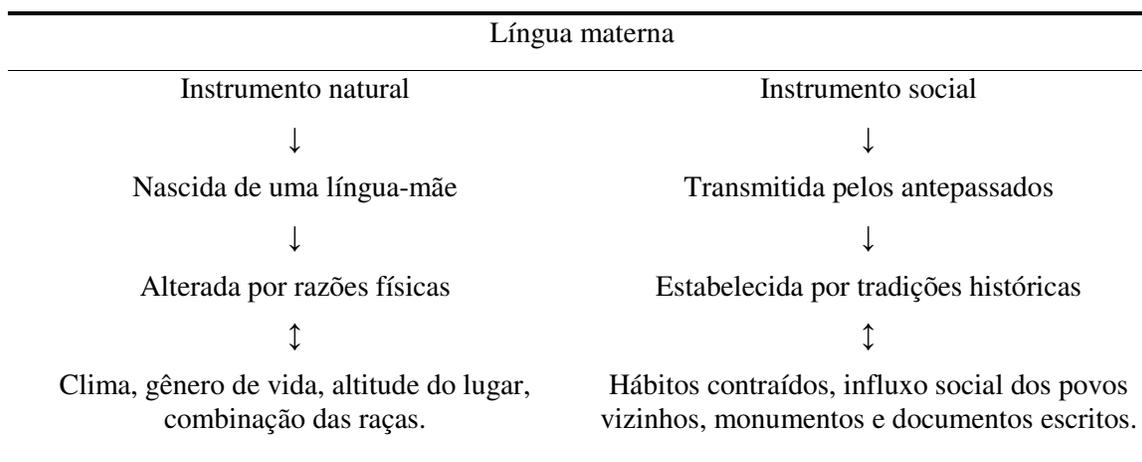
*Elle, ella, elles, ellas* são fórmãs exclusivamente nominativas. **É erro commum do povo do Brasil dizer *vi elle, conheci ella*, etc.** Deve-se dizer : *vi-o, conheci-a*. (p. 79-80)

Por singular coincidência **o brasileiro emprega o verbo *ter* como equivalente de *haver*** em expressões como estas : *TEM muita gente na escola. TINHA muitas rosas no jardim*. É tal emprego brasileiro que se deve evitar. (p. 359-360)

As diferenças apontadas na fonética da língua portuguesa, seja entre Brasil e Portugal, seja no interior do próprio Brasil, servem para que Alfredo Gomes defenda a impossibilidade da uniformidade de uma ortografia em um ambiente com grande diversidade prosódica. É justamente na passagem sobre a reforma ortográfica proposta pela Academia Brasileira de Letras que se encontra o único registro da expressão língua materna na gramática de Alfredo Gomes (1913, p. 465-466):

A lingua é um instrumento natural e social: de um lado razões physicas (o clima, o genero de vida, a altitude do logar, as raças que se acham combinadas, etc.) alteram e differenciam a mesma lingua falada em pontos diversos ; de outro lado, os hábitos contrahidos, o influxo social dos povos visinhos, os monumentos e documentos escriptos de uma lingua, estabelecem uma tradição respeitabilissima, de que ninguem póde nem deve aberrar sem manifesta condemnação. E, assim como os filhos herdã o typo avoengo, assim força é que a lingua testemunhe as feições e trajos da que lhe deu nascimento, e pelo menos se torna antiesthetica qualquer escripta que não atraiaçoe insensivelmente as feições glotticas da **lingua materna**.

Alfredo Gomes define a língua como um instrumento natural e social. Como um instrumento natural, a língua é afetada por razões físicas, entre as quais o clima, o gênero da vida, a altitude do lugar e a combinação das raças. Esses elementos são caracterizados como responsáveis pela alteração e diferenciação de uma mesma língua falada em pontos diversos. Por outro lado, como um instrumento social, a língua é afetada também pelas tradições históricas, entre as quais os hábitos contraídos, o influxo social dos povos vizinhos, os monumentos e os documentos escritos. Esses últimos elementos são caracterizados, por sua vez, pelo estabelecimento de uma tradição linguística que deve ser respeitada. Vemos aí, portanto, uma tensão entre elementos que trabalham na mudança e na manutenção da língua. Alfredo Gomes afirma ainda que tanto os homens quanto a língua materna herdam as feições que apresentam. Os homens recebem as características dos seus avós, dos seus antepassados; a língua materna, da língua que lhe deu nascimento, da língua-mãe. O sintagma “língua materna” funciona de maneira parafrástica com a definição de língua como um instrumento natural e social. Dessa forma, a língua materna acaba por ser significada como um instrumento natural e social, moldada pela tradição histórica e mudada por razões físicas. Por fim, da mesma maneira que a língua não pode fugir das forças que a fazem mudar, os homens não podem ir contra a feição da língua materna construída pela tradição, sob o risco de descaracterizá-la. Poderíamos representar essas relações de sentido no quadro abaixo:



Como havíamos relatado, Alfredo Gomes emprega a expressão língua materna quando discute o acordo de reforma ortográfica proposto pela Academia Brasileira de Letras. Essa discussão se passa ao fim de sua *Grammatica Portugueza* em um texto anexo intitulado justamente “Reforma proposta pela Academia de Letras do Brasil”. Esse texto é antecedido por outro, intitulado “Systemas graphicos”. No corpo de sua *Grammatica Portugueza*, Alfredo Gomes (1913, p. 24) define sistema gráfico como “um conjuncto de leis ou preceitos convencionaes com que se representam os sons de uma lingua”, dividindo-o em três tipos, “graphica phonetica”, “graphica etymologica” “graphica usual ou mixta”, sendo que a primeira “procura representar o vocabulo só de accordo com a pronuncia; despreza a origem delle e a autoridade dos doutos”, enquanto a segunda “procura graphar o vocabulo de accordo com a sua origem; despreza a pronuncia quando se oppõe a essa origem”, ao passo que a terceira “escreve o vocabulo de accordo com o uso”. De acordo com o gramático, a “graphica phonetica” apresenta os inconvenientes de, primeiro, não haver para cada som uma letra correspondente e, segundo, a pronúncia de um vocábulo variar sempre de país a país, de cidade a cidade, de vila a vila, de classe a classe social até de indivíduo a indivíduo, já a “graphica etymologica” apresenta como inconvenientes a origem desconhecida e duvidosa de muitos vocábulos e a dificuldade de representar algumas articulações que se perderam, como o  $\chi$  grego, por exemplo. Por esses inconvenientes, segundo Alfredo Gomes (1913, p. 26-27), a “graphica usual ou mixta” mostra-se a melhor alternativa, pois tem como vantagens “uma base racional e segura – o uso”; “o respeitar a uniformidade, como já vai succedendo com a graphica franceza”; “poupar a tradição historica, que a lingua deve sempre attestar em qualquer tempo”; “o conformar-se com a degeneração phonetica, quando esta corrompe mais profundamente”.

Após comentar a reforma ortográfica proposta em Portugal por Gonçalves Viana, apontando os acertos e as incoerências do projeto, Alfredo Gomes passa a fazer observações sobre a proposta de reforma ortográfica apresentada por José de Medeiros à Academia Brasileira de Letras em 1907, projeto que, na defesa de uma ortografia sônica, procurava atribuir a cada letra um som, na direção do ideal de uma pronúncia brasileira. Alfredo Gomes (1913, p. 465) conclui que o projeto da Academia Brasileira de Letras,

assim como o de Gonçalves Viana, enfrenta os mesmos reveses de uma reforma fonética, isto é, a diversidade da pronúncia segundo as várias regiões em que a língua é falada:

Em resumo, diremos que o projecto da Academia seria aceitavel e quasi bom, si contra elle não militasse a maior de todas as razões que contraindicam qualquer reforma phonetica — a diversidade de pronuncia dos vocábulos nas varias regiões em que se fala uma lingua, e portanto a impossibilidade de uniformizar a graphica.

O proprio Gonçalves Vianna, tentando a reforma, pretendeu basear-se na **pronuncia normal portugueza** e a Academia, si houvesse de apontar o molde de que extrahiu as suas regras, declararia certamente que o seu projecto visa uniformizar a **pronuncia normal brasileira**.

Mas, além dessa razão capital apontada, militam contra qualquer reforma que não se baseie no uso, algumas considerações de ordem glottica e sociologica.

É imediatamente após essa declaração que Alfredo Gomes (1913, p. 466) escreve o trecho no qual se emprega a expressão língua materna, para logo em seguida afirmar com Camões que o português é latino com pouca corrupção: “O nosso idioma, pois, ha de provar até escripto, como bem disse Camões, « que é latino com pouca corrupção »”. Esta aí, portanto, a chamada feição glótica da língua portuguesa: o latim. Quando aborda a questão da formação do léxico, por exemplo, Alfredo Gomes (1913, p. 125) marca peremptoriamente a filiação da língua portuguesa ao latim: “o portuguez é lingua filha da latina: pertence ao grupo das linguas romanicas, isto é, das linguas oriundas do *latim*, idioma falado no Lacio, cuja capital era Roma”, o que determina, segundo o gramático, que o vocabulário do português seja essencialmente latino, embora inclua também elementos ibéricos, célticos, gregos, fenícios, germânicos, árabes e do baixo latim. De acordo com Alfredo Gomes (1913, p. 134), “elementos provindos de toda a parte do mundo recém aberto á civilização” puderam entrar na língua portuguesa com a expansão de Portugal na Ásia, África, Europa e Oceania, como elementos franceses, italianos e espanhóis, reunidos no grupo de elementos românicos, e também elementos asiáticos e gregos modernos, além de elementos africanos e americanos, esses últimos em virtude de a língua portuguesa passar a ser falada no Brasil e do comércio de escravos negros no país. No entanto, como explica Alfredo Gomes (1913, p. 135), muitos dos termos empregados no Brasil são desconhecidos em Portugal: “Por ser essa necessidade de trabalhadores mais sensível no

Brasil, para ahi foram especialmente levados os escravos e grande numero de termos africanos, de uso corrente e conhecido significado entre nós, são desconhecidos além-mar”.

Para Alfredo Gomes (1913, p. 418), a língua portuguesa falada no Brasil não constitui um dialeto: “Não há verdadeiramente dialecto brasileiro, em que peze á auctoridade de alguns sabedores dos factos glotticos”. Segundo a definição do gramático (1913, p. 402), dialeto “é a lingua especial de uma provincia, cidade ou estado, proveniente da alteração de uma lingua primaria”. Ele seria originado por causas como as influências climatéricas e mesológicas que atingem as regiões de uma nação; a corrupção que ataca uma língua adotada em região diferente da originária; a perversão de que é vítima a língua por parte das classes mais baixas das grandes cidades; a maneira especial de falar e dos termos particulares inventados pela moda no seio de certas classes sociais; a disseminação de um povo pouco numeroso em um extenso território e o afastamento em que se encontra uma colônia de sua metrópole.

A corrupção de uma língua adotada em região diferente da originária é apontada por Alfredo Gomes (1913, p. 403) como causa “do latim falado no Lacio, estendendo-se por toda a Italia, Gallia, Peninsula Iberica, Rumania, etc. e dando origem aos dialectos que vieram a formar o italiano, o provençal, o francez, o hespanhol, o portuguez e o valachio”. Um dialeto, portanto, pode se transformar em uma língua. No entanto, já que o português no Brasil não é um verdadeiro dialeto, como afirma Alfredo Gomes, podemos pensar que ele não poderia se transformar em algo diferente de português. De qualquer forma, Alfredo Gomes (1913, p. 418) reconhece que a “influencia omnipotente do meio physico não póde deixar de estabelecer diferenças mais ou menos sensiveis na phonetica, na preferencia entre synonymos e na vigencia de certas expressões genuinamente americanas ou importadas para esta parte do continente de Colombo”. Para o gramático (1913, p. 420), “o brasileiro differe do portuguez” em três aspectos:

1.º — em cerca de 6000 vocabulos a mais, na quasi totalidade de origem africana ou americana, correspondentes a objectos novos ou concurrentes com vocabulos portuguezes já existentes : *aipim, capim, batuque, cochilar, caipora, mulambo, pereba, samburá, nhônhô*, etc.;

- 2.º — na pronúncia mais frouxa, demorada, sonora, como *JagUÁrife*, *CÔração*, etc. ;
- 3.º — nas diferenças de syntaxe, na língua popular, como em *vi ELLE* por *vi-o* ; *chegou NA PORTA* por *chegou Á PORTA* ; *recommendei A ELLE* que *falasse A ELLAS*, em vez de *recommendei-LHE* que *LHES falasse*.

No lugar de um dialeto brasileiro, o que há, segundo Alfredo Gomes (1913, p. 420), é “uma tendencia assignalada da parte dos que são instruidos, para uniformizar syntacticamente as duas linguagens, a falada em Portugal e a que se ouve ao brasileiro”. Apesar das diferenças estabelecidas pelo meio físico, o português falado por brasileiros é tão português quanto aquele falado pelos portugueses, havendo mesmo um trabalho intelectual para superar as eventuais desuniformidades da língua falada na metrópole e na colônia.

Se por um lado, na gramática de Alfredo Gomes, a língua é posta como um instrumento natural e social, por outro, é a gramática que vai ensinar a pronúncia dos vocábulos, a boa escolha dos adjuntos ou complementos das palavras e a verdadeira colocação das palavras na frase. Fixada e disciplinada pela gramática, a língua é alterada e diferenciada por razões físicas (clima, gênero de vida, altitude do lugar, modo como são combinadas as raças). A partir da língua se estabelece uma tradição da qual ninguém pode nem deve se desviar, sob pena de condenação. Essa tradição se estabeleceria em virtude das grandes obras e documentos escritos, dos hábitos dos falantes e dos contatos com os povos vizinhos – o contato entre o português e as línguas indígenas, apagado por completo na gramática de Júlio Ribeiro, seria, por exemplo, responsável pela formação de umas poucas palavras para nomear frutas, animais e árvores na língua portuguesa.

Como a raça humana, na qual os filhos recebem as características dos antepassados, a língua receberia as características daquela que lhe deu vida, a sua língua-mãe. O português é língua filha da latina, pertence ao grupo das línguas românicas, línguas oriundas do latim, língua dos vencedores, mais perfeita, mais culta e mais rica, afirma Alfredo Gomes – pela corrupção da mesma língua mãe, o latim, se dá a união entre português e outras línguas românicas. Por vir do latim, e portanto ter o léxico

essencialmente latino, o português não poderia ter uma ortografia que fosse na contramão de suas feições glóticas, porque nenhuma escrita pode ir na orientação contrária das feições glóticas da língua materna. A língua materna é portadora de uma de uma origem – natural – , de feições e trajes – naturais – que devem ser respeitadas. Uma vez mais o natural. Uma vez mais o povo, pois é dos órgãos vocais do “povo rude”, causadores da corrupção fonética, que se fizeram os primeiros vocábulos, os vocábulos que “representam o fundo mesmo da língua” (1913, p. 172).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

*Sempre andando sobre membros palpitantes ou através de ruínas, Cândido saiu do teatro da guerra, levando algumas poucas provisões em seu alforje e sem esquecer jamais de Cunegunda.*

Voltaire, *Cândido ou o Otimismo*

Através das línguas, das épocas, dos discursos, a atribuição do significante *materna* ao significante *língua* é suporte de muitas representações: *mãe física, fala infantil, laços de sangue, linhagem, clã, origem, oralidade, território, comunidade, povo, nação*. Não obstante sua densidade metafórica, a língua materna é frequentemente tomada como algo que já se conhece por antecipação, donde sua qualidade de lugar-comum, mesmo na Linguística. Se os efeitos de reconhecimento sofridos pela língua materna são dados pela forma como ela é nomeada, já que a própria associação entre os significantes *língua* e *materna* promove semanticamente a ideia de uma língua que é da mãe, a evidência dos sentidos da expressão cai por terra quando tomamos o fato de não haver registros da expressão língua materna antes do século XII, pois, se a língua é materna por ser língua da mãe, segundo um discurso referencialista, teríamos então de afirmar que a Antiguidade não falava uma língua materna. De qualquer modo, se há na língua materna esse jogo entre língua e mulher, é preciso considerar que os sentidos de “mãe” não são os mesmos todo o tempo, um problema aparentemente ignorado por parte dos trabalhos que procuram historicizar os sentidos de língua materna. A mãe pode não corresponder exatamente a uma mãe biológica, significando muito frequentemente a *mãe Pátria* e a *mãe Igreja*. Na Linguística, por exemplo, a língua da mãe e a mãe das línguas significam diferentemente.

A hipótese que procuramos apresentar é a de que a criação da expressão língua materna é realizada a partir da expressão clássica *patrius sermo* e motivada pela leitura de Ovídio na Idade Média, que havia combinado o adjetivo *maternus* com o substantivo

*lingua* nas suas *Metamorfoses*, sem, no entanto, fazer menção a uma língua materna, mas ao conteúdo da fala de uma mãe, ou melhor, ao que é dito a partir de uma língua. O primeiro emprego da expressão língua materna que encontramos na história ocidental é feito na Idade Média pelo monge francês Guiberto de Nogent no seu relato da Primeira Cruzada, *Dei Gesta per Francos*, escrito entre 1104 e 1108. Guiberto de Nogent foi um leitor apaixonado pela obra de Ovídio, podendo ter encontrado nela a fórmula *materna lingua* e criado a partir dela a expressão *maternus sermus*, forma mais próxima do antigo *sermo patrius*, expressão mobilizadora de sentidos semelhantes àqueles associados atualmente à língua materna. Muito antes do surgimento da expressão língua materna, as expressões latinas *sermo patrius* e *patria lingua*, concorrendo com as formas *dictio*, *eloquium*, *fabula*, *locutio*, *loque(l)la*, *oratio*, *verbum*, nomes da língua em latim, marcam diferentes circunstâncias de aprendizagem da língua e distintos vínculos da língua com o território, significando uma língua aprendida naturalmente na infância, na pátria onde se nasce, em oposição a uma língua que se aprende em um segundo momento da vida, de forma não natural, por dedicação aos estudos, uma língua proveniente de outra pátria, de outro território, uma língua estrangeira, rede de sentidos mobilizados pela expressão língua materna ao longo do processo de constituição das línguas nacionais e dos Estados nacionais.

O funcionamento das expressões *sermo patrius* e *patria lingua* é uma prova contra a suposta evidência da língua materna como a primeira língua, a língua da infância, a língua que se contrapõe a uma língua estrangeira, pois esses sentidos estão sendo mobilizados por outras expressões em um momento em que sequer havia registros da expressão língua materna. As expressões *sermo patrius* e *patria lingua* são empregadas na Antiguidade como forma de nomear o latim. Segundo um imaginário que atravessa toda a Antiguidade, o latim, comparado ao grego, é uma língua pobre, de forma que o grego é significado como a língua de cultura. No cruzamento desse imaginário, a própria língua latina passa por mudanças que a deixavam cada vez mais com a feição das línguas modernas, passando também por uma instrumentação a partir de categorias desenvolvidas para o grego. Nessa marcha, obras como a *De lingua latina*, do gramático Varrão, iniciam o

processo de gramatização da língua latina, processo por meio do qual se transforma o imaginário do latim como “língua bárbara” em “língua de cultura” e se desenvolvem os pilares do saber metalinguístico que está na base da gramatização massiva das línguas a partir do Renascimento.

Como uma invenção medieval, criada por um clérigo, a expressão língua materna nasce marcada pela oposição ao latim e pela identificação com os leigos. Para Guiberto de Nogent, a língua materna é a língua dos advogados, ao passo que o latim é a língua do papa. Embora alguns registros da expressão apontem uma relação da língua materna com a mãe e com o ambiente familiar, a análise do conjunto dos primeiros registros da expressão língua materna não nos permite afirmar que a expressão tenha sido criada para indicar a língua falada e ensinada pelas mulheres, correspondendo, antes de tudo, às configurações sociopolíticas do mundo medieval, dividido entre clérigos e leigos.

O que podemos tirar dos primeiros registros da expressão, em sua maioria encontrados em obras ligadas à Igreja, são problemas peculiares à sociedade medieval, como a já citada organização social estruturada entre clérigos e leigos, a má formação do clero, do mesmo modo que as questões linguísticas implicadas, tais como o desaparecimento do papel vernacular do latim e a sua manutenção como língua do saber letrado e da vida religiosa e a emergência dos vernáculos europeus, além de uma reflexão linguística avançada sobre esses vernáculos, inclusive um processo avançado de instrumentação dessas línguas. Já na sua origem, portanto, os sentidos de língua materna acompanham o processo de gramatização das línguas.

Podemos mesmo considerar a língua materna como a marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval. Essa expressão identifica um novo objeto linguístico, sempre tomado no singular e em oposição ao latim. De um lado o latim, de outro lado a língua materna. Se a gramatização massiva das línguas do mundo só se dá a partir do Renascimento, já no século XII a expressão língua materna denuncia o desaparecimento vernacular do latim e a emergência dos vulgares e o próprio desenvolvimento do processo de gramatização.

O movimento de naturalização, territorialização e nacionalização dos sentidos de língua materna é contemporâneo do longo processo de gramatização e de formação dos Estados nacionais. Nos textos de Dante Alighieri, Nicolau de Oresme, François Rabelais, a língua materna passa a se associar a um território, território que vai receber o nome do Estado nacional, que elege uma única língua como a língua nacional, apresentando-a como a língua materna de todos os habitantes, o que leva, como podemos ver nas Ordenanças de Francisco I da França, à construção do efeito de sobreposição entre língua materna e língua nacional. A partir daí, a língua materna aparece como uma evidência, isto é, ela é a língua da pátria, sentido que vai se naturalizar com a entrada dessa definição nos dicionários. Na verdade, a sobreposição entre os sentidos de língua materna e língua nacional é índice e resultado da formação dos Estados nacionais e da gramatização dos vernáculos.

Quando empregada em latim nos textos da Igreja, a expressão língua materna identifica a língua dos leigos e tem seus sentidos formados em meio às representações do mundo cristão dividido entre clero e laicato. Quando empregada no prefácio de traduções patrocinadas pelos Estados nacionais, em textos literários e de leis e outras produções em língua vernácula, a língua materna é significada como língua natural de uma terra, língua do lugar onde se nasce, língua de um país, marcando, ao contrário do caráter universal do latim, uma territorialização e nacionalização da língua.

Historicamente, como demonstra a história dos sentidos da expressão língua materna, os nomes da língua vão corresponder a configurações sociopolíticas distintas. Historicamente também, essas identificações da língua com o falante e com certas configurações sociopolíticas são naturalizadas. Se a primeira língua que se aprende é chamada de língua materna porque é a língua que se aprende da mãe, por que a língua aprendida com a mãe na Antiguidade Clássica era chamada *patria lingua* ou *patrius sermo*? No fundo, e isso é o que procuramos mostrar, o que se naturaliza com a nomeação das línguas é a identificação dos sujeitos com certas configurações políticas.

Identificar a língua materna como língua do país onde se nasce, tal como aparece nos dicionários, sobrepondo língua materna e língua nacional, é uma forma de

identificar os sujeitos com essa forma histórica do Estado nacional. Se pensamos, por exemplo, na relação de sentidos de língua materna em oposição à língua estrangeira, o que ocorre é a reafirmação do pertencimento de uma língua, e de seus falantes, com um Estado e um território. Todavia, quando olhamos primeiros registros da expressão língua materna, essa relação de oposição com o que é estrangeiro não se põe. Na Idade Média, há o latim e todas as línguas, a *materna lingua*, no entanto, o latim não é uma língua estrangeira, mas a língua universal do papado. A relação de oposição entre língua materna e língua estrangeira é uma construção histórica que foi naturalizada. A língua materna é uma construção que foi naturalizada. Para alguns, tão naturalizada que pode ser concebida como a língua que se tem na cabeça, como uma espécie de órgão, assim como são órgãos o coração e o fígado.

Pegando carona na expansão europeia, a expressão língua materna vai chegar ao Brasil e ser usada nas gramáticas de Júlio Ribeiro e de Alfredo Gomes no primeiro momento da gramatização brasileira. Afetados por uma história particular de colonização, os sentidos de língua materna na gramatização brasileira vão corresponder a configurações sociopolíticas próprias da sociedade brasileira, presos a um emaranhado em que movem questões problemáticas como a proclamação da Independência, a construção de uma identidade linguística brasileira, o estabelecimento de diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal no uso da língua portuguesa e a legitimação de um saber brasileiro sobre a língua que se chama ainda portuguesa a partir de novos paradigmas no trato com a linguagem.

Na *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, reconhecida por seus contemporâneos como um verdadeiro divisor de águas nos estudos do português do Brasil, na afetação pela gramática geral e na reivindicação de uma filiação à gramática histórico-comparativa, a língua materna é representada como uma língua que se aprende por toda a vida, apesar de ser o primeiro nível de instrução linguística, compartilhada tanto pelos homens mais escolarizados quanto por aqueles sem nenhuma escolarização. A língua materna é aquela forjada pelo ambiente, uma língua viva, descendente de uma língua morta e submetida ao processo de seleção natural, na qual agem ações como as relações exteriores, as ciências, a indústria, o gênio literário e a instrução pública.

Na *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes, a língua materna é significada como um instrumento natural e social, moldada pela tradição histórica e alterada por razões físicas. Como instrumento natural, a língua materna tem uma língua-mãe e sofre as ações do clima, do gênero de vida dos seus falantes, da altitude do lugar onde é falada e da combinação das raças que a empregam. Por outro lado, como um instrumento social, a língua materna é transmitida pelos antepassados e estabelecida por tradições históricas, como os hábitos contraídos pelos falantes, o influxo social dos povos vizinhos e os monumentos e documentos escritos daqueles que a empregam.

Os sentidos de língua materna funcionam de maneira contraditória no processo de gramatização brasileira, pois remetem, ao mesmo tempo, a uma unidade linguística com Portugal, de forma que a língua portuguesa é tomada como a língua materna de brasileiros e portugueses, e a uma especificidade linguística brasileira, de maneira que a língua apontada como a língua materna dos brasileiros é aquela que começa a se transformar a partir do português, que se filia ao latim por intermédio de português, mas não é o mesmo português falado na metrópole. É uma língua dos brasileiros, forjada no ambiente natural brasileiro, embora continue a ser chamada língua portuguesa. Essa contradição, que não se resolve, nos mostra que a expressão língua materna não tem como não funcionar de maneira equívoca. O materno da língua, construído ao longo de nove séculos, não se resolve.

## REFERÊNCIAS

ARNALDI, Girolamo. Igreja e papado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 567-589.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Questão da origem das línguas. A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.

AUSSANT, Émilie. Présentation – La nomination des langues dans l’histoire. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 31, p. 5-13, 2009.

BALIBAR, Renée. *L’institution du français. Essai sur le colinguisme des Carolingiens à la République*. Paris : PUF, 1985. *Apud* Relatos n. 2, 1995.

BARTOLINI SALIMBENI, V. C. *Uma leitura do De vulgari eloquentia de Dante Alighieri*. 2009. 94 f. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BATANY, Jean. Oral/escrito. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 383-395.

\_\_\_\_\_. Les clercs et la langue romane : une boutade renardienne au XIVe siècle, *Médiévales*, Paris, n. 45, p. 85-98, 2003.

\_\_\_\_\_. L’amère maternité du français medieval. *Langue Française*, Paris, v. 54, n. 1. p. 29-39, mai 1982.

BECK-BUSSE, Gabriele. Les « femmes » et les « illitterati »; ou: la question du latin et de la langue vulgaire. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 16, p. 77-94, 1994.

BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-europeias*. Campinas: UNICAMP, 1995. v. 2.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOUTAN, Pierre. Langue(s) maternelle(s) : de la mère ou de la patrie ?, *Revue de didactologie des langues-cultures*, n. 130, p. 137-151, 2003.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. « Renée Balibar : de l'institution des langues à leur universalisation ». In : BRANCA-ROSOFF, Sonia (Éd.). *L'institution des langues : autour de Renée Balibar*. Paris : Maison des sciences de l'homme, 2001. p. 1-25.

BRÉAL, Michel. « langue maternelle ». In : BUISSON, Ferdinand (Éd.). *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*. Paris : Librairie Hachete, 1887. p. 1120-1122.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. Pecado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 2. p. 337-351.

CASTELLANOS PFEIFFER, C.R. L'école, la langue maternelle et la langue nationale. In : ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Un dialogue atlantique : production des sciences langage au Brasil*. Lyon : ENS Éditions, 2007. p. 115-125.

\_\_\_\_\_. Sentidos para sujeito e língua nacionais. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 7, p. 71-93, 2002.

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

CHANTRAINE, P. Quelques emprunts du grec au latin. *Revue des Études Latines*, Paris, n. 15, p. 88-91, 1937.

CHEVALIER, Jean-Claude; DELESALLE, Simone. *La linguistique, la grammaire et l'école 1750-1914*. Paris: Armand Colin, 1986.

CHIFFOLEAU, Jacques (2006) Direito(s). In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 333-351.

CHOMSKY, Noam. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *Syntactic Structures*. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, [1957] 2002.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris : Klincksieck, 2010.

DECRUSY; ISAMBERT; ARMET (Éd.). *Recueil général des anciennes lois françaises, depuis 420 jusqu'à la révolution de 1789*. Paris : Belin-Le Prieur, 1828. tomo XII.

DUBUISSON, Michel. Le pouvoir et la langue: le cas du latin classique. *Cahiers de l'ILSL*, n. 17, p. 33-43, 2004.

\_\_\_\_\_. Utraque lingua. *AC*, n. 50, p. 274-286, 1981.

EINHARD. *The Life of Charlemagne*. Trad. Samuel Epes Turner. New York: Harper & Brothers, 1880.

ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia e linguística*. São Paulo: Grifo, 1975.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

- FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Dante Alighieri: o poeta do absoluto*. São Paulo: Ateliê, 2000.
- GABBA, Emilio. Il latino come dialetto greco. In: *Roma arcaica: storia e storiografia*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 2000, p. 159-164.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- GOMES, Alfredo. *Grammatica Portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1887] 1913.
- GRONDEUX, Anne. La notion de langue maternelle et son apparition au Moyen Age. In: VON MOOS, Peter (Éd.). *Zwischen Babel und Pfingsten / Entre Babel et Pentecôte*. Zurich : Berlin : Lit Verlag, 2008. p. 339-356.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. Apresentação: Maximino e um pouco de história. *Relatos*, n. 3, p. 1-2, maio 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. Apresentação: identidade linguística. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

HENRY, Paul. Apêndice: sentido, sujeito, origem. In: ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 151-162.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1990] 2008.

HUYGENS, R.B (Éd.). *Guibert de Nogent, Dei gesta per Francos et cinq autres textes*. Turnholti : Brepols, 1996. (Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis; 127A).

JAFFÉ, Philippus (Éd.). *Bibliotheca Rerum Germanicarum*. Berlim: Weidmannos, 1869. tomo v.

KÖNING-PRALOG, Catherine. Les laïcs dans l’histoire de la philosophie médiévale. *Doctor Virtualis*, n. 9, p. 169-197, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 134-146,1992.

\_\_\_\_\_. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

LABANDE, Edmond-René (Éd.). *Guibert de Nogent, Autobiographie*. Paris : Les Belles Lettres, 1981.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile; COSTA, Ricardo da. As sagradas escrituras orientam, educam e salvam: a educação monástica de Guiberto de Nogent (c. 1055-1125). *Revista Ágora*, v. 6, p. 01-19, 2007.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LEPSCHY, Giulio. Mother tongues and literary languages. *The Modern Language Review*, v. 96. n. 4, p. 33-49, 2001.

LOBRICHON, GUY. Bíblia. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático de ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 105-117.

LOYN, H.R. (Org.) *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LUSIGNAN, Serge. *Parler vulgairement: les intellectuels et la langue française aux XIIIe et XIVe siècles*. 2. ed. Paris : Librairie philosophique J. Vrin, 1987.

MACIEL, MAXIMINO. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa. *Relatos*, n. 3, p. 2-8, maio 1996.

MARAZZINI, Claudio. Les traditions nationale. In: AUROUX, Sylvain (Éd.). *Histoire des idées linguistiques : le développement de la grammaire occidentale*. Paris : Mardaga, 1992, p. 313-329.

MONFRIN, Jacques. Humanisme et traductions au Moyen Âge. *Journal des savants*, n. 1, p. 161-190, 1963.

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

NUNES, José Horta. *Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. 1996. 267 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

OLIVEIRA, Franklin de. Apresentação à edição brasileira: breve panorama medieval. In: LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 6-12.

ORLANDI, Eni P. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias linguísticas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ORLANDI, P. Eni (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 7-19.

\_\_\_\_\_. O Estado, a gramática, a autoria. *Relatos*, n. 4, p. 1-5, jun. 1997.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a gramática no Brasil. In: Orlandi, P. Eni (Org.) *História das Ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 21-38.

OVÍDIO. *Les Métamorphoses*. Trad. J. Chamonard. Paris : Librairie Garnier Frères, 1936.

\_\_\_\_\_. *Le metamorfosi*. Trad. Guido Paduano. Torino: Giulio Einaudi editore, 2000.

PAYER, Maria Onice. Dimensões materna e nacional das línguas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 12., 2009, Uberlândia. *Anais do XII SILEL*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 1- 8.

\_\_\_\_\_. Entre a língua nacional e a língua materna. In. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 337-346.

\_\_\_\_\_. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PEREIRA, Carlos Eduardo. *Grammatica Expositiva*. Rio de Janeiro: Nacional, 1907.

PEREIRA DE CASTRO, M.F. (no prelo) A fala infantil e a aquisição da língua materna: reflexões em torno de um paradoxo. In: CORTINA, Arnaldo. (Org.). (provisório) *VIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Linguística*, 2009. p. 1-16.

\_\_\_\_\_. Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna. In: LIER DE VITO, M.F. & ARANTES, L. (Org.) *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: Editora PUC-São Paulo: FAPESP, 2007. p. 135-148.

\_\_\_\_\_. Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem. In: JUNQUEIRA FILHO, L.C.U. (Org.) *Silêncio e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 247-257.

PINTO, E. P. *O português no Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo: EDUSP, 1978.

PRIEUR, Jean-Marie. Linguistique et littérature face à la langue maternelle: réel, symbolique, imaginaire. *Ela. Études de linguistique appliquée*, Paris, n. 147, p. 289-296, 2007.

RABELAIS, François. *Pantagruel, Roy des Dipsodes, Restitué à son naturel avec ses faictz et prouesses espouventables*. Paris: GF-Flammarion, 1993.

ROCHETTE, Bruno. Les noms de la langue en latin. *Histoire Epistémologie Langage*, v. 31, n. 2, p. 29-48, 2009.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

ROSIER-CATACH, Irène. Introduction. In: GRONDEUX, Anne ; IMBACH, Ruedi ; ROSIER-CATACH, Irène (Éd.). *De l'éloquence en vulgaire*. Paris : Fayard, 2011. p. 9-64.

SCHMITT, Jean-Claude. Clérigos e leigos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. v. 1. p. 237-251.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, [1950] 1975.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Grammatica normativa da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1956.

TABOURET-KELLER, Andrée. Les métaphores multiples de l'expression langue maternelle : un projet de travail. *Les cahiers de l'ILSL*, Lausanne, n. 17, p. 277-288, 2004.

\_\_\_\_\_. La langue maternelle, un carrefour de métaphores. *Diasporas*, Toulouse, n. 2, p. 21-35, 2003.

TOMBEUR, Paul. Maternitas dans la tradition latine. *CLIO. Histoire, femmes et sociétés*, Toulouse, n. 21, p. 1-6, juin 2005.

URBAIN, Jean-Didier. Langue maternelle : part maudite de la linguistique ? *Langue Française*, Paris, v. 54, n. 1, p. 7-28, mai 1982.

VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas: Pontes, 2002. p. 15-65.

VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WHITNEY, William Dwight. *Essentials of the english grammar*. Boston: Ginn & Company, 1886.

WOLFF, Philipee. *Les origins linguistiques de l'Europe occidentale*. Paris : Hachette, 1970.

XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana (Org.). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola, 2003.

YAGUELLO, Marina. *Les mots et les femmes* : essai d'approche socio-linguistique de la condition féminine. Paris: Payot, 1992.